



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MAYNARA ANDRIELLY SILVA SANTOS

**O capital entre aparência e essência: mercantilização da “causa das mulheres” e
expropriação da força de trabalho feminina**

CAMPINA GRANDE – PB

2023

MAYNARA ANDRIELLY SILVA SANTOS

O capital entre aparência e essência: mercantilização da “causa das mulheres” e expropriação da força de trabalho feminina

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para a obtenção do título de Mestre em História, na linha de pesquisa História, Cultura e Cidades.

Orientador: Luciano Mendonça de Lima.

CAMPINA GRANDE – PB

2023

S237c

Santos, Maynara Andrielly Silva.

O capital entre aparência e essência: mercantilização da “causa das mulheres” e expropriação da força de trabalho feminina / Maynara Andrielly Silva Santos – Campina Grande, 2023.

118 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação: Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima."

Referências.

1. História. 2. História Contemporânea. 3. Trabalho Feminino. 4. Pós-modernismo. 5. Mulheres do Século XXI. 6. Gênero. I. Lima, Luciano Mendonça de. II. Título.

CDU 94(043)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Às 15h (quinze) do dia 29 (vinte e nove) de setembro de 2023 (dois mil e vinte e três), na sala 101 do Centro de Humanidades do mestrado da Universidade Federal de Campina Grande, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo(a) aluno(a) **Maynara Andrielly Silva Santos**, intitulada: “O capital entre aparência e essência: a mercantilização da “causa das mulheres” e expropriação da força de trabalho feminina”, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “APROVADO”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Luciano Mendonça de Lima - Orientador(a), José Luciano de Queiroz Aires - Examinador(a) Interno(a), Tiago Bernardon de Oliveira - Examinador(a) Externo(a). Assina também a presente Ata o Secretário do PPGH Yaggo Fernando Xavier de Aquino e a Coordenadora do PPGH Michelly Pereira de Sousa Cordão, para os devidos efeitos legais.

Parecer: O TRABALHO DISSERTATIVO SEGUE TRAZ EXIGÊNCIAS ACADÊMICAS, ALÉM DA IMPORTÂNCIA POLÍTICA E SOCIAL, A BANCA APROVA E RECOMENDA A PUBLICAÇÃO.

Lista de Presença

Orientador(a)	Luciano Mendonça de Lima	
Examinador(a) Interno(a)	José Luciano de Queiroz Aires	
Examinador(a) Externo(a)	Tiago Bernardon de Oliveira	
Secretário	Yaggo Fernando Xavier de Aquino	
Coordenadora	Michelly Pereira de Sousa Cordão	

Campina Grande-PB, 29 de setembro de 2023.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu filho, Jorge, que nasceu de maneira prematura e como um verdadeiro guerreiro em virtude das agonias e inquietações que impulsionaram o desenvolvimento e processo de produção dessa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Como um ser humano que encarna aspirações coletivas, não poderia deixar de registrar meus mais sinceros agradecimentos às pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu me mantivesse firme, mesmo diante dos altos e baixos, no desenvolvimento dessa pesquisa. Minha família, nesse sentido, consiste na base de apoio sem a qual eu dificilmente encontraria um norte ou estímulo à ação. Em especial os meus dois filhos, Kauan e Jorge, que me inspiram a devorar o mundo com toda fome do mundo só pela vontade de desfrutar dos momentos de quietude com eles (ou melhor: de bagunças).

Aos meus amigos pelos momentos de alegria que compartilhamos e por todo apoio que sempre recebi, me sinto muito grata em ter vocês em minha vida, em especial Camilo, Sara e Ana, que também foram “adotados” pela minha família. Aos colegas de curso, Talita, Alex e Pedro, que se tornaram aliados nesse processo tão desafiador de nossas vidas no qual não nos abandonamos mesmo com toda solidão que ele implica.

Ao meu orientador, Luciano Mendonça, pela insistência em continuar me incentivando em momentos que nem eu conseguia acreditar em mim mesma, pelas conversas, trocas, idas ao arquivo e parcerias que fazem parte de uma genuína relação de camaradagem.

Às inúmeras famílias e pessoas que conheci durante o período em que passei a atuar politicamente de maneira organizada através do Partido Comunista Revolucionário (PCR) e do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), que mesmo com todas as contradições (e talvez justamente em função delas) foi imprescindível para meu amadurecimento não apenas como militante comunista, mas na forma de apreensão da realidade social e meu próprio objeto de pesquisa – seja desenvolvendo ideias, abandonando outras, observando diferentes nuances, reafirmando concepções, etc.

Acredito que ser egressa de setores populares marginalizados me trouxe considerável nível de experiência empírica da perspectiva da consciência de classe. O contato com o a educação superior, nesse sentido, me possibilitou o aperfeiçoamento dessa consciência, que antes me ocorria de maneira mais “instintiva”. O “retorno” organizando através da intervenção na realidade social em busca de transformá-la no sentido da conquista do “reino da liberdade” operou dialeticamente um salto qualitativo na minha concepção de mundo, me fornecendo as armas (teóricas e práticas) necessárias para contribuir, mesmo que timidamente, no processo coletivo de superação de todo e qualquer tipo de dominação social.

Nesse caminho, que está longe de se esgotar, já que o aprendizado político é constante e recheado de reviravoltas, conheci camaradas que estimo e admiro profundamente, dos quais não poderia deixar de destacar duas mulheres revolucionárias que comigo somaram forças: Luana e Rayanny, que além de companheiras de luta tornaram-se grandes amigas para a vida. Além delas, a outros camaradas muito valorosos gostaria de deixar toda minha gratidão por todos os momentos de acolhimento, reflexão e ação que juntos protagonizamos, como Cristyan, um militante resoluto e capaz de inspirar qualquer um; Milton e Ada, dos quais nunca vou esquecer do carinho e respeito com que sempre me trataram.

A Aline, Jucerlânia, Juliana, Maria de Fátima, Elza, Poliana, dona Terezinha, Jaciara, Jardilene e tantas outras que mães que mesmo atarefadas com suas rotinas saíam caminhando de bairros distantes nas periferias da cidade carregando suas crianças, à noite e às vezes debaixo de chuva, para reunir-se em torno da organização da luta por moradia, que me ensinaram valiosas lições de vida e me inspiraram, algumas de maneira bastante direta, a continuar no caminho da desta pesquisa - as quais sou imensamente grata. Também agradeço a Beatriz, Manu, Tassio, Mateus por toda troca que pudemos realizar durante as reuniões de núcleo e atividades de rua.

A toda minha comunidade, localizada às margens da linha do trem no bairro do Tambor, em especial Aline, seu Severino e dona Socorro, Ana Nélia, Maria, Rafaela, Baiano e dona Socorro, Samara, dona Ana, por todas as noites de reuniões e dias de luta, por sempre estarem dispostos a colocar a mão na massa para concretizar as demandas que, em coletivo, pensávamos para construir um Tambor melhor e impactar a vida de tantas famílias.

Tudo isso não teria sido possível, insisto, sem a minha família, que se envolveu na luta e ganhou protagonismo nesse sentido, a exemplo da minha mãe e avó, a quem reservo justas saudações no final desse trabalho; dos meus irmãos, Mayrton e Simon, que ajudavam na coleta de doações e no manejo do fogão de lenha para fazer o sopão comunitário; minha irmã Susan, que sempre trabalhou nos bastidores para que as atividades se realizassem; minha tia Manuele e minha prima Kau pelas contribuições para o sopão, reuniões e atividades no geral; meu avô Tó, por todos os “improvisos” técnicos e as viagens me transportando de um lugar a outro no frenesi das lutas; meus tios, Amilton e Gê, pelo auxílio com equipamentos, som, luz e o que mais fosse necessário para as ações acontecerem; Júnior, meu companheiro, por todos os “aperrei” resolvidos – e pelos que virão ao longo da vida que temos pela frente. Com vocês tenho certeza de que posso sempre contar.

Aos desconhecidos facilitadores que abriram portas para mim mesmo sem qualquer obrigação, como os trabalhadores do fórum Irineu Joffily que sempre me receberam com tanta atenção, especialmente a Francisco de Assis Albuquerque Jr, juiz da 2ª vara da Justiça do Trabalho, que me forneceu acesso ao arquivo da Justiça Trabalhista e aos processos digitalizados em análise nesta pesquisa. A Alarcon Agra do Ó, querido professor de graduação que construiu a ponte entre mim e Francisco.

Após agradecer tanta gente, que ainda não são nem todos que eu poderia demonstrar gratidão, não posso perder a oportunidade de registrar meus agradecimentos a mim mesma, que por tantas vezes me encontrei aflita, ansiosa e mesmo desesperada ao imaginar que não conseguiria dar conta de tantas demandas; por ter suportado tantas noites em claro, tantos choros e incertezas que não poucas vezes me fizeram paralisar de pânico, mas nunca foram capazes de me afundar de vez – mesmo eu me encontrando psicologicamente nos “buracos” mais profundos que já estive e que achava que jamais conseguiria sair. Sei que só consegui atravessar essa fase tão conturbada da minha vida porque tenho uma forte base coletiva na qual posso buscar forças, mas me sinto pessoalmente feliz de ter reafirmado para mim mesma, em meio a tanta insegurança, minha capacidade de superação e autonomia para a ação.

Por último, mas não menos importante, agradeço principalmente às mulheres que compartilharam sua experiência enquanto trabalhadoras e reservaram um pouco do curto e agitado tempo para me conceder entrevistas: sem vocês não teria sido possível captar complexidades relativas à problemática desse trabalho e enxergar elementos que talvez passassem despercebidos de outra maneira. Às trabalhadoras que tive oportunidade de conhecer através dos processos movidos na Justiça do Trabalho, mesmo desconhecendo-as pessoalmente, também deixo meus sinceros agradecimentos. Esse trabalho é impulsionado pela força coletiva das quais suas experiências individuais são produto e expressão.

27 anos contrariando as estatísticas...

RESUMO

Este trabalho enquadra o fenômeno da mercantilização da “causa das mulheres” enquanto tática de sobrevivência do capital na contemporaneidade em busca de construir, no mundo das aparências, uma autoimagem como “aliado” das mulheres e projetá-la para a opinião pública na medida em que, em essência, explora, domina e violenta milhares de mulheres que estão na base social de sua estrutura produtiva – ampliando as formas de expropriação da força de trabalho feminina sob o neoliberalismo e de esvaziamento da luta feminina, a exemplo das duas grandes empresas analisadas nesse contexto, Avon e Natura. Esse fenômeno faz parte da dinâmica de desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista, que em virtude do grau de concentração que atinge a partir de sua “etapa” imperialista possibilita a diversificação e ampliação da capacidade técnica e tecnológica, complexificando-se no sentido da expansão de suas formas de dominação num processo em que ganha particular importância os “fatos de cultura” – que opera de maneira historicamente original na pós-modernidade. Na luta por hegemonia, o capital adquire uma ampla capacidade de reificação a partir do acúmulo de experiência (material ou subjetiva) em busca de bloquear, conter e canalizar as diversas forças sociais e culturas de oposição que florescem contra sua lógica de dominação, em especial com o desenvolvimento do fenômeno da estetização política – capaz de suprimir, a partir do domínio da ideologia burguesa, as contradições sociais provocadas pelo capital e promover sua espetacularização, assim como faz em relação à “causa das mulheres”. Nesse sentido, o pós-modernismo é concebido como uma importante ferramenta de dominação para manter e aprofundar o estado de confusão ideológica e desmantelamento das fileiras do trabalho feminino num contexto em que as forças do capital encontram-se mundializadas (e organizadas) como nunca, seja por meios institucionais ou através de seus aparelhos privados de hegemonia – desdobrando-se em implicações políticas urgentes para as mulheres do século XXI.

Palavras-chave: mulheres; pós-modernismo; trabalho feminino; gênero.

ABSTRACT

This dissertation examines the phenomenon of the commodification of the “women’s cause” as a survival tactic of capital in contemporary times, seeking to build, in the world of appearances, a self-image as an “ally” of women and project it to public opinion insofar as, in essence, exploits, dominates and violates thousands of women who are at the social base of its productive structure – expanding the forms of expropriation of the female workforce under neoliberalism and the emptying of the female struggle, like the two large companies analyzed in this context, Avon and Natura. This phenomenon is part of the dynamic development of the capitalist mode of production itself, which, by virtue of the degree of concentration it has reached since its imperialist “stage”, has become more complex in terms of expanding its forms of domination in a process in which the “facts of culture” take on particular importance – which operate in a historically original way in postmodernity. In the struggle for hegemony, capital acquires a broad capacity for reification from the accumulation of experience (material or subjective) in an attempt to block, contain and channel the various social forces and cultures of opposition that flourish against its logic of domination, especially with the development of the phenomenon of political aestheticization – capable of suppressing, from the dominance of bourgeois ideology, the social contradictions caused by capital and promoting their spectacularization, just as it does in relation to the “women’s cause”. In this sense, postmodernism is conceived as an important tool of domination for maintaining and deepening the state of ideological confusion and dismantling the ranks of women's work in a context in which the forces of capital are globalized (and organized) as never before, whether by institutional means or through their private apparatuses of hegemony – unfolding into urgent political implications for women in the 21st century.

Keywords: women; postmodernism; women’s work; gender.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Ângela, assistente virtual da Avon, no combate à violência contra a mulher.....	150
Imagem 2: Avon explica: o que é sororidade?.....	155
Imagem 3: Cômodo no qual a idosa foi mantida em situação análoga à escravidão.....	162
Imagem 4: Cômodo no qual a idosa foi mantida em situação análoga à escravidão.....	163
Imagem 5: Cômodo no qual a idosa foi mantida em situação análoga à escravidão.....	163
Imagem 6: Mariah Corazza Üstündag, ex-gerente global no setor de fragrâncias da Avon.....	164
Imagem 7: Mãe de Mariah, Sonia Corazza Üstündag, renomada engenheira química brasileira.....	164
Imagem 8: Avon homenageia Tereza de Benguela no Dia da Mulher Negra, Latino-americana e Caribenha.....	166
Imagem 9: Nat Natura incentivando o autocuidado.....	172
Imagem 10: Nat Natura sobre inclusão, padrões e amor-próprio.....	176
Imagem 11: Nat Natura em transição capilar.....	180
Imagem 12: Coletivo Bruta Flor Feminista: ato pela descriminalização do aborto e pela saúde das mulheres em 11 de agosto.....	246
Imagem 13: Ato #EleNão em 29 de setembro.....	247
Imagem 14: As Carolinas da Borborema na II Marcha da Diversidade Humana de Campina Grande em 16 de junho.....	248
Imagem 15: Intervenção artística performada pelos setores feministas de Campina Grande contra Bolsonaro em 19 de dezembro.....	249
Imagem 16: Coletivos feministas em articulação no ato Mulheres da Rua em 14 de março.....	249
Imagem 17: Jô Oliveira, primeira vereadora negra da cidade no ato Mulheres da Rua em 14 de março.....	250

Imagem 18: Articulação entre movimentos feministas da cidade no 08 de março.....	251
Imagem 19: Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande no 08 de março.....	252
Imagem 20: Coletivo 1º de Maio no #ForaBolsonaroGenocida em 29 de maio.....	253
Imagem 21: Ato #ForaBolsonaroGenocida.....	254
Imagem 22: Movimento de Mulheres Olga Benário no ato #ForaBolsonaroGenocida em 22 de junho.....	255
Imagem 23: Ato #MulheresContraBolsonaro em 04 de dezembro.....	256
Imagem 24: Articulação entre organizações feministas no 08 de março.....	257
Imagem 25: Articulação entre organizações feministas no 08 de março.....	258

SUMÁRIO

PARTE I

INTRODUÇÃO.....	15
1- PARA COMEÇO DE HISTÓRIA: ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICOS.....	37
1.1- Balanço crítico da luta feminina: origens, desenvolvimento e desafios atuais – resgatando o legado de mulheres revolucionárias.....	37
1.2- “Imperialismo neoliberal”: o pós-moderno em função do capital através da mercantilização da “causa das mulheres”.....	81

PARTE II

2- ANÁLISE DAS FONTES IMAGÉTICAS: O IMPÉRIO DO MUNDO DAS APARÊNCIAS.....	149
2.1- O caso da Avon.....	149
2.2- O caso da Natura.....	171
3- REVELA-SE O CHÃO CONCRETO DA HISTÓRIA: O QUE DIZEM AS VOZES DO TRABALHO.....	184
3.1- Análise das fontes processuais: trabalhadoras da Avon.....	187
3.1.1- <i>Maria José</i>	187
3.1.2- <i>Ana</i>	194
3.1.3- <i>Mônica</i>	200
3.1.4- <i>Aline</i>	207
3.2- Análise das fontes orais: trabalhadoras da Natura.....	217
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	238
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	270

PARTE I

INTRODUÇÃO

Reflexões sobre os (des)caminhos da pesquisa

Ser pesquisador é estar em constante dívida consigo mesmo em busca de mais conhecimento – menos como uma forma individual de armazenar tais conhecimentos numa sala empoeirada com inúmeras gavetas que como uma maneira de, coletivamente, nutrir e manter viva a gigante e milenar árvore do conhecimento humano. Por outro lado, a relação entre pesquisador e pesquisa não é simples. Já havíamos mencionado em outra oportunidade que é ilusória e pueril a tentativa de separar rigidamente o pesquisador da pesquisa que desenvolve na presunção de se construir uma pesquisa “objetiva” ou “impessoal”¹. Obviamente, enfatizar os caminhos que me levaram a desenvolver tal pesquisa, que foram tão importantes como ela própria, não é o mesmo que fazer uma abordagem individualista das questões, o que fica mais claro quando se considera que o pesquisador não está desligado da dinâmica social em que produz conhecimento: ao contrário, está completamente imerso e integra grupos e classes sociais que possuem interesses econômicos, políticos, culturais e ideológicos determinados – assim como, também, carregam consigo uma concepção de mundo própria. Não existe conhecimento sem mediação, especialmente no campo da historiografia, em que as representações do passado também representam explícita ou implicitamente a defesa de um projeto de presente e de futuro a partir de quem “conta” a História. Trocando em miúdos, aquelas concepções que não mencionam, não assumem ou tentam esmaecer seu comprometimento político e não se pretendem ideologicamente comprometidas são, em verdade, as mais perigosas.

Dito isto, é válido mencionar algumas reviravoltas que essa pesquisa sofreu durante seu processo de desenvolvimento, iniciado em meados de 2017 no curso de graduação em História e que, a princípio, tomou forma de monografia, defendida em fins de 2019. De lá para cá, venho tentando acertar as contas comigo mesma e com a tradição marxista, na qual tenho raízes – ponto ao qual voltarei mais à frente – para superar certas limitações que pude localizar e trabalhar mais detidamente na intenção de dar um salto qualitativo em relação ao que consegui entregar anteriormente. Com ajuda da banca que aprovou minha monografia, as diretrizes passadas pelo meu orientador e modestos empreendimentos pessoais, de cara pude identificar que, apesar dos esforços, meu ambicioso voo não conseguiu nem de longe “cobrir”

¹ Nesse sentido, toda essa primeira parte da introdução à pesquisa será desenvolvida através da primeira pessoa do plural.

satisfatoriamente os domínios que se comprometeu delinear, assim como careceu de uma fundamentação empírica mais robusta e concreta – dimensão completamente ofuscada pelas fontes de origem virtual, ainda muito abstratas e escorregadias para os historiadores e muito grosseiramente, reconheço, tratadas por mim. Dessa maneira, dentro das condições possíveis, pretendi superar tais lacunas e fincar mais profundamente meus pés no chão da História: isso (talvez) explique a recorrência e mistura de diferentes tipos fontes documentais e uma restrição maior em relação ao domínio que busquei percorrer, a saber, a luta feminina.

Antes de entrar na questão acerca dos caminhos “escolhíveis” para a construção desta pesquisa, gostaria de mencionar os obstáculos concretos que podem ser sintetizados à famosa passagem em que MARX (2011) afirma que “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita” (MARX, 2011, p. 25): isto é, as condições materiais e objetivas debaixo das quais precisei fazer tais “escolhas”. Seria impossível, dessa maneira, ignorar o contexto de recrudescimento das políticas econômicas neoliberais no Brasil que aprofundou uma série de processos em desenvolvimento, tais quais as privatizações de empresas estatais como a Petrobrás e os Correios, assim como a liquidação de recursos naturais na Amazônia e em territórios indígenas; cortes nos investimentos públicos, melhor exemplificados através da aprovação da PEC 241/2016; incentivos à especulação imobiliária e fundiária por meio do aumento do preço do solo e dos aluguéis, da periferização, do déficit habitacional e da elitização dos programas de financiamento habitacional; precarização desmedida no mundo do trabalho, inclusive dos estudantes trabalhadores, através do afrouxamento das leis e direitos trabalhistas; e o desmonte da educação pública, que segue de vento em poupa sucateando as universidades, degradando as condições de trabalho dos professores, acabando com os direitos à permanência estudantil e minando as possibilidades de ingresso dos estudantes pobres às universidades por meio das cobrança para a realização do ENEM, do aumento dos preços no transporte público, do custo de vida, etc.

Essas determinações colidiram com minhas expectativas em cheio e acabaram por me atingir frontalmente, em especial após o corte das bolsas do Programa de Pós-graduação em História da UFCG em 2020, período “inaugurado” pela minha turma e que segue dificultando os caminhos de inúmeros estudantes pobres não só na universidade que sou vinculada, mas por todo país. No final das contas, a limitação quantitativa acabou transformando-se em limitação qualitativa, impedindo possibilidades de um voo mais alto através do acesso a materiais e livros que não pude alcançar, o que direta ou indiretamente contribuiu para restringir a alçada aos

limites das correntes que me impedem de voar – além das insuficiências e fronteiras idiomáticas que são, sem sombra de dúvidas, imprescindíveis aos bloqueios que encontrei no desenvolvimento do trabalho – nesse caso, bendita seja [o acesso à] tecnologia, que embora de maneira parcial, pôde me auxiliar com traduções e consultas diversas! Isso sem mencionar o peso do sofrimento psíquico causado pela falta de alternativas concretas para aqueles que precisam lutar pela sobrevivência diária e se manter estudando. Além disso, é grave a ascensão da extrema direita e do fascismo, principalmente após a eleição de Jair Messias Bolsonaro à presidência em 2018, na qual aprofundou-se o massacre do povo pobre de nosso país e a criminalização, perseguição e dizimação de movimentos e grupos sociais organizados que saíram à luta contra seu governo de genocida.

O que não esperávamos, até o início de 2020, era que o que já estava péssimo pudesse piorar, quando o surgimento do Covid-19 e da pandemia colocou diante dos nossos olhos a face mais obscena e crua do capitalismo, pois numa realidade altamente incerta em que não sabíamos quase nada acerca das origens e/ou grau de letalidade do novo vírus, em que não tínhamos a mínima certeza de que a humanidade sobreviveria a essa catástrofe mundial, mesmo assim, “a economia não pôde parar” e bilhões de pessoas no mundo inteiro foram obrigadas a recorrer aos transportes públicos lotados e abarrotar ambientes fechados e com pouca ventilação para continuar fazendo as engrenagens do capital girar – enquanto os detentores do poder e dos meios de produção e reprodução da vida permaneciam em suas fortalezas rodeados por serviços e longe dos riscos do mundo “lá fora”. Além das consequências materiais, psicológicas e humanas com as quais a pandemia me atingiu e, de uma forma ou de outra, também a esta pesquisa, vale mencionar o impedimento ao acesso às fontes documentais (tanto à realização das entrevistas como a ida ao arquivo propriamente dito) justamente em virtude das medidas de segurança trazidas pelo isolamento social – que desde sempre foi uma farsa² – e que acabaram atrasando o processo de seu desenvolvimento.

O isolamento social, apesar de necessário, foi bastante doloroso para a maioria das mulheres – para as mães, pesquisadoras e trabalhadoras então, dupla ou triplamente pior. Em um período como esse, já não sabíamos mais qual “função” deveríamos cumprir, ao passo que

² Já que, na contramão do discurso corrente em torno da campanha para “lavar as mãos” e “ficar em casa” durante a pandemia, na prática muitas pessoas não tinham água corrente e nem mesmo casa pra morar: é o que se pode afirmar com a análise dos dados apresentados pelo Instituto Trata Brasil com o ranking de saneamento, que afirma que em 2020 cerca de 35 milhões de brasileiros não tinham acesso à água potável [estudo disponível para download em: <https://tratabrasil.org.br/pt/estudos/ranking-do-saneamento/itb/ranking-do-saneamento-2022>. Acesso em 04 de julho de 2022.] e com o fato de que o déficit habitacional brasileiro, em 2019, segundo estudo da Fundação José Pinheiro, chegou ao número de 5,876 milhões.

éramos cotidianamente obrigadas a desempenhar todas elas ao mesmo tempo: não se sabia qual era o momento de ser mãe, de trabalhar, de estudar ou realizar afazeres domésticos – acontecia tudo de maneira simultânea. Paradoxalmente, esse foi o momento em que passei a enfrentar alguns complexos – e até o presente momento, insolúveis – “problemas de gênero”, para invocar a máxima de Judith Butler. Acredito ser importante colocar essas questões aqui porque até então não sabia (e continuo não sabendo) responder a qual gênero pertencço ou se, mais que isso, realmente me sinto pertencente a algum gênero. Paulatinamente, essas questões vêm sendo ofuscadas pelo peso que a materialidade da vida concreta impõe: enquanto vivencio uma guerra interna/subjectiva, a guerra objetiva em que estou inserida me posiciona de maneira estrutural e concreta nos papéis de gênero que me foram, desde sempre, impostos social e culturalmente. A partir do momento que tomei consciência de que uma coisa não está desassociada ou pode ser discutida sem a outra, percebi que de pouco ou nada adianta as tentativas de “desconstruir” o gênero numa sociedade em que a identificação entre gênero e sexo³ (que é necessária à produção e reprodução da vida no capitalismo) te esmaga e reduz objetivamente ao papel que a sociedade espera que você desempenhe.

Mesmo que eu tivesse apenas a pesquisa para me dedicar, nesta conjuntura, as coisas já não seriam tão fáceis para os filhos da classe trabalhadora. Para as filhas que também são mães, então, nem se fala – apesar da ideia corrente de que ter um companheiro para “ajudar” suaviza o peso da maternidade e/ou dos afazeres domésticos. No chão da vida cotidiana a realidade se mostra muito diferente do que parece, especialmente quando a(s) cria(s) ainda é(são) pequena(s) e depende(m) do aleitamento, como foi o meu caso no início da pandemia, em que também estava trabalhando fora dando aula como professora substituta. As iniciativas individuais são muito pouco (e concretamente ínfimas) comparadas às configurações da estrutura social e econômica em que estamos inseridos, e eu senti isso na pele sempre que estava tentando assistir às aulas (remotas) ou fazer alguma atividade referente ao mestrado e meu filho precisava de mim, seja na hora de amamentar ou dormir, num momento de doença e até mesmo de brincadeira em que o pai, para ele, não era suficiente. Longe de culpabilizar individualmente a ou b, precisamos entender de uma vez por todas que essa “ligação sagrada” entre mãe e filho é economicamente necessária, se dá imediatamente após o momento de descoberta da gravidez

³ Vide o papel de reprodução social imposto às mulheres cis e a própria imposição institucional da cultura na sociedade, que desde o nascimento dita como devem-se vestir e comportar meninas e meninos, punindo cruelmente aqueles que ousam “desviar” dos padrões de gênero/sexual social e culturalmente internalizados – o que deixa ainda mais explícito o cinismo de uma certa classe dominante “progressista” que investe capital em publicidade para incluir a todos em suas campanhas, já que a contradição mencionada acima está na base da relação que faz o capital girar.

e se concretiza após o parto, pois o sistema de produção em que nossa vida acontece empurra nos ombros das mulheres cis duplas responsabilidades e jornadas de trabalho – que deveriam ser dever de toda sociedade, a exemplo da questão trabalho doméstico e da criação das crianças que a URSS foi pioneira na busca de soluções coletivas.

Para além dessas questões, é preciso que eu deixe registrado o drama existencial propriamente dito de viver e desenvolver uma pesquisa no contexto esboçado: em que fui arrastada pela correnteza do neoliberalismo e posso, a qualquer momento, ser afogada por ela. A esperança que alimentei durante a graduação de enfrentar um mestrado e, posteriormente, um doutorado com o objetivo não só de me desenvolver profissionalmente, mas como a forma “menos pior” de trabalhar e poder ajudar minha família talvez tenha sido uma das piores perdas do fim da graduação para cá. Eu já sabia que ser pesquisador no Brasil não era fácil devido a todo processo de sucateamento da educação pública já mencionado que vinha em processo, especialmente para os alunos pobres e que precisam trabalhar para se manter estudando – como é o meu caso. Mas ter o financiamento da pesquisa cortado logo de cara era algo que eu não esperava, e isso atingiu diretamente meu entusiasmo no que diz respeito aos estudos: como abrir um livro com empolgação para construir um estudo sabendo que além de não ter bolsa, não tenho garantia de absolutamente nada no futuro – nem sequer do mínimo: um emprego? Como fazer para obter o recurso material necessário para me manter e sustentar a pesquisa? Como ter tempo pra desenvolver a pesquisa e conciliar a maternidade se eu preciso trabalhar, cuidar da minha casa e sustentar minha família? Todas essas questões continuam me acompanhando até aqui, no presente momento em que escrevo. Talvez o que ainda me move é saber que não encarno apenas inclinações ou interesses individuais, mas coletivos, e que, de mim, muitos têm expectativas as quais eu não estar abaixo. É o que mantém nadando contra a maré – apesar de toda pressão e cansaço físico-mental. Nesse sentido, acredito ser pertinente invocar as reflexões do velho GRAMSCI (1982) de que:

Deve-se convencer muita gente de que o estudo é também um trabalho, e muito cansativo, e com um tirocínio particular próprio, não só intelectual, mas também muscular-nervoso: é um processo de adaptação, é um hábito adquirido com esforço, aborrecimento e até mesmo sofrimento (GRAMSCI, 1982, p. 138-139).

Somados todos os fatores aqui já citados, posso dizer que apesar de todas as mudanças pelas quais passamos eu e esta pesquisa desde seu início, uma das únicas coisas que não mudou foi minha inclinação e firmeza teórico-ideológicas que, em verdade, aprofundaram ainda mais suas raízes no solo do marxismo – que continua no limbo do tribunal da História e que, sem

dúvidas, tem sido cada vez mais recorrente em virtude de suas “engenhosidades” (não só) teóricas. Por outro lado, não posso dizer que minha concepção de pós-modernidade tenha permanecido idêntica, pois ainda no interior do mesmo terreno pude enriquecer meu olhar sobre tal fenômeno da contemporaneidade e passei a tratá-lo de maneira talvez menos rígida e mecânica. Antes de dar substância ao debate teórico-metodológico, gostaria de falar um pouco sobre as intenções e finalidades deste trabalho. Mesmo tendo a luta feminina como objeto de estudo, não pretendo me centrar em fazer uma discussão teórica sobre gênero ou acerca das vertentes/epistemologias feministas⁴, mas refletir sobre como se comportam essas tendências na configuração histórica (pós-moderna) em que estamos inseridos e como foi historicamente possível chegarmos até aqui. Dessa forma, meu objetivo principal é evidenciar de que maneira os setores pseudoprogressistas das forças do capital conseguem apropriar-se de demandas femininas (e também feministas) e miná-las por dentro por meio de sua banalização, esvaziamento e mercantilização, evidenciando tanto os desdobramentos políticos desse fenômeno como as formas concretas através das quais se manifesta no mundo do trabalho, uma vez que o capital busca ocultar os processos sociais que estão na base de tal espetacularização: a expropriação da força de trabalho feminina – o que será feito através da análise das condições da força de trabalho feminina das empresas Avon e Natura.

Passaram-se pouco mais de um ano da qualificação deste trabalho em agosto de 2022 para cá, setembro de 2023, onde escrevo estas breves considerações adicionais. Desde então, tenho buscado forças para continuar a desenvolvê-la no interior de difíceis condições (materiais e psicológicas) numa luta incessante contra demônios internos e externos que manifestaram-se no caminho de sua produção. Neste ínterim, não poderia deixar de dar destaque a dois importantes acontecimentos que impactaram significativamente esse processo: 1) o desligamento em relação ao Partido Comunista Revolucionário (PCR) e do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB) e 2) minha segunda gravidez, que coincidiu com o momento de qualificação da pesquisa – que não ocorreu necessariamente nesta ordem. Com o desgaste da gestação e o ritmo incessante de lutas, que intensificou-se sob a conjuntura do governo Bolsonaro, além das demandas domésticas e familiares, eu me vi sem condições alguma de tocar uma pesquisa que exigia tanto de mim e me encontrava mais frustrada que

⁴ O que não quer dizer que se possa fugir de tais questões, uma vez que apesar de assentar a análise sobre as bases teóricas da tradição marxista, nem por isso a contribuição da tradição feminista, em toda sua pluralidade, deixa de se fazer presente ao longo da pesquisa.

nunca no âmbito acadêmico. Como não encontrava condições mínimas de atuação no interior da organização da qual fazia parte, pois mesmo quando colocava minhas questões enquanto mãe trabalhadora militante não conseguia identificar direcionamentos concretos no caminho de sua solução, resolvi me desvincular em virtude de um conjunto de contradições que talvez em outro espaço um dia eu resolva expor para o debate. O fato é que, mesmo após eu ter solicitado duas vezes o prazo de prorrogação para a defesa dessa dissertação e estar muito próxima de esgotar o segundo, eu estava cada vez mais cercada e sobrecarregada por uma lógica de produtividade que pouco difere da que está posta, que nos adoece, esgota e violenta num espaço que deveria criar condições para que mães trabalhadoras tenham possibilidades de intervir politicamente na realidade social.

A consequência foi que de repente me vi praticamente internada em casa do início de 2023 até fins de março do corrente ano em busca de recuperar o tempo perdido, já no trimestre final de gestação, passando noites em claro fazendo a leitura e interpretação das fontes processuais, organizando transcrições de entrevistas, consultando fichamentos, refletindo, escrevendo, apagando, reescrevendo, apagando, escrevendo novamente, apagando de novo e assim por diante. Lembro como se fosse hoje da barriga pesando, dos pés inchados, das dores nas costas, dos enjoos e náuseas, do sono e cansaço que pareciam infinitos, dos choros e toda culpa que sentia por negligenciar os cuidados com a gravidez, como pré-natal, ultrassons e exames que deixei de comparecer, além da falta de tempo para aproveitar os momentos com meu filho mais velho, Kauan, o que me corroía por dentro. O resultado é que nem eu e nem Jorge aguentamos as tensões que esse processo implicou e, na semana da defesa da dissertação, que ocorreria em 31 de março de 2023, mais especificamente na madrugada do dia 27, meu pequeno guerreiro começou a dar os primeiros sinais de que chegaria ao mundo de maneira antecipada e nasceu por volta das 11h da manhã de plena segunda-feira. Após os (merecidos) dias de descanso, já com a “parte bruta” – a hermenêutica das fontes – da pesquisa desenvolvida, retomei as atividades e então me vi envolvida por demandas ainda mais desafiadoras, precisando adaptar-me a uma nova rotina com duas crianças pequenas para atender às necessidades, o que até o presente momento continua (e por um longo período permanecerá) ocupando boa parte do meu tempo.

Nada disso é sobre a maternidade – mas até que poderia ser. Apesar de não ser adepta da universalização de experiências individuais, poderia afirmar que ser mãe é bom, ruim é ser sobrecarregada, pois a obrigação de lavar roupa, dar comida, dar banho, vestir, pentear cabelo, escovar dente, colocar pra dormir, trocar fralda, amamentar, brincar, fazer atividade escolar,

dar atenção, educar uma criança... tudo isso requer tempo – e boa parte dessas demandas sequer consiste em critérios que sejam capazes de definir as funções sociais da maternidade. Por causa disso perdi prazos, atrasei entregas, esqueci compromissos, deixei de realizar leituras, escrever, descansar, de apreciar momentos e cheguei mesmo a tratar de maneira desatenciosa e amarga pessoas que adoçam minha vida. Escrevo isso mais a nível de desabafo e para registrar todo meu ódio ao capital, ao ideal de família burguês cisheteronormativo, às instituições (inclusive a academia) e às relações de gênero que, em seu conjunto, invertem a ordem das coisas: é cansativo e verdadeiramente adoecedor ser culpabilizada individualmente por uma carga que é de responsabilidade coletiva, sob uma lógica cruel em que o fardo do fracasso recai unicamente sobre você, que é constrangida por “trazer problema para as pessoas”, “não saber gerenciar o tempo direito”, “não ser organizada o suficiente”, etc, etc. É assim que o capital vai nos frustrando e nos deixando para trás na medida em que nos posiciona fixamente no “papel de mãe”. Mais assustador ainda é perceber como essas questões são simplesmente inexistentes ou tratadas de maneira bastante superficial no interior de espaços que deveriam promovê-las.

Foi durante esse processo de agonia que mais refleti acerca dessas e outras contradições que dizem respeito à socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças, além de avaliar os problemas de organização do ponto de vista das mães trabalhadoras, o que me inspirou a finalizar essa pesquisa e me trouxe empolgação para desenvolver o trabalho de militância e promover polêmicas públicas sobre as contradições que permeiam a luta feminina na contemporaneidade. Em meio a tanta insegurança, pude reforçar minha firmeza ideológica no sentido de lutar, através de todas as frentes, para que essas questões sejam pensadas de maneira cada vez mais ampla pelas mães trabalhadoras em toda sua diversidade, mas não apenas isso: que sejam tratadas, refletidas e superadas de maneira coletiva em articulação com demandas gerais de emancipação, o que tem tudo a ver com a concepção de luta feminina defendida por mim na parte I desse trabalho, que busca evidenciar como “a ação surge sempre de forças diretamente materiais e não das frases que a acompanham; longe disso, as frases políticas e jurídicas são outros tantos efeitos das forças materiais, assim como a ação política e seus resultados” (MARX, 2008, p. 278).

Referenciais teórico-metodológicos

Tempo em vista construir uma visão histórico-concreta acerca da pós-modernidade e também da luta feminina, buscamos referências em grandes pensadoras e pensadores que nos forneceram alicerces conceituais para pensar tais questões e a dinâmica social concreta do

mundo objetivo. Em relação à concepção de luta, partimos declaradamente do ponto de vista e dos interesses das mulheres trabalhadoras. Por isso, buscamos resgatar as contribuições de mulheres revolucionárias historicamente silenciadas que não só desenvolveram teoricamente a questão, mas lutaram ativamente pela causa feminina através da luta pelo socialismo, uma vez que consideravam a emancipação das mulheres como um processo ligado de maneira simbiótica à luta geral por emancipação da classe trabalhadora: trata-se de Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai. Ao avançar no desenvolvimento da questão de gênero por meio do acúmulo teórico-metodológico legado pelo materialismo histórico-dialético, essas mulheres marxistas observaram e demarcaram nuances entre as “mulheres” e foram indiscutivelmente críticas às concepções de luta (sobretudo feministas) que reduzem a “questão feminina” às determinações de gênero, contribuindo para deslocar o debate de maneira concreta para a dimensão da produção e reprodução material da vida social à medida que evidenciavam que “as mulheres” não são um grupo social homogêneo e ideologicamente coeso – como veremos. O legado da tradição da qual partimos, apesar do histórico processo de silenciamento que sofre no interior dos debates e lutas pela emancipação das mulheres e de sua caricatura como uma concepção ultrapassada na contemporaneidade, na verdade foi imprescindível e imprimiu sua marca no desenvolvimento posterior de todas as lutas por emancipação feminina que se seguiram ao longo do século XX – e continuam inegavelmente atuais em relação aos desafios impostos às mulheres trabalhadoras no século XXI.

Para entender e discutir o imperialismo, apoiamo-nos na concepção de Lenin do fenômeno como domínio do capital financeiro para pensar suas [possíveis] rupturas e continuidades frente as determinações histórico-sociais contemporâneas. Luxemburgo, nesse sentido, nos dá dimensão da profundidade atingida pelas forças do reformismo após a cisão do movimento proletário internacional, enfatizando o significado e importância do ingresso das grandes massas na cena política – o que dá origem à sua concepção dialética entre reforma e revolução. O conceito de indústria cultural teorizado por Adorno e Horkheimer também nos acompanhará por toda trajetória dessa pesquisa, na medida em que marca um salto de desenvolvimento do capital em relação aos seus instrumentos de dominação ideológica. No que se refere ao neoliberalismo, buscamos alicerce nas considerações de Harvey, que compreende a neoliberalização como uma reestruturação flexível e altamente financeirizada do capital que conduz o processo de produção e reprodução da vida social – e, em especial, sobre a condição pós-moderna em que as inovações técnicas e tecnológicas operam para a manutenção material e ideológica do capital globalizado. Além desses autores, também nos referenciamos na obra

do marxista italiano Antonio Gramsci, que nos lega instrumentos teórico-metodológicos para pensar os mecanismos de desenvolvimento (material e ideológico) do capital através de seus estudos sobre cultura, especialmente por meio da utilização de conceitos como Estado, sociedade política, ideologia, hegemonia, consenso, intelectuais orgânicos, subalternidade, sociedade civil e aparelhos privados de hegemonia, partido e bloco histórico – que serão explorados e colocados à prova ao longo da pesquisa.

Para adentrar os terrenos do pós-moderno, antes de mais nada, é preciso evidenciar que os termos “pós-modernidade”, “pós-modernismo” e “pós-estruturalismo”, mesmo relacionados, referem-se a diferentes manifestações, sendo o primeiro sinônimo do período histórico em que vivemos e, os dois últimos, são faces da mesma moeda e dizem respeito ao âmbito da produção cultural: respectivamente, às manifestações artísticas e intelectuais da contemporaneidade. Em virtude da proximidade de sua natureza, geralmente os estudiosos do tema utilizam apenas um dos termos (quase sempre pós-modernidade ou pós-modernismo) para referir-se ao fenômeno como um todo, sendo nossa alternativa escolher por restringir o uso dos conceitos e atribuir diferentes domínios para eles: quando utilizar “pós-modernismo”, pode-se considerar que pretendemos nos referir à dominante cultural que engloba e coloniza como nunca a produção artística e intelectual; já quando recorrer ao uso de “pós-modernidade”, será no sentido de identificá-la com as relações de produção da contemporaneidade, isto é, ao neoliberalismo enquanto padrão flexível de acumulação mundialmente dominante; por fim, apesar de menos recorrente, a utilização do termo “pós-estruturalismo” dirá respeito às manifestações teórico-intelectuais na pós-modernidade – para generalizar processos no interior do fenômeno e às vezes o próprio fenômeno, também podemos recorrer à noção geral de “pós-moderno”⁵.

Dito isto, é importante ainda mencionar que para discutir no geral sobre pós-modernidade/pós-modernismo, contamos com as importantes contribuições de Jameson, Harvey, Eagleton e Anderson, que são basilares na nossa compreensão acerca de tais fenômenos. Entretanto, para facilitar o fluxo da exposição e o elevar nível de didaticidade do debate, utilizaremos Harvey e Anderson de maneira mais específica (embora não restrita) para caracterizar econômica e historicamente a pós-modernidade, uma vez que identificamos uma atenção maior desses autores com a apreensão histórico-concreta dos fundamentos político-

⁵ Embora seja válido mencionar que nenhum deles é passível de “significado convenientemente conciso e coerente, uma vez que [o] conceito não só é contestado, mas é também intrinsecamente conflitante e contraditório” (JAMESON, 2000, p. 26).

econômicos de sua natureza, o que permite localizar as condições objetivas que possibilitaram o desenvolvimento da pós-modernidade e como se manifesta na economia através de sua neoliberalização. Para caracterizar cultural e ideologicamente o pós-modernismo, por outro lado, partiremos das contribuições de Jameson e Eagleton, visto que neles encontramos alicerces mais firmes para compreender a dimensão da produção de cultura na contemporaneidade, tomando emprestado especialmente alguns conceitos de Jameson sobre a cultura pós-moderna como pastiche, nostalgia, museu imaginário, invólucro e simulacro – que serão trabalhados concretamente no desenrolar da pesquisa.

Apesar de não ter condições de recuperar todas as nuances que envolvem os debates acerca da pós-modernidade neste espaço, muito menos tratar de maneira atenciosa as aproximações e distanciamentos que se verificam entre os autores acima referidos, algumas observações tornam-se necessárias na medida em que, no processo de “costura” entre as abstrações conceituais e as evidências históricas, suas contribuições serão apropriadas de maneira positiva em crítica ao fenômeno da mercantilização da causa feminina. Nesse sentido, importante evidenciar certas divergências que, no geral, apresentamos em relação a esses autores, que apesar de pontuais, não perdem importância frente à urgência de um tratamento franco do fenômeno pós-moderno no interior da nossa tradição. Fazemos isso contra o próprio domínio da ideologia pós-moderna na historiografia contemporânea na qual impera o ecletismo, que implica na produção de conhecimento histórico como uma espécie de colagem em que o pesquisador “escolhe” de maneira arbitrária os “fragmentos” que lhe convém e tende a escamotear aquilo que, para sua “perspectiva”, seria desfavorável e inconveniente trazer à mostra. A respeito disso, o fato é que não tem como “escolher” entre partes aleatoriamente e ignorar o resto: deve-se conceber o todo para criticá-lo e preservar aquilo que nele é essencial – é assim que ocorre a dialética. Seja positiva ou negativamente, as apropriações teórico-metodológicas devem ser críticas, precisam ser postas à prova da “lógica histórica”, como ensina a lição thompiana. É assim que podemos identificar a especificidade histórica do nosso tempo, enxergar as tendências que se desenvolvem, descobrir onde se localizam nossas próprias limitações frente a tais determinações, etc.: em suma, trata-se de processo crítico, que também é autocrítico.

Nesse sentido, a obra de Jameson representa um ponto de inflexão no debate acerca do pós-moderno, inclusive no âmbito da tradição marxista, na medida em que o concebe não como uma moda acadêmica ou uma questão de estilo/estética, mas como lógica de produção dominante do “novo estágio” do capitalismo, o que lhe permitiu afastar-se de posições duais

que concebiam o fenômeno como essencialmente negativo ou positivo, abrindo um caminho alternativo que transcendia as formulações repetitivas na medida em que evidenciou que “a cumplicidade do pós-modernismo com a lógica do mercado e do espetáculo era inequívoca, mas a sua simples condenação era inútil” (ANDERSON, 1999, p. 77). Nossa hesitação em relação à sua concepção de pós-modernidade concentra-se nas bases em que se fundamenta uma vez que pressupõe a existência de um “capitalismo tardio” ou “multinacional”. Se as teorias pós-coloniais fazem objeções ao pós-modernismo de Jameson ao apontar sua caracterização do universo cultural como excessivamente padronizada de maneira a eclipsar a diversidade cultural da periferia do capitalismo, acusando-o de “neo-imperialista”, as nossas se dão no sentido de afirmar a permanência do imperialismo como um fenômeno válido para compreender a pós-modernidade e o processo de dinamização do capital, pois consideramos o “momento neoliberal” como aquele em que o imperialismo atingiu seu maior grau de complexidade em virtude da experiência adquirida ao longo de mais de um século de domínio, dispondo de diferentes instrumentos, métodos e táticas, sejam eles materiais e/ou subjetivos, para controlar e condicionar a força de trabalho e manter a desorganização das forças do trabalho num mundo cada vez mais monopolizado pelo capital.

Nos debates atuais acerca do fenômeno da pós-modernidade e do mundo pós-moderno é pouco frequente nos depararmos com a análise, ou até mesmo a menção, da influência do imperialismo neste cenário como grau mais elevado de desenvolvimento do capital, que encontra-se animado sob formas neoliberais de organização produtiva e exploração do trabalho – muitas vezes, apesar de sua ligação historicamente orgânica com a pós-modernidade, nem mesmo o próprio neoliberalismo é considerado como força determinante frente aos plurais “estilos de vida” do mundo pós-moderno de infinitas possibilidades. Por isso entendemos como urgente a tarefa de recuperar a concepção leninista de imperialismo, já que suas antecipações tornaram-se palpáveis após as transformações [neoliberais] mais recentes do sistema capitalista de produção – uma vez que entendia o fenômeno como um momento de transição e recrudescimento das próprias forças capitalistas sob a hegemonia do capital financeiro, um processo em desenvolvimento que podemos identificar suas dimensões mais complexas na atualidade a partir do fenômeno do neoliberalismo. Talvez o “esquecimento” em relação à importância do conceito de imperialismo se dê muito em vista da maneira caricata para qual tende-se a compreendê-lo como fenômeno, que ao apegar-se de maneira a-histórica ao seu contexto de origem de forma superficial, mecânica e estática, deixa de entendê-lo como processo, isto é, seus desdobramentos ao longo do século XX e a complexidade que adquiriu

frente à realidade histórico-concreta do século XXI. O próprio Jameson, nesse sentido, chega a se utilizar de tal argumentação caricata para afirmar o fim do imperialismo na medida em que busca evidenciar que

O que diferencia o desenvolvimento do novo conceito do anterior (que ainda era, grosso modo, consistente com a noção de Lênin do “estágio monopolista” do capitalismo) não é meramente uma ênfase na emergência de novas formas de organização das empresas (multinacionais, transnacionais) além do estágio monopolista, mas, acima de tudo, a visão de um sistema capitalista mundial fundamentalmente distinto do antigo imperialismo, que era pouco mais do que a rivalidade entre várias potências coloniais (JAMESON, 2000, p. 22)⁶.

Talvez seja nossa perspectiva terceiro-mundista, mas “daqui” é no mínimo controverso invocar o desmantelamento do imperialismo na medida em que as diretrizes do sistema financeiro internacional, ainda sob a égide dos Estados Unidos, impõem condições fiscais que estrangulam o desenvolvimento de nossas forças produtivas e nos impõe uma realidade de atraso econômico. Atribuímos tal fraqueza da concepção de Jameson, dessa forma, às suas raízes na tradição do marxismo ocidental, pois embora tenha conseguido “furar a bolha” na medida em que “desenvolve pela primeira vez uma teoria da ‘lógica cultural’ do capital que simultaneamente oferece um retrato das transformações dessa forma social como um todo” (ANDERSON, 1999, p. 58)⁷, sua obra é fortemente marcada pelos sintomas da derrota política de dos anos 1960, que talvez tenha lhe causado certo impacto “impressionista”: o domínio do imperialismo estadunidense, nesse sentido, aparecia de maneira tão plena e soberana que ele, no olho do furacão, teve a visão ofuscada pelo seu brilho. Ao falar sobre o domínio dos “oligopólios” e “capital multinacional”, Jameson parece ter uma visão bastante estreita da concepção de Lenin sobre o imperialismo, pois o monopólio que o caracteriza não diz respeito ao domínio de uma única empresa que monopoliza determinado ramo da produção, a mão de obra qualificada ou mesmo as matérias-primas: trata-se de um conjunto de capitalistas individuais que em virtude de sua capacidade de concentração unem-se a outros nas mesmas condições para formar os monopólios, de maneira que esses “grupos de poder” no interior da

⁶ Nem mesmo Lenin, embora mergulhado num contexto de guerra imperialista no qual a “rivalidade entre várias potências coloniais” ocorria de maneira abertamente conflituosa, teve uma concepção de imperialismo tão simples como a de Jameson na medida em que concebe o imperialismo como um processo de transição em que o capitalismo está sob condições “excessivamente amadurecidas”, isto é, em decomposição. Na verdade, Lenin lamentou-se por não ter tido condições de desenvolver outras dimensões do imperialismo, como a dinâmica política sob seu domínio, uma vez que seu escrito sobre o fenômeno ocorreu sob “a censura czarista. Por isso, não só me vi forçado a limitar-me a uma análise exclusivamente teórica, sobretudo econômica, como também tive de formular as poucas, mas indispensáveis, observações políticas com a maior prudência, servindo-me de alusões” (LENIN, 2001, p. 106).

⁷ Uma vez que rompe o raio de influência para fora do mundo ocidental, atraindo “um público crescente em países outrora incluídos no Terceiro ou no Segundo Mundo porque fala de um imaginário cultural que lhes é familiar, que faz parte de sua experiência” (ANDERSON, 1999, p. 88).

burguesia conferem uma esmagadora “superioridade [a] um punhado de grandes empresas” (LENIN, 2001, p. 131).

Também apresentamos divergências pontuais em relação às contribuições de Harvey, que endossa a ideia de “globalização”, assim como Jameson, na medida em que a utiliza para designar o caráter “multinacional” do neoliberalismo. No melhor dos casos, como parece ser o dos autores em questão, essa concepção é utilizada para designar a extensão que alcançou o domínio do capital sobre o globo terrestre sob condições pós-modernas, na qual pretende-se que a conexão entre os países não tenha mais o peso ou a estabilidade das formas de organização anteriores do capital; mas, no pior deles, geralmente funciona como um eufemismo para fazer apologia ao neoliberalismo, buscando forjar uma falsa unidade harmônica entre os países e relativizar a força do imperialismo na contemporaneidade, o que contribui para o conveniente silenciamento em relação à sua influência nessa dinâmica. Nesse sentido, a ideia de “globalização” só poderia ser minimamente aceitável caso sinalizasse para as qualidades historicamente novas impostas à dinâmica financeira pelo desenvolvimento tecnológico e a digitalização do mundo, em especial com a criação dos computadores e da *internet*, pois considerar como novidade a integração entre as economias e o caráter internacionalista do capital é ignorar a lição básica de que “a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países” (MARX, 1998, p. 43).

Além disso, também identificamos certo saudosismo em Harvey que marca a maioria das discussões sobre o pós-moderno em relação ao moderno, como a afirmação que faz sobre a necessidade de renovação do marxismo para combater as forças da pós-modernidade, que segundo ele deve “promover a adesão a uma nova versão do projeto do Iluminismo” (HARVEY, 1992, p. 325) – numa clara acepção habermasiana da questão. Quanto a nós, não queremos retomar uma “nova versão” de qualquer tipo de cultura burguesa restaurada, nem mesmo queremos ser “pós-modernos” e tomar no cálice da amnésia histórica: desejamos ser humanos e superar nossa pré-história a partir de condições em que o passado não pese mais sobre os ombros dos vivos, mas sirva de instrumento para a construção de uma sociedade livre de exploração e qualquer outro tipo de dominação social. Em busca de contornar os caminhos do saudosismo, Jameson propõe “um desvio” pelo moderno para apreender o que há de historicamente original no pós-moderno” (JAMESON, 2000, p. 156); nós, pelo contrário: propomos um mergulho através do moderno para compreender o pós-moderno, concordando com o diagnóstico do autor na medida em que afirma a necessidade de uma “cura para o *pathos* nostálgico(...) [uma vez] que o caminho de volta ao moderno está selado para sempre”

(JAMESON, 2000, p. 156), ou seja, estamos sob novas condições de existência e precisamos pensar em coletivo como agir no mundo a partir delas – pois a roda da história não gira para trás⁸.

Um último comentário acerca de uma tendência que aparece mais especificamente em Eagleton e Anderson que consiste em corroborar com a concepção difundida por aquilo que Jameson designa como “populismo midiático” acerca dos “novos sujeitos sociais”, que opera através da mobilização da esfera pública para colocar em cena (leia-se, na mídia) as minorias sociais como se antes elas não existissem social ou politicamente, o que é muito mais uma perspectiva do mundo ocidental avançado e contribui para o silenciamento histórico dos grupos sociais marginalizados, que assim permanecem excluídos da história. Não que a tradição marxista não tenha tido suas contradições e o quadro de seus expoentes teóricos não seja índice de como a organização da estrutura produtiva produz uma divisão do trabalho que gera desigualdades estruturais em prejuízo de determinados grupos sociais, o que se agrava ainda mais do ponto de vista racial e de gênero. Entretanto, afirmar em tom condescendente que “novos polos de identificação oposicionista surgiram no período do pós-moderno, [como sexo [e] raça]” (ANDERSON, 1999, p. 121) ou que o pós-modernismo “ajudou a colocar a questões de sexualidade, gênero e etnicidade” (EAGLETON, 1995, p. 21) é atribuir à pós-modernidade, por exemplo, o mérito das massas femininas que lutaram pela sua própria emancipação – uma luta que, vale salientar, não nasceu nos anos 60, o que também implica no conseqüente apagamento das forças femininas também na esteira do próprio marxismo. No interior da tradição marxista esse tipo de aceitação acrítica não pode passar batida, pois de outra ponta serve para estigmatizar o marxismo como alheio a tais questões, o que não se sustenta historicamente na medida em que, no que se refere à “causa feminina”, como ficará claro, foi a partir do socialismo que tal causa transformou-se numa luta por emancipação, uma vez que coloca a derrubada da ordem do capital como um elemento primário nesse sentido.

Discussão sobre as fontes documentais

⁸ Se gira para trás ou parece parada, no entanto, é em virtude de sua própria aceleração, que percorreu tantos caminhos que é preciso recuar. Podemos exemplificar esse impulso pós-moderno de incorporar o atraso em função do avanço através da forma que se concebe a tecnologia sob seu domínio, isto é, “ao contrário do deleite do moderno em sua projeção de maquinários maravilhosos, seu deleite com a própria quebra desse maquinário [é como] (...)a tecnologia pós-moderna consome e celebra a si mesma” (JAMESON, 2000, p. 385). Aliás, é só no sentido de conceber o atraso sob o pós-moderno não como um enclave, mas como um elemento necessário ao seu desenvolvimento que podemos concordar com Jameson ao afirmar que o processo de industrialização do mundo completou-se na pós-modernidade.

No que diz respeito ao uso das fontes documentais, além do método do materialismo-histórico-dialético nos utilizamos também do paradigma indiciário, teorizado historiograficamente por Ginzburg como forma de trazer à superfície “elementos reveladores de fenômenos mais gerais” (GINZBURG, 1989, p. 178) e tornar evidente (ou não) a hipótese lançada nesta pesquisa – centralmente, a mercantilização da “causa feminina” como tática de dominação ideológica da burguesia pseudopressista na pós-modernidade, que a partir da estetização política promove-se como “aliada” e lucra com a luta ao passo que mantém o estado de confusão ideológica entre as fileiras dos plurais setores femininos⁹. Nesse sentido, muito contribuiu o método indiciário, que nasce com o propósito de trazer à luz marcas e fenômenos aparentemente negligenciáveis – e no caso da História, trazer à tona índices de diferentes tipos de documento frente às ainda privilegiadas “fontes” [escritas] oficiais. Com raízes na crítica de arte, o método surgiu originalmente para distinguir obras de arte (mais especificamente, a pintura) originais de falsas, possibilitando identificar pelos indícios menos perceptíveis ou aparentes sua autenticidade. É nesse sentido que a concepção “de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (GINZBURG, 1989, p. 149) auxiliou para que as fontes (imagéticas, processuais e orais) utilizadas neste trabalho consigam “captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível” (GINZBURG, 1989, p. 150). Dessa forma, a aplicação do método indiciário na interpretação e análise das fontes

(...)pode se converter num instrumento para dissolver as nevas da ideologia que, cada vez mais, obscurecem uma estrutura social como a do capitalismo maduro. (...) [Pensando na possibilidade de que], “se é a realidade e opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la(...)” (GINZBURG, 1989, p. 177). Trata-se de formas de saber tendencialmente mudas – no sentido de que, como já dissemos, suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas (GINZBURG, 1989, p. 179).

Esse método nos ajudou no tratamento das fontes na busca de superar a maneira tradicional de interpretar os documentos históricos – uma vez que busca no não-dito ou silenciado as chaves para acessar o dizível e o ocultado. O paradigma indiciário nos auxiliou a investigar as marcas, pistas e sinais dos fenômenos aqui discutidos: com as fontes imagéticas, em que buscamos enxergar além de seu caráter visual/estético, aprofundando a interpretação tanto sobre seu contexto de produção como seus possíveis significados sociais; com as fontes processuais, buscamos identificar os conflitos socioeconômicos que constituem o pano de fundo das disputas de classe movidas na Justiça do Trabalho; e, por fim, com as fontes orais

⁹ Um espetáculo visual que busca “camuflar” o suporte material através do qual é projetado, ou seja, a expropriação da força de trabalho feminina sob condições pós-modernas de produção.

podemos ouvir, além das palavras ditas, as lacunas deixadas pelo que foi tangenciado ou negado a palavra. Enfim, o método indiciário pode ser utilizado por meio de documentos históricos de diferentes naturezas, já que mesmo em sua variedade tipológica nenhum deles fala “por si só” ou muito menos é “prova” imediata e automática da realidade ou do passado. Toda fonte precisa de análise e problematização. Por isso, o método indiciário faz-se necessário, pois permite alcançar “a involuntariedade dos sintomas” (GINZBURG, 1989, p. 171), visto que não se aprende “o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes” (GINZBURG, 1989, p. 179).

Ainda no âmbito propriamente historiográfico, as contribuições de Thompson podem nos ajudaram a costurar a relação entre conceito e evidência – “um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, de outro” (THOMPSON, 1981, p. 49) – para submeter nossa análise aos limites daquilo que ele chama de “lógica histórica”, isto é, o “discurso de demonstração” dos historiadores que ocorre por meio do controle das hipóteses através das evidências empíricas e consiste, por excelência, no procedimento interno principal da disciplina ao possibilitar o alcance da inteligibilidade da História para a construção do conhecimento histórico – que não são coisas simplesmente assimiláveis: a História é o processo, e o conhecimento histórico a representação deste. Embora a História como disciplina tenha enfrentados sérios dilemas ainda recorrentes no que diz respeito ao seu status de legitimidade, ela não ficou de fora do processo de modernização e aperfeiçoamento dos métodos de pesquisa e análise, que permitiu o estabelecimento da posição privilegiada das evidências para a representação e construção do conhecimento historiográfico, fazendo com que a História fosse concebida como “a disciplina do contexto”, uma vez que a aplicação dos conceitos e categorias funciona “não tanto como ‘modelos’, mas antes como ‘expectativas’” (THOMPSON, 1981, p. 56) – o que mais uma vez ajuda a problematizar a concepção de documento histórico como “prova” autêntica e imediata da realidade/História, que não leva em consideração o contexto social de sua produção.

Com o objetivo de enriquecer o debate teórico acerca da mercantilização da luta feminina e suas implicações político-ideológicas através da incorporação de alguns dos ideais mais populares do feminismo (como o “empoderamento” e a “representatividade”), o recurso à utilização de imagens aqui é imprescindível na pesquisa e escrita historiográficas. Nesse sentido, utilizamos imagens digitais extraídas da internet que, no essencial, consistem em estratégias de *marketing* por parte das empresas para “vender o seu peixe” também no mundo virtual – que apesar de imaterial, tem implicações práticas no plano material-concreto da vida

social. Essas imagens são especialmente significativas porque além de conter os elementos de propaganda de tais empresas, são responsáveis por “dar vida” e humanizar duas representações femininas virtuais, Ângela (Avon) e Nat (Natura), criadas com o intuito de personificar e dar a “cara” das empresas em questão – como se as redes sociais fossem “geridas” por elas, que também se tornaram verdadeiras celebridades virtuais e famosas influenciadoras digitais. Essas imagens, analisadas pelo método do materialismo-histórico-dialético, são índices que nos permitem perfurar a superfície da aparência de progressismo do capital, evidenciando as contradições inerentes ao fato de uma empresa (que tem seus lucros baseadas na lógica de exploração do trabalho) se autoprojetar como “aliada” das mulheres.

Apesar de uma importante fonte de pesquisa, possibilitada pelos avanços tecnológicos e comunicacionais do século XXI, as imagens virtuais ainda foram muito pouco exploradas pelos profissionais de História, embora mesmo com alguns empreendimentos exitosos continue sendo um caminho íngreme e escorregadio – em virtude das próprias contradições e complexidades em que o fenômeno da *internet* está inserido. Justamente por conta de sua natureza virtual, essas fontes precisam ser bem armazenadas para que não se percam na vastidão do mundo da *internet* e que não sejam corrompidas ou excluídas do suporte original, assegurando a preservação de sua autenticidade. Dessa forma, criamos uma pasta que conserva os arquivos aqui utilizados e que estão disponíveis ao público para consulta¹⁰. Em relação ao processo de coleta, visitamos continuamente as redes sociais (*Instagram* e *Twitter*) das empresas em questão para recolher algumas imagens que pudessem nos ajudar a explorar os temas pertinentes a este estudo (já que essas empresas exploram também outras pautas, como de sexualidade, racial, ambiental, etc.) e haviam tantas, mas tantas, que o procedimento de seleção foi dificultado – e pensando na quantidade de corporações que seguem a mesma lógica, nos parece que este tipo de estratégia tornou-se uma verdadeira “febre” no mercado empresarial e publicitário, consistindo, atualmente, numa das principais formas de lucratividade e da construção de imagem das empresas.

Além disso, também recorreremos ao uso outros tipos de fontes como forma de dar substância empírica à pesquisa, a exemplo dos processos trabalhistas movidos por trabalhadoras contra a Avon com o intuito de “puxar o véu” do discurso “empoderado” e evidenciar, na

¹⁰ Se bem que, por outro lado, isso não seja garantia de absolutamente nada, visto que sou apenas uma usuária entre milhões dos serviços de armazenamento do Google Drive, ou seja, o arquivo criado por mim é suportado por um instrumento desenvolvido e monopolizado por uma das maiores corporações capitalistas da atualidade, que a qualquer momento pode restringir, limitar ou censurar não só os conteúdos, mas também os usuários que utilizam suas plataformas.

prática, a exploração, precarização e marginalização das mulheres que tal empresa diz fortalecer. Nessa perspectiva, os processos são fortes indícios da contradição entre a aparência e essência da empresa, que em suas propagandas (seja nas redes sociais ou na televisão) busca manter uma imagem de apoio à causa feminina ao passo que, no chão concreto do mundo do trabalho explora, precariza, nega direitos, adocece e, por fim, lucra com o suor de milhares de mulheres brasileiras – sem sequer reconhecer o vínculo trabalhista entre as revendedoras e a empresa, muitas vezes consideradas apenas como “empreendedoras” e “independentes”. É através desses processos que compreendemos o caráter extremo dos conflitos em que essas mulheres (que precisaram acionar a justiça para que tenham seus direitos minimamente respeitados) estiveram envolvidas. Essas ações representam, dentro dos limites da lei e das instituições burguesas, a verbalização do grito de resistência das trabalhadoras contra os abusos cotidianos aos quais foram submetidas, sendo nosso propósito utilizá-las como forma de dar eco e amplitude à voz dessas mulheres e trazer à tona as motivações socioeconômicas, atreladas à dinâmica de gênero, que as levaram à disputa em nível institucional.

Esta talvez seja a mais importante contribuição dos processos trabalhistas enquanto fontes documentais privilegiadas para a construção do conhecimento histórico: possibilitar a interpretação das relações sociais através do mundo do trabalho e em suas diversas clivagens para além do conflito central entre classes – de gênero, raça, sexualidade, nacionalidade, etc. No caso desta pesquisa, os processos trabalhistas movidos por trabalhadoras contra a Avon são ideais porque permitem visualizar e discutir acerca das bases históricas, econômicas e sociais de um fenômeno que tem marcas específicas de nosso tempo histórico pós-moderno, isto é, a mercantilização da causa feminina, que de modo algum se restringe a uma questão puramente estética, pois em essência o que tais empresas promovem é a superexploração da força de trabalho de milhões de trabalhadoras, além da banalização e espetacularização de demandas sociais concretas que são fundamentais para a existência de grupos sociais oprimidos historicamente – como as mulheres, que são usadas de trampolim para manter positivos os lucros e a imagem de grandes empresas à medida que têm sua luta esvaziada. Embora trate-se de processos individuais, em sua diversidade eles ajudam a costurar os elementos coletivos que determinam as condições de trabalho que essas mulheres estiveram submetidas pela Avon, o que permite avaliar o alcance concreto do “empoderamento” e da “representatividade” que a empresa diz promover à sua rede de revendedoras.

Outro tipo de fonte que nos valem são as fontes orais: através das entrevistas com ex-trabalhadoras e trabalhadoras da Natura, buscamos evidenciar as contradições entre discurso e

prática da empresa no mesmo sentido. Através do debate acerca de alguns temas que fazem parte do cotidiano dessas mulheres enquanto empregadas da Natura – como acerca das dificuldades que encontram para realização das vendas; os “incentivos” concretos promovidos pela empresa para que elas mantenham-se ou progridam em seus respectivos “níveis de desempenho”; a postura da Natura no período de pandemia, no qual as “vendas diretas” foram frontalmente impactadas pelas medidas de isolamento social; se já haviam sido “beneficiadas” pelas iniciativas de “empoderamento” promovidas pela empresa; sentiam-se representadas pela Natura e etc. – buscamos extrair desses depoimentos elementos que evidenciem a verdadeira essência de exploração, abusos e violência do capital em contraste às suas roupagens “progressistas”. Esse movimento foi feito, como já mencionado, através das diretrizes empregadas no método indiciário, que evidenciam a influência de elementos aparentemente secundários e/ou marginais durante a análise dos depoimentos orais dessas trabalhadoras que trazem à tona as contradições entre seus interesses e os da Natura.

Nesse sentido, é importante salientar o caráter intencional da produção da fonte oral no contexto da pesquisa histórica. Por isso, é importante saber manusear o conteúdo das entrevistas para lhes dar o melhor uso possível, uma vez que tratando-se de registros produzidos através de interpretações/pontos de vista pessoais (mesmo que as entrevistadas sejam representantes de um determinado segmento social), é preciso analisar os elementos sociais e históricos que são pertinentes aos limites deste trabalho. Com objetivo de afastar-se dos resquícios metódicos que [ainda] contaminam o olhar do historiador sobre as fontes documentais, que as consideram como “prova” ou registro factual, oficial e “exato” da História ou, de outra maneira, como evidência usada unicamente para “comprovar” ou “reprovar” hipóteses, utilizamos as fontes orais como forma de interpretar também o que dizem as lacunas, os silêncios e, principalmente, as contradições durante as entrevistas para ter uma ideia mais precisa do que representa o fenômeno da mercantilização da luta feminina e as “flexíveis” formas que as empresas “empoderadas” recorrem para explorar a força de trabalho de suas trabalhadoras. Assim, temos absoluta consciência de que o conteúdo de tais entrevistas não são, inclusive por conta de sua limitação geográfica/local, o que pensam todas as trabalhadoras das empresas. Entretanto, esse tipo de fonte fornece possibilidades de recolher materiais que favorecem o registro, a construção e a difusão do conhecimento histórico acerca não só sobre a luta feminina, mas de toda uma lógica de produção e reprodução da vida social no interior de uma configuração histórica específica: a pós-modernidade do “imperialismo neoliberal”.

Recorte espaço-temporal e disposição dos capítulos

Quanto às limitações espaço-temporais desta pesquisa, é preciso fazer alguns comentários que justifiquem as escolhas feitas para seu desenvolvimento. É preciso ter em mente que, em certos tipos de estudo, não tem como delimitar rigidamente o recorte espaço-temporal em virtude de questões e complexidades internas, a exemplo deste, que busca discutir questões do tempo presente mas que, de nenhuma forma, está restrito a estas: aqui está em jogo o desenvolvimento de toda sociedade capitalista e as contradições provocadas/intensificadas por ela em seu processo de dinamização, que nos possibilita partir de uma perspectiva de totalidade para refletir a problemática. Dessa forma, para objetivos didáticos, é preciso registrar a fluidez espaço-temporal com que construímos nossa exposição, oscilando à vontade (mas não sem critérios) pela história contemporânea – visto que atualmente global e facilmente identificável no espaço-tempo mundial, o fenômeno pós-moderno/neoliberal tem raízes históricas e geográficas localizadas no mundo ocidental das quais não se pode fugir. Talvez essas considerações possam justificar o esforço de sintetização teórico-formal e a atenção histórica voltada para as origens e o posterior desenvolvimento dessa História – que oferecerá elementos-chave para refletir sobre sua influência material e ideológica nas condições históricas da contemporaneidade.

E antes que o leitor adentre aos caminhos da pesquisa propriamente dita, algumas observações referentes à organização entre os capítulos se fazem necessárias para situar as ideias aqui em discussão. A primeira parte do estudo, de natureza teórica, é dividida em dois tópicos: o primeiro, trata da concepção de luta feminina reivindicada por nós, recuperando historicamente seu desenvolvimento de maneira a evidenciar a hegemonia do feminismo como concepção dominante em seu interior e o apagamento histórico de mulheres revolucionárias como Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai; o segundo item é dedicado ao debate da mercantilização da causa feminina, evidenciando como o capital, em sua fase imperialista, desenvolve mecanismos de dominação ideológica para canalizar as demandas por autonomia e liberdade, terminando por apontar a função do pós-modernismo para desarmar os setores femininos em luta no caminho da emancipação e celebrar as “benesses” do capital. A segunda parte, por sua vez, diz respeito à análise das fontes imagéticas, processuais-trabalhistas e entrevistas orais, que nos fornecem substância empírica para avaliar o alcance do “empoderamento” pretensamente fornecido pela Avon e Natura do ponto de vista das próprias ex-trabalhadoras e trabalhadoras das empresas no chão concreto onde se faz a história, isto é, no terreno da luta de classes – de que maneira essas mulheres trabalhadoras reagem/percebem tais contradições.

1- PARA COMEÇO DE HISTÓRIA: ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICOS

1.1.- Balanço crítico da luta feminina: origem, desenvolvimento e desafios atuais – resgatando o legado de mulheres revolucionárias

Será oportuno tecer alguns comentários teórico-metodológicos acerca da tradição de pensamento (e de ação) na qual buscamos alicerces conceituais para construir uma concepção de luta feminina, o materialismo histórico-dialético. Existe uma polêmica¹¹ em torno da relação entre marxismo e feminismo no que diz respeito às suas diferenças e aproximações, isto é, até que ponto dão conta ou não de pensar de maneira consequente a “questão feminina”. Partindo do pressuposto de que trata-se de duas concepções de mundo diferentes, pretendo levantar algumas questões que esclarecerão acerca de suas não só distintas, mas opostas naturezas sociais, políticas e ideológicas¹². Por outro lado, entendemos que as diferenças entre tais concepções de mundo não se encerram no campo da teoria, visto que toda ideia implica uma prática política concreta que, por sua vez, corresponde aos interesses imediatos de grupos sociais muito bem determinados. Em nossa leitura histórica e historiográfica, o marxismo consegue responder melhor à questão das mulheres em virtude de seu método¹³, que é uma verdadeira lição de História uma vez que finca “raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades [evidenciando que é o] modo de produção da vida material [que] condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (MARX, 2008, p. 47), o que nos permite explicar histórica e materialmente o fenômeno – enquanto processo em incessante reconfiguração interna – de subalternidade das mulheres na sociedade burguesa e as

¹¹ Que se dá justamente por causa da hegemonia do feminismo enquanto expressão da luta feminina e em virtude de algumas críticas feministas que buscam caricaturar o marxismo como determinista, totalizante, mecanicista, economicista e tantos outros rótulos que, nos últimos tempos, tornaram-se uma espécie de senso comum mais para descredibilizar que para exercer o pensamento crítico – e com o domínio da ideologia pós-moderna essas “críticas” acabam, indiretamente ou não, reunindo forças ao argumento da burguesia e seus ideólogos de que o marxismo é arcaico, ultrapassado ou não está preocupado com a questão feminina. A aparência de superação da polêmica, que se dá à custa do descrédito marxismo e em favor do feminismo como única expressão de luta capaz de responder às demandas femininas, se dá justamente em virtude do domínio desse último como “a cara” da luta feminina e de sua limitação histórica à ordem da sociedade burguesa.

¹² Embora levemos em conta que existem algumas abordagens teóricas menos ortodoxas que consideram a existência de um feminismo marxista, que busca construir um “feminismo para os 99%” ou para “todo mundo” – infelizmente uma questão que não poderá ser aprofundada nos limites deste trabalho, mas que pretendo explorar e desenvolver de maneira aprofundada futuramente.

¹³ O que não significa, por outro lado, jogar a tradição feminista na lata de lixo da história uma vez que traz contribuições importantes sobre a posição particular das mulheres na estrutura produtiva e revela as nuances no interior da dinâmica de classe, além de investigar os pormenores no que se refere à construção de subjetividades femininas – em toda sua diversidade, levando-se em conta as plurais mulheres que se apropriam de ferramentas epistemológicas do feminismo para desenvolver teoricamente suas demandas específicas de grupo.

contradições inerentes de tal condição, que é matizada por diferentes classes, raças, gêneros, sexualidades e sexos e que estão permanentemente em conflito¹⁴.

A “polêmica” referida acima, aliás, só existe em virtude da confusão criada em torno da luta feminina e do feminismo, identificados tão simbioticamente que, na maioria das vezes, parece tratar-se de uma só coisa. Acreditamos que tal identificação ocorre de maneira tão naturalizada justamente em virtude do alinhamento político-ideológico do feminismo¹⁵ com o desenvolvimento do próprio capital, tornando-se historicamente “a cara” da luta feminina¹⁶ – o que evidencia sua hegemonia enquanto expressão desta luta¹⁷. É em virtude desta e outras contradições (que permanecem e aprofundam-se ao longo de seu desenvolvimento) que entendemos tanto o movimento como as teorias feministas, em sua reconhecida diversidade, insuficientes para responder de maneira satisfatória à superação da opressão das mulheres: pela ausência de uma coerência lógica e suficientemente histórica, por andar em ziguezagues junto com a História – o que explica suas análises ora centradas na categoria de gênero, ora de raça, ora de sexo, etc¹⁸. A categoria de classe, nesse sentido, difere de todas as outras por caracterizar uma relação antagônica e irreconciliável em que a prosperidade de alguns depende diretamente da miséria de milhares. Uma mulher rica, certamente, pode ser oprimida em virtude de seu gênero, mas tal opressão (que não é igual a que as mulheres pobres enfrentam) é estruturalmente necessária à sua condição de classe¹⁹. O capitalismo precisa do machismo para continuar

¹⁴ As mulheres não são um grupo social coeso e homogêneo: de acordo com as observações Mariátegui, podemos observar a existência de clivagens internas entre as mulheres, visto que “são reacionárias, centristas ou revolucionárias. Não podem, por consequência, combater juntas a mesma batalha”. As Reivindicações Feministas. (1924). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mariategui/1924/12/19.htm>.

¹⁵ Fenômeno que tem suas contradições, visto que em virtude de sua massificação o feminismo tornou-se em instrumento de luta para mulheres subalternizadas do sul global e, muitas vezes, a primeira forma de aproximação político das mulheres em seu processo de conscientização. Por outro lado, o surgimento de tendências neofascistas no interior dos setores mais atrasados e reacionários do capital que reivindicam o retorno às tradições, valores de natureza conservadora e caricaturam feministas como histéricas e/ou loucas, revela que a luta feminina, independente da forma que se manifeste, ainda é uma “pedra” no “sapato” da burguesia.

¹⁶ Nos termos de Jameson, significa dizer que suas tendências mais liberais são “embrulhadas” para servir de estampa à produção de uma imagem congelada de “feminismo”, por sua vez projetada para a opinião pública e saturada à exaustão quando se pensa na luta feminina.

¹⁷ Que se deve, por outro lado, ao silenciamento histórico de mulheres revolucionárias que defenderam a emancipação feminina e a construção de um novo mundo através de sua destruição na luta pelo socialismo. É importante, nesse sentido, indagar acerca do lugar que ocupam essas mulheres no interior do feminismo, isto é, até que ponto são ou não menos reconhecidas por suas contribuições. A este respeito, temos acordo com Clara Zetkin ao refletir acerca da mesma questão, apontando que “a historiografia do feminismo não traçou nenhuma coroa de louros para elas” (ZETKIN, 2019, p. 14).

¹⁸ O que, por outro lado, enriquece teoricamente acerca do caráter cotidiano e subjetivo dessa opressão, evidenciando como ela se materializa para as diferentes mulheres de acordo com suas especificidades.

¹⁹ E não são poucos os exemplos históricos que podemos evidenciar a opção das mulheres burguesas aos seus interesses de classe em detrimento da fraternidade entre gênero, como já alertava Rosa Luxemburgo ao afirmar que “em 1871, quando a heroica Comuna operária de Paris foi esmagada por um canhão, as radiantes mulheres da burguesia foram ainda mais longe do que seus homens em sua sangrenta vingança contra o proletariado derrotado” (PABLO, 2019, p. 46).

barateando a força de trabalho feminina e produzir lugares e imagens de subalternidade que visam manter e justificar a inferioridade imposta às mulheres pela sua lógica de sociedade²⁰, como buscamos tornar evidente.

É em virtude dessa dialética entre a opressão e exploração que a luta feminina por emancipação é inseparável da história do capitalismo, uma vez que é na sociedade moderna que se desenvolvem as condições econômicas, políticas e sociais que possibilitam a saída da mulher do âmbito doméstico-domiciliar à vida pública através da exploração de sua força de trabalho. A questão feminina, dessa forma, aparece historicamente uma vez que adquire substância e complexidade no capitalismo, permitindo que as mulheres apareçam na cena política enquanto sujeitos sociais e lutem para a reivindicar os direitos de liberdade e igualdade que, na prática, só existiam concretamente para uma parcela social muito bem determinada: homens detentores de propriedade privada. Nesse momento da luta feminina, ainda muito marcado pela reivindicação de igualdade, delineia-se uma bifurcação que estabelece linhas divisórias entre os interesses das mulheres da classe trabalhadora e das mulheres burguesas – que também reverberam no que se refere às práticas políticas concretas utilizadas na busca por emancipação e nos caminhos epistêmicos escolhidos para refletir acerca de sua condição. Mas, apesar das abissais diferenças entre os modos de vida de uma e de outra, é certo que a esta altura mulheres de todas as classes compartilhavam uma realidade de privação na vida doméstica sob a tutela do pai ou marido como algo atrelado à sua natureza, já que seriam incapazes de raciocinar ou falar por si mesmas com o argumento de que seriam inexoravelmente um ser emocional, que “não agem conforme as exigências da coletividade, mas segundo os caprichos de sua inclinação e seus pensamentos” (PERROT, 1988, p. 178).

Reforçada pelos intelectuais orgânicos da sociedade burguesa, tais quais pensadores como Rousseau e Michelet²¹, a concepção de inferioridade feminina contribuiu para a manutenção da exclusão social das mulheres no processo revolucionário que coroou a burguesia como classe dominante. É nesse contexto que as mulheres abastadas, ao passo que questionam os fundamentos de tal concepção, reivindicam para si a universalidade dos direitos criados por tal processo apoiando-se no próprio legado Iluminista: por meio de princípios de igualdade,

²⁰ É por isso que sempre que me referir à luta das “mulheres” estarei pensando especificamente do ponto de vista das mulheres trabalhadoras, que inclui os mais diversos tipos de raças, etnias, sexualidades, idades, corpos, etc. Talvez para alguns a demarcação de limites de maneira tão rigorosa possa parecer desnecessária ou pouco produtora, mas numa realidade histórica de plena confusão ideológica e incertezas de toda espécie, vejo como cada vez mais necessário demarcar nossa posição na disputa de um projeto político de sociedade – que para nós continua sendo a luta pelo socialismo.

²¹ Que não eram apenas “homens”, mas “homens” da burguesia – e mais que isso: seus ideólogos.

justiça e razão, buscavam se livrar da dominação masculina que as mantinha num eterno estado de infantilização. Essa luta ganha ainda mais força após a publicação da *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* (1791) por Olympe de Gouges, que exigia a inclusão jurídica, política e social das mulheres na vida pública através da crítica aberta ao “esquecimento” d'*Os Direitos do Homem e do Cidadão* em relação à posição que ocupavam as no novo contexto social, argumentando que a lei “deve ser igual para todos” e, portanto, tanto homens como mulheres “devem ser igualmente admitidos a todas as dignidades, postos e empregos públicos, segundo as suas capacidades e sem outra distinção a não ser suas virtudes e seus talentos”. Além de Gouges, outras mulheres também atuaram durante o processo revolucionário da burguesia contra a sociedade feudal na França, como as girondinas Madame Roland, Rose Lacombe e Pauline Léon, que escreveram e atuaram pela causa feminina – sendo as duas últimas líderes da Sociedade das Mulheres Republicanas Revolucionárias²².

Tal explosão feminina no universalismo burguês (masculino) desencadeou várias outras que, cada vez mais fortes, reivindicavam com mais firmeza o espaço das mulheres na sociedade moderna, especialmente após os acontecimentos na França, como indica a ousada denúncia contida na *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792) da inglesa Mary Wollstonecraft de que “o direito divino dos maridos, tal qual o direito divino dos reis, pode, como é de se esperar nesta época iluminista, ser questionado sem perigo” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 63). As mulheres alemãs, nesse sentido, também se movimentam com o impacto da onda revolucionária que arrastava a França, como evidencia a ação de três mulheres conhecidas como as “Amazonas da Revolução Alemã” de 1848 na luta republicana pela unificação da Alemanha: Amalie Struve, Mathilde Anneke e Emma Herwegh, que embora tenham escrito e atuado sobre a questão feminina, não conseguiram influenciar as massas femininas uma vez que eram menos radicais que as mulheres da tradição feminista da França, uma vez que

A revolução alemã foi confrontada com um conflito de classes tão avançado entre a burguesia e o proletariado que não poderia agir sem a correlação de forças entre essas duas classes inclinando-se a favor do proletariado, propiciando assim o desenvolvimento de uma revolução propriamente proletária. A tendência histórica geral que delineamos também se verificou nos problemas mais maduros da questão feminina. A sua formulação foi quase sempre confuso, impreciso e fragmentário, emprestando seus slogans com timidez, fragilidade e insuficiência. O medo do proletariado, no qual a revolução alemã estava presa, também fez retroceder a causa da emancipação das mulheres, diminuiu sua amplitude e alcance e paralisou seu impulso. Esta

²² No contexto revolucionário da França oitocentista, não é fácil demarcar linhas divisórias entre feministas e socialistas uma vez que muitas feministas militavam no movimento operário e reivindicavam a luta pelo socialismo – minúcias que não podem ser destrinchadas neste espaço e que pretendo investigar de maneira mais atenta em projetos futuros.

é a razão pela qual os líderes burgueses do movimento de mulheres e os combatentes da revolução nos parecem muito menos vigorosos, significativos e brilhantes do que suas irmãs francesas (ZETKIN, 2019, p. 25).

Ao levar à frente a luta por educação, direitos políticos e à participação na vida pública, as feministas estadunidenses enriqueceram teoricamente o “feminismo Iluminista” por meio da problematização de aspectos da vida privada (como casamento, maternidade, divórcio e família) que estavam na base da questão feminina. O grande marco desse momento de tomada de consciência pode ser identificado na Convenção de Seneca Falls, primeiro evento histórico organizado para discutir os direitos das mulheres no país e que deu origem à *Declaração de Sentimentos* (1848), que se relaciona com a *Declaração de Independência dos Estados Unidos* (1776) de maneira muito parecida com a qual os *Direitos da Mulher e da Cidadã* faz com *Os Direitos do Homem e do Cidadão*. As principais lideranças desse processo, como Lucretia Mott, apoiando-se largamente nos princípios da razão, enfatizava a crescente ampliação da luta feminina e encorajava ainda mais sua expansão ao defender que a “discussão livre sobre isso, como sobre todos os outros assuntos, nunca deve ser temida; nem será, exceto por aqueles que preferem as trevas à luz”²³. Nasciam, assim, os impulsos que dariam vida à primeira onda do feminismo que engoliria o mundo ocidental e se estenderia até meados do século XX. Assim como os eventos que iniciaram o trabalho de parto da sociedade moderna, o feminismo que daí surgiu era fortemente marcado pelo liberalismo, o que fica claro diante do recorrente apelo à institucionalidade burguesa e do declarado compromisso na manutenção da ordem social que podemos evidenciar por meio da realização de uma leitura a contrapelo dos documentos acima citados.

No Brasil, as tendências feministas começam a se manifestar ainda nos anos 1800, nos quais algumas personalidades ousaram ir de encontro a ordem social estabelecida ao questionar e transgredir papéis de gênero e padrões comportamentais através da escrita. Impossível não mencionar, nessa perspectiva, a ação de Nísia Floresta, professora potiguar e ativista considerada a pioneira no que diz respeito à introdução do ideário feminista no Brasil. Dirigiu colégios para meninas e escreveu diversos livros em defesa dos direitos femininos, como *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832)²⁴, além de fazer publicações na imprensa sobre a condição social feminina. Além disso, em seus escritos verifica-se a defesa de outras

²³ Nesse processo também destacam-se outras lideranças, como Sarah e Angelina Grimké (mais conhecidas como as irmãs Grimké) e Elisabeth Cady Stanton.

²⁴ Que segundo DUARTE (1999) é uma releitura da *Reivindicação...* de Mary Wollstonecraft, o que evidencia a forte influência das ideias feministas na obra de Nísia – que reflete também sua dinâmica de vida e posição socialmente privilegiada (ainda mais pelo fato tratando-se de uma mulher), ou seja, suas idas e vindas para a Europa, chegando a morar em vários países e até mesmo publicar textos em língua estrangeira.

minorias sociais, como a população negra e os indígenas – apesar do tom marcadamente limitado no que se refere aos padrões de institucionalidade e na busca da ligação com a imagem de uma “boa mulher”. Ainda nos anos 1800 surgiu uma imprensa alternativa feminina em que se proliferou uma série de publicações voltadas para o público feminino que incluíam livros, revistas, jornais, poesia, artigos, peças, folhetins, contos e materiais didáticos de toda ordem. A produção de autoria feminina, nessa perspectiva, despertou “sob um feminismo iniciante, a consciência das mulheres para a necessidade de conquistarem direitos relativos à educação, ao divórcio, à profissionalização, à sexualidade e, posteriormente, ao voto” (ELÓI, 2018, p. 5)²⁵.

É sob tal atmosfera sociocultural da sociedade moderna que se desenvolve a primeira onda do movimento feminista internacionalmente, que passa a lutar pela garantia e criação de direitos – de acordo com a posterior complexificação do desenvolvimento capitalista. Essa “onda”, embora temporal e espacialmente localizada em seu nascedouro histórico, não foi homogênea e espalhou-se pelo mundo à medida que “contaminou” os ares que respiravam mulheres de diversas raças, etnias e nacionalidades, que passariam também a reivindicar sua emancipação econômica, social e política. Atingindo cada contexto histórico específico de maneira desigual, a “onda” provocou diferentes formas e meios de expressão que, apesar das diferenças, ocorreram sob o pano de fundo unificante da luta universal pela igualdade – pelo menos até meados do século XX²⁶. Na Europa e nos Estados Unidos, as forças sociais feministas puderam desembocar em movimentos organizados pelo direito à educação, à propriedade e, de maneira mais central, pelo direito ao voto ainda no século XIX – direitos que foram se concretizando à medida que as mulheres eram absorvidas ao mercado de trabalho e ampliavam sua inserção no interior da vida pública. Como visto, no Brasil essas tendências se manifestaram também no século XIX, mas só se desdobraram concreta e politicamente enquanto movimento organizado no início do século XX, como veremos.

De maneira geral, as mulheres que se movimentavam a partir da perspectiva feminista lutavam por uma igualdade apenas declarada ou muito socialmente restrita, uma vez que assim

²⁵ Essa produção, no entanto, está longe de consistir naquilo que poderíamos designar como politicamente radical na medida em que é marcada pelas diferentes posições ideológicas que a integra, o que inclui mulheres conservadoras como Adélia Josefina de Castro Fonseca e Beatriz Francisca de Assis Brandão que escreviam poemas patrióticos, líricos e religiosos e tinham íntimas ligações com a casa imperial – e que, portanto, nada tinham de feministas.

²⁶ Por esse motivo que preferimos recuperar historicamente o feminismo através de suas “ondas” ao invés de fazê-lo por meio de suas tendências em específico – o que não impede de discutir sobre as últimas.

como o homem burguês, também priorizavam seus interesses de classe²⁷ – sendo o tempo livre que dispunham para lutar pelo direito ao voto, à educação e à participação política fruto da posição social que lhes fornecia meios materiais de explorar a força de trabalho de mulheres pobres para realizar o diário, exaustivo e apenador trabalho doméstico. No caminho que se segue à ruptura da pretensão universal de igualdade e liberdade da sociedade burguesa, as mulheres tomaram diferentes trajetórias que podem ter muito a ver com a posição que ocupam estruturalmente na divisão social do trabalho, no qual seus interesses se desenvolvem sob a dinâmica do antagonismo de classe. Embora as mulheres trabalhadoras tenham em comum com as burguesas a realidade de inferiorização em virtude de seu gênero, o que possibilitou o salto qualitativo na prática política destas em relação àquelas foi o peso do trabalho que pousava sobre seus ombros. É certo que a mulher trabalhadora nunca foi alheia ao trabalho e, mesmo que de maneira não reconhecida e sob a tutela do pai, marido ou irmão, participava de maneira indireta na vida pública e na produção. Ainda muito artesanal nos primórdios da sociedade moderna, essa participação funcionava de modo em que a mulher trabalhava fora do ambiente doméstico mais como uma forma temporária de complementar a renda da família, geralmente em atividades não-qualificadas e muito pouco remuneradas²⁸.

Com a contradição de classe elevada à última potência pelas relações de produção capitalistas, de “coadjuvantes da história” as mulheres trabalhadoras passam a ser vanguarda histórica e julgadas como rebeldes pelas classes dominantes, como argumenta PERROT (1988) em relação ao período contrarrevolucionário da burguesia no qual essas mulheres, ao tomarem consciência acerca da incompatibilidade entre as jornadas de trabalho fora de casa e no lar, se

²⁷ Por exemplo, Gouges era girondina e, em virtude de sua posição de classe (não de gênero) foi condenada à guilhotina durante o processo revolucionário sob domínio jacobino. Isso, por outro lado, não diminui em nada a grandeza de sua luta pelos direitos femininos uma vez que enfrentaram resistência dos homens de sua própria classe no mesmo processo, como ilustra Catalina Adrianzen, importante revolucionária peruana: “no desenvolvimento do processo revolucionário, as mulheres conquistaram a abolição do direito à primogenitura, dos privilégios da masculinidade, obtiveram igualdade no direito à herança e conquistaram também o direito ao divórcio. [...]Após o fim do auge do processo revolucionário, nega-se às mulheres o acesso a clubes de discussão política, combate-se a sua politização e é pregado o ‘retorno ao lar’, [...]a mulher casada volta a ser objeto de tutela, cai sob domínio do marido em sua pessoa e seus bens; nega-se a indagação da paternidade; excluem-se as mulheres casadas e as prostitutas dos direitos civis; proíbe-se o divórcio e o direito a herdar propriedades” (ADRIANZEN, 2018, p. 26-27).

²⁸ Quando não tinha ocupações fora de casa, essa mulher estava circunscrita num sistema denominado por PERROT (1988) como matriarcado orçamentário, no qual “o pagamento do marido seria em larga medida atribuído a ela” (p. 164), o que “lhes impõe encargos, preocupações e mesmo privações: empenhando-se e equilibrar receitas e despesas, a mãe de família – é clássico – diminui a sua parte. Ela reserva para o pai – trabalhador “à força” – o vinho, bebida quase exclusivamente masculina, os melhores pedaços de carne, e para os filhos o leite e o açúcar. Solteira ou casada, a mulher no século XIX é uma subnutrida crônica” (p. 176). Nesse sentido, ainda conclui a referida autora que para elas “administrar a miséria é, antes de tudo, sacrificar-se” (PERROT, 1988, p. 176).

lançaram ao terreno político para lutar por condições dignas de vida – e movimentaram a classe operária e todos aqueles que estão na esteira de sua condição de classe contra a exploração burguesa. A experiência das mulheres durante a Revolução Francesa, nesse sentido, foi um divisor de águas no processo em que os trabalhadores se constituíram como classe frente às contradições impostas pelo capital, pois sua resistência pode nos ajudar a capturar o que, em sua essência, caracterizava a singularidade do papel que as mulheres passariam a desempenhar e o modo como reagiam às novas forças sociais que as arrastavam para o turbilhão do mundo “lá fora”. A falta de escolaridade, a posição degradante que ocupavam no mundo do trabalho e a infantilização histórica da qual eram alvo contribuíram para que essas mulheres recorressem a formas alternativas de resistência política como o deboche, a paródia e o escárnio, que eram empregados por elas na contramão do discurso de progresso e de racionalidade da nova sociedade. Mesmo considerados folclóricos e politicamente frouxos, esses recursos foram fundamentais ao desenvolvimento de formas superiores de organização e foi através deles que mulheres pobres tomaram consciência de sua condição de inferioridade social e puderam se tornar a vanguarda da Revolução, seja através da atenta vigilância em relação à alta do preço dos alimentos e dos alugueis, quebrando máquinas ou incendiando fábricas: foram elas que arrastaram com a força de sua rebeldia toda classe trabalhadora à Revolução²⁹.

Nas Américas, mais especificamente no Brasil e nos Estados Unidos, os impulsos da luta feminina adquiriram complexidade em virtude da formação sócio-histórica sob economias de natureza colonial-escravistas: a luta feminina, nesse sentido, ganhou diferentes contornos e particularidades no que diz respeito às questões de nacionalidade, étnicas e raciais. Aqui a luta feminina não nasceu com o feminismo, mas antes remonta às experiências de genocídio das populações nativas e escravidão negra que, guardada as devidas proporções no que se refere às especificidades de cada contexto histórico, têm certas semelhanças do ponto de vista da resistência das mulheres não-brancas, que através de diversos métodos lutavam contra a realidade de escravidão que pesava sobre seus ombros – enfrentando violências que iam desde a exploração bruta e punições físicas, comuns à população escravizada no geral, àquelas que eram específicas de sua condição de gênero, como trabalho doméstico, estupros, reprodução e/ou lactação forçada. A resistência dessas mulheres ganha força material e aparece de

²⁹ Neste ponto podemos enxergar mais nitidamente, por exemplo, como diferia a prática política dessas mulheres (que se utilizavam da violência e dos ataques diretos) das feministas, que muito raramente fugiam à regra de defesa da civilidade burguesa – a exemplo das três Amazonas da Revolução Alemã de 1848, como relembra Clara Zetkin, que faziam questão de “destacar de forma positiva o fato de que(...) nunca recorreram às armas, punhais ou pistolas” (ZETKIN, 2019, p. 13).

diferentes formas: como nos quilombos, que foram importantes instrumentos de luta do povo negro e indígena, revoltas organizadas, insurreições armadas, assassinato de senhores, fugas e até mesmo suicídio – um ato desesperado de quem preferia a morte que perder a liberdade³⁰. É importante trazer tais experiências aqui para pensar na diversidade de formas de consciência e atuação contra as forças do capital, pois em tais condições a raça opera como um marcador de classe e, mesmo não inseridas na tradição socialista propriamente, essas mulheres atuaram como força de trabalho (organizada coletivamente ou não) ao utilizar as armas que dispunham contra a exploração e opressão as quais eram submetidas pelo capital.

No contexto brasileiro, escandalizante do ponto de vista de seu próprio tempo histórico é a experiência de Maria Firmina dos Reis, mulher negra que foi professora, escritora, musicista que estava inserida na tradição do Romantismo brasileiro e que através da literatura questionou não só a condição da mulher na sociedade brasileira, mas também a escravidão, sendo pioneira em retratar os escravizados como sujeitos de ação por meio de narrativas nas quais eles “têm voz, pensam e podem expressar seus sentimentos” (JOB, 2020, p. 96)³¹ – um direito que não tinham socialmente. Escreveu os romances *Úrsula* (1859) e *Gupeva* (1861) e o conto *A escrava* (1887), além de outros textos em jornais e alguns poemas. Nos Estados Unidos, recém-libertas, as mulheres negras encontravam-se num limbo social e político frente à organização do movimento abolicionista (hegemonizado por homens e apoiado por mulheres abastadas/brancas) e do movimento feminista (composto esmagadoramente por mulheres abastadas/brancas com apoio dos abolicionistas negros), que não abriam espaço para se pensar a situação da mulher negra na sociedade – além da exploração do capital, também atingida tanto pelo machismo como pelo racismo. Dessa forma, é marcante a intervenção da ex-escravizada Sojourner Truth, que contribuiu na Convenção dos Direitos das Mulheres através da fala *Eu não sou uma mulher?* (1871) na qual tece críticas à concepção homogeneizante das mulheres enquanto categoria social unívoca uma vez que a materialidade da posição das mulheres negras sempre lhe provou o contrário: desumanizadas, nunca foram vistas como seres frágeis e vulneráveis que necessitavam de proteção, tendo que realizar por conta própria os afazeres

³⁰ Alguns nomes brasileiros que, nesse sentido, merecem ser lembrados são os de Tereza de Benguela, Dandara dos Palmares, Anastácia, Luiza Mahín, Aqualtune, Zeferina, Maria Felipa de Oliveira, Acotirene, Adelina Charuteira, Rainha Tereza do Quariterê, Mariana Crioula, Esperança Garcia, Eva Maria de Bonsucesso, Maria Aranha, Na Agontimé, Tia Simoa, Zacimba Gaba, Antonieta Barros, Laudelina de Campos e tantas outras que, infelizmente, ainda encontram-se no mundo do anonimato.

³¹ O que é surpreendente se lembrarmos na posição que encontravam-se as mulheres negras naquele contexto, que não tinham qualquer margem de mobilidade social. Neste caso, Maria Firmina dos Reis é uma raríssima exceção à regra, uma vez que pôde exercer suas vocações profissionais em virtude do fato de ter sido criada “na casa de uma tia bem situada financeiramente” (JOB, 2020, p. 95).

cotidianos e trabalho pesado assim como qualquer homem – o que dá pistas para se pensar nas particularidades concretas da condição das mulheres negras sob o jugo do capital³².

Com o protagonismo das mulheres cada vez maior na vida pública, a tradição socialista passou a incorporar seu ponto de vista no interior da luta pela emancipação da classe operária e trabalhar na organização e conscientização de trabalhadoras e trabalhadores nesse sentido. Desde seus tempos “utópicos”, por exemplo, abordava a questão feminina dentro de uma perspectiva de classe, como evidencia a atuação política de mulheres no interior da classe trabalhadora como as saint-simonianas Pauline Roland, Claire Démar e Suzanne Voilquin; ou a ação revolucionária de Louise Michel e Nathalie Le Mel, que mais tarde lutariam na linha de frente durante a Comuna de Paris. Destaca-se, nesse processo, Flora Tristán, revolucionária francesa que viveu no momento de transição do socialismo utópico para o científico e viajou pelo interior de seu país lutando pela articulação dos interesses das mulheres no interior do movimento operário. Notável também é a atuação de Louise Otto-Peters durante a Revolução Alemã, que travou lutas pelos direitos das mulheres trabalhadoras e escreveu bastante sobre sua condição em textos como *A vida das mulheres no Império Alemão* (1866) e *O primeiro quarto de século da Associação Geral das Mulheres Alemãs* (1890) – sendo elogiada por revolucionárias como Clara Zetkin, para quem sua luta significou um ato de coragem, especialmente “seu pedido de justiça e ajuda para as ‘irmãs pobres’, as proletárias, [que] não pode ser esquecido” (ZETKIN, 2019, p. 16).

Com Marx e Engels a questão sofre um impacto qualitativo mesmo que não seja retratada de maneira central em suas contribuições – com exceção de alguns trabalhos de Engels, como *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845) e *A origem da família, do Estado e da propriedade privada* (1884) nos quais aborda mais atenciosamente a condição da mulher trabalhadora. O legado do marxismo reside *justamente* no método, que nos permite analisar as contradições em sua totalidade e possibilitou que Engels afirmasse, por exemplo, que “a primeira opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo sexo masculino” (ENGELS, 2019, p. 78)³³. Ao afirmar a agência humana, no interior de condições concretas, como imprescindível para a transformação social, a tradição marxista afirma a possibilidade de superação da sociedade burguesa através da ação revolucionária que só pode ser levada a cabo

³² Outros nomes que podem ser mencionados nessa mesma tendência são os de Harriet Tubman, Frances E. W. Harper, Ida B. Wells Barnett e Mary Church Terrell.

³³ Dominação que não se explica unilateralmente pelas determinações de gênero, uma vez que está dialeticamente relacionada à questão do trabalho – que nas sociedades primitivas era organizado através da divisão sexual.

pelo proletariado, principal sujeito histórico e antagonista da burguesia que, por isso, é a única classe social que abolindo-se a si mesma tem a capacidade concreta de libertar toda a humanidade do jugo da propriedade privada, da exploração de classe e de todos os tipos de dominação social existentes, viabilizando uma sociedade em que “o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (MARX e ENGLES, 2017, p. 41). O método do materialismo histórico-dialético busca analisar a totalidade das relações sociais de acordo com a produção e reprodução da vida material, o que inclui a condição de subalternidade em que as mulheres (pobres, trans, negras, indígenas, lésbicas e bissexuais) estão inseridas. Além disso, não seria possível uma análise verossímil acerca das condições reais de existência dessas mulheres sem uma análise de classe, que influencia diretamente como cada uma dessas condições de opressão é vivenciada.

August Bebel, na esteira da concepção científica do socialismo, é pioneiro no sentido de colocar sob bases materiais concretas a condição das mulheres com a publicação de *A mulher e o socialismo* (1879), que trouxe ao centro do debate a questão da emancipação feminina. Nesse sentido, denuncia o silenciamento histórico da luta feminina no seio da classe trabalhadora através do exemplo da Revolução Francesa, que incluiu também a ação das mulheres burguesas uma vez que “somente concebeu a mulher em relação ao homem, e não como um ser independente” (ADRIANZEN, 2018, p. 26) – nos dando pistas acerca as contradições internas da burguesia e a hostilidade de seus homens em relação à “igualdade” das mulheres de sua própria classe³⁴. Na contramão dos valores burgueses, defende a emancipação das mulheres como “um objetivo do nosso desenvolvimento cultural e não há força no mundo capaz de impedi-lo” e que só o socialismo pode torná-lo realidade, uma vez que “a sociedade burguesa mais não podia fazer que formular a teoria;³⁵ a prática, como em muitas outras coisas, contradizia as suas teorias. O socialismo juntará a teoria à prática”³⁶. Interessante apontar para o espírito vanguardista de Bebel também no que diz respeito à luta por liberdade sexual, sendo

³⁴ É por isso que o feminismo pode ser entendido como uma tendência de natureza especificamente burguesa, visto que somente de acordo com o ponto de vista das mulheres burguesas o homem, como grupo social homogêneo, “apresenta-se como o promotor consciente, onipotente e autoritário de todas as situações e instituições sociais cujo domínio as mulheres devem sofrer” (ZETKIN, 2019, p. 21).

³⁵ E de maneira muito frágil, como indicam as críticas demolidoras de Marx na Crítica ao programa de Gotha que leva às últimas consequências as contradições o princípio de igualdade, que pode ser profundamente problematizado do ponto de vista da individualidade estimulada pela própria sociedade burguesa.

³⁶ Capítulo XXVIII do livro: *A Mulher e o Socialismo*, publicado na Alemanha em 1879. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/bebel/1879/mulher/28.htm>.

o pioneiro no interior da social-democracia a trazer ao debate público, em discurso de 1898³⁷, a defesa dos homossexuais através da assinatura de uma petição solicitando a revogação do Parágrafo 175 da Lei alemã que dispunha sobre a sodomia elaborada pelo Comitê Humanitário Científico³⁸.

Retomando Engels, suas contribuições podem nos dar substância para interferir no debate acerca das raízes materiais e históricas da opressão das mulheres, uma vez que resgata suas origens no processo primitivo de complexificação da família, que ocorreu intimamente ligado à divisão sexual do trabalho e da organização do trabalho familiar: as mulheres, circunscritas ao trabalho doméstico-familiar, não conseguiam se apropriar ou desfrutar do produto de seu trabalho; já os homens, responsáveis por executar atividades que necessitavam de maior deslocamento espacial, através do aperfeiçoamento de técnicas puderam desenvolver a agricultura, a pecuária e a escravidão³⁹, o que introduziu complexidade nas formas de organização social e a longo prazo exigiu a prática do sedentarismo, possibilitando a produção excedente de produtos – o que viabilizou as trocas comerciais, o acúmulo e a instituição da propriedade privada: “a divisão do trabalho na família havia sido, portanto, base para a distribuição da propriedade entre o homem e a mulher” (ENGELS, 2019, p. 182)⁴⁰. Este movimento veio acompanhado pela substituição do direito materno (que reconhecia a linhagem através dos elos matriarcais) pelo domínio patriarcal, uma vez que a possibilidade de acúmulo gerou riqueza e pode dar prestígio ao homem, que passou a exigir a garantia de paternidade de sua linhagem, o que foi decisivo para o processo de consolidação da monogamia como forma

³⁷ Sobre a homossexualidade e o Código Penal (1898). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/bebel/1898/01/13.htm>.

³⁸ Fundada em 15 de maio de 1897 por Magnus Hirschfeld, Max Spohr e Erich Oberg, os primeiros ativistas pela libertação sexual. Com a ascensão do nazismo em 1933, o instituto criado por Hirschfeld, assim como o Comitê, foram destruídos pelos nazistas, que queimaram sua biblioteca e seus arquivos obrigando-o a exilar-se para fugir das perseguições, que continuaram a todo vapor junto à criminalização da homossexualidade, colocando milhares de homossexuais em campos de trabalho forçados e em campos de concentração – sendo muitos também submetidos à castração como forma de punição.

³⁹ E já são amplos os estudos no campo feminista que buscam investigar a fundamental participação das mulheres na criação e desenvolvimento de tais técnicas, como pode-se demonstrar a partir das reflexões de Maria Mies, feminista alemã e um dos grandes nomes do ecofeminismo.

⁴⁰ O que pode evidenciar, conseqüentemente, o lugar de dependência financeira que as mulheres historicamente ocupam em relação aos homens na estrutura social e que se complexificou ainda mais na contemporaneidade, uma vez que apesar de todos os artifícios ideológicos para afirmar a “igualdade” das mulheres, essa dependência perdura e continua a aprisionar inúmeras mulheres em relacionamentos abusivos pelo simples fato de não ter como se manter fora dele.

de exercer o poder pátrio e de precaução à incerteza sobre a hereditariedade – fornecendo bases ao desenvolvimento do capital⁴¹.

Recorremos também às observações de Engels em seu estudo sobre *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845) no tocante às transformações que o capital impôs à vida das mulheres trabalhadoras em virtude do apontamento de tendências gerais, que podem nos oferecer diretrizes para compreender não só as transformações estruturais na dinâmica (material e ideológica) de dominação do capital, mas, apreender os elementos de continuidade e descontinuidade que constituem a especificidade histórica dos mecanismos de dominação das mulheres na lógica contemporânea do capital. Apesar dos fortes resquícios de uma concepção de superioridade física masculina e certo moralismo quanto ao “papel” social das mulheres em relação aos bons modos e cuidados com a casa/filhos – ainda muito relacionada à concepção de gênero como reflexo do sexo biológico, predominante até mesmo entre as feministas daquele contexto histórico –, o ponto forte desta obra para a luta feminina é evidenciar como, a partir do advento do capital, foi necessária a “supressão das relações patriarcais” (ENGELS, 2010, p. 295) que caracterizavam as relações sociais (e de gênero) dos modos de produção anteriores. Sabe-se que este é um tema bastante controverso no interior do próprio feminismo e que não podemos desenvolver satisfatoriamente neste espaço, mas entendendo o patriarcado como “uma das manifestações históricas da dominação masculina” (BIROLI e MIGUEL, 2014, p. 13) defendemos a ideia de sua superação dialética a partir das forças e do ponto de vista do próprio

⁴¹ Tal processo tem mais camadas do que aqui parece ter, sendo matizado por fases “inferiores” e “superiores” de desenvolvimento. O que vale para nós aqui é que a opressão da mulher se originou ainda num contexto social primitivo em que instituições como o patriarcado ainda eram possíveis. A “entrada” das mulheres em cena como sujeitos sociais na modernidade complexifica a opressão, que assume novas formas e é utilizada pelo capital para explorar de maneira ainda mais aguda a força de trabalho das mulheres conforme a absorção de sua força de trabalho na estrutura de produção. Dessa forma, paulatinamente vai-se desenvolvendo a luta feminina, o feminismo, os estudos de gênero e próprio marxismo, que juntamente com a dinamização da realidade ao longo do tempo me permitem afirmar que apesar de toda a importância da concepção de Engels sobre a opressão das mulheres, alguns de seus elementos principais já foram devidamente superados, em especial a indissociável ligação entre sexo e gênero como uma coisa só, isto é, uma concepção biológica do gênero, uma vez que “mulher” não pode [mais] ser uma categoria entendida de modo unilateral através de uma a determinação isolada. Tal compreensão não é marca distintiva do marxismo, mas impregna todo um tempo histórico e marca até mesmo autoras feministas de toda “primeira onda” do feminismo, que só passaram a questionar de frente essa questão em fins dos anos 40 e aprofundam a discussão a partir da “segunda onda” – apesar da permanência de vertentes que insistem no movimento contrário, como feminismo radical. Nesse sentido, é válido ressaltar que mesmo a materialidade do sexo continue a ter influência no grau e no tipo de opressão sofrida pelas mulheres cis, o gênero também tem sua importância nessa dinâmica, uma vez que as mulheres trans e travestis são vítimas de tipos de violência e exclusão específicas justamente por causa de sua feminilidade. De maneira breve, poderíamos dizer, sem sombra de dúvidas, que o problema aqui não é ser trans ou cis: o problema é ser mulher. Apesar disto, como um bom clássico, o estudo de Engels ainda nos lega sólidos alicerces para pensar a magnitude da questão feminina na contemporaneidade, como pretendo evidenciar.

capital, uma vez que a subalternidade das mulheres continua a existir, porém sob novas formas, dado que o patriarcado enquanto instituição

(...)corresponde a uma forma específica de organização política, vinculada ao absolutismo, bem diferente das sociedades democráticas concorrenciais atuais. (...)Parte importante dessa transformação é a substituição de relações de subordinação direta de uma mulher a um homem, próprias do patriarcado histórico, por estruturas impessoais de atribuição de vantagens e oportunidades (BIROLI e MIGUEL, 2014, p. 13)⁴².

Frente ao novo patamar de complexidade e a magnitude da contradição em que se encontra a condição das mulheres na sociedade (pós-)moderna, também temos como referência contribuições concretas de mulheres da classe trabalhadora que construíram caminhos alternativos e objetivos na luta por sua emancipação não só como mulher, mas como ser humano – trajetórias que quando não são completamente silenciadas, são deveras subestimadas ou não creditadas. Nesse sentido, resgatar as contribuições legadas por mulheres revolucionárias como Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai é trazer referências fundamentais para pensar a luta feminina e alternativas concretas no que se refere aos meios para a construção do caminho à emancipação das mulheres, assim como críticas demolidoras direcionadas às tradições feministas que, guardadas as devidas proporções no que diz respeito às particularidades de cada contexto histórico específico e as clivagens internas nas vertentes/epistemologias que se desenvolveram na contemporaneidade, continuam a ter peso significativo para as mulheres trabalhadoras diante da configuração organizacional do capitalismo – especialmente a partir da compreensão do socialismo necessidade histórica e como o único caminho que permite verdadeiramente a libertação das mulheres: aqui, a questão das mulheres não está desassociada da luta da classe trabalhadora, como demonstra a práxis e o legado dessas e outras tantas mulheres que se uniram enquanto classe para lutar pela construção de um novo mundo.

Nessa perspectiva, a atuação de Clara Zetkin na organização e conscientização de mulheres trabalhadoras nas fileiras do Partido Social-Democrata da Alemanha são de valiosa importância para pensar a condição feminina de maneira concreta na sociedade de classes e os caminhos possíveis para sua superação. Assim, observa que a emancipação feminina “não é um

⁴² Obviamente que seu desaparecimento enquanto instituição não apaga as marcas seculares que legou, que se manifestam através de diferentes formas na vida das mulheres a partir da atualização das formas de dominação da ideologia burguesa, fazendo com que seja antidialético falar sobre a predominância de formas de poder patriarcal que ainda era muito fortes até pelo menos o início do século XX, que caducaram historicamente diante das condições neoliberais de desenvolvimento do capital em que os resquícios do que é arcaico é racionalizado de acordo com os interesses do que é moderno – ou melhor, pós-moderno.

movimento independente de mulheres” (ZETKIN, 1922)⁴³ e que deve ser incorporada por todo Partido ou organização de classe de natureza comunista como forma de se aproximar das massas femininas sem que seja necessária “a transição preliminar através do sufrágio, pacifistas e outras organizações femininas” (ZETKIN, 1922) – uma vez que, como já visto, o feminismo tornou-se expressão dominante desta luta. Nesse sentido, Clara é bastante sensível ao processo de proletarização das classes médias – camada social para o qual as tendências feministas são mais atrativas – no qual “muitas mulheres profissionais, de modo especial as intelectuais, como professoras, funcionárias públicas(...), [etc.] estão se rebelando e são pressionadas a lutarem contra o capitalismo” (ZETKIN, 1922), apontando para a necessidade de “aproveitar o fermento” entre essas mulheres para realizar campanhas de agitação e propaganda no que se refere à consciência de classe e ação revolucionária⁴⁴ – indicando, de maneira assertiva, que o atraso da luta feminina reflete o atraso geral da organização da própria classe trabalhadora.

Em discurso no Congresso do Partido da Social-Democracia da Alemanha (1896) sobre a necessidade do socialismo à causa da emancipação feminina, a revolucionária ressalta o caráter polissêmico da luta feminina ao afirmar que se esta manifesta de “uma forma diferente de acordo com a situação de classe de cada uma” (ZETKIN, 1896)⁴⁵, enfatizando o caráter limitado do feminismo no que se refere às determinações de classe uma vez que as mulheres burguesas não lutam pela emancipação geral das mulheres, mas sim “pela realização de suas demandas contra o mundo masculino de sua classe” (ZETKIN, 1896) à medida buscam apenas eliminar todas as barreiras ao direito de propriedade. Dessa forma, enfatiza para o caráter artificial da divisão entre homens e mulheres promovida pelo feminismo ao indicar que as mulheres trabalhadoras, ao contrário, “devem empreender uma luta unitária com os homens de sua classe contra toda a classe capitalista”⁴⁶. O que, por outro lado, não quer dizer que as mulheres trabalhadoras sejam contrárias às demandas apresentadas pelo feminismo, pois “essas reformas para as mulheres que devem ser realizadas no âmbito da sociedade de hoje já são exigidas dentro do programa mínimo de nosso partido” (ZETKIN, 1896), mas no sentido de que apenas lutar pela expansão dos direitos e pelas reformas sociais não é suficiente para a

⁴³ Organizando Mulheres trabalhadoras (1922). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1922/11/90.htm>.

⁴⁴ Por isso o feminismo deve ser concebido de maneira positiva, com o qual podemos dialogar e fazer alianças, uma vez que expressa a luta de milhares de mulheres subalternizadas que se utilizam de seu arsenal analítico-instrumental para lutar politicamente e podem, por isso mesmo, ampliar seus horizontes na luta pelo socialismo.

⁴⁵ Apenas junto com as mulheres proletárias o socialismo será vitorioso (1896). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1896/10/16.htm>.

⁴⁶ Em outro discurso no Congresso Obrero Internacional (1889), argumenta que “não há, portanto, uma oposição real entre os interesses dos trabalhadores masculinos e femininos; mas há uma oposição irreconciliável entre os interesses do capital e os do trabalho” (PABLO, 2019, p. 65).

emancipação feminina à medida que não atuam necessariamente contra a lógica das relações de produção burguesas⁴⁷. Por isso,

Não acreditamos que nossa adesão ao chamado sistema de livre iniciativa seja suficiente para nossa plena emancipação, nem igualdade de acesso à educação (embora ambas as demandas sejam naturais e justas), nem a conquista de direitos políticos. Os países que concederam o sufrágio universal, gratuito e direto mostram como isso vale pouco. (...) Se a emancipação social dependesse de direitos políticos, em países com direito de voto universal, a questão social não existiria. A emancipação da mulher, como a emancipação de toda a raça humana, só ocorrerá no quadro da emancipação do trabalho em relação ao capital (PABLO, 2019, p. 66-67)⁴⁸.

As mulheres trabalhadoras, oprimidas em virtude de seu gênero e exploradas pela sua posição de classe na estrutura social burguesa, ao contrário, conscientes de que “estarão sujeitas ao homem enquanto não forem economicamente independentes” (PABLO, 2019, p. 62) se lançam à vida pública em busca de independência financeira, “mas o sistema capitalista as transformou em competidoras” (ZETKIN, 1896) uma vez que seu trabalho “era desde o início mais barato que o dos homens” (PABLO, 2019, p. 64)⁴⁹. Racionalizado pelas relações de produção do capital, o trabalho feminino é utilizado para empurrar para baixo o preço geral dos salários de toda classe trabalhadora, o que tem desdobramentos concretos no que se refere ao grau de dominação aos qual as mulheres estão submetidas à medida que não apenas ocupam os lugares mais subalternos da estrutura econômica e social, mas “se espera que as mulheres continuem a trabalhar em casa, depois de terminarem o seu trabalho na fábrica” (PABLO, 2019,

⁴⁷ Tendência que se consolida historicamente de acordo com o desenvolvimento do próprio capital, materializada através da adoção de medidas reformistas pelos países ocidentais no que se refere aos direitos femininos, nos âmbitos público e privado, incorporando principalmente a demanda pelo voto à institucionalidade da ordem burguesa – em especial após a Revolução Russa, que ao concretizar o caminho da emancipação pressionou ao capital a responder às possibilidades de radicalização. Por outro lado, tal processo de reformas que engoliu o mundo ocidental no século XX pode ser encarado como um importante índice da compatibilidade histórica do feminismo com o desenvolvimento do capital, uma vez que mesmo com as reformas (e talvez justamente em virtude deles), “as mulheres proletárias acabam no proletariado e as da burguesia acabam no campo da burguesia” (ZETKIN, 1986). É por isso que, embora o feminismo seja politicamente aliado com relação às agendas imediatas de luta, as mulheres trabalhadoras não devem se “deixar enganar pelas tendências socialistas no movimento de mulheres burguesas, que só persistirá enquanto a burguesia feminina se sentir oprimida” (ZETKIN, 1896).

⁴⁸ Para as mulheres trabalhadoras, “o voto não é a expressão máxima de suas aspirações, mas sim uma arma, um meio de luta para alcançar seu objetivo revolucionário: a ordem socialista” (PABLO, 2019, 81). Por outro lado, “não podemos exigir das mulheres burguesas que vão além de sua própria natureza” (ZETKIN, 2019, p. 89), na medida em que horizonte de luta está limitado às conquistas que lhes coloque em posição de igualdade com os homens de sua classe. Nesse contexto, a luta pelo voto converte-se em instrumento de politização, de elevação espiritual, uma vez que do ponto de vista do socialismo sua importância reside no fato de que “representa o complemento político necessário para a independência econômica das mulheres” (ZETKIN, 2019, p. 88-89).

⁴⁹ O que gerou certas hostilidades no interior do movimento operário internacional visto que muitos trabalhadores concebiam o trabalho feminino como prejudicial, como se as mulheres “tomassem seu lugar”, concepção posta abaixo a partir da demolidora crítica da economia política na medida em que evidencia que “o que produz a redução geral dos salários não é o emprego das mulheres em si, mas a exploração a que são submetidas pelos capitalistas que dele se apropriam” (PABLO, 2019, p. 62). Tal hostilidade traduziu-se, nesse sentido, muitas vezes pelo fato de que “as mulheres estão sob a bandeira do socialismo sem a ajuda dos homens, e às vezes até contra sua vontade” (ZETKIN, 2019, p. 67).

p. 64-65). Nesse sentido, Clara tornou-se pioneira no sentido de inserir a discussão no debate público, delineando não só a complexidade inerente à questão das mulheres na sociedade capitalista, mas ao marcar nuances no interior da própria luta de classes visto que “quando trabalho doméstico da mulher continua a ser útil para um pequeno número de indivíduos, é uma perda para toda a sociedade” (PABLO, 2019, p. 92)⁵⁰.

É vasto o legado de Clara no que diz respeito à organização das mulheres trabalhadoras no caminho para sua emancipação, luta pela qual dedicou esforços práticos e teóricos os quais buscamos resgatar neste trabalho. Entretanto, é necessário apontar também para algumas limitações de sua concepção em relação à luta feminina que caducaram do ponto de vista do desenvolvimento histórico, como por exemplo o forte sentido de “natureza feminina” que menciona (indiretamente, é verdade, pois nunca mencionou exatamente estas palavras) por diversas vezes: quando fala, por exemplo, que as mulheres burguesas “transfere seus deveres de mulher, mãe e dona de casa para serviços pagos” (ZETKIN, 1896) – o que em parte procede, uma vez que é à medida que pode explorar a força de trabalho alheia que as mulheres burguesas dispõem de tempo para dedicar-se às suas inclinações pessoais; por outro lado, somos radicalmente contra a existência da ideia de “deveres de mulher” uma vez que reforça a noção de “ligação sagrada” entre mãe e prole, o que no final das contas recai sobre os ombros da mulher trabalhadora tendo em vista que é economicamente necessária ao capital (não apenas do ponto de vista da reprodução da sua força de trabalho, mas porque naturaliza o fardo da dupla jornada que impõe na medida que restringe às mulheres as obrigações do cuidado com as crianças e as atividades domésticas no geral)⁵¹.

Noutra perspectiva, Clara também peca algumas vezes ao discorrer acerca da força de trabalho feminina – não de acordo com a dimensão econômica, mas no sentido histórico-concreto de seu desenvolvimento. Tal fato torna-se evidente quando afirma que “não era apenas o baixo custo, mas a relativa docilidade das mulheres” (PABLO, 2019, p. 65) que tornava sua força de trabalho atrativa para o capital, assim como noutro momento no qual sugere que “as mulheres constituem uma força de trabalho barata e acima de tudo submissa, tanto que apenas

⁵⁰ O que evidencia a importância do trabalho doméstico desempenhado pelas mulheres para o funcionamento da lógica do capital, que embora seja improdutivo do ponto de vista da produção de valor, é fundamental em virtude de sua própria improdutividade, imposta como um peso morto à força de trabalho feminina uma vez que além de não pago, é maçante, enfadonho, repetitivo e atrofiador: mutila a capacidade de desenvolvimento feminino em sociedade.

⁵¹ A base dessa concepção parte do pressuposto de que “cuidar” é uma função essencialmente feminina por natureza, o que afasta-se dos domínios da concepção dialética da história que reduz ao pó a ideia de “natureza humana” ao evidenciar que é “o modo de produção da vida material [que] condiciona o processo de vida social” (MARX, 2008, p. 47) – o que é igualmente válido em relação à ideia de “natureza feminina”, que consiste em um dos sustentáculos ideológicos da opressão das mulheres na sociedade capitalista.

raros casos se colocam contra a exploração do capitalismo” (ZETKIN, 1896). Em nossa concepção, caracterizar as mulheres como “dóceis” e/ou “submissas” acaba reforçando o apagamento histórico das mulheres como vanguarda da luta pela emancipação da classe trabalhadora, história recuperada por PERROT (2005) através da ação da mulher popular rebelde que esteve presente na maioria dos tumultos do início do século XIX, tornando evidente para nós que “em toda a parte onde há o ‘povo’, a mulher está vigorosamente presente” (PERROT, 2005, p. 211). Importante demarcar certa contradição nesse sentido, levando em consideração que em outras oportunidades Clara recupera com profundidade histórica o papel das mulheres no interior e como vanguarda da classe trabalhadora desde seus primórdios⁵².

Sua companheira de luta e de vida, Rosa Luxemburgo, que também fazia parte do SPD, era um pouco mais radical no sentido de não querer atuar especificamente na “causa das mulheres” – mesmo que no interior de um partido social-democrata⁵³. Embora não tenha se detido sistemática e estritamente à questão da mulher, não por isso ela deixou de fazer observações valiosas acerca da condição das mulheres na sociedade de classes, representando no interior da luta de classes (e da tradição marxista mais especificamente) um exemplo tanto teórico como de prática política combativos. Ao partir da compreensão de que o capitalismo jamais poderá eliminar as desigualdades de gênero porque a dominação das mulheres é funcional à sua lógica, sua concepção estabelece que a lutas das mulheres, nesse sentido, não pode nem está desassociada da luta da classe trabalhadora, exatamente na qual “reside sua força e seu futuro” (PABLO, 2019, p. 49). Em um importante discurso pronunciado na II Jornada das Mulheres Social-Democratas em 1912, Rosa relata que o despertar político das mulheres na luta por seus direitos só foi possível pela ação revolucionária das mulheres trabalhadoras, uma verdadeira lição histórica em relação à importância da utilização das reformas sociais como as “marteladas” da revolução:

O estado atual cedeu às mulheres proletárias, admitindo-as em assembleias públicas e associações políticas. Mas ele não cedeu por vontade própria, mas forçado pela pressão irresistível do boom trabalhista. (...)A bola de neve começou a rolar mais rápido. (p. 44) [...]Ele teme, com razão, que eles se tornem uma ameaça às instituições tradicionais de domínio de classe (p. 46) (...)cada dia e cada avanço industrial é uma nova pedra na construção de pedra direitos políticos iguais para as mulheres (PABLO, 2019, p. 47).

⁵² A exemplo de textos como Contribuição à história do movimento proletário feminino alemão – encontrado no 25º da coleção “Socialismo y libertad” intitulado *Mujeres en revolución*, o qual, infelizmente, não conseguimos localizar a data de publicação.

⁵³ Antes da I Guerra Mundial, “social-democracia” era a designação corrente utilizada para se referir aos partidos comunistas.

Ao afirmar que “só o movimento socialista pode levar a igualdade de direitos a todo o mundo das mulheres” (LUXEMBURGO, 1916)⁵⁴ Rosa aponta que o cerne da questão não consiste “na oposição entre o homem e a mulher, mas na oposição entre o capital e o trabalho” (LUXEMBURGO, 1916)⁵⁵, contradição que só pode ser superada através de “métodos proletários de luta” (LUXEMBURGO, 1916). Por isso, era radicalmente contra a ideia de “emancipação feminina” circunscrita especificamente à questão das mulheres e tecia duras críticas ao feminismo liberal que lhe era contemporâneo frente suas limitações, que muitas vezes mais ajudavam na construção da muralha ideológica que separa artificialmente os interesses entre homens e mulheres da classe trabalhadora, já que limitava o alcance da luta ao identificar nos homens o agente social antagônico e fonte de opressão. Frente ao modo a-histórico com que as feministas tratavam da questão da mulher, Rosa defendia que a questão feminina está atrelada aos problemas mais gerais da sociedade e denominava a guerra de gêneros⁵⁶ promovida pelo feminismo por igualdade de direitos contramão da luta pelos interesses de mulheres trabalhadoras, colocando-as contra os homens de sua classe: uma vez arrancadas do seio da família e jogadas aos fardos da produção social, “a proletária assalariada moderna pisa no palco público tanto como a protagonista da classe trabalhadora quanto, ao mesmo tempo, de todo o gênero feminino” (LUXEMBURGO, 1916) e vê nos instrumentos de luta da classe trabalhadora também seus próprios meios de emancipação, o que as impele a “fincar pé na vida política por meio de sua participação em todos os domínios, [e] apenas assim elas criam um fundamento para os seus direitos” (LUXEMBURGO, 1916).

Não há dúvidas quanto ao espírito vanguardista que marcou seu entendimento da questão, que justamente por isso mantém sua importância na contemporaneidade. Entretanto, é possível identificar algumas limitações nas observações de Rosa no que se refere às contradições de gênero no interior da própria classe trabalhadora na busca de incorporar positivamente suas contribuições, pois ela considerava que no capitalismo a mulher trabalhadora “exerce a *mesma* função econômica que o proletário masculino na sociedade, se sacrifica *igualmente* para o capital, mantém *igualmente* o Estado, e *igualmente* sugada e subjugada por ele” (LUXEMBURGO, 1916), compartilhando com os homens de sua classe “a

⁵⁴ A proletária (1914). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1914/03/05.htm>.

⁵⁵ Menos como uma forma de secundarizar as diferenças entre os gêneros que como forma de enfatizar a importância da organização e unidade entre estes para uma verdadeira emancipação não só das mulheres, como de toda humanidade – caminho localizado no terreno da luta dos trabalhadores pelo socialismo.

⁵⁶ Que àquela época, na verdade, era concebido como guerra de sexos, já que não estava posta no debate público a separação entre gênero e sexo como coisas diferentes.

igualdade de direitos na miséria, no trabalho, na exploração” (LUXEMBURGO, 1904)⁵⁷. Porque muito pouco dialética e bastante marcada pelo tom idealista, a concepção de que homens e mulheres trabalhadores são iguais em sua posição na estrutura de classes é algo que não podemos mais repetir automática e acriticamente nem fazer vista grossa, uma vez que a mulher trabalhadora se encontra em posição estrutural de inferioridade em relação ao homem trabalhador porque, de maneira geral, é responsável por uma dupla jornada de trabalho – para além do fato notável de o machismo estar presente também entre os homens da classe trabalhadora, já que a burguesia (re)atualiza constantemente o mito de inferioridade feminina e, como se sabe, “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes” (MARX e ENGELS, 2017, p. 47) de uma sociedade⁵⁸.

Além disso, algumas críticas de Rosa quanto ao papel das mulheres burguesas também caducaram do ponto de vista de nossa condição histórica, uma vez que pressionado pela luta feminina trabalhadoras (motor da revolução social), o capital precisou conceder direitos – que se estenderam às mulheres burguesas – e adaptar-se a novas formas de funcionamento, o que impôs nova complexidade à questão. Nesse sentido, já não é condizente com a realidade altamente flexibilizada do capital as críticas de Rosa que afirmam a mulher burguesa rigidamente como “uma parasita da sociedade” (LUXEMBURGO, 1904). Em seu momento histórico tal apreensão ainda fazia sentido, uma vez que as mulheres (no geral) tinham pouca mobilidade social e eram relegadas ao âmbito da família, privadas de educação e não tinham nenhum direito de propriedade, sendo seu melhor negócio um bom casamento – o que ajuda a visualizar o grau ainda mais agudo de dependência financeira que as mulheres tinham em relação aos homens. Conforme o próprio capitalismo absorveu a mão de obra feminina à produção e o círculo social da mulher pôde se ampliar como nunca antes, o estreitamento das relações de classe e complexificação das questões de gênero possibilitaram que as mulheres burguesas compartilhassem amplamente dos mesmos privilégios que os homens de sua classe, caindo por terra a defesa de Rosa de que “como mulher burguesa[...] sua função consiste apenas em auxiliar no consumo dos frutos da exploração” (LUXEMBURGO, 1904) uma vez que mulheres também podem explorar a oprimir outros grupos e classes sociais.

⁵⁷ Senhoras e mulheres (1904). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1904/06/16.htm>.

⁵⁸ Os níveis de feminicídio entre as mulheres subalternas, por exemplo, é altíssimo; ou seja, embora atinja potencialmente todo o espectro feminino, tem classe e raça: as mulheres pobres, que em sua maioria são negras na realidade brasileira. Apesar da insuficiência e subnotificação em relação aos números, já existem algumas pesquisas e trabalhos que buscam delinear os traços principais do feminicídio no Brasil, como SILVA, Rosângela (2019); BERNARDES, Márcia (2020) e GONÇALVES, Suelen (2022).

Ao longo do século XX são derrubados por terra os princípios de progresso, liberdade e igualdade que a sociedade moderna trouxe consigo, indicando com crueza as contradições internas e intrínsecas de seu desenvolvimento, processo que logo tornou-se objeto de crítica das tendências de oposição ao capital que passaram a se desenvolver cada dia mais através de plurais formas de expressão. Nesse sentido, foram múltiplas as frentes de luta por meio das quais as mulheres atuaram politicamente: seja por meio da luta pelo socialismo, pelas tendências feministas ou até mesmo através das vanguardas artísticas do modernismo⁵⁹. Nessa conjuntura, a eclosão da Revolução Russa marcou um ponto de inflexão na história à medida que a experiência das mulheres trabalhadoras na URSS se destacou concretamente como aquela que implicou as transformações mais profundas e universais no que diz respeito à emancipação feminina – que esteve diretamente atrelada à construção do socialismo. A própria Revolução, aliás, foi fruto do movimento das mulheres, que no dia 8 de março de 1917 (ou dia 23 de fevereiro pelo calendário juliano) saíram às ruas para reclamar as desgraças da guerra imperialista e reivindicar seus direitos como trabalhadoras. Ao chamar os operários à greve, elas endossaram o clima revolucionário que levou mais tarde os bolcheviques ao poder. Dessa forma, muitas mulheres fizeram parte da Revolução, inclusive como dirigentes ou ocupando cargos importantes no Partido⁶⁰.

O *zhenotdel* (Departamento de Mulheres Trabalhadoras e Mulheres Camponesas do Partido Bolchevique da Rússia Soviética), criado em 1919, foi a primeira organização de massas criada por e voltado para mulheres a fim de tratar sobre seus próprios interesses dentro de uma conjuntura revolucionária, lutando pela ampliação de empregos, criação de creches, refeitórios e lavanderias públicos e pelo direito à educação, medidas que melhorariam

⁵⁹ Em que nota-se a crescente participação das mulheres, que passam a interferir diretamente nas novas maneiras de representação do mundo através dos diversos estilos do movimento modernista, como o realismo mágico de Frida Kahlo e Greta Freist, o cubismo de Marevna (Marie Vorobieff), Alice Bailly, Liubov Popova, Sonia Delaunay e Marie Laurencin, o expressionismo de Sigríd Hjertén e Gabriele Muntér, o futurismo de Benedetta Cappa, o surrealismo de Maruja Mallo, o modernismo de Tarsila do Amaral e Dorrit Black, o construtivismo russo de Katarzyna Kobro, Anni Albers, Olga Rozanova e Nadejda Udaltsova, o dadaísmo de Elsa von Freytago Loringhoven, Sophie Taeuber-Arp, Hannah Höch e Suzanne Duchamp e etc., num contexto em que a arte ainda podia desempenhar um papel revolucionário em virtude do nível de coesão ideológica da ordem burguesa, que passou por um processo de desagregação ao longo de seu desenvolvimento histórico – que continua a se aprofundar a partir de particularidades próprias nos dias atuais.

⁶⁰ Alguns desses nomes são recuperados pela importante iniciativa de SCHNEIDER (2017), que reúne artigos, atas, panfletos e ensaios publicados por mulheres como Inessa Armand, Alexandra Kollontai, Nadejda Konstantinovna Krupskaja, Anna Andréievna Kalmánovitch, Olga Andréievna Chapír, Maria Ivánovna Pokróvskaja, Liubov Iákovlevna Guriévich, Ekaterina Dmitrievna Kuskova, Ariadna Vladímirovna Tirkóva-Williams, Elena Aleksándrovna Kuvchínskaia e Konkórdia Nikoláievna Samóilova – isso sem mencionar a ação de milhares de mulheres anônimas para a construção do socialismo na URSS, que só no *zhenotdel* (Departamento de Mulheres Trabalhadoras e Mulheres Camponesas do Partido Bolchevique da Rússia Soviética) eram cerca de 1200.

materialmente a condição de existência de milhões de mulheres soviéticas. Além disso, na URSS os direitos da mulher, de fato, chegaram a minimamente se concretizar uma vez que uma série de outras medidas foram tomadas para que tal emancipação fosse alcançada, como a legalização do divórcio, a instituição do casamento civil, o fim da separação entre filhos legítimos e ilegítimos e das obrigatoriedades matrimoniais⁶¹ (em busca do ideal de amor-livre) e a legalização do aborto (que a sociedade ocidental à época nem sonhava – nem sonha – em realizar)⁶². Todavia, numa sociedade de valores tradicionais e com escassa base material para a implantação efetiva de tais medidas, as contradições não tardaram a aparecer, o que provocou a colisão entre lei e vida visto que as diferenças de classe entre as mulheres faziam com que estas experienciassem tais medidas de maneira diferentes⁶³ – o que mostra a ausência de base material à implementação das mudanças legais levando-se em conta que “séculos de poder patriarcal, estruturando as mais básicas instituições sociais, econômicas e culturais não podiam ser facilmente desmontadas somente pela lei” (GOLDMAN, 2014, p. 193)⁶⁴.

Nesse sentido, as contribuições de Alexandra Kollontai imprimiram marcas que concretizaram um salto qualitativo no que diz respeito à apreensão dialética acerca da condição das mulheres na sociedade de classes. Atuando como uma das principais intelectuais orgânicas e organizadoras das mulheres trabalhadoras pela construção do socialismo no contexto soviético, a revolucionária aponta para o fato de que “foi apenas a influência de tal partido [bolchevique] que forçou outros partidos e governos a realizar reformas para mulheres”

⁶¹ O que era contrastante em relação ao histórico do domínio czarista e da Igreja frente ao qual as reformas propostas pelo Código eram um escândalo – que não eram propriamente socialistas, mas de caráter liberal em virtude da natureza transicional do Código, que sofre grandes alterações posteriormente.

⁶² As posições de Kollontai, nesse contexto, revelam os motivos pelos quais “o poder soviético permitiu que o aborto [fosse] realizado livremente e em condições clínicas” (KOLLONTAI, 1921): isto é, na medida em que “a hipocrisia e a intolerância são opostas à política proletária” (KOLLONTAI, 1921), há o reconhecimento do fato de que “o aborto é um problema ligado à questão da maternidade e, do mesmo modo, tem origem na posição insegura ocupada pelas mulheres” (KOLLONTAI, 1921). Evidenciando que mesmo sob o risco de penalização, “ele existe e prospera em toda parte, e nenhuma lei ou medida punitiva foi capaz de eliminá-lo. Sempre há um modo de burlar a lei. Porém, as “soluções” clandestinas apenas debilitam as mulheres”.

⁶³ Enquanto as mais abastadas viam no casamento uma prisão e um empecilho ao seu desempenho na vida pública, para as mulheres pobres muitas vezes o casamento era um refúgio, uma segurança que garantia sua sobrevivência e de seus filhos, o que “revelava a escassez dos serviços sociais e a falta de opções fora da família para as mulheres” (GOLDMAN, 2014, p. 147).

⁶⁴ A questão do divórcio, por exemplo, evidencia como os homens muitas vezes aproveitavam-se em benefício próprio da liberdade ensejada pela situação, pois diante da permanência de contradições que sujeitavam as mulheres a encontrar na família o refúgio financeiro que não conseguiam ainda encontrar em sociedade, muitos homens utilizavam as brechas da lei para abandonar à sorte suas companheiras e filhos – o que, no final das contas, teve o efeito contrário: ao invés de converter-se em instrumento de emancipação feminina, reforçou materialmente sua dependência financeira e sujeição à vida doméstica.

(KOLLONTAI, 1907)⁶⁵ fora do mundo soviético. Em polêmica contra as tendências do feminismo, que para ela se autoprojeteram como “vanguarda do movimento de mulheres”, indaga: “o que impede as nossas defensoras ‘dos direitos iguais’, neste caso, aceitar o apoio deste partido forte e experiente?” (KOLLONTAI, 1907)⁶⁶. É de acordo com tal perspectiva que demarca fronteiras entre os interesses das mulheres da burguesia e as mulheres trabalhadoras, problematizando acerca das possibilidades de existir um movimento feminino unitário à medida que as mulheres “não representam uma massa homogênea” (KOLLONTAI, 1907) e, “embora ambos os lados sigam o tema geral de ‘libertação das mulheres’, os seus objetivos e interesses são diferentes” (KOLLONTAI, 1907), pois uma vez que “as feministas buscam igualdade perante a sociedade de classes, de nenhuma maneira atacam a base desta sociedade” (KOLLONTAI, 1907).

Essas observações, por outro lado, não devem ser concebidas de maneira rígida visto que “não contradiz com o fato de que as tarefas imediatas dos dois grupos de mulheres coincidem” (KOLLONTAI, 1907) e que existem batalhas que precisaremos travar em aliança, reconhecendo a importância da luta pela melhoria parcial na vida das mulheres através das reformas sociais, que representam um passo importante na luta cotidiana pela conscientização feminina uma vez que “todo direito que as mulheres ganham traz-lhe mais perto do objetivo conjunto de emancipação geral” (KOLLONTAI, 1907). Tal aliança estratégica não deve, no entanto, camuflar as divergências políticas em relação aos interesses, meios e objetivos de classe através dos quais cada concepção de luta se fundamenta, muito menos silenciar acerca da existência de limitações do feminismo em favor das reformas observando que “o slogan do ‘acesso às profissões’ já não é suficiente”, pois “a aspiração das mulheres à igualdade de direitos não pode ser plenamente satisfeita apenas pela luta por emancipação política, a obtenção de um doutoramento ou outras qualificações acadêmicas, ou um salário igual ao mesmo posto de trabalho” (KOLLONTAI, 1907) – o que atenta para o caráter parcial dessas “conquistas”, que apesar de inegavelmente importantes, são restritas e não têm capacidade de impactar negativamente as relações de produção do capital à medida que sua realização plena “é constantemente prejudicada por obstáculos decorrentes da própria natureza do capitalismo” (KOLLONTAI, 1907).

⁶⁵ Os fundamentos sociais da questão feminina (1907). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1907/mes/fundamentos.htm>.

⁶⁶ Nessa perspectiva, aponta para a contradição irreconciliável entre classes uma vez que a luta “emancipação feminina”, em tese, caminharia para o mesmo objetivo.

Kollontai, dessa forma, enfatiza a necessidade de criação de condições concretas para a emancipação feminina e coloca no centro de debate a questão da família, uma vez que embora tenha arrancado a mulher à vida pública, o capitalismo não foi capaz de retirar dos ombros da mulher a responsabilidade sobre o trabalho doméstico e da criação das crianças, mas apenas racionalizou tal condição para desvalorizar ainda mais a força de trabalho feminina através de sua exploração dentro e fora de casa – no caso do trabalho doméstico, a questão é ainda mais complexa, pois trata-se de um trabalho não-remunerado e que, na maioria das vezes, sequer é reconhecido enquanto trabalho. Assim, aponta para a necessidade da instituição familiar monogâmica para a reprodução do capital, que por sua vez atua através de todas as frentes possíveis para manter a dominação das mulheres, seja institucionalmente, uma vez que “maioria dos países civilizados o código civil coloca as mulheres em situação de maior ou menor dependência dos homens” (KOLLONTAI, 1907), seja através dos meios de comunicação em massa à medida que “onde acaba a escravatura familiar oficial, legalizada, começa a ‘opinião pública’ para exercer os seus direitos sobre as mulheres” (KOLLONTAI, 1907)⁶⁷. Dessa forma aponta que

Para se tornar verdadeiramente livre, a mulher deve desatar as correntes que a joga sobre a forma atual, antiquada e opressiva da família(...). [Pois] se alguma força está destruindo a forma atual da família, não é o esforço mais ou menos fortes de indivíduos separadamente, mas as forças inanimadas e poderosas da produção, que estão intransigentemente construindo a vida em novas bases (KOLLONTAI, 1907)⁶⁸.

O legado de Kollontai também é bastante caracterizado pelas suas contribuições no que diz respeito às discussões sobre o “amor livre”, tema sobre o qual é pioneira e demonstra toda sua lucidez ao evidenciar a necessidade econômica da instituição familiar monogâmica sob o capital⁶⁹, que transfere aos relacionamentos românticos a concepção de propriedade privada que lhe confere substância. Àquela altura, com a maior inserção da mulher em todas as dimensões da vida social, outras tendências que discutiam a questão do “amor livre” também despontavam no debate público, em que predominavam concepções liberais e idealistas da

⁶⁷ Diz respeito aos aparelhos privados de hegemonia, que buscam criar consenso na sociedade civil através da produção de padrões e estereótipos femininos a fim de proteger a instituição sagrada da propriedade privada.

⁶⁸ Nos dias de hoje, a instituição familiar burguesa sofreu certas mutações no mundo ocidental a partir da implantação de dispositivos legais no sentido de alargar (embora de maneira muito tímida) a concepção cisheteronormativa que concebe como família apenas “pai, mãe e filho(s)”, instituindo novas formas que permitem a união civil entre pessoas do mesmo gênero, a adoção de crianças por parte de famílias homossexuais, etc. – que ainda enfrentam grande resistência dos setores conservadores e reacionários da sociedade e representam uma contradição do ponto de vista do próprio capital, que necessita essencialmente do núcleo familiar burguês para continuar se reproduzindo. Nesse sentido, tais mudanças podem ser compreendidas para além de simples “concessões” uma vez que advêm de demandas sociais concretas, que por sua vez pressionam o capital a absorvê-las e, neste caso, implica o reconhecimento de sua legitimidade.

⁶⁹ Que é essencialmente heterocisnormativa, branca e sem qualquer tipo de deficiência.

questão. Nesse sentido, Kollontai mostrava-se bastante crítica a tais concepções, evidenciando as bases ocultas através das quais estruturavam-se à medida que colocam a questão como se “a luta heroica de jovens mulheres solteiras do mundo burguês, que desafiam e demandam da sociedade o direito de ‘ousar o amor’” (KOLLONTAI, 1911)⁷⁰ servisse de exemplo às mulheres “independentemente de uma mudança na estrutura econômica da sociedade, simplesmente graças aos esforços individuais e isolados” (KOLLONTAI, 1911)⁷¹. Dessa forma, evidencia que uma vez que “a sociedade burguesa não pode considerar a mulher independente da célula da família, é-lhe completamente impossível apreciá-la como personalidade” (KOLLONTAI, 1911), coloca a luta pelo socialismo como uma necessidade histórica também para o desenvolvimento do “amor livre” e a classe trabalhadora como pioneira no que se refere ao aparecimento de novas formas de se relacionar romanticamente, visto que em seu interior “a maior liberdade na união entre os sexos condiz, totalmente, com as suas tarefas históricas fundamentais. E até podemos dizer que derivam diretamente dessas tarefas”⁷².

Sabe-se que Kollontai trabalhou ativamente na luta pela defesa de mulheres e crianças, atuando para a criação de medidas que garantissem a proteção do direito à maternidade. Nesse sentido, suas observações são imbatíveis no que diz respeito à “ligação sagrada” e economicamente necessária entre mãe e prole, apontando para o fato de que “ser mãe não significa, de modo algum, que a mulher deve trocar as fraldas, dar banho no bebê ou sequer permanecer ao lado do berço” (KOLLONTAI, 1921)⁷³. Evidencia, deste modo, as correntes que prendem as mulheres trabalhadoras às obrigações com o trabalho doméstico e familiar, uma vez que “apenas nas famílias pobres as mães carregam em suas costas todas as dificuldades da maternidade” (KOLLONTAI, 1921)⁷⁴. A luta pelo socialismo tem como um dos objetivos principais, nesse sentido, “proporcionar as condições para que o trabalho da mulher não seja desperdiçado em atividades não produtivas no lar e na criação dos filhos” (KOLLONTAI,

⁷⁰ As Relações entre os Sexos e a Luta de Classes (1911). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1911/mes/luta.htm>.

⁷¹ Ao individualizar a questão, a concepção liberal termina por ignorar o fato de que “apenas uma transformação radical das relações produtivas pode criar as condições sociais necessárias para proteger as mulheres contra os aspectos negativos decorrentes da fórmula elástica do ‘amor livre’” (KOLLONTAI, 1907).

⁷² O que lança luz à sua concepção de amor-camaradagem, fruto do aparecimento “vagaroso, porém invencível, de novas formas de união entre os sexos(...) não tanto pela forma, [mas] pelo caráter que anima os seus preceitos” (KOLLONTAI, 1907).

⁷³ Trabalho Feminino no Desenvolvimento da Economia (1921). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1921/mes/trabalho.htm>.

⁷⁴ Uma vez que em virtude de sua posição na estrutura produtiva, “toda mãe da classe burguesa logo transfere pelo menos uma parte da criação para a sociedade” (KOLLONTAI, 1921).

1921). Embora inegavelmente à vanguarda da luta pela emancipação das mulheres, tal concepção também apresenta limitações posto que, contraditoriamente, carrega pontuais resquícios da concepção de “natureza feminina”, a exemplo da ideia de “obrigações da mulher” em relação à maternidade – mais especificamente, segundo ela, 1) de parir crianças saudáveis⁷⁵ e 2) amamentar seu bebê⁷⁶. Em relação à socialização do trabalho doméstico, desliza ao afirmar sua necessidade “para que a mulher tenha possibilidade de participar do trabalho produtivo sem violar sua natureza” (KOLLONTAI, 1921) – também numa evidente assimilação entre gênero e sexo, questão que mesmo ainda não posta no debate público àquela altura, acreditamos ser importante mencionar aqui.

Podemos dizer que mesmo com todas as contradições, a experiência russa nos legou inúmeras lições no que diz respeito à emancipação feminina: embora não realizada de maneira plena, alcançou patamares (como a tentativa de criação socializada das crianças e do trabalho doméstico socializado) que o mundo ocidental jamais ousou chegar perto. Após a URSS, os países ocidentais, apesar de enfatizar os fracassos, não haviam como negar os sucessos da Revolução (como os direitos dos trabalhadores e os próprios direitos das mulheres), o que os empurrou a adotar medidas equivalentes dentro dos contextos nacionais específicos de cada país⁷⁷. Além disso, o legado da URSS também impactou de maneira direta não só o feminismo, mas as possibilidades *concretas* de emancipação das mulheres. Isso sem mencionar o amplo incentivo à participação na vida pública através da criação de postos de trabalho, ocupação de

⁷⁵ O que pode até ser coerente do ponto de vista da saúde na criação de condições pra que se possa engravidar com segurança e de maneira saudável, mas não a partir da perspectiva que torna obrigação da pessoa gestante conceber crianças saudáveis como se isso dependesse apenas de sua e boa vontade e disposição própria – o que além de reforçar noções capacitistas em sociedade, acaba contribuindo para conferir como uma “falha” individual possíveis deficiências, deformações e limitações de toda sorte.

⁷⁶ O deslize consiste no fato de atribuir como “obrigação da mulher” amamentar, como se, de pressuposto, toda mulher estivesse disposta a engravidar, além de contribuir para estigmatizar quem não pode engravidar (caso queira, por exemplo, adotar) ou amamentar como “menos mãe” – em outro momento em que discute acerca do aborto, ela chega a afirmar que “a Rússia operária tem o dever de fortalecer nas mulheres o instinto maternal” (KOLLONTAI, 1921) numa apreensível referência à concepção de natureza feminina. Do ponto de vista da contemporaneidade, poderíamos inserir ainda mais camadas no debate de acordo com a perspectiva do gênero na medida em que foi desvinculado base biológica e estabeleceu alicerces nas relações sociais, que também se desenvolveram historicamente e, nos dias atuais, permitem a aparição social de pessoas que não se identificam com o gênero imposto a partir do nascimento. Trocando em miúdos, hoje existem possibilidades concretas de uma pessoa transmasc (homem trans, que transicionou do gênero feminino) parir e/ou amamentar, assim como uma pessoa transfem (mulher trans, que transicionou do gênero masculino) ou travesti serem mães sem ter parido e/ou amamentado. Aliás, sabemos que, nem de longe, esses podem ser critérios para a definição do que significa ser “mãe”.

⁷⁷ Todavia, o que fica cada vez mais evidente é o caráter limitado e aparente destas medida-reformas, uma vez que o desemprego estrutural faz parte da própria lógica da economia capitalista e são as mulheres o grupo social mais afetado pelo desemprego, pela precarização e que ocupa os cargos de menor qualificação no mercado de trabalho, mesmo nos dias atuais.

cargos públicos e posições de liderança que afloraram o espírito de autoconfiança das mulheres soviéticas, que a partir de então passaram a enxergar “suas posições como ‘naturais’, como parte de seus direitos de nascimento” (GOLDMAN, 2017, p. 48). Tal empreendimento foi marcado pela existência de vários altos e baixos e contradições internas e externas que obstruíram o caminho para completar o processo de emancipação feminina. Mesmo assim a URSS foi, de longe, a tentativa a mais ampla e satisfatória a este respeito, especialmente quando comparada à experiência do mundo ocidental – que mesmo com discurso de “liberdade e igualdade” buscou realizá-lo:

Os bolcheviques argumentavam que somente o socialismo poderia resolver a contradição entre o trabalho e a família. Sob o socialismo, o trabalho doméstico seria transferido para a esfera pública: as tarefas realizadas individualmente por milhões de mulheres não pagas em suas casas seriam assumidas por trabalhadores assalariados em refeitórios, lavanderias e creches comunitários. Só assim as mulheres se veriam livres para ingressar na esfera pública em condições de igualdade com os homens, desvincilhadas das tarefas de casa (GOLDMAN, 2014, p. 21).

Mesmo com as limitações acima demarcadas, é inegável que esta tornou-se a concepção de luta mais avançada em relação à luta pela emancipação feminina do ponto de vista histórico à medida que implicou não só a defesa, mas a implementação concreta de um programa político no qual as relações de produção foram transformadas radicalmente no sentido de fornecer base material para que as mulheres pudessem, de fato, participar plenamente da vida social e desenvolver suas inclinações individuais – o que consistia num verdadeiro terror às classes dominantes do mundo ocidental, que mesmo estraçalhadas internamente pelos diferentes interesses entre as potências imperialistas, organizaram-se em torno da luta contra “o espectro do comunismo”⁷⁸. Acontece que o desenvolvimento histórico do capital não apenas lhe rende acúmulo material, mas fornece-lhe experiência no que diz respeito aos mecanismos de contenção das lutas sociais. Com o aprendizado a partir da experiência soviética, o século XX foi marcado pelo desenvolvimento de mecanismos ideológicos de dominação cultural através dos quais as forças imperialistas passaram a aprofundar suas formas de dismantelar a organização do trabalho contra o capital – questão que ganhou ainda mais complexidade levando-se em conta a cisão internacional do movimento operário a partir da hegemonia das tendências reformistas da social-democracia em seu interior, que ensejam formas de atuação

⁷⁸ Resultando numa série de transformações nas próprias formas de dominação do capital, que adquiriu acúmulo tanto material como subjetivo no sentido de “embrulhar” das maneiras mais variadas uma série de falsificações e silenciamentos históricos no que diz respeito às experiências revolucionárias e seus expoentes, a exemplo da contribuição de mulheres como Clara, Rosa e Kollontai para a emancipação das mulheres.

política engessadas na luta parlamentar-institucional⁷⁹. Nesse contexto, as correntes feministas no mundo ocidental mantiveram seu desenvolvimento (tanto prático como teórico) sob fundamentos liberais, voltando-se esmagadoramente para luta pela expansão de direitos⁸⁰.

À medida que o capital acumula experiência material e ideológica ao longo de seu desenvolvimento, a condição das mulheres também se complexifica ao atualizar antigos e adquirir novos elementos de dominação. Não havendo como interromper a marcha das mulheres no caminho que se segue à sua emancipação, as forças do capital foram capazes de se articular no sentido de, pelo menos, diminuir sua velocidade e implantar diversos “atalhos” ao longo trajeto uma vez que colocava-se a questão de “entregar os anéis para não perder os dedos”, sendo capaz de absorver as principais demandas femininas à sua institucionalidade. Nesta perspectiva, o século XX foi marcado pela inserção das mulheres no mercado de trabalho, o que impulsionou ainda mais seu processo de politização e refletiu-se no florescimento de inúmeras formas de luta e organização (coletivos, imprensa, clubes, associações, etc.) entre os diversos setores no interior das mulheres enquanto grupo social⁸¹. O feminismo, nesse sentido, consolidou-se como expressão hegemônica de luta feminina, passando a reivindicar como suas “conquistas” as incorporações promovidas pelo capital – que iam do mercado de trabalho propriamente dito às “benesses” do consumo, uma vez que cada vez mais eram produzidas mercadorias voltadas ao público feminino⁸² – e aumentava cada vez mais sua capilaridade entre os círculos femininos em ascensão. Assim, a luta feminina no mundo ocidental sob a égide do feminismo desenvolveu-se majoritariamente sob o domínio do reformismo e implementação de direitos sociais através da atuação parlamentar, que passou a trazer elementos da vida cotidiana para o âmbito da institucionalidade burguesa na busca de trazer garantias legais e mitigar as condições sociais impostas pelo capital sem que, necessariamente, se coloque em jogo sua hegemonia e/ou aviste qualquer horizonte para sua superação⁸³.

⁷⁹ Na qual germina-se o fenômeno do oportunismo, uma vez que limitada à legalidade burguesa, a luta parlamentar através das reformas rebaixa-se ao horizonte do capital e contribui para obstruir o caminho da emancipação, que não pode prescindir de uma profunda e radical ruptura com a ordem do capital.

⁸⁰ Na proporção em que o capital cria mecanismos para absorver as demandas femininas institucionalmente e enquadrá-las no interior de sua lógica de desenvolvimento através de “soluções de mercado”.

⁸¹ Que ao atuar como partido no interior da sociedade civil na busca de influenciar a opinião pública a respeito de qual concepção de luta feminina deve-se imperar, nunca podem deixar de ser entendidos como entidades de classe.

⁸² Pela perspectiva da produção de mercadorias, às mulheres do mundo ocidental só eram concedidas duas opções: tornarem-se boneca ou dona de casa na medida em que os produtos disponíveis estavam circunscritos ou ao âmbito da beleza e dos cosméticos no geral (maquiagens, roupas, perfumes, etc.), ou aos domínios da vida doméstica e familiar (produtos de limpeza, geladeira, fogões, etc.).

⁸³ Evidenciando o alinhamento político-ideológico das tendências feministas com o reformismo, justificado frente sua compatibilidade histórica com a ordem do capital – o que, por um lado, deve ser compreendido positivamente

A esta altura estava em vias de esgotamento os impulsos derivados da “primeira onda” do movimento feminista, que ganhava diferentes cores e texturas de acordo com cada contexto histórico específico que “contaminava”. No Brasil, como já evidenciado, a questão feminina se desenvolveu fortemente sob a influência do movimento feminista internacional⁸⁴: as três primeiras décadas do século XX, nesse sentido, foram marcadas pela efervescente movimentação das mulheres pelo direito ao voto – luta protagonizada por mulheres como Bertha Lutz e Leolinda Daltró⁸⁵. Outras expressões da luta pela emancipação das mulheres também não tardaram a ganhar força, como a atuação através da imprensa feminista, literatura, dramaturgia, pintura, etc⁸⁶. Uma vez que se desenvolveu esmagadoramente em torno de mulheres socialmente privilegiadas, essas tendências feministas eram bastante circunscritas às limitações da ordem e da institucionalidade burguesas à medida que prezavam pela preservação de uma imagem tradicional das mulheres, dando origem à tradição denominada por KARAWEJCZYK (2017) como “feminismo de boa marcha”⁸⁷. Embora minoria, destacam-se algumas vozes dissonantes à tendência dominante da “boa marcha” que se posicionaram acerca da questão feminina através da perspectiva das mulheres trabalhadoras, como é o caso de Maria Lacerda de Moura, revolucionária anarcofeminista que atuou através de movimentos femininos operários, imprensa e educação (tratando de temas como antifascismo, estado, religião, família, amor-livre, prazer sexual, divórcio, prostituição, etc.) e Natércia da Silveira, que fundou a

visto que “as reivindicações vitoriosas do feminismo constituem, na verdade, o cumprimento de um último estágio da revolução burguesa e de um último capítulo da ideologia liberal” (ADRIANZEN, 2018, p. 97); por outro lado, o quadro geral da situação indica a capitulação da perspectiva revolucionária de emancipação feminina diante do reformismo, que espraiou-se entre os círculos femininos como prática política dominante.

⁸⁴ Que em seus primórdios tinha o direito à educação como reivindicação principal, como evidenciam os escritos de Nísia Floresta, pioneira da tradição feminista brasileira.

⁸⁵ Professora, esta última lutou pela emancipação feminina e foi pioneira na fundação do primeiro partido político feminino em 1910, o Partido Republicano Feminino (PRF).

⁸⁶ Que reunia nomes como os de Gilka Machado, Rosalina Coelho Lisboa, Mariana Coelho, Ana César, Júlia Lopes de Almeida, Tarsila do Amaral, Rachel de Queiroz, Clarice Lispector e muitas outras.

⁸⁷ A exemplo de Bertha Lutz, que ao adotar uma concepção conservadora de feminismo, “mais do que confrontação, buscava a conciliação para atingir os seus objetivos” (KARAWEJCZYK, 2014, p. 122), esforçando-se a se distanciar das sufragistas na medida em que afirma que as mulheres não devem buscar “uma associação de ‘sufrages’ para quebrarem as vidraças da Avenida” (KARAWEJCZYK, 2014, p. 110) – lançando luz acerca de suas limitações no que se refere à legalidade burguesa e resalta contradições no interior do próprio movimento feminista, que pode ser orientado politicamente através de diferentes (e até mesmo antagônicas) perspectivas frente sua frouxidão ideológica. Nesse sentido, importante foi a busca de Bertha pelo apoio da National American Woman’s Suffrage Association (NAWSA) na elaboração de diretrizes para a atuação da Liga para Emancipação Intelectual das Mulheres (LEIM), trazendo para o Brasil uma das maiores lideranças feministas internacional à época, Carrie Chapman Catt, que ao compartilhar a experiência das feministas estadunidenses tornou evidente “que o feminismo podia avançar se fosse possível persuadir os homens de que as demandas femininas não constituíam ameaça à ordem social, e, acima de tudo, representavam uma inescapável evolução da civilização” (MARQUES, 2016, p. 22).

Aliança Nacional das Mulheres (ANM) e atuava através de uma política populista nos subúrbios, bairros pobres e fábricas⁸⁸.

É também sob a égide desta “onda” que as mulheres negras passaram a teorizar mais detidamente sobre a especificidade de sua condição de raça, classe e gênero na sociedade capitalista. Nesse sentido, importante frisar o protagonismo das mulheres negras da tradição comunista dos Estados Unidos, onde a luta de classes se desenvolveu sob a vanguarda da população negra à medida que sua posição na estrutura produtiva se dá em virtude das determinações raciais. Importante nesse sentido a atuação política de Claudia Jones como dirigente do Partido Comunista dos Estados Unidos (PCUS), que refletiu acerca do significado da participação das mulheres negras trabalhadoras na luta pelo socialismo e apontou para a necessidade de ampliação do seu papel na luta contra o capital dada sua posição de vanguarda no seio da sociedade, enfatizando em *Um fim à negligência dos problemas da mulher negra* (1949) a potência da militância da mulher negra nesse sentido, que pode, “se bem utilizadas por nosso partido, ser uma poderosa alavanca para trazer trabalhadores negros – homens e mulheres – como as principais forças do movimento de libertação do povo negro” (JONES, 2017, p. 1015)⁸⁹.

Sua teoria da superexploração consiste numa “análise marxista-leninista da situação das mulheres negras trabalhadoras”, evidenciando através da investigação de suas condições de vida no contexto estadunidense de que maneira a opressão da mulher negra configurava-se, como no mercado de trabalho, que revela a superexploração da força de trabalho da mulher negra “não somente na medida em que ela recebe, como mulher, menos pelo mesmo trabalho desempenhado por homens, mas, também, na medida em que recebem menos que a metade do pagamento de mulheres brancas”. Nesse sentido, Jones aponta o socialismo como o caminho

⁸⁸ Ambas atuaram na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que tinha Bertha à liderança, porém, também as duas romperam politicamente com a FBPF devido às insuficiências de seu horizonte de luta pela emancipação feminina.

⁸⁹ Ao incorporar a concepção dialética da história, constrói uma leitura da contradição de classe na sociedade estadunidense a partir da constituição das relações raciais, evidenciando suas implicações na experiência de gênero das mulheres negras. Nesse sentido, aponta o socialismo como o único caminho que permite a atuação dessas mulheres na luta pela emancipação – o que se estende a todo povo negro, sobre o qual as mulheres negras também estão à vanguarda. A importância da atuação de mulheres como Claudia Jones, ao contrário do que pode-se pensar, não está restrita às mulheres ou ao povo negro, mas deixa lições históricas à toda classe trabalhadora na medida em que desarma frontalmente as tendências de chauvinismo branco” no interior do movimento comunista, que consiste numa arma ideológica da burguesia e deve ser combatida pelos trabalhadores e trabalhadoras brancas uma vez que é em virtude de sua ação que “essas atitudes chauvinistas, particularmente expressas em direção à mulher negra, são indubitavelmente uma importante razão para a grande insuficiência de participação de mulheres negras em organizações progressistas em nosso Partido como membros e como líderes” (JONES, 2017, p. 1012).

que permite a atuação dessas mulheres na luta pela emancipação, o que implica a defesa de métodos que concebiam as relações de classe para agir sobre a opressão de gênero e racial da mulher negra – para ela, isso se estende não só às mulheres, mas a todo povo negro, sobre o qual as mulheres negras também estão à vanguarda. Com a experiência de mais de 2,5 milhões de mulheres negras organizadas “em clubes e organizações sociais, políticas e fraternas” (JONES, 1949, p. 3) na luta pela construção do socialismo, nesse momento foi possível o desenvolvimento “um pensamento centralizado na ideia de ‘tripla opressão’ que depois seria desenvolvido pela teoria feminista’ (SANTIAGO, 2023, p. 9)⁹⁰.

Até meados dos anos 50 (após os traumas da crise de 29, do fenômeno do nazifascismo, a Segunda Guerra Mundial e em meio à Guerra Fria), este era o quadro internacional da luta pela emancipação das mulheres. À medida que o socialismo buscava desenvolver as condições concretas para a libertação das mulheres e introduziu complexidade à questão de acordo com os caminhos e descaminhos de tal experiência, até aí o desenvolvimento do feminismo não se complexificou qualitativamente tanto do ponto de vista teórico, bebendo diretamente da fonte soviética no que diz respeito à apreensão da condição das mulheres na sociedade de classes – voltando-se cada vez mais a teorizar suas implicações no âmbito da vida cotidiana⁹¹. Por outro lado, politicamente podemos afirmar que o feminismo cumpriu papel positivo no sentido de massificar a luta feminina no mundo ocidental à medida que, sob sua égide, inúmeras mulheres passaram a reunir-se e tomaram consciência acerca de sua condição social, ganhando capilaridade entre os mais diversos círculos femininos internacionalmente e tornando-se a primeira forma de consciência política para muitas mulheres⁹². A partir dos anos 60 o feminismo começa a respirar novos ares e se desenvolver sob uma “segunda onda”, originada com objetivo de revisar os princípios de sua primeira etapa considerados universalizantes à medida que caracterizava como “mulheres” apenas aquelas ligadas aos interesses de um determinado grupo social – as mulheres burguesas/brancas.

⁹⁰ O que indica certa semelhança com um processo de canonização na medida em que, de uma concepção de mundo dialética empregada para teorizar acerca das formas que o capital explora e oprime a força de trabalho das mulheres negras a partir de determinações de raça e gênero, transforma-se numa nova concepção de mundo/instrumento de análise, a interseccionalidade, que tem seus próprios pressupostos básicos – transformação essa que ocorre de maneira paralela ao processo de institucionalização do feminismo, que culminou na criação dos “estudos de gênero” como disciplina acadêmica por todo sistema universitário do mundo ocidental.

⁹¹ Ao tratar de temas como família, dominação masculina, maternidade e entre outros, introduzidos pioneiramente no debate público por mulheres revolucionárias como Alexandra Kollontai, como já visto.

⁹² Nesse sentido, é preciso problematizar até que ponto tal mérito pode ser atribuído diretamente ao feminismo e, até onde, sua massificação se dá em função do alinhamento histórico que possui com a ordem do capital, o que lhe permitiria certa projeção na medida em que se torna a concepção de emancipação feminina dominante na sociedade civil.

Nesse sentido, a teoria e o movimento feministas passam a adquirir complexidade interna à medida que outras tendências começam a se desenvolver em seu interior a partir de uma lógica de diferenciação⁹³, acentuando-se a tendência à rejeição da ideia de “igualdade”. Partindo do pressuposto de que não existe uma “essência” ou “natureza feminina”, as correntes feministas que se sucederam a partir de então voltaram-se ainda mais para os problemas da vida cotidiana, observando as diversas formas de dominação das mulheres manifestas na vida privada e nas relações interpessoais⁹⁴. Nesse sentido, a publicação d’*O Segundo Sexo* foi um marco na história do feminismo e teve influência direta em como os grupos feministas passaram a entender a categoria de “mulher”, haja vista que a autora argumenta que “não é a natureza que define a mulher” (BEAUVOIR, 1970, p. 59). É nesse contexto que nasce o feminismo radical, que passa a ver na figura masculina o símbolo da opressão das mulheres, isto é, entende homens e mulheres como duas “classes sexuais” antagônicas de acordo com uma espécie de “materialismo biológico”, fundamentado nas diferenças entre os sexos, apontando o patriarcado como a instituição que estabelece tal relação⁹⁵. Importante para a sistematização teórica do feminismo radical são as contribuições de autoras como Sulamith Firestone, Carol Hanish, Catharine MacKinnon e Andrea Dworkin, que entre outros temas discutiram a questão da dominação masculina, família, prostituição, aborto, etc.

⁹³ O questionamento de Beauvoir sobre “o que é ser uma mulher?” teve bastante influência nesse contexto, contribuindo para desarmar o feminismo de suas armaduras biologizantes ao problematizar a associação acrítica e automática entre gênero e sexo como uno.

⁹⁴ Destaca-se, a partir de então, a atuação de grupos sociais marginalizados através de práticas políticas horizontais num contexto de profundas desconfianças e descrédito dos instrumentos tradicionais de luta da classe trabalhadora, como partidos e sindicatos, o que impulsiona a fragmentação da ação política através de grupos.

⁹⁵ O problema desta perspectiva, no entanto, consiste em tomar como “naturais” as diferenças de gênero entre homens e mulheres de acordo com as funções biológicas de “fêmea” e “macho”, contrapondo-os como classes antagônicas que teriam interesses não só diferentes, mas irreconciliáveis na medida em que “homens e mulheres [falam] linguagens diferentes que presumem ser a mesma, utilizando palavras semelhantes para codificar experiências díspares do eu e dos relacionamentos sociais” (GILLIGAN, 1982, p. 185) – demarcando uma clara ruptura com as pretensões universais da “onda” feminista anterior. Duas das consequências políticas mais graves da concepção radical do feminismo são: 1) a naturalização da condição da mulher na sociedade de classes, já que parte de uma aceção positiva da biologia para afirmar suas “funções” (que estão umbilicalmente ligadas à reprodução do capital) e 2) a incorporação acrítica da aparência do fenômeno, pois aborda de maneira superficial a posição de inferioridade que as mulheres ocupam estruturalmente em relação aos homens, não levando em conta outros condicionamentos que interferem nesta dinâmica, isto é, a própria contradição do real, uma vez que existem homens pobres que são explorados por mulheres da classe dominante (o que no contexto da sociedade estadunidense, berço do feminismo radical, adquire ainda mais complexidade diante das determinações raciais que compõe a contradição entre classes). Trocando em miúdos, na busca de afirmar diferenças “naturais” entre homens e mulheres e afastar-se de pretensões políticas universais, o feminismo radical faz o caminho inverso: apenas reforça uma concepção essencialista da mulher como “fêmea humana”, o que a longo prazo traduziu-se na proliferação de tendências conservadoras em relação aos padrões sociais de gênero, como as Trans-Exclusionary Radical Feminist (TERF), que, em resumo, reduzem a experiência do que é “ser mulher” às genitálias e defendem uma espécie de separatismo lésbico – sendo expoentes teóricas dessa tradição autoras como Janice Raymond e Sheila Jeffreys, reconhecidas no interior do feminismo radical pela transfobia de suas posições.

Entretanto, ainda eram identificáveis “lampejos revolucionários” em que a radicalidade da tradição de Claudia Jones encontrava solo para florescer, como evidencia o panfleto de Frances Beal, *Double jeopardy: to be black and female* (1969), no qual “o sistema do capitalismo (e o seu racismo posterior ao nascimento) sob o qual todos vivemos”⁹⁶ é colocado como centro para o qual a ação política das mulheres negras deve se direcionar na medida em que, sob sua “fase” imperialista⁹⁷, “a exploração dos negros e das mulheres funciona em desvantagem para todos e que a libertação destes dois grupos é um trampolim para a libertação de todas as pessoas oprimidas”⁹⁸. Mesmo respirando os ares da vida cotidiana como centro da vida política, Beal tem uma análise materialista da opressão das mulheres negras trabalhadoras e colocava sempre em primeiro plano o fato de que “o sistema econômico do capitalismo considera conveniente reduzir as mulheres a um estado de escravização”⁹⁹, por isso conseguiu elaborar a resposta mais coerente de sua geração no que se refere às contradições que a dominação do capital gerava entre os grupos sociais marginalizados historicamente¹⁰⁰, superando as leituras de tendência horizontal dessas relações ao evidenciar que o poder do capital se fortalece na medida em que fornece

aos homens um falso sentimento de superioridade (pelo menos em sua própria casa ou nas suas relações com as mulheres), a opressão das mulheres funciona como uma válvula de escape para o capitalismo. Os homens podem ser cruelmente explorados e sujeitos a todo o tipo de táticas desumanizadoras por parte da classe dominante, mas enfrentam alguém que está abaixo deles - pelo menos não são mulheres¹⁰¹.

Com a inserção cada vez maior da vida cotidiana nas pautas feministas, o problema da “política identitária” foi posto publicamente pela primeira vez pelo Coletivo Combahee River, (que reunia feministas negras e lésbicas) através da denúncia do machismo e o racismo no interior da esquerda como um problema a ser superado¹⁰². Barbara Smith, Bervely Smith e Demita Frazier, fundadoras do CCR, apontavam para a necessidade de compreender como as

⁹⁶ BEAL, Frances M. *Double jeopardy: to be black and female*. (1969). Disponível em: <http://www.hartford-hwp.com/archives/45a/196.html>.

⁹⁷ Ela não usa exatamente essa expressão, mas cita o conceito de “imperialismo”, uma categoria desenvolvida no interior do marxismo através da perspectiva leninista.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Contrariamente às tendências do feminismo negro que, localizado politicamente no campo feminista da luta feminina, adotava uma espécie de “relato padrão” acerca da experiência da mulher negra em que sua atuação aparecia no vácuo existente entre um “feminismo branco” e o “machismo dos homens negros” – o que contribuiu para o apagamento da luta de mulheres negras revolucionárias como Claudia Jones, Assata Shakur e a própria Frances Beal, que neste caso fornecia alicerces para pensar essas contradições de maneira dialética.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Nesse sentido, em sua Declaração, defende “o feminismo negro como o movimento político lógico para combater as múltiplas e simultâneas opressões que todas as mulheres de cor enfrentam” (1978). Disponível em: <http://circuitous.org/scraps/combahee.html>. Tradução livre da autora.

identidades estavam atreladas e implicavam materialmente na condição de classe, levando em conta a posição específica de mulheres negras na estrutura produtiva uma vez que é necessário “articular a situação real de classe dessas pessoas, que não são trabalhadoras sem raça e sem sexo, mas para quem as opressões racial e sexual são determinantes significativos para suas vidas” (p. 201)¹⁰³. Podemos destacar duas lições principais que a política do CCR lega para pensar a produção de mulheres negras do ponto de vista da construção do socialismo: 1) a importância de suas contribuições para refletir as contradições e complexidades no interior da classe trabalhadora à medida que “despendemos muita energia investigando a natureza cultural e subjetiva de nossa opressão” (p. 201) e 2) que a luta não deve ser pautada especificamente na identidade e precisa ser tratada como uma questão material, uma vez que “como mulheres negras, consideramos qualquer tipo de determinismo biológico uma base particularmente perigosa e reacionária sobre a qual construir uma política” (p. 202)¹⁰⁴.

Posteriormente, com a absorção pela institucionalidade das demandas dos diversos grupos sociais marginalizados em ação contra o capital, consolidaram-se as políticas de identidade. Nesse sentido, o sistema da “tripla opressão” desenvolvido pelas mulheres negras comunistas e socialistas para analisar a complexidade de sua condição na sociedade capitalista se converteria em instrumento de análise para avaliar a aplicabilidade de lei (isto é, das políticas de identidade) em relação às mulheres negras, dando origem à concepção de interseccionalidade, conceituada sistematicamente por Kimberle Crenshaw. Essa tendência nascida no interior da lógica jurídico-legal surge para compreender como as mulheres não-brancas ocupam uma espécie de “não-lugar” entre as políticas fomentadas para as mulheres e para a população negra, que se baseiam em pressupostos de gênero e raça, respectivamente, evidenciando a necessidade da implementação de políticas públicas que englobem os interesses e demandas específicos de mulheres não-brancas. Politicamente, a interseccionalidade impulsionou de maneira decisiva o desenvolvimento do feminismo negro, que logo passou a explorar as discussões “interseccionais” em todos os âmbitos da vida das mulheres negras, partindo especialmente da crítica às limitações de gênero do movimento negro e da

¹⁰³ Apesar do debate público acerca da desassociação entre gênero e sexo já estar posto, aqui ainda identificamos resquícios de uma concepção biológica do gênero.

¹⁰⁴ Apesar de ser possível apontar certas contradições do CCR nesse sentido, que em outra passagem do mesmo texto faz defesa às políticas de identidade ao afirmar que “a política mais profunda e potencialmente mais radical deve se basear diretamente na nossa própria identidade, e não no trabalho de acabar com a opressão do outro” (1978) – que além de reforçar uma concepção individualista das opressões, contradiz novamente a si próprio na medida em que também afirmara anteriormente que “os principais sistemas de opressão estão interligados” (1978). Disponível em: <http://circuitous.org/scraps/combahee.html>. Tradução livre da autora.

insuficiência do feminismo para responder às questões de mulheres não-brancas¹⁰⁵. No que diz respeito ao desenvolvimento teórico do feminismo negro, destacam-se as contribuições de mulheres como Michele Wallace, Angela Davis, Alice Walker, Audre Lorde e bell hooks, Patricia Hill Collins e Grada Kilomba.

Outras tendências feministas também surgiram de acordo com essa conjuntura histórica, a exemplo do ecofeminismo, feminismo materialista, feminismo classista, feminismo socialista, anarcofeminismo e até mesmo uma corrente marxista se desenvolve em seu interior. Apesar de não ter como recuperar tais tendências em seus pormenores, acreditamos ser importante mencioná-las rapidamente no sentido de chamar atenção para o já mencionado processo de diferenciação interna que passaria a se aprofundar no interior do feminismo – que pode também evidenciar a ideia de que, de fato, o feminismo tornou-se “a cara” da luta feminina¹⁰⁶. Nesse sentido, o feminismo tem seu processo de institucionalização completado à medida que, a partir da criação dos *Women’s Studies* na década de 60, adentra de vez como disciplina acadêmica nas universidades através do desenvolvimento de linhas de pesquisa, grupos de estudo, círculos de debates, etc. por todo mundo ocidental – seu expansivo processo de massificação, por outro lado, corresponde proporcionalmente ao grau de domesticação política em seu interior.

Após a reestruturação capitalista dos anos 70 sob padrões neoliberais de acumulação e o colapso geral da URSS, em pleno “fim da história” delineia-se a “terceira onda” do feminismo no início dos anos 90, que também parte de uma revisão das “ondas” anteriores ao questionar de maneira ainda mais radical qualquer noção de universalidade da mulher, enfatizando a pluralidade das diferentes formas de “ser mulher” e baseando-se fortemente nos fundamentos do ambiente cultural pós-moderno. A complexidade que a questão adquire pode ser evidenciada, por exemplo, através da quantidade de tendências que passam a proliferar-se sob a égide da teoria e movimento feministas, como o feminismo pós-colonial ou terceiro-mundista,

¹⁰⁵ A crítica a esta vertente e ao conceito que fundamenta sua concepção de mundo, a já mencionada interseccionalidade, se direciona à noção de que a classe social é uma relação de opressão assim como racial ou de gênero, pressuposto historicamente equivocado na medida em que a condição de classe consiste numa relação de exploração. A exploração do trabalho é diferente de opressão de raça e/ou gênero, que por sua vez, serve para potencializar a exploração e justificar ideologicamente a marginalidade de camadas sociais subalternas – isso explica por que, por exemplo, as mulheres compõem o grupo social que tem os menores rendimentos, no qual o desemprego está mais concentrado e que ocupa as piores posições no mercado de trabalho e na sociedade no geral.

¹⁰⁶ Interessante, nesse sentido, é o surgimento do feminismo marxista a partir dos anos 60, que nasce em busca de disputar a consciência feminina para o campo marxista no interior da dinâmica do próprio feminismo ao travar debates com outras tendências do feminismo, em especial como alternativa crítica à “interseccionalidade” teorizada pelo feminismo negro – os textos de Lise Vogel são exemplares nessa perspectiva. Mais uma vez, vale destacar que a capilaridade adquirida pelo feminismo como frente principal de luta feminina é proporcional ao apagamento e silenciamento histórico de mulheres revolucionárias que, em vida, polemizaram contra as tendências feministas em virtude de suas limitações práticas para a conquista de emancipação feminina.

feminismo afrolatinoamericano, feminismo decolonial, transfeminismo, mulherismo e mulherismo afrikana. Seguindo sua lógica de diferenciação interna, não apenas se multiplicam as vertentes (visões de mundo/horizontes de ação), mas as epistemologias delas derivadas (a perspectiva específica de determinados grupos em seu interior), que tornaram-se praticamente incontáveis do ponto de vista de sua diversidade¹⁰⁷.

Advinda da “terceira onda”, a teoria *queer* é a maior expressão político-teórica do atual patamar de desenvolvimento do feminismo. Com profundas raízes nos estudos de gênero, essa teoria parte da radical separação entre gênero e sexo e concebe “o gênero [como] os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado” (BUTLER, 2003, p. 24)¹⁰⁸. Nesse sentido, compreende o gênero não como identidade, mas como performance à medida que deriva “de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada [que] exige e regula o gênero como uma relação binária” (BUTLER, 2003, p. 15), promovendo práticas regulatórias que atuam no sentido de impor uma lógica de padrões comportamentais cisheteronormativos¹⁰⁹. Apesar de erigir-se sobre o castelo de areia do pós-modernismo, recuperamos tal concepção neste espaço em virtude de sua ampla influência no interior das tendências feministas da atualidade. A maior fraqueza de sua concepção pós-identitária, no entanto, é a base idealista que concebe o “discurso” como centro das disputas de poder e toda forma de totalidade como coerciva – embora a teoria *queer* seja muito mais instigante, profunda e interessante do que aqui podemos explorar. Nesse sentido, seu maior mérito são as críticas ao identitarismo contra o qual lança *insights* bastante ricos para pensar sua hegemonia no interior da política feminista¹¹⁰. Nesse sentido, vale destacar como uma das principais teóricas do *queer*, Judith Butler, concebe o horizonte de ação da política feminista contemporânea:

(...)a reconceituação da identidade como efeito, isto é, como produzida ou gerada, abre possibilidades de “ação” que são insidiosamente excluídas pelas posturas que tomam as categorias da identidade como fundantes e fixas. Pois o fato de uma identidade ser um efeito significa que ela não é nem

¹⁰⁷ Que se multiplicam na medida em que ocorre o aprofundamento da “questão identitária” na política, que em contrapartida, retroalimenta a lógica de diferenciação no interior da tradição feminista.

¹⁰⁸ Um de seus principais méritos consiste no questionamento não só da ideia de gênero, mas, inclusive daquilo que se denomina “sexo biológico”, considerado “algo tão culturalmente construído quanto o gênero” (BUTLER, 2003, p. 25) – o que não significa afirmar que o “sexo biológico” não tenha peso e influência na opressão feminina, em especial no caso das mulheres cisgênero, que diante da lógica de dominação do capital cumprem funções meramente reprodutivas.

¹⁰⁹ Evidenciando que “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; [pois] essa identidade é performativamente constituída pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (BUTLER, 2003, p. 48).

¹¹⁰ O que faz por meio da crítica do sujeito histórico do feminismo, isto é, a identidade de “mulher” como um ideal normativo que mais contribui para limitar a potencialidade do movimento que para expandir, apontando o caráter ambíguo do termo “sujeito” na medida em que tanto faz referência à capacidade de ação de um indivíduo como pode designar sua sujeição.

inevitavelmente determinada nem totalmente artificial e arbitrária. O fato de o *status* constituído da identidade ser mal interpretado nos termos dessas duas linhas conflitantes sugere as maneiras como o discurso feminista sobre a construção cultural continua preso na armadilha do binarismo desnecessário do livre-arbítrio e do determinismo. Construção não se opõe a ação; a construção é o cenário necessário da ação, os próprios termos em que a ação se articula e se torna culturalmente inteligível. A tarefa crucial do feminismo não é estabelecer um ponto de vista fora das identidades construídas(...). Sua tarefa crucial é, antes, a de situar as estratégias de repetição subversiva facultadas por essas construções, afirmar as possibilidades locais de intervenção pela participação precisamente nas práticas de repetição que constituem a identidade e, portanto, apresentar a possibilidade imanente de contestá-las (BUTLER, 2003, p. 211-212)¹¹¹.

Até o exposto, vimos brevemente acerca do desenvolvimento da luta feminina sob uma perspectiva de classe: apresentando algumas aproximações e distanciamentos entre o feminismo e a luta de mulheres revolucionárias pela emancipação feminina, as quais buscamos recuperar do silenciamento histórico ao qual estão circunscritas. Nessa perspectiva, à medida que torna-se a expressão dominante da luta feminina, o feminismo é cada vez menos problematizado em virtude de sua natureza social, política e ideológica: simplesmente é entendido como a frente de luta (no singular) através da qual as mulheres devem atuar e sob tal perspectiva sua luta se desenvolve¹¹². O fato é que, historicamente, o feminismo tem origens, se desenvolve e permanece com raízes profundas no campo da ideologia burguesa, embora em grau e formas infinitamente diversificadas em suas variadas correntes teóricas e práticas políticas – que preservam legitimidade e certamente têm bastante relevância enquanto contribuição à construção do conhecimento segundo a perspectiva das mulheres. Seu desenvolvimento foi impulsionado por um intenso processo de diferenciação, resultando no surgimento de inúmeras clivagens internas. Embora tenha sido tomado como instrumento de luta pelas mulheres subalternas em sua diversidade¹¹³, conferindo-lhe grande poder de mobilização, defendemos a ideia de que o feminismo não se mostrou capaz de atender às

¹¹¹ Ou seja, torna a ação dependente única e exclusivamente da disposição do indivíduo em interferir no cotidiano através da contestação dos padrões de gênero, manifesta em performances que subvertem a ordem binária estabelecida socialmente. Utiliza, nesse sentido, a prática de *drag* para ilustrar seu conceito de paródia de gênero uma vez que coloca em conflito as “três dimensões contingentes da corporeidade significante: sexo anatômico, identidade de gênero e performance de gênero” (BUTLER, 2003, p. 196) e evidencia o caráter imitativo do próprio gênero na medida em que transforma “a perda do sentido do ‘normal’ [como] sua própria razão de riso, especialmente quando se revela que ‘o normal’, ‘o original’ é uma cópia, e, pior, uma cópia inevitavelmente falha, um ideal que ninguém pode incorporar” (BUTLER, 2003, p. 198) – o que para nós é uma verdade incontestável do ponto de vista da apreensão teórica da questão, que, por outro lado, flutua sobre o ar sob bases idealistas ao deslocar a ação à iniciativa individual, que deve “subverter” ou “contestar” o gênero sem jamais mencionar a necessidade de revolucionar as relações de produção e reprodução da vida que lhe conferem fundamento material-concreto.

¹¹² O surgimento de uma vertente marxista no interior do feminismo é índice disso, como já mencionado.

¹¹³ Que do ponto de vista de gênero passaram a considerar como a opressão feminina opera através de nuances de classe, etnia, raça, nacionalidade, sexualidade e etc., especialmente as mulheres subalternizadas do Sul global que fizeram do feminismo um instrumento de amplificação de suas próprias vozes.

demandas dos 99% das mulheres¹¹⁴ – o que justifica o questionamento sobre sua funcionalidade ou para quem ele funcionou efetivamente do ponto de vista não só da emancipação feminina, mas da própria luta de classes.

É que numa conjuntura neoliberal, no qual as forças imperialistas estão cada vez mais organizadas globalmente contra o trabalho através da articulação de formas econômicas e culturais de dominação de classe, a incorporação do pós-modernismo pelas tendências do feminismo evidencia sua natureza pouco crítica ou indiferente às relações de produção do capital. Nesse contexto, a força de trabalho feminina enfrenta um intenso processo de proletarização acompanhado de um crescente ataque conservador aos direitos trabalhistas através da precarização do mundo do trabalho, como veremos ao longo desta pesquisa através da experiência das revendedoras de cosméticos Avon e Natura – que não têm sequer o vínculo empregatício reconhecido e estão submetidas ao alto grau de precarização e informalidade do mercado de trabalho. Nesse sentido, apenas descrever a situação das mulheres, mesmo que de maneira contestatória e através de diferentes perspectivas, não implica necessariamente a defesa (muito menos a ação em prol) da transformação dessa realidade. E se a gente não fala sobre as condições reais de existência que abarca a esmagadora maioria de mulheres na sociedade, para quem serve (na prática) nossas ideias sobre emancipação feminina – mesmo que sejam muito bem intencionadas?

Desenvolvido como ideologia oficial do neoliberalismo, de modo que consiste na dominante cultural da contemporaneidade, o pós-modernismo atua no sentido de dismantelar as forças do trabalho através da confusão ideológica e divisões que promove em seu interior – se antes do neoliberalismo isso era feito negativamente através da estigmatização das

¹¹⁴ Assim como pretendem as autoras do manifesto *Feminismo para os 99%*, que propõem uma espécie de “internacionalismo feminista” que trava uma “luta pelas necessidades e pelos direitos da maioria – das mulheres pobres e da classe trabalhadora, das mulheres racializadas e das migrantes, das mulheres *queer*, das trans e das mulheres com deficiência, das mulheres encorajadas a enxergar a si mesmas como integrantes da ‘classe média’ enquanto o capital as explora. E isso não é tudo. Esse feminismo não se limita às ‘questões das mulheres’ como tem sido tradicionalmente definido. Defendendo todas as pessoas que são exploradas, dominadas e oprimidas, ele tem como objetivo se tornar uma fonte de esperança para a humanidade. É por isso que o chamamos feminismo para os 99%” (ARRUZA; BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 30). Por outro lado, não se sabe qual(is) caminho(s) apontados para concretizar tais aspirações, pois mesmo chegando a falar em “respeito às compreensões tradicionais do socialismo” (ARRUZA; BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 84) não o reivindica como horizonte de ação, pelo contrário: afirma que “não prescreve os contornos preciso de uma alternativa, já que esta última deve emergir no curso da luta” (ARRUZA; BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 84) – numa evidente aceção espontaneísta da questão. Nesse sentido, levando em conta a organização “pós-moderna” do imperialismo sob o regime de acumulação neoliberal em que os setores “progressistas” do capital estão autorizados a promover a espetacularização do feminismo justamente em virtude do domínio de suas tendências liberais, utilizadas para cristalizar uma imagem saturada de estereótipos acerca da causa feminina, será que podemos falar sobre a “falência do feminismo liberal”?

“diferenças” sociais, com a pós-modernidade passa a ocorrer de maneira positiva uma vez que se incorpora a lógica das “diferenças” sociais como forma de manter sua hegemonia. É nesse sentido que podemos identificar como se manifesta tal lógica no interior da luta feminina sob o domínio do feminismo, uma vez que suas tendências contemporâneas quando não adotam de maneira apologética os pressupostos políticos pós-modernos, os tratam como completa indiferença – o que, na maioria das vezes, acaba convertendo-se em sua incorporação acrítica, levando em conta que consiste na atual dominante cultural. E como todo posicionamento teórico está ancorado sobre uma prática política concreta, o que constata-se é um horizonte de ação limitado às concepções de diferença social no qual existe nenhum ou muito pouco espaço para formação de unidade, onde a atuação horizontal por meio de grupos sociais sobrepõe-se e desvinculam-se das formas verticalizadas de luta através das classes sociais¹¹⁵.

É nesse sentido que podemos identificar no interior da política feminista o fortalecimento de fenômenos como micropolítica, política de lugar, política de identidade, representatividade, políticas de “inclusão”, etc. que acabam ensejando modalidades de ação bastante frouxas, isoladas e completamente dependentes de iniciativas individuais (ou em suas melhores tendências, de grupo) – o que implica na forte influência de tendências identitárias, essencialistas, dogmáticas, etc.: numa palavra, idealistas. No contexto de “morte da história”, no qual são hegemônicas as formas institucionais de luta e as forças do reformismo se fortalecem como nunca no âmbito político, alinhar-se às tendências pós-modernas é ir de encontro aos interesses da maioria esmagadora das mulheres: ao adotar a noção de diferença como horizonte de ação política, o feminismo nega qualquer possibilidade concreta de transformação social, uma vez que sob relações de produção capitalistas, a condição de classe é essencial para analisar qualquer tipo de conflito social¹¹⁶. O marxismo, nesse sentido, concebe as classes (e também o gênero) através da totalidade das relações sociais, o que é incompatível

¹¹⁵ A atuação horizontal abre grande margem para que o indentitarismo se instaure entre os grupos sociais marginalizados, que ao partir de uma concepção essencialista das opressões (por exemplo: a noção de sororidade do feminismo liberal que prega a união abstrata das mulheres), acaba ignorando sua materialidade. As formas de atuação política tradicionais, por outro lado, em sua maioria seguem orientando-se pela via do reformismo através de uma atuação engessada nas instituições burguesas.

¹¹⁶ Já que não consiste apenas como um tipo de “opressão” não hierarquizada entre tantas outras, como defendem os adeptos da interseccionalidade, mas diz respeito a uma relação social baseada na exploração do trabalho em que os sujeitos que a compõem têm interesses não só distintos, mas irreconciliáveis, antagônicos e que não podem ser negociados. É essa relação de exploração (de classe) que historicamente gera e/ou racionaliza os variados tipos de opressão (de gênero, raça, etnia, nacionalidade, etc.) em função de sua tendência de dominação, que antes de tudo e qualquer coisa obedece à lógica cega pela expansão e acumulação de capitais, na esteira da qual promove a superexploração da força de trabalho dos setores sociais marginalizados e, em virtude de sua desvalorização, joga para baixo o valor da mão de obra geral das classes trabalhadoras – numa dialética em que a marca da opressão pode, inclusive, determinar a composição da estrutura de classes, como no caso do Brasil, em que a população pobre é majoritariamente negra.

com as teses conhecidas vulgarmente como “pós-modernas” que rejeitam as “grandes narrativas” e arrastam sobre sua influência a maioria das tendências feministas – o que nos leva a identificar uma das diferenças mais viscerais entre as marxismo e feminismo, que correspondem concretamente a interesses políticos e grupos sociais específicos na materialidade das relações.

Não se trata, por outro lado, de conceber de maneira conspiratória o feminismo como elemento bloqueador da luta feminina, pois uma vez em marcha, o movimento da história não pode ser interrompido artificialmente. Nesse sentido, voltemos as “armas da crítica” às forças do capital, que reconhecendo o caráter legítimo e principalmente a potencialidade da luta feminina articulou a institucionalização do feminismo como forma de esvaziar politicamente aquilo que ele poderia oferecer de melhor. Ou seja, ao plasmar o feminismo como “a cara” da luta feminina fez da necessidade uma virtude à medida que a experiência das mulheres na luta pela emancipação através do socialismo refletiu não só os obstáculos, mas trouxe à luz os caminhos concretos através dos quais essa luta deve ser empreendida – que passam pela destruição completa das relações de produção e sociais burguesas, reivindicação pouco ou equivocadamente posta pelo feminismo em virtude de sua natureza social e política, compatível com a lógica capitalista no essencial. É em virtude de tal alinhamento histórico que as forças pseudoprogressistas do capital, na contemporaneidade, estão autorizadas a incorporar e esvaziar (ainda mais) as principais tendências que atravessam os diversos feminismos, como as ideias de empoderamento, representatividade, sororidade e poder feminino – às vezes, inclusive, sem qualquer nível de estranhamento¹¹⁷.

Como não pode esmagar a força feminina que vem se conscientizando cada vez mais acerca de sua posição concreta na sociedade burguesa, o capital se vê obrigado a dar uma resposta às demandas das mulheres por reconhecimento econômico, social e político, o que faz através de sua absorção para a institucionalidade e por meio da inclusão via consumo. O resultado prático desse “reconhecimento” duplo do capital ocorre, do ponto de vista da institucionalização, através da domesticação das agendas políticas através do financiamento de iniciativas com base em critérios preestabelecidos (o que limita a ação política e reforça relações clientelistas) e da cooptação de organizações e lideranças por meio das relações de gabinete e

¹¹⁷ Dado o aprofundamento do fenômeno da estetização política que permite grandes corporações se projetar como aliadas da causa feminina diante da opinião pública. Em virtude do estado de confusão ideológica generalizado do mundo pós-moderno que se soma ao oportunismo amplamente espraçado entre os movimentos sociais, não é raro, na contemporaneidade, encontrar militantes feministas que atuam em diversos âmbitos colaborando ativamente com as forças pseudoprogressista do capital.

ocupação de cargos públicos na burocracia estatal (o que promove a inclinação cada vez maior para tendências reformistas e institucionais)¹¹⁸. Do ponto de vista das “soluções” de mercado, o fato é que se tornou positivo para o capital (e acima de tudo, lucrativo) se apropriar da luta feminina através da exploração estética do feminismo em suas tendências mais liberais, “embrulhando” na forma de mercadoria muitos debates que lhes são caros na mesma medida em que segmenta as mulheres enquanto nicho de mercado – o que torna-se patente a partir da proliferação de produtos e serviços cada vez mais voltados especificamente para o público feminino. Ao mostrar que sabe lidar muito bem com as “diferenças”, o capital evidenciou sua alta capacidade de dinamização e plasticidade interna.

Disto resulta a urgente necessidade de recuperar o legado da luta de mulheres revolucionárias da classe trabalhadora, que através do marxismo organizaram-se sob uma perspectiva radical de ação contra a opressão das mulheres, uma vez que, como nos ensina Lenin, “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário” (LENIN, 1988, p. 11). Mais que nunca é necessário que a luta feminina esteja ancorada sobre base material concreta, que rejeite associações com a ideia de “fim da luta de classes” (seja qual for a forma de sua manifestação) e unifique forças para pôr fim à barbárie neoliberal imperialista que coloca a vida das mulheres como uma enfadonha contradição. A teoria, nesse sentido, é uma arma concreta da qual não podemos prescindir. Dessa forma, é válido apontar para a complexificação interna do marxismo, uma concepção de mundo tão dinâmica quanto a própria lógica do capital e que, em virtude de sua base dialética, transforma-se de acordo com e em adaptação à experiência viva uma vez que suas categorias “exprimem formas de vida [e] determinações de existência” (MARX, 2008, p. 265), necessitando “apoiar-se em exemplos históricos [a fim] de manter-se em constante contato com a realidade” (MARX, 2008, p. 285). Assim, o marxismo consegue superar os elementos de rigidez que em certos momentos o acompanhou e desenvolver uma concepção própria acerca da questão feminina, a qual na verdade nunca foi alheio¹¹⁹.

¹¹⁸ Aprofundando, em todas as frentes, o fenômeno do oportunismo na busca de subornar os setores sociais subalternizados com benesses financeiras, políticas, sociais, etc.

¹¹⁹ Na gênese da tradição marxista, apesar da questão feminina não estar centralmente em debate (uma vez que seu objeto de análise consistia na estrutura da sociedade burguesa), a situação das mulheres na sociedade de classes não deixou de ser discutida na medida em que a absorção da força de trabalho feminina que lançou as mulheres à vida pública impôs-lhes condições objetivas de existência sob o jugo do capital, o que chamou atenção não só dos próprios precursores do marxismo como das gerações de mulheres revolucionárias que o sucederam. Nos dias atuais, entre as tendências feministas domina a noção de que o marxismo negligenciou a causa feminina, o que contribui ainda mais para justificar sua hegemonia como expressão de luta principal da emancipação feminina – por debaixo da qual encontra-se uma série de falsificações históricas e silenciamento, como em relação às mulheres comunistas que através da ação revolucionária levaram a cabo a luta por emancipação feminina: Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo, Alexandra Kollontai, Claudia Jones e tantas outras.

A este respeito, considera o fato de que o capital produz e reproduz imagens de subalternidade que visam justificar ideologicamente e operam na manutenção de lugares que mantêm as mulheres em posição de inferioridade em relação aos homens na estrutura social – inclusive no mundo do trabalho. Isto ocorre porque o capital, como um sistema de produção baseado na exploração do trabalho, para manter sua hegemonia precisa lutar incessantemente em busca de baratear ao máximo o preço da força de trabalho, o que faz através da racionalização da opressão histórica das mulheres no sentido aprofundar a exploração e degradar ainda mais a força e condições de trabalho femininas. Talvez essa realidade possa ajudar entender o porquê de as mulheres exercerem as ocupações mais precarizadas no mercado de trabalho e receberem as remunerações mais baixas, o que garante ao capital a disponibilidade e uma ampla e barata reserva de força de trabalho entre as mulheres: eis o fundamento material-concreto e pano de fundo econômico da poderosa arma ideológica que é a cultura machista, que para SAFFIOTI (1975) é sustentáculo das relações de produção e atua para justificar a marginalização das mulheres na sociedade de classes “através de argumentos pseudocientíficos(...), limitando, através do uso de imagens estereotipadas, o grau e a extensão da integração de certas categorias sociais” (SAFFIOTI, 1975, p. 27) no mundo da produção e reprodução da vida material.

Tudo isso implica nas condições concretas de existência que as mulheres enfrentam na sociedade capitalista, que estão umbilicalmente associadas à questão da família burguesa¹²⁰: resguardadas às posições sociais mais degradantes, quando cis, são elas que exercem e arcam pesadamente com os custos do trabalho doméstico no qual “ficam dentro das quatro paredes de suas casas [e] são consideradas improdutivas, [o que] pode soar brutal e insano, mas corresponde exatamente à brutalidade e insanidade do atual sistema econômico capitalista”¹²¹ (PABLO, 2011, p. 47), já que este é um trabalho enfadonho, maçante, repetitivo e invisível aos olhos do capital, que segue impondo uma dupla e/ou tripla jornada de trabalho a essas mulheres que precisam trabalhar dentro e fora de casa e ainda são responsabilizadas pelo cuidado com as crianças – e, não raro, também pelos idosos e/ou enfermos da família¹²². A realidade de

¹²⁰ Imposta pelo capital através de padrões sociais de gênero que caracterizam um ideal de feminilidade e masculinidade a ser seguido segundo uma lógica de “difusão de concepções heteronormativas, especialmente pelo reforço da figura da família heterossexual monogâmica” (BIONDI, 2017, p. 141).

¹²¹ Uma tecla tocada por Rosa já em 1912 durante a II Jornadas de Mulheres Social-Democratas.

¹²² É o que aponta, por exemplo, as amostras do Suplemento Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015 realizada pelo IBGE, que indicam que cerca de 83,6% das crianças menores de 4 anos tem como cuidadora principal uma mulher. Existem estudos que, nesse sentido, buscam problematizar o caráter feminino do trabalho de cuidado relegado à responsabilidade

mulheres trans e das travestis, por outro lado, é marcada pela marginalização e exclusão desde a mais tenra idade, o que resulta no baixo índice de escolaridade entre esta população e se reflete em seu grau de inserção no mercado de trabalho, uma jornada marcada pela intensa informalidade que relega essas mulheres posições de trabalho subalternas em salões de beleza, na indústria têxtil e na moda – e, no pior dos casos, para a prostituição¹²³ – uma vez que “nem mesmo a boa qualificação permite que o mercado de trabalho abra-se para as travestis e transexuais” (LICCARDI, 2015, p. 231)¹²⁴.

Uma vez que os diversos feminismos, mesmo em sua pluralidade, não conseguem responder satisfatoriamente às demandas dos 99% das mulheres em virtude de seu alinhamento histórico com a lógica do capital (o que acaba limitando suas possibilidades concretas de ação), faz-se necessário evidenciar que trata-se não apenas de uma concepção de mundo distinta, mas antagônica do ponto de vista de sua natureza econômica, política e social em relação ao marxismo. Nesse sentido, torna-se necessário “explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção” (MARX, 2008, p. 48) à medida que o feminismo, por exemplo, não consegue apontar horizontes concretos de ação para superar a condição das mulheres, pois praticamente desapareceu de sua perspectiva o peso da coletividade e a ideia de revolução e/ou transformação social, entrando em cena as ações pontuais para “ressignificar”, “desconstruir” ou “subverter” a ordem das coisas através de iniciativas cada vez mais dependentes de ações isoladas e/ou da vontade própria dos indivíduos. Sob tais condições, faz-se necessário o resgate histórico de mulheres como Clara, Rosa, Kollontai e tantas outras que concentraram energias para desenvolver concretamente a luta pela emancipação feminina: superando as limitações à medida que conserva-se o “núcleo duro” de suas contribuições, partimos da renovação do

individual das famílias, que na maioria das vezes recai sobre os ombros das mulheres, que ao exercerem um fardo invisível socialmente e solitário enfrentam cargas e adoecimentos de toda sorte na medida em que assumem “funções no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que persistem as funções que lhe são atribuídas tradicionalmente” (MONTENEGRO, 2018, p. 10) no âmbito doméstico e familiar – o que em alusão à SAFFIOTI (1976), torna a existência da mulher sob a sociedade de classes uma contradição.

¹²³ Estudos da Associação Nacional das Travestis e Transexuais (ANTRA) de 2015 indicam que aproximadamente 90% dessa população no Brasil está na prostituição.

¹²⁴ Uma vez que a discriminação as atinge não só no ambiente de trabalho, mas também no processo de inserção em virtude de sua identidade de gênero, que desafia os padrões sociais (Butler). Mais debates acerca da relação de mulheres trans e travestis com o mercado de trabalho podem ser localizados em SOUZA, Heloísa (2012); RONDAS, Linconl; MACHADO, Lucília (2015); MARTENDAL, Laura (2015); VIEIRA, Cláudia (2017); MARINHO, Silvana (2017); SILVA, Antônio; LUNA, Moisés (2019) e SANTOS, Karolyn; SILVA, Lígia (2021).

pensamento dessas mulheres a fim de evidenciar sua atualidade para pensar os desafios à emancipação feminina no século XXI¹²⁵:

Uma ciência alcança a prova de sua eficiência e fecunda vitalidade quando demonstra saber enfrentar os grandes campões das tendências opostas, quando resolve com os próprios instrumentos questões vitais colocadas por essas tendências ou quando demonstra peremptoriamente que tais questões são falsos problemas (GRAMSCI, 1999, p. 141).

Não temos qualquer pretensão de “inventar a roda”, mas empregar as armas que já nos estão disponíveis uma vez que “na pretensão da originalidade, há muita vaidade e individualismo e pouco espírito criador” (GRAMSCI, 1999, p. 226). Nesse sentido, o próprio feminismo pode ser recuperado face ao seu valor instrumental uma vez que, sem qualquer sombra de dúvida, justamente em virtude de sua capilaridade e diversidade de expressões consegue enriquecer o debate acerca da condição das mulheres na sociedade de classes – o que pode ser incorporado dialeticamente pelo marxismo. Voltemos, então, à questão da polêmica, da qual nossa tradição não pode prescindir à medida que coloca-se como concepção de mundo a superar as maneiras de pensar estabelecidas. Nesse sentido, como uma espécie de “senso comum” acerca da luta feminina, o feminismo deve ser entendido positivamente na mesma medida em que se realiza sua crítica à medida que no mundo de incertezas da pós-modernidade, torna-se necessária a renovação do conceito de ortodoxia¹²⁶, inclusive no sentido da superação de formas deterioradas do marxismo¹²⁷. Assim, na contramão da ideia de “disputar” o feminismo, defendemos a necessidade de afirmar nossa tradição sem qualquer tipo de rebaixamento político-ideológico ou de camuflar o bom senso pelo medo do senso comum¹²⁸ – principalmente porque trata-se não de uma questão puramente terminológica ou que se encerra no uso da linguagem: o que está em jogo é a disputa do poder político uma vez que acaba

¹²⁵ Uma vez que embora as discussões que remetem à opressão feminina (família, trabalho reprodutivo, trabalho doméstico, monogamia, aborto, prostituição, maternidade, etc.) tenham se desenvolvido amplamente ao longo do século XX e como nunca antes no século XXI, foram essas mulheres que, no essencial, lançaram as diretrizes (práticas e teóricas) através das quais aprofundou-se o debate acerca de tais questões.

¹²⁶ Que nem de longe é sinônimo de dogmatismo ou rigidez, pelo contrário: presume o rigor teórico-metodológico submetido ao teste da lógica histórica, ou seja, que coloca as abstrações conceituais à prova da experiência concreta.

¹²⁷ Como o feminismo marxista, sob nossa perspectiva.

¹²⁸ É preciso demarcar território com franqueza nesse sentido, sem quaisquer tipos de rebaixamento do horizonte de ação em virtude do baixo nível de politização das massas femininas, apontando o caminho da emancipação na medida em que se expõe divergências com os setores feministas sem que isso signifique, no entanto, uma posição sectária: evidenciar que embora o destino seja o mesmo (a emancipação), divergimos quanto aos métodos de ação e isso faz toda diferença uma vez que está em jogo a questão do objetivo final, que diante de um contexto de confusão ideológica e agudas incertezas políticas é cada vez mais urgente.

“culminando em uma determinada direção, na qual essa culminação torna-se norma de ação coletiva” (GRAMSCI, 1999, p. 326)¹²⁹.

¹²⁹ O feminismo, profunda e amplamente desagregado por numerosas clivagens que se multiplicam em seu interior, está saturado pelo idealismo burguês que cumpre papel de conter a luta por emancipação feminina na medida em que canaliza suas tendências para a institucionalidade da democracia burguesa ou para soluções de mercado. O eclétismo feminista, nesse sentido, abre margem para que tendências liberais se infiltrem em suas fileiras e mantenha a correlação de forças favorável ao domínio do capital uma vez que, sendo mais antiga, a ideologia burguesa encontra-se plenamente consolidada: “está completamente elaborada e possui meios de difusão infinitamente maiores (LENIN, 1988, p. 39). Por isso, tem caráter de urgência a necessidade de afirmação de uma linha política de emancipação feminina firme e consequente que combata de frente “o movimento espontâneo, que se dirige para o sentido do mínimo esforço, [que] conduz exatamente à dominação da ideologia burguesa” (LENIN, 1988, p. 39) – defendemos, assim, que algumas respostas aos desafios enfrentados pelas mulheres do século XXI nesse sentido podem ser encontradas a partir do acúmulo das experiências socialistas, que com seus erros e acertos nos legam lições históricas essenciais que contribuem para delinear os caminhos da concretização da luta por emancipação.

1.2- “Imperialismo neoliberal”: o pós-moderno em função do capital através da mercantilização da “causa das mulheres”

A história da mercantilização da causa feminina tem tudo a ver com o desenvolvimento da luta pela emancipação das mulheres, que por sua vez mantém uma relação de simbiose com a própria história de desenvolvimento do capital – já que, apesar de não ter dado origem propriamente à opressão feminina, o capital a racionaliza em função de sua lógica de dominação para baratear, superexplorar e manter sob condições de subalternidade a força de trabalho feminina, fornecendo fundamento material à condição das mulheres na sociedade capitalista. Se é verdade que a “anatomia” da sociedade moderna não se diferencia, no essencial, das sociedades passadas na medida em que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes” (MARX; ENGLÉS, 2017, p. 22), também é verdade que a luta por emancipação feminina sofre influência direta da lógica de produção capitalista, que separa as mulheres em classes antagônicas a partir de interesses sociais irreconciliáveis, o que torna esta uma luta plural, com clivagens internas e repleta de contradições. A divisão da sociedade em classes acaba impondo métodos de luta que definem, em última instância, o caráter conservador ou revolucionário de uma tendência uma vez que “as mulheres proletárias acabam no proletariado e as da burguesia acabam no campo da burguesia” (ZETKIN, 1986)¹³⁰. Ao esboçar o quadro geral da luta pela emancipação feminina no item anterior, identificamos o feminismo como sua forma de expressão dominante em virtude de certa compatibilidade ideológica deste último com a lógica do capital e a política burguesa, as quais alinhou-se historicamente, o que viabilizou sua cristalização como “a cara” da luta feminina¹³¹.

Em virtude de seu caráter dinâmico, o processo de expansão capitalista é impulsionado por saltos de desenvolvimento que acompanham as determinações da própria experiência histórica, que no final do século XIX viabilizou a superação da fase de “livre concorrência” do capital para o ingresso em sua etapa imperialista, na qual as forças do capital adquirem grande acúmulo do ponto de vista da dominação de classe e utilizam-se de diferentes instrumentos,

¹³⁰ Pelo menos até antes da “segunda onda” feminista o caráter de classe era bastante forte e definia de maneira mais direta os métodos de ação que os diversos setores femininos se utilizavam. A partir dos anos 50 e 60, com a renovação do feminismo, outras determinações passam a mediar a questão feminina – o que ao invés de potencializar a luta frente ao enriquecimento de perspectivas, acabou gerando uma lógica de diferenciação em que a classe horizontalizou-se e é concebida como apenas mais uma relação de opressão.

¹³¹ Quando se pensa na causa feminina, geralmente o feminismo é a primeira referência dessa luta. Obviamente isso não se trata de uma concepção popular na medida em que o feminismo, mesmo bastante difundido, ainda encontra resistência em sociedade. Entretanto, no campo progressista e de esquerda, é tal concepção que domina e tornou-se uma espécie de senso comum em seu interior.

métodos e táticas, sejam eles materiais e/ou subjetivos, para controlar e condicionar a força de trabalho feminina e manter sua desorganização num mundo cada vez mais monopolizado pela sua lógica de produção e reprodução da vida, aprofundando o grau de complexidade e amplitude de sua hegemonia. Na configuração imperialista, quando “o monopólio se tornou um fato”¹³² (LENIN, 2001, p. 124) e os cartéis passam a controlar as condições de venda, troca, consumo, distribuição, preços e etc., o grau de concentração de capitais torna possível que “para umas quantas dezenas de empresas gigantescas [seja] muito fácil chegarem a um acordo entre si” (LENIN, 2001, p. 120), forjando um ambiente internacional em que a integração organizada de um punhado de capitalistas monitora, divide e controla entre si determinados ramos da produção, os recursos e matérias-primas, a disposição do pessoal profissional-técnico qualificado, a própria questão da distribuição/circulação e etc.¹³³. A fusão do capital bancário com o capital industrial dá origem ao capital financeiro, que singulariza o imperialismo como a etapa do capital em que “a produção de mercadorias, se bem que continue ‘reinando’ como antes, [...] encontra-se desacreditada e os lucros principais vão para os ‘gênios’ das maquinações financeiras” (LENIN, 2001, p. 133).

A partir do domínio daquilo que Lenin denomina “oligarquia financeira”, o aprofundamento da tendência à concentração de capitais reforça a ideia de que “na época do capital financeiro, os monopólios de Estado e os privados se entrelaçam, formando um todo” (LENIN, 2001, p. 195) responsável por estreitar de modo contínuo o direcionamento das relações político-econômicas em favor dessa determinada parcela da sociedade, tendo-se que “a partilha desse ‘saque’ faz-se entre duas ou três aves de rapina” (LENIN, 2001, p. 110). Para o mundo do trabalho no geral e feminino em especial, a hegemonia da fração financeira da classe dominante se manifesta através das mudanças na divisão do trabalho e das relações de produção, uma vez que a existência da relação de parasitismo entre países rentistas e países devedores possibilita diferentes modalidades, graus e técnicas de exploração do trabalho de acordo com cada contexto histórico-concreto determinado de cada país. Nesse sentido, verifica-se mais uma vez a tendência de dinamização interna do capital, visto que sua fase imperialista

¹³² No “sentido mais literal da palavra, isto é, no sentido de que milhões de pequenos, médios, e até uma parte dos grandes ‘patrões’, encontram-se de fato completamente submetidos a umas poucas centenas de financistas milionários” (LENIN, 2001, p. 119) – tendência que, no neoliberalismo, é levada à última potência.

¹³³ Longe de se desenvolver de maneira uniforme – até mesmo no interior do bloco de países avançados do capitalismo –, esse processo é marcado pelas desigualdades que produz e como se manifesta de acordo com as determinações histórico-geográficas específicas de cada contexto nacional/local, ocorrendo por meio de “saltos das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países, [que] é inevitável sob o capitalismo” (LENIN, 2001, p. 180).

amplia a marcha de manobra na criação e aperfeiçoamento de mecanismos de dominação, que tornam-se meios cada vez mais complexos de extração de mais-valor e expropriação dos trabalhadores. Através de profundas mudanças nas condições sociais e nas relações político-ideológicas, no mundo ocidental desponta a tendência imperialista de “formar categorias privilegiadas também entre os operários e para as divorciar das grandes massas do proletariado” (LENIN, 2001, p. 241)¹³⁴.

Frente ao alto grau de concentração, as forças do imperialismo são capazes de transformar quantidade em qualidade ao gerar “a possibilidade econômica de subornar as camadas superiores do proletariado”, aguçando o desenvolvimento de divisões no interior da classe trabalhadora através da corrupção de determinados grupos sociais, a exemplo da “massa dos membros das cooperativas e dos sindicatos [na qual] o direito eleitoral encontra-se adaptado” (LENIN, 2001, p. 240). Além de se converter concretamente através de benefícios materiais, tal corrupção viabiliza formas subjetivas de dominação que se reproduzem ideologicamente de modo a atualizar e aprofundar a cisão no interior da classe dominada, implicando na indiferença de sua “camada superior” em relação ao colonialismo, ao machismo, ao racismo e ao chauvinismo e que, no melhor dos casos, passa a se comportar como correia de transmissão da ideologia burguesa¹³⁵. No pior dos casos, essa corrupção generalizada da sociedade burguesa sob o imperialismo atinge também os dirigentes operários, que passam a aderir a uma espécie de “embelezamento” das contradições sociais à medida que se voltam para a realização de reformas, ocultando a tendência de dominação do capital¹³⁶. Além disso, passa a ser cada vez mais comum a realização de “acordos” entre os capitalistas e as organizações proletárias, fornecendo corpo e substância ao oportunismo à medida que revela que o imperialismo consiste na base econômica de tal fenômeno, que por sua vez “atingiu a sua plena maturidade, passou essa fase e decompôs-se, fundindo-se completamente(...) com a política burguesa” (LENIN, 2001, p. 243).

É nesse contexto que Rosa Luxemburgo observa as tendências que se consolidavam no interior da social-democracia a partir de sua capitulação diante dos interesses imperialistas com

¹³⁴ A aristocracia operária, camada “superior” da classe trabalhadora dos países avançados, é a principal beneficiada das novas condições sociopolíticas impostas pela dinâmica imperialista.

¹³⁵ Lenin dá o exemplo dos Estados Unidos, em que “os imigrados da Europa oriental e meridional ocupam os lugares mais mal remunerados, enquanto os operários norte-americanos fornecem a maior percentagem de capatazes e de pessoal que tem um trabalho mais bem remunerado” (LENIN, 2001, p. 241).

¹³⁶ Após a cisão interna da social-democracia exemplificada de maneira clássica pela experiência do Partido Social-Democrata da Alemanha, no qual “os partidários de Scheidemann, Noske e cia. [atuaram] ao lado da burguesia contra os spartakistas” (p. 113-114), assistimos à consolidação do parlamentarismo como frente de atuação política privilegiada pelas forças do reformismo oportunista – corrente ideológica dominante no interior da social-democracia duramente criticada por Lenin, especialmente as concepções do “kautskismo”.

a irrupção da guerra¹³⁷. Fazendo jus ao legado revolucionário do marxismo, tece valiosas considerações sobre tal conjuntura ao evidenciar que “a guerra mundial representa uma viragem para o mundo” (LUXEMBURGO, 1916, p. 14), uma vez que a aceitação de seus termos significou a legitimação das forças imperialistas pela social-democracia à medida que desarmava-se diante delas – o que implicou na conseqüente crise de sua capacidade de direção do movimento proletário internacional¹³⁸. Sob o argumento de defesa dos interesses nacionais – um jogo velho da burguesia em que “o único elemento novo é que um partido social-democracia tenha entrado” (LUXEMBURGO, 1916, p. 41)¹³⁹ – se fortalece o fenômeno do oportunismo, que espraia-se como prática política dominante a partir do domínio do reformismo como linha principal no interior do partido. A esta altura, o sistema parlamentar desenvolvia seu complexo no sentido de absorver as demandas sociais à institucionalidade burguesa como forma de frear o ritmo das lutas contra o capital, especialmente com o despontar político das grandes massas proletárias¹⁴⁰. Nesse sentido, Rosa observa que o ganho de experiência do capital em sua nova fase de desenvolvimento é fruto da própria ação das classes trabalhadoras munidas com as armas do socialismo, que ao utilizar as reformas em favor da revolução, transformam-se em força material capaz de pressionar o capital de baixo para cima, forçando “o governo e os partidos burgueses a nos conceder os poucos sucessos imediatos que podem ser ganhos” (LUXEMBURGO, 1898)¹⁴¹.

Com a vitória da Revolução Russa, a fragilização da hegemonia do capital acentuava-se na mesma proporção em que a construção do socialismo concretizava bases materiais para implementação de direitos sociais, em especial no que diz respeito à emancipação feminina, como a construção de lavanderias e refeitórios públicos, creches, liberação do aborto, instituição do divórcio, etc. – lutas protagonizadas pelas próprias mulheres soviéticas, que

¹³⁷ Processo encabeçado pelo Partido Social-Democrata da Alemanha, à época vanguarda do movimento proletário internacional em virtude da magnitude de sua força e influência. Rosa, colocando-se frontalmente contra os órgãos dirigentes do partido, trava polêmicas no embate com suas principais lideranças, a exemplo de Bernstein e Kautsky, que esforçaram-se no sentido de dar corpo teórico ao fenômeno do reformismo.

¹³⁸ Nesse sentido, Rosa é implacável na autocrítica ao evidenciar que a causa da crise residia na fraqueza da própria social-democracia em guiar a luta contra o imperialismo, o que implicou em seu descrédito frente às massas que se insurgiam uma vez que “não é a social-democracia que tem levado o proletariado moderno à luta de classe; bem ao contrário, é o proletariado que tem levado a social-democracia a coordenar a luta de diversas facções, no espaço e no tempo, com a luta de classe e a fazer com que todos tomem consciência do fim a atingir” (LUXEMBURGO, 1916, p. 117-118).

¹³⁹ Pois “no sentido socialista do conceito de liberdade, não se poderá falar de nação livre, quando a sua existência nacional repousa sobre a subjugação à escravatura de outros povos” (LUXEMBURGO, 1916, p. 136).

¹⁴⁰ Fruto das próprias contradições impostas pela lógica de produção e reprodução da vida sob o capital, que ao criar condições em que o proletariado pôde ocupar o protagonismo da dinâmica política, possibilitou que este arrastasse consigo amplas massas sociais subalternizadas à luta por emancipação.

¹⁴¹ LUXEMBURGO, Rosa. *Oportunismo e a Arte do Possível* (1898). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1898/09/30.htm>.

ampliavam de maneira progressiva sua participação na vida pública. No mundo ocidental, a massificação da luta feminina numa conjuntura de instabilidade econômica, política e social diante dos desastres da guerra tornava necessária a incorporação massiva da força de trabalho feminina na estrutura produtiva do capital. Paralelamente à expansão de seu horizonte social ocorria um intenso processo de politização que aglutinava as mulheres em torno da luta pelo voto, tornando-se a principal agenda política do movimento feminista a partir da ação das sufragistas que passavam a ganhar influência crescente entre os círculos femininos que adentravam para o mercado de trabalho (secretárias, telefonistas, operárias, professoras, etc.). Para estabilizar a força de sua hegemonia diante da “ameaça vermelha” que tinha grandes chances de incentivar a radicalização da luta por emancipação feminina, o capital precisou responder às demandas sociais apresentadas pelas mulheres, que se organizavam em frentes cada vez mais amplas e diversas para discutir seus interesses – o que ocorria majoritariamente sob influência de uma perspectiva feminista na qual o gênero ocupa lugar central na análise da “questão feminina” – o que, como já vimos, trata-se de uma leitura a-histórica, mecânica e reducionista da opressão das mulheres, uma vez que ignora e/ou escamoteia a materialidade da questão.

O fato é que, diante da crescente participação feminina na vida pública, o capital respondeu por meio da incorporação das demandas por liberdade e autonomia dos setores femininos: 1) absorvendo-as à sua institucionalidade através da concessão de direitos (como o direito ao voto feminino, que progressivamente espalhou-se pelos países ocidentais e aqueles sob sua influência) e 2) canalizando-as à produção de mercadorias voltadas ao público feminino (roupas, sapatos, maquiagens, cosméticos, etc.). Nesse ponto de seu desenvolvimento, ainda não era possível ao capital mercantilizar a “causa feminina” de maneira aberta, mas a tendência já despontava na medida em que se tornou possível (e funcional) explorar a identidade de “mulheres”¹⁴² e convertê-la em forma-mercadoria. É nesse contexto que entram em ação um movimento conceituado por JAMESON (2002, p. 195) como “dialética da reificação”, que caracteriza os saltos de desenvolvimento através dos quais o capital adquire complexidade, buscando apropriar-se de culturas de oposição para manter a força de sua hegemonia – fazendo jus ao caráter dinâmico que lhe é próprio a partir de um processo incessante de complexificação interna. A partir de tal necessidade, as forças do capital enfrentam um processo denominado por HARVEY (1992) como “compressão do tempo-espaço”, fenômeno que se caracteriza pela

¹⁴² Que se fundamenta numa concepção de “mulher” como um grupo social estático e unívoco, sob uma concepção universal que as prende aos papéis sociais de gênero e padrões comportamentais baseados no ideal de feminilidade burguês, posicionando as mulheres num lugar social de obediência, docilidade e submissão.

aceleração do ritmo da vida e dos processos sociais por meio do qual “tanto o tempo como o espaço estão sendo absorvidos sob as forças homogeneizantes do dinheiro e da troca de mercadorias” (HARVEY, 1992, p. 239) e que se desdobra, por conseguinte, no aprofundamento do domínio do próprio imperialismo.

Diante da crise do movimento proletário internacional após a capitulação da social-democracia aos interesses das potências imperialistas em guerra e o surgimento da “aristocracia operária”, o surgimento de inovações técnicas e tecnológicas possibilitou o desenvolvimento de novas maneiras de ver, sentir e experienciar o mundo moderno¹⁴³, o que impulsionou o florescimento de formas de resistência e “culturas de contestação” contra as forças do capital e aos padrões de vida burgueses, a exemplo do modernismo, que inseriu outros pontos de vista e formas de representação no ambiente cultural em plena ebulição. A da multiplicação de formas estéticas experimentais que nascem com o objetivo de romper com as formas culturais burguesas de representação acarreta o último suspiro das tendências iluministas e de realismo no processo de “dialética da reificação”, uma vez que suas “precondições ideológicas(...) – sua crença ingênua em uma realidade social estável(...) – estão agora expostas, desmistificadas e desacreditadas; e formas modernistas – geradas pela própria pressão da reificação – tomam seu lugar” (JAMESON, 2002, p. 195)¹⁴⁴. É nesse sentido que, à medida que busca criticamente “enfrentar os problemas psicológicos, sociológicos, técnicos, organizacionais e políticos” (HARVEY, 1992, p. 34) do processo de modernização e urbanização capitalistas, o modernismo reúne tendências de oposição e passa a desenvolver-se sob uma lógica de diferenciação interna num contexto em que os produtores culturais “foram cada vez mais forçados pelos acontecimentos a explicitar seus compromissos políticos” (HARVEY, 1992, p. 37)¹⁴⁵.

As mulheres não ficaram de fora desse processo, integrando-se às tendências modernistas e manifestando-se através de diferentes maneiras contra a dominação do capital, que por sua vez também amplia e aperfeiçoa seus instrumentos de poder, inclusive “espirituais”. É nesse sentido que os estudos sobre cultura de Gramsci – que experienciou a Revolução Russa,

¹⁴³ “Em Paris, escritores como Baudelaire e Flaubert e pintores como Manet começaram a explorar a possibilidade de diferentes modalidades representacionais de maneiras que lembravam a descoberta das geometrias não-euclidianas que abalou a suposta unidade da linguagem matemática no século XIX” (HARVEY, 1992, p. 36).

¹⁴⁴ Desenvolve-se um tipo de arte modernista, considerada “como escandalosa e ofensiva para o público de classe média: feia, dissonante, boêmia, sexualmente chocante” (JAMESON, 2000, p. 36).

¹⁴⁵ Na medida que o “ponto de vista individual” do artista é a forma pela qual ele representa e interfere na vida social. Após a quebra da universalidade burguesa pela dimensão de classe que a luta pelo socialismo protagonizou, “seria a burguesia ou o movimento dos trabalhadores que daria forma e dirigiria o projeto modernista? E de que lado estavam os produtores culturais?” (HARVEY, 1992, p. 37).

a crise de 29, o fenômeno no nazifascismo e quase toda Segunda Guerra – trazem contribuições importantes que “permitem complementar e trazer novas determinações às características apontadas por Lenin” (FONTES, 2010, p. 121)¹⁴⁶ acerca das formas de subordinação ensejadas pelo imperialismo em virtude de sua própria complexificação – mesmo que o revolucionário italiano tenha vivido pouco mais que uma década a mais que Lenin e não tenha se detido especificamente a analisar o fenômeno imperialista em suas particularidades¹⁴⁷. Suas contribuições teórico-metodológicas nos fornecem alicerces para pensar no fenômeno da mercantilização da causa feminina e seus principais desdobramentos políticos na luta por emancipação feminina numa dinâmica em que o reformismo se converte em linha política dominante – nutrindo o fenômeno do oportunismo – e as forças do imperialismo adquirem tanto poder de concentração que passam a dispor de meios para subornar lideranças e dismantelar por dentro a organização das classes trabalhadoras, inclusive a força de trabalho feminina, inserindo confusão ideológica e confusão em suas fileiras. Despontando como maior potência imperialista internacional, os Estados Unidos passam à frente do processo de generalização dessas tendências para o mundo ocidental em busca de amplificar em massa as “benesses” da lógica de produção do capital, que se encontrava em vias de profundas reformas estruturais.

Com esse objetivo, a influência da organização fordista da economia no sentido de aprofundar o grau de racionalização dos processos produtivos consiste no “maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência objetivo jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e homem” (GRAMSCI, 2007, p. 266), uma vez que o aumento dos padrões de produtividade do trabalho aumentaria a produção de mercadorias em massa e, conseqüentemente, tornaria necessária a reprodução da força de trabalho sob a lógica do consumo de massas, o que pode explicar as inúmeras “tentativas feitas por Ford para intervir, com um corpo de inspetores, na vida privada de seus empregados e para controlar como eles gastavam os salários e como viviam” (GRAMSCI, 2007, p. 268). Não tardou para que tal experimento, fruto da iniciativa de um capitalista individual¹⁴⁸, chegasse ao

¹⁴⁶ Que precisou delimitar-se à análise do imperialismo sob um quadro de desenvolvimento econômico e não conseguiu desenvolver a discussão acerca de suas outras dimensões, como a questão política, por exemplo.

¹⁴⁷ Apesar de, em passagens pontuais, ter se referido diretamente à questão: “então, que significado pode ter hoje o nacionalismo? Não será ele possível apenas como ‘imperialismo’ econômico-financeiro, e não mais como ‘primado’ civil ou hegemonia político-intelectual?” (GRAMSCI, 2000, p. 76).

¹⁴⁸ Que chegou a aumentar o preço do salário dos trabalhadores para que pudessem consumir mais, o que vai de encontro à lógica do capital em que a tendência é pressionar para baixo o valor dos salários. Por outro lado, com exceção da produção e consumo de massa, Ford fez pouco mais que Taylor na medida em que “a separação entre gerência, concepção, controle e execução (e tudo o que isso significava em termos de relações sociais hierárquicas e de desabilitação dentro do processo de trabalho) já estava bem avançada em muitas indústrias” (HARVEY, 1992, p. 121).

fim: com a crise de 29 intensifica-se a luta de classes e a ofensiva burguesa para manter a estabilidade das taxas de lucro, que resulta na diminuição dos salários e no consequente rebaixamento das condições de vida da classe trabalhadora. Para salvar o capitalismo da crise foi necessária a intervenção do Estado¹⁴⁹, que institucionalizou uma série de medidas no sentido de aumentar a responsabilidade pública com investimentos sociais e o controle dos ciclos econômicos, absorvendo o mérito principal do fordismo: “sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade” (HARVEY, 1992, p. 121)¹⁵⁰.

Nessas condições, subjetividade modernista mostrou-se insuficiente para responder às contradições que se multiplicavam no curso de tal processo em virtude de sua natureza contraditória de movimento cultural heterogêneo, uma vez que reúne uma variedade de formas estéticas que resultavam em “misturas bem diferentes do sentimento e da sensibilidade modernistas em diferentes épocas e lugares” (HARVEY, 1992, p. 33). Como o modernismo não estava fundamentado sob uma política de classe determinada, suas expressões podiam aspirar “com a mesma facilidade para a direita ou para a esquerda do espectro político” (HARVEY, 1992, p. 29), tornando-o um fenômeno ainda mais complexo à medida que o perspectivismo que lhe caracteriza acaba por semear a multiplicação de tendências que valorizavam o “gênio” do artista, provocando um estado permanente de busca por originalidade e distinção através da construção de um estilo privado¹⁵¹, a fim de “inserir uma nova linguagem utópica, diferente, distinta e elevada” (JAMESON, 2000, p. 65)¹⁵² – o que lhe confere a marca do elitismo na medida em que desenvolve uma alta cultura “altamente individualista, aristocrática, desdenhosa (particularmente da cultura popular) e até arrogante” (HARVEY,

¹⁴⁹ Através do New Deal, uma política de reestruturação econômica que previu uma série de medidas para implantar um Estado de bem-estar no qual os cofres públicos passaram a cobrir os custos de demandas sociais como saúde, moradia, educação, etc.

¹⁵⁰ O fordismo e o Estado de bem-estar social, no entanto, ficaram restritos à realidade estadunidense na medida em que não conseguiram se desenvolver plenamente enquanto forma de organização dominante da estrutura produtiva do capital. Nesse sentido, só viriam a amadurecer no após a Segunda Guerra Mundial quando o continente europeu estava arrasado e precisava reestruturar-se, pois anteriormente “no resto do mundo capitalista a organização do trabalho e as tradições artesanais eram simplesmente muito fortes, e a imigração muito fraca, para permitir ao fordismo ou ao taylorismo qualquer facilidade de produção, muito embora os princípios gerais da administração científica fossem amplamente aceitos e aplicados” (HARVEY, 1992, p. 123).

¹⁵¹ O que se explica pelo fato de que “o modernismo assumiu um perspectivismo e um relativismo múltiplos como sua epistemologia” (HARVEY, 1992, p. 37-38) que tem íntima relação com o individualismo.

¹⁵² Pois “o modernismo se preocupava com a linguagem, com a descoberta de alguma modalidade especial de representação de verdades eternas (HARVEY, 1992, p. 30).

1992, p. 31)¹⁵³. Como um movimento que se alimenta da contradição, é sob tal pano de fundo que o modernismo rende seus melhores frutos a partir do surgimento de tendências revolucionárias que nascem com objetivo de romper com as aspirações elitistas da tradição e buscam inspiração na cultura popular, a exemplo dos dadaístas, que destruíram todas as convenções na arte uma vez que “seu papel histórico é ter desferido um golpe mortal na concepção tradicional na cultura” (DEBORD, 1957)¹⁵⁴.

Para bloquear as possibilidades de radicalização das forças revolucionárias – tanto no âmbito da produção cultural como em relação às manifestações sociais de descontentamento político, a exemplo das organizações femininas que se proliferavam – o imperialismo é forçado a desenvolver mecanismos de conservação de sua hegemonia. Com tal objetivo, as forças da reação se desenvolvem no sentido de não apenas fornecer “meios de absorver, codificar e refletir sobre essas rápidas mudanças, como [sugerir] linhas de ação capazes de modificá-las ou sustentá-las” (HARVEY, 1992, p. 31), o que se concretizou por meio da apropriação dos símbolos e códigos do modernismo estético, inclusive de suas vertentes mais radicais¹⁵⁵. E isso tem tudo a ver com a “aliança” da social-democracia internacional aos interesses imperialistas, que provocou uma situação histórica em que se tornou possível “inventar mitos que tivessem poder de superar a política de classe” (HARVEY, 1992, p. 41), tornando o período entreguerras do capital marcado pelo desenvolvimento de um modernismo “heroico” na medida em que “na ausência das certezas iluministas à perfectibilidade do homem, a busca de um mito apropriado à modernidade tornou-se crucial” (HARVEY, 1992, p. 38). Nesse sentido,

Revelou-se possível combinar práticas atualizadas da engenharia científica, tal como incorporadas nas formas mais extremas da racionalidade técnico-

¹⁵³ No sentido de que sendo uma arte “áurica”, como prescreveu Benjamin, na arte moderna “o artista tinha de assumir uma aura de criatividade, de dedicação à arte pela arte, para produzir um objeto cultural original, sem par” (HARVEY, 1992, p. 31), o que produzia certas tendências de aspiração elitistas em seu interior.

¹⁵⁴ Pois se o artista moderno preocupava-se com linguagens e espacializações que conferissem um caráter eterno e/ou universal à sua obra, os dadaístas romperam com tal lógica na medida em que “consideravam a arte algo efêmero e, renunciando a toda espacialização permanente, buscaram a eternidade ao darem aos seus eventos o caráter de ação revolucionária” (HARVEY, 1992, p. 19) – aliás, não é por acaso que são os dadaístas que dão início às vanguardas artísticas como forma de organização coletiva em torno de “um programa revolucionário coerente na cultura [frente] à necessidade de lutar contra as forças que impedem o desenvolvimento de tal programa” (DEBORD, 1957). Report on the construction of situations and on the International Situationist tendency's conditions of organization and action (1957). Disponível em: <https://www.cddc.vt.edu/sionline/si/report.html>. Tradução própria.

¹⁵⁵ Como o surrealismo, criado por muitos radicais dadaístas, que utilizou-se do “irracional para destruir os valores superficialmente lógicos daquela sociedade. O próprio sucesso do surrealismo tem muito a ver com o fato de que o lado mais moderno da ideologia dessa sociedade renunciou a uma hierarquia estrita de valores factícios e usa abertamente o irracional, incluindo vestígios do surrealismo. A burguesia deve, acima de tudo, impedir um novo começo do pensamento revolucionário. Estava ciente do perigo do surrealismo. Agora que conseguiu cooptá-lo no comércio estético comum, gostaria que as pessoas acreditassem que o surrealismo era o movimento mais radical e perturbador possível. Cultiva, assim, uma espécie de nostalgia do surrealismo” (DEBORD, 1957). Report on the construction of situations and on the International Situationist tendency's conditions of organization and action (1957). Disponível em: <https://www.cddc.vt.edu/sionline/si/report.html>. Tradução própria.

burocrática e da máquina, com um mito da superioridade ariana e do sangue e do solo da Terra-Pai. Foi exatamente assim que uma forma virulenta de “modernismo reacionário” veio a ter o encanto que teve na Alemanha nazista (HARVEY, 1992, p. 40)¹⁵⁶.

É instrutivo observar o quanto o fascismo aproveitou referências clássicas (arquitetônicas, políticas, históricas) e construiu concepções mitológicas correspondentes (HARVEY, 1992, p. 41).

A suspensão das contradições de classe¹⁵⁷ possibilitou o surgimento do fenômeno da estetização política uma vez que tornou-se possível costurar com o fio da ideologia burguesa um pano de fundo em que projetasse as forças do capital como “aliadas” dos oprimidos na medida em que “a luta contra o fascismo era descrita como uma luta para defender cultura e a civilização ocidentais do barbarismo” (HARVEY, 1992, p. 43), processo sobre o qual os Estados Unidos se lançaram como realizadores por excelência, buscando desenvolver suas “forças espirituais” na mesma proporção em que as lançava para o mundo como um modelo a ser seguido, como a ideia de “sonho americano” que remete à sociedade estadunidense como sinônimo de liberdade, sucesso e realização – e claro, de modernidade¹⁵⁸.

Um dos fatores decisivos para que a incorporação das demandas femininas em torno da identidade de “mulher” e dos códigos modernistas tenha sido bem-sucedida foi o nível de desenvolvimento tecnológico adquirido pelas guerras, que “com suas demandas de alta tecnologia, preparou vários processos revolucionários para posterior uso civil” (HOBSBAWM, 1995, p. 207)¹⁵⁹, viabilizando a técnica da reprodução serial que permitiu à reação imperialista a possibilidade de “destacar do domínio da tradição o objeto reproduzido” (BENJAMIN, 1985, p. 143)¹⁶⁰, o que implica no aperfeiçoamento técnico do fenômeno da estetização política à medida que, apartado de seu contexto histórico de produção, o objeto pode ser utilizado como

¹⁵⁶ Segundo HARVEY (1992), “a estetização da política através da produção desses mitos todo-abrangentes (de que o nazismo era apenas um exemplo) foi o lado trágico do projeto modernista, lado que ficou cada vez mais saliente à medida que a era ‘heróica’ chegava, trôpega, ao fim na Segunda Guerra Mundial” (p. 42).

¹⁵⁷ Que como Rosa observou era apenas aparente, uma vez que “todas as relações de propriedade, a exploração, a dominação de classe e mesmo a ausência de direitos políticos para o proletariado(...) permaneceram intactas” (LUXEMBURGO, 1916, p. 118).

¹⁵⁸ O que se alia à cultura do consumismo que se iniciara com o mercado de massa na qual “liberdade” tornou-se sinônimo de acesso a mercadorias expostas nas vitrines. Além disso, verifica-se grande movimentação na produção cinematográfica dos Estados Unidos para a criação de obras que projetassem o país como protagonista mundial da civilização ocidental.

¹⁵⁹ Não apenas produtos que já existiam foram melhorados, mas outros completamente novos e até então inimagináveis surgiram, “como a televisão e a gravação em fita magnética, [que] mal se achavam no estágio experimental” (HOBSBAWM, 1995, p) – que posteriormente mostraram-se funcionais ao desenvolvimento de uma poderosa indústria cultural, como veremos.

¹⁶⁰ Benjamin observa que “o que se atrofia na era da reprodutibilidade técnica da obra de arte é sua aura” (BENJAMIN, 1985, p. 143), um processo que transcende o domínio da arte e estende-se à toda vida social na medida em que a reprodução técnica substitui a existência única do artefato e a aproxima do espectador, atualizando o objeto reproduzido, que emancipado do uso ritual pode ser utilizado nos mais diversos contextos.

um papel em branco, ou seja, podendo ser colorido conforme a preferência do gosto¹⁶¹. No que se refere à produção cultural, “a reprodutibilidade técnica da obra de arte modifica a relação da massa com a arte” (BENJAMIN, 1985, p. 158) e transforma sua função social na medida em que se desenvolve o processo de massificação da cultura¹⁶². Ao analisar os meios encontrados pelo imperialismo para canalizar tais forças sociais utilizando-se de formas estético-culturais¹⁶³, Walter Benjamin examina o papel que assume a arte a partir da técnica de reprodução no contexto desencadeado pelo nazifascismo, evidenciando que

A metamorfose do modo de exposição pela técnica da reprodução é visível também na política. A crise da democracia pode ser interpretada como uma crise nas condições de exposição do político profissional. As democracias expõem o político de forma imediata, em pessoa, diante de certos representantes (BENJAMIN, 1985, p. 154).

(...)como as novas técnicas permitem ao orador ser ouvido e visto por um número ilimitado de pessoas, a exposição do político diante dos aparelhos passa ao primeiro plano. Com isso os parlamentos se atrofiam (BENJAMIN, 1985, p. 154-155)¹⁶⁴.

O fascismo tenta organizar as massas proletárias recém-surgidas sem alterar as relações de produção e propriedade que tais massas tendem a abolir. Ele vê sua salvação no fato de permitir às massas a expressão de sua natureza, mas certamente não a dos seus direitos (BENJAMIN, 1985, p. 164).

As massas têm o direito de exigir a mudança das relações de propriedade; o fascismo permite que elas se expressem, conservando, ao mesmo tempo, essas relações. Ele desemboca, conseqüentemente, na estetização da vida política (BENJAMIN, 1985, p. 164).

É a possibilidade de destacar objeto da tradição e promover sua reprodução em série que permite a canalização do impulso por autonomia e liberdade da luta por emancipação feminina à produção de mercadorias, cristalizando tais demandas em papéis sociais de gênero e padrões comportamentais que ensejam um ideal de feminilidade a ser alcançado por meio do consumo de mercadorias. Sob uma conjuntura de instabilidade econômica, social e política era preciso responder à crescente insatisfação das massas femininas¹⁶⁵. É nesse sentido que florescem as

¹⁶¹ A estetização política, nesse sentido, opera como um mecanismo para expressar as inclinações sociais emancipatórias na mesma medida em que trabalha para conservar as relações que as impede de realizar-se.

¹⁶² O que tem toda relação com os movimentos de massa em ascensão, pois “fazer as coisas ‘ficarem mais próximas’ é uma preocupação tão apaixonada das massas modernas como sua tendência a superar o caráter único de todos os fatos” (BENJAMIN, 1985, p. 144), o que com a possibilidade de reprodução torna “irresistível a necessidade de possuir o objeto, de tão perto quanto possível, na imagem, ou antes, na sua cópia, na sua reprodução” (BENJAMIN, 1985, p. 144).

¹⁶³ Especialmente o cinema, concebido como a forma de arte mais promissora para promover a estetização política na medida em que seu poder de exposição para o coletivo “atribui-lhe funções inteiramente novas, entre as quais a ‘artística’, a única de que temos consciência, talvez se revele mais tarde como secundária” (BENJAMIN, 1985, p. 146).

¹⁶⁴ Se antes o fenômeno do reformismo consistia numa tragédia para a organização do mundo do trabalho, é sob tais condições que se transforma em farsa.

¹⁶⁵ As respostas também precisavam ser difundidas em massa, o que com o aperfeiçoamento dos meios de comunicação pôde realizar-se: assim explica-se a popularidade do rádio, da TV e do cinema.

tendências populistas do capital no desenvolvimento de uma cultura de massa na qual já despontava, timidamente, a tendência à mercantilização de causas sociais, que se não era possível diretamente, manifestava-se por meio da exploração estética da identidade de “mulher”. Concretamente, esta tendência materializava-se no esforço do capital em segmentar camadas sociais médias em ascensão para transformá-las em nicho de mercado, tornando o público feminino um alvo na criação de produtos e serviços em seu entorno. A este respeito podemos citar a massificação do consumo de cosméticos e produtos de beleza, até então restritos a mulheres das classes abastadas, mas que, após o rebaixamento dos preços e a diversificação da produção tornaram-se mais acessíveis às mulheres de camadas sociais médias. Dessa forma, o capital passa a reunir cada vez mais esforços para captar as demandas de emancipação feminina para convertê-las em mercadoria¹⁶⁶ na medida que busca produzir e estimular tendências de consumo no público feminino por meio da criação de padrões estéticos¹⁶⁷, reforçados massivamente pelas propagandas que estampam corpos e rostos de famosas atrizes de cinema, modelos e etc. que encarnam o ideal de beleza feminino burguês.

Este quadro aproxima-se mais à realidade histórica dos países de economia avançada do mundo ocidental, mais especificamente os Estados Unidos, que estavam na dianteira desse processo. Entretanto, países do sul global também sentem, à sua maneira, as reverberações de tais mudanças em favor do imperialismo estadunidense: é o caso do Brasil, que diante do estrangulamento estrangeiro em virtude da diminuição das importações de café após a crise de 29¹⁶⁸ voltou o desenvolvimento econômico às demandas internas do país, iniciando uma espécie de industrialização truncada¹⁶⁹ através do sistema de substituição de importações – modelo de desenvolvimento voltado “para dentro” e que se caracteriza pela ampliação e diversificação da estrutura produtiva a partir da implantação de “uma infraestrutura de serviços básicos e do desenvolvimento de uma série de indústrias ‘tradicionais’ tais como as de alimentos, bebidas, mobiliário, roupas, etc.” (TAVARES, 1973, p. 60)¹⁷⁰. Diretamente influenciada pela cultura estadunidense, que passa a estabelecer novos padrões estéticos relacionais à feminilidade diante

¹⁶⁶ Mas ainda há bastante contradições que mediam esse processo, como os produtos voltados para as donas de casa (como geladeiras, fogões, móveis, etc.) em que é possível encontrar uma gama de propagandas de cunho abertamente machista.

¹⁶⁷ Nesse contexto, o ideal de feminilidade era encontrado na mulher melindrosa ou *flapper girl*, que vendia o ideal de que para ser considerada bonita uma mulher precisava estar impecavelmente maquiada e jovem.

¹⁶⁸ Que segundo TAVARES (1973) consistiu no “ponto crítico da ruptura do funcionamento do modelo agrário-exportador” (p. 32) uma vez que o estrangulamento estrangeiro em virtude da diminuição das importações de café, principal produto de exportação brasileiro até então, impôs uma perda de dinamismo das forças de produção.

¹⁶⁹ Processo conceituado como teoria do subdesenvolvimento por alguns estudiosos como Celso Furtado.

¹⁷⁰ A diversificação de produtos voltados para o público feminino também significou um aumento da divulgação desses produtos, “assim, a editoração das revistas investiu nesta demanda, priorizando-as nas publicações de todo teor” (AZAMBUJA, 2003, p. 86).

das novas necessidades de consumo, a economia nacional desenvolve-se e dá prosseguimento às tendências de mercado impostas pelo capital para o público feminino, como evidenciam as várias propagandas midiáticas¹⁷¹ voltadas para uma mulher “atenta ao seu papel numa nova sociedade, orientada pelos valores de consumo onde a liberdade de expressão e a americanização dos padrões e comportamentos está em voga” (AZAMBUJA, 2003, p. 84)¹⁷².

Para chegar ao caminho que levou o capital à mercantilização da causa feminina de maneira direta, é preciso questionar: afinal, quais mudanças “espirituais” forneceram bases para que o imperialismo consolidasse seu alcance de dominação ideológica com tanta profundidade? Para identificar as transformações que oferecem qualidades essencialmente novas ao capital em seu processo de dinamização, as contribuições de Gramsci possibilitam identificar as linhas mestras de tal situação histórica em que ocorre uma maior valorização dos “fatos de cultura”¹⁷³ como instrumentos de dominação política, assim como sua concepção de Estado¹⁷⁴, que encontra-se completamente amadurecido em suas funções administrativas e organizacionais sob o imperialismo, atingindo um grau de complexidade e enraizamento tão grandes na vida social que passa a desempenhar um papel “educador” à medida que consiste no principal “instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica” (GRAMSCI, 1999, p. 373)¹⁷⁵. Uma vez que as questões de superestrutura não pertencem à segunda ordem ou simplesmente derivam das necessidades impostas pela estrutura, elas não se desenvolvem de maneira espontânea, mas antes passam por uma regulamentação de caráter institucional visto que, nesse contexto, o Estado é um instrumento de racionalização que “atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e ‘pune’, já que, criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é ‘possível’, a ‘ação ou a omissão criminosa’ devem receber uma sanção punitiva” (GRAMSCI, 2007, p. 28)¹⁷⁶. Estado aqui não significa uma simples abstração teórica, mas expressão jurídica de uma relação social fundamentada no antagonismo de classes uma vez que

¹⁷¹ O ideal de beleza feminino a esta altura encontrava-se em transição: da mulher melindrosa, o estereótipo agora era voltado para “a mulher esportiva, liberada, moderna, que fumava e dirigia automóveis” (AZAMBUJA, 2003, p. 85).

¹⁷² Nesse sentido, pelo menos no caso do Brasil, é necessário apontar para o caráter empobrecido da nossa economia que impede o acesso das mulheres ao consumo, sendo ínfimo o número de “mulheres que toda semana dispunham de [meios] para comprar uma revista” (AZAMBUJA, 2003, p. 86).

¹⁷³ Isto é, “da atividade cultural, de uma frente cultural como necessária, ao lado das frentes meramente econômicas e políticas” (GRAMSCI, 1999, p. 341) na luta pela hegemonia do capital.

¹⁷⁴ Que equivale a “sociedade política” ou “vida estatal”, como aparece frequentemente em seus escritos.

¹⁷⁵ O que ocorre através de suas várias instituições em que “a imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas” (GRAMSCI, 2001, p. 74).

¹⁷⁶ Na medida em que “assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente” (GRAMSCI, 2001, p. 12).

“é preciso que o Estado ‘queira’ fazer isto, isto é, que o Estado seja dirigido pelos representantes da modificação ocorrida na estrutura econômica” (GRAMSCI, 1999, p. 373)¹⁷⁷.

Entretanto, o que caracteriza a nova situação histórica não é tanto a capacidade repressora do Estado, que não perde importância e continua se expandido violentamente, mas a possibilidade de exercer seu domínio “sem que haja necessidade de ações militares” (GRAMSCI, 2007, p. 77). Isto ocorre porque, com o imperialismo, o “plano” superestrutural capitalista cinde-se e passa a lutar em duas frentes¹⁷⁸, isto é, a sociedade política ou Estado (já referidos acima¹⁷⁹), e a sociedade civil, por sua vez constituída pelos aparelhos privados de hegemonia (“os jornais, as revistas e a atividade editorial, as instituições escolares privadas” (GRAMSCI, 1999, p. 120) e etc.), que operam como associações, entidades ou organizações de classe e reúnem os mais variados grupos e categorias sociais, inclusive femininas¹⁸⁰. Uma vez que a política de classe incutida nas funções do Estado sofre um processo de mediação na medida em que não pode ter “uma concepção unitária, coerente e homogênea, razão pela qual os grupos intelectuais estão desagregados em vários estratos e no interior de um mesmo estrato” (GRAMSCI, 1999, p. 120), esses grupos organizam-se horizontalmente para defender verticalmente seus interesses de classe, lutando no interior da sociedade para manter sua hegemonia ao buscar legitimá-la diante da opinião pública por meio da construção de consenso, levando em conta – nem que seja parcialmente, é verdade, como nos parece ser a regra – interesses e “tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, [para] que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa” (GRAMSCI, 2007, p. 48)¹⁸¹.

A novidade da situação, portanto, reside no fato de que com o ganho de acúmulo do imperialismo na contenção das forças sociais revolucionárias, essa complexidade se converte

¹⁷⁷ No momento do imperialismo, como vimos, a fração de classe que leva esse processo a cabo é a chamada “oligarquia financeira”, que estende seu domínio especialmente “depois da guerra, em virtude da concorrência dos outros países, [na qual] a importância das exportações invisíveis aumentou ainda mais (GRAMSCI, p. 211).

¹⁷⁸ Literalmente lutar, já que para Gramsci o “plano superestrutural” no momento de hegemonia do capital consiste numa verdadeira trincheira de guerra.

¹⁷⁹ Isto é, “de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’” (GRAMSCI, p. 12).

¹⁸⁰ Que passam a se organizar em clubes, coletivos, associações, imprensa, etc. – em sua maioria de caráter feminista.

¹⁸¹ Segundo Rosa Luxemburgo, para os grupos oprimidos os “sacrifícios” se convertem em oportunismo na medida em que resulta numa política de compensações, que consiste “em sempre modificar a situação em nosso favor apenas no papel mas em mudar, na realidade objetiva, em favor dos nossos adversários; no fim das contas, em enfraquecer nossas posições enquanto reforçamos as de nossos adversários” (LUXEMBURGO, 1898). LUXEMBURGO, Rosa. Congresso de Stuttgart do Partido Social-Democrata Alemão (1898). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1898/10/03.htm>.

no fato “de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2007, p. 244). O consenso, nesse sentido, só pode ser compreendido como “espontâneo” à medida que leva-se em consideração que “nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção” (GRAMSCI, 2001, p. 12). Nessa perspectiva, no contexto do sistema parlamentar consolidado pelos dispositivos “legais” da institucionalidade burguesa, a hegemonia¹⁸²

(...)caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias” (GRAMSCI, 2007, p. 95)¹⁸³.

É desse modo que pode ser dimensionado o impacto dos “fatos culturais” na luta pela hegemonia do capital: através da vida cotidiana, busca impor uma concepção de mundo coerente com sua lógica de produção e reprodução da vida social, transformando qualidade em quantidade à medida que é capaz de converter ideologia em norma de conduta. Dessa forma, “ideologia” significa a produção de “uma atividade prática e uma vontade nas quais ela esteja contida como ‘premissa’ teórica implícita” (GRAMSCI, 1999, p. 104)¹⁸⁴, manifestando-se de variadas maneiras “na arte, no direito, na atividade econômica [e] em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1999, p. 104). Nesta perspectiva, o feminismo pode ser considerado como uma espécie de senso comum acerca da luta feminina, consistindo na “premissa teórica” que busca condicionar a ação feminina em torno de sua emancipação a partir da centralidade da questão de gênero, que historicamente não se mostrou suficiente para explicar ou mesmo responder à opressão feminina na sociedade capitalista e, politicamente, converte-se em “soluções” que esbarram nos limites da própria democracia burguesa na medida

¹⁸² Concepção de Lenin incorporada por Gramsci, que considera a maior contribuição do revolucionário russo para o desenvolvimento da filosofia da práxis: “é nesse campo que se deve buscar a contribuição teórica máxima de Ilitch à filosofia da práxis” (GRAMSCI, 1999, p. 368).

¹⁸³ Numa clara e evidente acepção do conceito de aristocracia operária no sentido leninista, evidenciando politicamente seus desdobramentos práticos.

¹⁸⁴ É difícil fazer uma leitura de Gramsci definindo rigidamente o significado dos conceitos ou separando-os uns dos outros na medida em que estão entrelaçados, assim como a noção de “ideologia” e “filosofia” que correspondem à “teoria” e “prática”, respectivamente. Nesse sentido, “as ideologias serão a ‘verdadeira’ filosofia, já que elas serão as ‘vulgarizações’ filosóficas que levam as massas à ação concreta, à transformação da realidade. Isto é, elas serão o aspecto de massa de toda concepção filosófica” (GRAMSCI, 1999, p. 359).

em que, na ausência da sistematização de um programa político alternativo, acaba conduzindo as forças femininas à luta por direitos e por reformas pontuais¹⁸⁵ – reduzindo o horizonte de luta à própria ordem do capital uma vez que não se coloca em questão o seu fim¹⁸⁶. Em virtude de sua natureza idealista e alinhamento histórico à política burguesa, conforme se desenvolve o feminismo tem suas arestas mais pontiagudas lapidadas de maneira gradativa no sentido de desarmá-lo frente às forças do capital, tornando-o paulatinamente a forma dominante de luta feminina na medida em que, entre todas as tendências da luta por emancipação, sintetiza “a massa de variações que o grupo dirigente conseguiu determinar na realidade precedente: neste sentido, história e filosofia são inseparáveis, formam um ‘bloco’” (GRAMSCI, 1999, p. 375)¹⁸⁷.

Em Gramsci, no entanto, o conceito marxista de ideologia supera a carga negativa tradicional e é concebido não como uma questão de “falsa consciência”¹⁸⁸ – ou pelo menos não apenas tal qual –, mas ativa e criativamente. Em outras palavras, ideologia como concepção de mundo: uma visão “ideológica” da ideologia à medida que reivindica a tradição da filosofia da práxis¹⁸⁹, que é dialética por sua natureza e tão “ideológica” como a própria ideologia burguesa, com a diferença de que assume sua pretensão como tal uma vez que nasce como expressão e instrumento de luta das classes subalternas¹⁹⁰. Assim, a ideologia burguesa de natureza liberal é considerada “parcial” e “arbitrária”, “porque voltada para a conciliação de interesses opostos e contraditórios(...) na medida em que tende a esconder a realidade, isto é, a luta e a contradição” (GRAMSCI, 1999, p. 451-452)¹⁹¹. Da mesma maneira podemos conceber a tradição feminista em suas tendências plurais e clivagens internas, que em virtude da falta de coerência lógica de sua resposta à opressão feminina e a centralidade na categoria de gênero, acaba apegando-se às

¹⁸⁵ No pior dos casos, a centralidade do gênero que reforça a identidade de mulher é funcional à lógica do capital na medida em que contribui para reforçar padrões comportamentais e papéis sociais de gênero que ditam o ideal de feminilidade burguesa, transformado em mercadorias a ser consumido.

¹⁸⁶ Para sermos justos, quando o faz não apresenta qualquer método concreto de ação que evidencie um caminho coletivo para superação.

¹⁸⁷ É nesse sentido que não se pode separar de maneira rígida “ideologia” de “filosofia” segundo Gramsci, que em crítica a Croce pela mesma razão afirma que “na prática a distinção é impossível, [pois] não se trata de duas categorias, mas de uma mesma categoria histórica, (...) a distinção é apenas de grau” (GRAMSCI, 1999, p. 349).

¹⁸⁸ Pois “não se deve conceber a ‘ideologia’, a doutrina, como algo artificial e sobreposto mecanicamente (como uma roupa sobre a pele, ao contrário da pele, que é organicamente produzida pelo organismo biológico animal), mas historicamente, como uma luta incessante” (GRAMSCI, 2007, p. 199).

¹⁸⁹ Eufemismo utilizado por Gramsci para se referenciar ao “marxismo” como forma de escapar à censura fascista.

¹⁹⁰ A “função ideológica” da filosofia da práxis, nesse sentido, é transformar a vida social na medida em que concebe “as superestruturas [como] uma realidade (ou se tornam tal, quando não são meras elucubrações individuais) objetiva e operante; ela afirma explicitamente que os homens tomam consciência da sua posição social (e, conseqüentemente, de suas tarefas) no terreno das ideologias, o que não é pouco como afirmação de realidade; a própria filosofia da práxis é uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir” (GRAMSCI, 1999, p. 451).

¹⁹¹ Uma vez que consiste no “instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas” (GRAMSCI, 1999, p. 451).

aparências da questão na medida em que constrói uma análise descritiva do fenômeno, isto é, afirmando sua caracterização na vida cotidiana (homens x mulheres) ao passo que contribui para ocultar o caráter antagônico da contradição que fundamenta a opressão feminina na sociedade capitalista, que apesar de não ter origem no próprio capital, erigiu-se a partir da divisão sexual do trabalho que possibilitou a utilização de papéis de gênero em função das relações de classe, nas quais o homem aparece como “o burguês e a mulher representa o proletariado” (ENGELS, 2019, p. 94)¹⁹².

Para manter a estabilidade e aprofundar o estado de confusão ideológica no interior das fileiras das classes subalternas (o que inclui as massas femininas) refinando incessantemente no âmbito das ideias as formas de camuflar as contradições sociais, o imperialismo cria condições que fornecem complexidade à divisão do trabalho na medida em que modifica a função e viabiliza o surgimento de uma gradação de qualificações organizacionais e administrativas no interior do “complexo estatal” (sociedade política + sociedade civil). É o que ocorre com os intelectuais, que assumem uma posição estratégica na fase de luta pela hegemonia do capital uma vez que “são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (GRAMSCI, 2001, p. 12), mantendo uma relação “mediatizada” com tal grupo por meio do “conjunto de superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’” (GRAMSCI, 2001, p. 12). Nesse cenário, é possível distinguir qualitativamente duas categorias entre tais “funcionários”: aqueles que não assumem “nenhuma atribuição diretiva e organizativa(...) [uma vez que] no aparelho da direção social e estatal existe toda uma série de empregos de caráter manual e instrumental” (GRAMSCI, 2001, p. 12); e aqueles “orgânicos”, que atuam no sentido de “criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe” (GRAMSCI, 2001, p. 15) na medida em que

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. (GRAMSCI, 2001, p. 6-7)¹⁹³.

¹⁹² Com o capitalismo a opressão feminina é racionalizada e a dinâmica de classe adquire complexidade na medida em que à mulher burguesa torna-se possível também explorar de maneira direta a força de trabalho de outrem, inclusive de outras mulheres. Entretanto, isso não muda a natureza do “problema de gênero” sob o capital, que é de classe, pois o gênero continua funcionando como um marcador de classe e a grande maioria das mulheres permanecem em condições de subalternidade.

¹⁹³ Esses intelectuais, por sua vez, diferenciam-se por meio de “graus que, nos momentos de extrema oposição, dão lugar a uma autêntica diferença qualitativa: no mais alto grau, devem ser postos os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.; no mais baixo, os mais modestos “administradores” e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada (GRAMSCI, 2001, p. 12-13).

No que se refere à fração de classe no interior da burguesia que está à frente desse processo, Gramsci reforça as pistas deixadas por Lenin acerca do domínio da oligarquia financeira sob o imperialismo ao indicar que “a especulação se tornou uma necessidade técnica mais importante do que o trabalho dos engenheiros e dos operários” (GRAMSCI, 1999, p. 485), o que explica a transformação da função social dos intelectuais à medida que, administradores ou orgânicos, são imprescindíveis para mapear, estruturar e instituir tendências no interior da sociedade civil e do Estado na luta pela hegemonia do capital – sem falar da necessidade em transformar os mercados “possíveis” em objeto concreto de lucratividade, o que exige reunir esforços na formação e recrutamento de um pessoal técnico especializado¹⁹⁴. É nesse sentido que podemos compreender como os intelectuais atuam como partido no contexto imperialista, que a partir da crise internacional da social-democracia desencadeia e intensifica a criação de tendências fazendo com que “os partidos orgânicos e fundamentais, por necessidade de luta ou por alguma outra razão, [dividam-se] em frações” (GRAMSCI, 2007, p. 349), o que implica no fato de que “muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma dessas frações” (GRAMSCI, 2007, p. 349)¹⁹⁵ – é dessa maneira que entram em ação os aparelhos privados de hegemonia, na medida que se entende que “esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal(...), uma revista(...), são também ‘partidos’, ‘frações de partido’ ou ‘funções de determinados partidos’ (GRAMSCI, 2007, p. 349-350)¹⁹⁶.

A importância dessa nova forma de partido que atua horizontalmente concentra-se no aprofundamento da coesão da consciência de classe de tais componentes ligados ao grupo social hegemônico, uma vez que “nascido e desenvolvido como ‘econômico’, (...) [transforma-os] em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores” (GRAMSCI, 2001, p. 16)¹⁹⁷.

¹⁹⁴ Que apesar de sua diversidade e dispersão são “muito concentrados (Instituto da França, Universidade, grandes jornais e revistas de Paris) e, embora sejam numerosíssimos, são no fundo muito disciplinados em relação aos centros nacionais de cultura” (GRAMSCI, 2007, p. 97).

¹⁹⁵ Ao aprofundar o debate acerca do caráter pedagógico de sua concepção de partido, afirma Gramsci: “que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais é uma afirmação que pode se prestar à ironia e à caricatura; contudo, se refletirmos bem, nada é mais exato. Será preciso fazer uma distinção de graus; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual. Um comerciante não ingressa num partido político para comerciar, nem um industrial para produzir mais e com custos reduzidos, nem um camponês para aprender novos métodos de cultivar a terra, ainda que alguns aspectos destas exigências do comerciante, do industrial, do camponês possam ser satisfeitos no partido político” (GRAMSCI, p. 16-17).

¹⁹⁶ Pois estão organicamente atrelados e expressam os interesses de uma determinada classe social, mesmo que de maneira indireta.

¹⁹⁷ Neste novo tipo de atuação horizontal do partido, o que importa “é nada mais do que o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos” (GRAMSCI, 2001, p. 15), que ocorre por vias aparentemente dispersas e assume formas altamente elásticas.

Nessa perspectiva, compreende-se de que maneira opera o complexo Estado + sociedade civil + classes dominantes + intelectuais orgânicos no que se refere à atuação enquanto bloco histórico na luta pela hegemonia do capital. São tais diretrizes que guiam a ação do imperialismo e resultam no espraiamento das formas de dominação cultural através de uma renovação das formas de convencimento ideológico que tornou a produção de consenso na esfera pública necessária frente à fragilização de suas forças numa conjuntura de inseguranças de toda sorte. Marcada pelos grandes conflitos, problemas sociais e políticos, tal situação histórica manteve-se – de maneira desigual e instável, é certo – com tais qualidades até o fim da Segunda Guerra Mundial, a partir do qual o domínio do capital passaria por um intenso processo de expansão que concretizou a hegemonia do imperialismo estadunidense sobre o mundo ocidental¹⁹⁸, uma “reforma” necessária ao capitalismo na medida em que “os riscos políticos fatais de não fazê-lo eram patentes para todos os que acabavam de combater a Alemanha de Hitler, filha da Grande Depressão, e enfrentavam a perspectiva do comunismo e do poder soviético” (HOBSBAWM, 1995, p. 213)¹⁹⁹.

Um dos principais desafios à reconstrução do mundo ocidental pós-guerra foi o retorno do crescimento econômico, o que se deu por meio da internacionalização do sistema fordista-keynesiano como forma de organização da estrutura produtiva do capital²⁰⁰, que tornou necessária a implementação de “um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configuração de poder político-econômico” (HARVEY, 1992, p. 73), processo em que os Estados Unidos estiveram à frente em virtude de seu poder econômico uma vez que a abertura do comércio para os investimentos estrangeiros “significou a formação de mercados de massa globais e a absorção da massa da população mundial” (HARVEY, 1992, p. 130) sob a ampla influência dos padrões culturais estadunidenses²⁰¹. A concretização de tais

¹⁹⁸ Segundo HOBSBAWM (1995), nos anos 1950 “só os EUA tinham mais ou menos 60% de todo o estoque de capital de todos os países capitalistas avançados [e] produziam mais ou menos 60% de toda a produção deles” (HOBSBAWM, 1995, p. 216).

¹⁹⁹ Para proteger-se, as forças do imperialismo estadunidense “resolveram” tal problema por meio do auxílio material para a reconstrução das economias uma vez que, diante da “ameaça vermelha”, “era politicamente urgente ajudar seus futuros competidores a crescer o mais rápido possível” (HOBSBAWM, 1995, p. 216). É nesse sentido que ocorre a transformação do mundo em “mundo industrial”, processo que “transformou absolutamente a vida cotidiana no mundo rico e mesmo, em menor medida, no mundo pobre” (HOBSBAWM, 1995, p. 208), “embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo — os que viviam em países para cuja pobreza e atraso os especialistas da ONU tentavam encontrar eufemismos diplomáticos” (HOBSBAWM, 1995, p. 65).

²⁰⁰ Uma vez que chegou “à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado e distintivo” (HARVEY, 1992, p. 125), atingindo a Europa após a guerra “e mais tarde, mais modestamente, o mundo socialista e as classes médias latino-americanas” (HOBSBAWM, 1995, p. 207).

²⁰¹ O que se consolidou a partir de 1944 com o acordo de Bretton Woods, responsável por transformar “o dólar na moeda-reserva mundial e [vincular] com firmeza o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e

demandas, no entanto, exigiria o aperfeiçoamento das formas de intervenção estatal e da utilização dos poderes do Estado em busca estabelecer um novo modo de regulamentação, o que ocorre de maneira contraditória e expressa-se desigualmente segundo as determinações concretas de cada Estado em específico, que são “limitados internamente apenas pela situação das relações de classe e, externamente, somente pela sua posição hierárquica na economia mundial” (HARVEY, 1992, p. 132). Nas economias avançadas, uma das características dominantes foi a via da implantação do Estado de bem-estar social no qual os investimentos sociais em educação, moradia, segurança e saúde em grande parte eram de responsabilidade do setor público, medidas que se mostraram vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa²⁰², que gestava uma monumental indústria cultural como método de contenção e canalização do descontentamento social.

A partir da consolidação dos Estados Unidos como principal potência imperialista na dinâmica econômica internacional, o sistema de poder financeiro torna-se relativamente estável, viabilizando a projeção de “matérias-primas” estadunidenses como expressão por excelência da cultura ocidental, o que traduz-se no fato de que “o fordismo também se apoiou na, e contribuiu para a, estética do modernismo – particularmente na inclinação desta última para a funcionalidade e a eficiência – de maneiras muito explícitas” (HARVEY, 1992, p. 131)²⁰³. À medida que o contexto de Guerra Fria impunha um ataque violento às forças do bloco soviético, a hegemonia cultural estadunidense lutava para dominar o mercado de massa mundial ao passo que buscava progressivamente torná-lo homogêneo, numa conjuntura em que “as decisões das corporações se tornaram hegemônicas na definição dos caminhos do crescimento

monetária norte-americana” (HARVEY, 1992, p. 131). No mesmo sentido, o Plano Marshall fazia dos Estados Unidos o “banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações” (HARVEY, 1992, p. 131).

²⁰² É importante destacar que longe de consistir num processo homogêneo, “cada Estado procurava seu próprio modo de administração das relações de trabalho, da política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar e de investimento público, limitados internamente apenas pela situação das relações de classe e, externamente, somente pela sua posição hierárquica na economia mundial” (HARVEY, 1992, p. 132).

²⁰³ Talvez em virtude de sua forma espacial, a arquitetura seja o meio de manifestação artística que permite melhor identificar como o poder corporativo do capital materializou-se através da institucionalização de formas modernistas nesse contexto, no qual havia uma preocupação “para revitalizar cidades envelhecidas ou arrasadas pela guerra (reconstrução e renovação urbana), reorganizar sistemas de transporte, construir fábricas, hospitais, escolas, obras públicas de todos os tipos e, por último, mas não menos importante, construir habitações para uma classe trabalhadora potencialmente inquieta” (HARVEY, 1992, p. 42). Dessa forma, “a arquitetura resultante apenas produzia impecáveis imagens de poder e de prestígio para corporações e governos conscientes da publicidade” (HARVEY, 1992, p. 42) – é nesse ambiente em que as ideias de inclinação modernista “do CIAM, de Le Corbusier, de Mies van der Rohe, de Frank Lloyd Wright e outros puderam ter a aceitação que tiveram” (HARVEY, 1992, p. 71).

do consumo de massa” (HARVEY, 1992, p. 129)²⁰⁴. Nesse sentido, a criação de mitos para fundamentar ideologicamente a hegemonia do capital se deu através da projeção autorreferencial do poder corporativo do imperialismo estadunidense, expresso esteticamente nos ideais do “sonho americano” ou mesmo em seu “estilo de vida”, em favor dos quais ocorre a despolitização do modernismo, que tem seus códigos institucionalizados na mesma em que aquele tipo de arte “antes julgada subversiva, incompreensível ou chocante(...), [agora foi] incorporada e canonizada pelo *establishment* (e universidades e nas grandes revistas literárias) (HARVEY, 1992, p. 42)²⁰⁵ – o que, por outro lado, transforma completamente a função social dos produtores culturais ao integrá-los como intelectuais orgânicos do capital.

Acerca do significado desse processo, Jameson afirma que foi uma espécie de revolução à sua maneira na medida em que forçou “o reconhecimento dos textos modernos ao mesmo tempo que os desarmou, como ex-radicais finalmente nomeados para o gabinete” (p. 313-314), assimilando os estilos modernistas à insígnia do poder corporativo internacional, o que coincidiu com “uma prodigiosa expansão burocrática do sistema universitário” (JAMESON, 2000, p. 314): se antes eram considerados feios, agora soam bastante “realistas” e não escandalizam mais ninguém, pois “não só são recebidas com a maior complacência como são consoantes com a cultura pública ou oficial da sociedade ocidental” (JAMESON, 2000, p. 30), especialmente com o desenvolvimento da cultura de massa. Tal processo de canonização deu origem ao modernismo “alto” ou “universal”, a partir do qual ocorre a ascensão do “expressionismo abstrato, ao lado do liberalismo, da Coca-Cola, dos Chevrolets e das casas de subúrbio cheias de bens de consumos duráveis” (HARVEY, 1992, p. 44), caracterizados como produto e expressão da “liberdade individual” representada pela cultura estadunidense, concebida como último bastião de defesa dos valores ocidentais. Dessa forma, ainda sobre o processo de institucionalização do modernismo, retomamos o conceito jamesoniano de “dialética da reificação” à medida em que se torna necessário

reconhecer a significação dessa absorção de uma espécie particular de estética modernista pela ideologia oficial e estabelecida e o seu uso com relação ao poder corporativo e ao imperialismo cultural. Essa absorção significou que,

²⁰⁴ Nesse sentido, as forças imperialistas mostraram-se vivas como nunca, o que tem relação direta com o grau de desenvolvimento das condições técnicas e as possibilidades alcançadas a partir das novas tecnologias, que implicam numa enorme capacidade de acumulação evidenciada pelo fato de que “a administração científica de todas as facetas da atividade corporativa (não somente produção como também relações pessoais, treinamento no local de trabalho, *marketing*, criação de produtos, estratégias de preços, obsolescência planejada de equipamentos e produtos) tornou-se o marco da racionalidade corporativa burocrática” (HARVEY, 1992, p. 129).

²⁰⁵ Ao transformar-se em disciplina, “os clássicos da modernidade anterior são agora parte do assim chamado cânon, e são ensinados em escolas e universidades – o que, por sua vez, os esvazia de todo seu velho potencial subversivo quando passaram a ser considerados acadêmicos por toda uma geração de poetas, pintores e músicos” (JAMESON, 1984, p. 7).

pela primeira vez na história do modernismo, a revolta artística e cultural, bem como a revolta política pseudoprogressista, tiveram de ser dirigidas para uma poderosa versão do próprio modernismo. O modernismo perdeu seu atrativo de antídoto revolucionário para alguma ideologia reacionária e “tradicionalista”. A arte e a alta cultura se tornaram uma reserva tão exclusiva de uma elite dominante que a experimentação no seu âmbito (com, por exemplo, novas formas de perspectivismo) ficou cada vez mais difícil(...) (HARVEY, 1992, p. 43).

A esta altura a indústria cultural conceituada por Adorno e Horkheimer nos anos 40 já havia completado seu processo de consolidação, ela mesma produto e expressão da massificação da cultura própria do “sistema de economia concentrada” que caracteriza a etapa imperialista do capital, uma vez que o fim da livre concorrência impôs uma realidade histórica em que “o contraste técnico entre poucos centros de produção e uma recepção difusa exigiria, por força das coisas, organização e planificação da parte dos detentores” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 6), na qual o nível de racionalidade técnica atingido em tais condições acabou por forjar um ambiente em que “tudo está tão ligado que a concentração do espírito alcança um volume tal que lhe permite ultrapassar as fronteiras das várias firmas comerciais e setores técnicos” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 7)²⁰⁶. Índice do fato de que “a racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 6) é o papel que assume a publicidade nesse contexto, que com as inovações tecnológicas (em especial no que se refere aos meios de comunicação) funde-se à indústria cultural, na qual “entrincheira-se na propaganda o domínio do sistema” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 39)²⁰⁷, tornando palpável o poder dos monopólios também na esfera da cultura visto que “só quem pode pagar as taxas exorbitantes cobradas pelas agências publicitárias(...) ou seja, quem já faz parte do sistema, ou é expressamente admitido, tem condições de entrar como vendedor no pseudomercado” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 39) – o que revela o papel dos monopólios na indústria cultural, que ajudam a garantir “que os padrões de valor [permaneçam] entre *soi*, em círculo fechado, [e] nisto não são

²⁰⁶ Ou seja, trata-se de um “ambiente em que a técnica adquire tanto poder sobre a sociedade encarna o próprio poder dos economicamente mais fortes sobre a mesma sociedade” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 6).

²⁰⁷ Pois se antes, “na sociedade competitiva, a propaganda preenchia a função social de orientar o comprador no mercado, facilitava a escolha e ajudava o fornecedor mais hábil” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 39), sob tais condições ela apenas projeta – através de diferentes roupagens, certamente – as imagens de poder que expressam o domínio dos donos do capital. É nesse sentido que pode-se compreender a publicidade como “um princípio negativo, um aparelho de obstrução, [que torna] tudo o que não porta seu selo economicamente suspeito” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 39-40): através dela realiza-se o princípio de “arte pela arte”, ou seja, a publicidade torna-se “propaganda de si mesma, pura exposição do poder social” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 40).

completamente diferentes das deliberações dos conselhos econômicos” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 39)²⁰⁸:

O cinema faz publicidade para o truste cultural no seu todo; no rádio, os produtos pelos quais existem os bens culturais são elogiados mesmo individualizadamente. Por 50 ceais vê-se o filme, que custou milhões(...) (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 35).

A fraude se cumpre indiretamente pelo ganho de os fabricantes de automóveis e de sabão que financiam as estações, e, naturalmente, pelo aumento de negócios da indústria elétrica, produtora dos aparelhos receptores(...) (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 37).

Chesterfield é apenas o cigarro da nação, mas o rádio é o seu porta-voz. Incorporando completamente os produtos culturais na esfera das mercadorias, o rádio renuncia a colocar como mercadorias os seus produtos culturais (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 37)²⁰⁹.

É nesse sentido que se pode compreender as transformações “espirituais” do imperialismo ao longo de seu processo de complexificação para manter intacto o poder de sua hegemonia – especialmente contra as forças sociais revolucionárias que animaram a luta pelo socialismo – através do “saque” do conceito de ideologia do próprio marxismo à medida que transforma-o “de um meio de conhecimento em um meio de controle do conhecimento” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 56). A nova configuração evidencia que as forças da burguesia conseguiram plenamente captar o sentido das lições deixadas pelas Teses contra Feuerbach a partir do momento em que passam a “considerar óbvio e evidente que o que importa é modificar o mundo, e que é bobagem ficar interpretando-o” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 56)²¹⁰. Para manter o estado de confusão nas fileiras da classe trabalhadora, as forças do capital expandem suas formas de dominação ideológica através do culto ao fato que apenas descreve e repete o real²¹¹, num processo em que “a vida se transforma em ideologia da reificação” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 56) frente à divisão da ideologia “entre a fotografia da realidade bruta e a pura mentira de seu significado, que não é

²⁰⁸ Na medida em que tais agências publicitárias, segundo uma linguagem gramsciana, podem ser denominadas como aparelhos privados de hegemonia. Nesse sentido, Adorno e Horkheimer estão certos ao afirmar a “dependência da mais poderosa sociedade radiofônica em relação à indústria elétrica, ou a do cinema aos bancos” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 7), mas não estão quando sugerem que “os monopólios culturais são(...) débeis e dependentes” em relação à indústria uma vez que, ainda de acordo com as contribuições de Gramsci, podemos compreender que a “frente cultural” desenvolve-se necessariamente “ao lado” da “frente econômica”, constituindo uma relação dialética e não de subserviência com esta.

²⁰⁹ O peso da hegemonia materializa-se na medida em que ainda “não se desenvolveu qualquer sistema de réplica e as transmissões privadas são mantidas na clandestinidade” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 6).

²¹⁰ Dessa forma, toda “determinação da consciência pelo Ser tornou-se um meio de escamotear toda consciência que não estiver de acordo com o existente. O momento da objetividade da verdade, sem o qual não se pode conceber a dialética, passa a ser tacitamente substituído pelo positivismo vulgar e pelo pragmatismo, ou seja, em última instância, pelo subjetivismo burguês” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 55) – o que atinge de maneira frontal a produção de cultura, sujeitada cada vez mais às condições de produção impostas pelo capital.

²¹¹ É nesse sentido que “a revolta que rende homenagem à realidade se torna a marca de fábrica de quem tem uma nova ideia para levar à indústria” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 14).

formulada explicitamente, mas sugerida” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 27) de maneira indireta, o que implica uma situação histórica qualitativamente diversa na qual “a aparência de liberdade torna a reflexão sobre a própria não-liberdade incomparavelmente mais difícil do que antes, quando esta estava em contradição com uma não-liberdade manifesta” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 47).

Longe de consistir numa espécie de “pecado original”²¹², esta foi uma mudança imposta historicamente pelo próprio desenvolvimento do capital, que saltou para “uma fase na qual a irracionalidade e a falsidade objetiva se esconder atrás da racionalidade e da necessidade objetiva, [em que] a aparência tornou-se total” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 53-54)²¹³. Em virtude da institucionalização do modernismo, o fenômeno da estetização política aprofunda-se e adquire novas qualidades, transformando radicalmente o papel desempenhado pela arte e a produção de cultura ao castrar de maneira seu potencial revolucionário na dinâmica social, o que implica na transformação do caráter de mercadoria da própria arte à medida que esta renuncia “a própria autonomia, enfileirando-se com orgulho entre os bens de consumo” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 35), satisfeita em ter se convertido em “um tipo de mercadoria, preparado, inserido, assimilado à produção industrial” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 36)²¹⁴. Uma das características principais desse processo é a predominância de um estado contínuo de mesmice planejada que inviabiliza o florescimento do experimentalismo e implica na exclusão do novo, afastando como inútil, perigoso e arriscado acréscimos ao “inventário cultural” já cristalizado no qual imperam “os conteúdos rigidamente repetidos, intimamente esvaziados e já meio abandonados” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 18) – tornando patente a capacidade de apropriação e esvaziamento do capital em sua fase imperialista, que atuando em bloco através de uma poderosa indústria cultural para absorver demandas sociais, torna possível que até “mesmo a mais extremada consciência do perigo [corra] o risco de degenerar em conversa afiada” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 60-61).

²¹² Pois não consiste num tipo de “desvio”, mas uma necessidade histórica que se impôs ao capital. Dessa forma, “acreditar que a barbárie da indústria cultural seja uma consequência de um ‘*cultural lag*’, do atraso da consciência americana quanto ao estado alcançado pela técnica, é pura ilusão (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 15).

²¹³ O que, por outro lado, procede às indicações de Gramsci acerca da função útil do irracional, que justifica sua historicidade na medida em que existem certas condições para sua existência, sendo, na realidade, “também racional porque está necessariamente ligado ao racional, é um momento imprescindível deste” (GRAMSCI, 1999, p. 504).

²¹⁴ Uma vez que “o cinema e o rádio não têm mais necessidade de serem empacotados como arte. A verdade de que nada são além de negócios lhes serve de ideologia. Esta deverá legitimar o lixo que produzem de propósito” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 5-6). Definindo-se como indústrias, “as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores-gerais tiram qualquer dúvida sobre a necessidade social de seus produtos” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 5-6).

Aos produtores de cultura resta dançar conforme a música do império na produção de artefatos que possam “ser controlados pela linguagem cotidiana, como no positivismo lógico” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 12), caso queiram adequar-se à indústria que os submete ao crivo de “uma razão planificadora que constringe tudo a declarar sua própria função e seu próprio significado” (ADORNO e HORKHEIMER, 1974, p. 24)²¹⁵. Uma vez que se tornam *experts* da indústria, os produtores culturais buscam cada vez mais “fazer de si mesmo um aparelho adaptado ao sucesso” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 43) como forma de sobreviver nessa dinâmica, que por sua vez impõe determinações em que a “capacidade de sujeitar-se minuciosamente às exigências do idioma da simplicidade em todos os setores da indústria cultural torna-se o critério da habilidade e da competência” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 12)²¹⁶, o que impele o trabalhador da cultura a sujeitar-se à magnitude das forças dominantes na medida em que sua sobrevivência só é possível através da integração ao sistema de produção – nessa perspectiva, “quem não se adapta é massacrado pela impotência econômica que se prolonga na impotência espiritual do isolado” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 16)²¹⁷. Além da subserviência direta, os artistas são envolvidos progressivamente nas malhas do consenso buscado pelo “espírito” imperialista para que assumam a responsabilidade de captar, sistematizar e produzir tendências no público consumidor através de soluções de mercado – em sua maioria mostrando-se tão adaptados e satisfeitos com o desempenho de seu papel na sociedade que seu próprio esforço em fazer parte da indústria deixa pistas de que “sob o imperativo da eficiência, a técnica se torna psicotécnica, a técnica do manejo dos homens” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 41)²¹⁸.

É nesse sentido que a arte e a produção de cultura encontram-se cada vez mais imbricadas às demandas do mercado enquanto, em proporções crescentes, sua margem de

²¹⁵ Tal razão planificadora “ataca em dois planos: embaixo elimina o que não tem sentido, em cima, o sentido das obras de arte” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 24).

²¹⁶ Sob tais condições de produção, os produtores culturais precisam adaptar-se à lógica da indústria de maneira inventiva e falar através de linguagens técnicas “tão sutis a ponto de quase alcançar o refinamento dos meios de uma obra de vanguarda” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 12).

²¹⁷ Até tem como produzir na contramão da indústria, pois a escolha é entre a colaboração e a marginalização. Quando se escolhe a segunda opção, há de se ter em mente acerca do peso de viver marcado socialmente como o outro, pois “excluído da indústria, é fácil convencê-lo de sua insuficiência” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 16).

²¹⁸ Nessas condições, “a indústria cultural, mediante suas proibições, fixa positivamente – como a sua antítese, a arte de vanguarda — uma linguagem sua, com uma sintaxe e um léxico próprios. A necessidade permanente de efeitos novos, que permanecem todavia ligados ao velho esquema, só faz acrescentar, como regra supletiva, a autoridade do que já foi transmitido, ao qual cada efeito particular desejaria esquivar-se. Tudo o que surge é submetido a um estigma tão profundo que, por fim, nada aparece que já não traga antecipadamente as marcas do jargão sabido, e não se demonstre, à primeira vista, aprovado e reconhecido. Mas os matadores — produtores ou reprodutores — são os que usam esse jargão com tanta facilidade, liberdade e alegria, como se fosse a língua que, há tempo, foi reduzida ao silêncio” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 11).

autonomia é reduzida para que atendam às expectativas identificadas e tendências produzidas no público consumidor, para o qual os investimentos em publicidade e a vigilância permanente tornaram-se instrumentos de segmentação²¹⁹. No entanto, à sistematização de tal dinâmica fez-se necessário um intenso processo de massificação da cultura que consegue ser totalizante na mesma medida que são amplas suas contradições, especialmente em respeito ao ímpeto de padronização que “a tudo confere um ar de semelhança” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 5), fenômeno que espalhou-se de tal modo que até nos países de economia atrasada imprime suas marcas, levando-se em consideração que “as sedes decorativas das administrações e das exposições industriais são pouco diferentes nos países autoritários e nos outros” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 5)²²⁰ – o que delinea com maior nitidez o “esqueleto” da indústria cultural ao evidenciar que “toda a cultura de massas em um sistema de economia concentrada é idêntica” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 5). De maneira contraditória, essa planificação das condições de produção cultural não pretende pintar todo o ambiente em preto e branco, pelo contrário: é viva, altamente dinâmica, e perspicaz na manipulação das formas estéticas canonizadas, e “para isso servem o ritmo e o dinamismo(...), [pois uma vez que] nada deve permanecer como era, tudo deve continuamente fluir, estar em movimento” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 16)²²¹.

Ocorre que a necessidade de produção de mercadorias sob ritmo incessante requer um constante serviço de mapeamento e sistematização das tendências entre o público consumidor, que é diverso – “são os operários e os empregados, fazendeiros e pequenos burgueses” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 16)²²² – e, em virtude de sua própria pluralidade, é segmentado e transformado em nichos de mercado, que por sua vez são classificados através de padrões em que “para todos alguma coisa é prevista” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 7) – porém, tal diversidade é apenas aparente, uma vez que no âmbito da produção de mercadorias sucede o domínio dos monopólios que, junto ao seu poderoso aparato midiático e

²¹⁹ No sentido de produzir tendências, desejos, necessidades e estimular os ciclos da moda em busca de nichar novos públicos consumidores.

²²⁰ O que muda entre eles é a posição que cada Estado ocupa individualmente na dinâmica financeira internacional e a composição das relações de classe em seu interior.

²²¹ Como erige-se um bloqueio contra as formas experimentais (que podem render frutos revolucionários), os produtores culturais são constantemente pressionados a munir-se de capacidade técnica no sentido de manejar as formas existentes sob novos usos ou combinações e produzir num ritmo cada vez mais rápido para dar conta das flutuações da indústria, que funciona de acordo com uma dinâmica em que “a inovação consiste em requestrar as formas já existentes – mesmo que exista inventividade em sua mescla a sobrevivência do mercado, neste setor, opera no sentido de intensificar aquelas tendências” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 18) já conhecidas e caso qualquer impulso orgânico para o novo venha a despontar, é prontamente boicotado, castrado de seu potencial transformador ou marginalizado.

²²² Ou seja, tão vasto e múltiplo como o mundo de especulação da burguesia financeira sob o contexto imperialista.

a publicidade que lhe confere impulso, promove “a apologia das mercadorias sempre iguais sob etiquetas diferentes” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 37)²²³. A segmentação dos indivíduos em grupos evidencia, por outro lado, a profundidade que alcançou o fenômeno da massificação cultural sob o domínio imperialista ao revelar o caráter contraditório da ideia de indivíduo na sociedade burguesa, não só em virtude do avanço da “standardização das técnicas de produção” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 33) que os plasmas socialmente em grupos, mas, à medida que sua identidade individual está contida virtualmente no universal, numa dinâmica em que “o indivíduo, sobre o qual a sociedade se regia, portava o seu estigma; ele, em sua liberdade aparente, era o produto do aparato econômico e social” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 34) – em especial sob a etapa do imperialismo, que caminha a longos passos no caminho da total mundialização.

Num mundo dominado pelas aparências, a mercantilização das identidades esboçada timidamente a partir da década de 20 abre caminho para que, nessa conjuntura, fosse possível ao capital “matar dois coelhos com uma cajadada só” uma vez que apropriando-se das identidades como objetos de lucratividade, o capital consegue absorver demandas sociais concretas para suas soluções de mercado, reificando-as através da estetização política ao passo que esvazia seu potencial transformador ao embrulhá-las como mercadorias prontas para o consumo²²⁴. Segmentando os diferentes grupos sociais através de técnicas standardizadas de produção e com a esmagadora sujeição da arte e dos produtores culturais à sua lógica, o capital evidencia uma alta capacidade de institucionalização e cria condições para “culturalizar” as mercadorias²²⁵ em torno do público consumidor, como o feminino, em relação ao qual o mercado se adapta, busca extrair tendências e reforçar estereótipos ao explorá-los esteticamente. Nessa perspectiva, os intelectuais orgânicos do capital operam com todo vigor para que “qualquer traço de espontaneidade do público(...) [seja] guiado e absorvido, em uma seleção de tipo especial, por caçadores de talentos” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 6) no processo de estetização e esvaziamento dessas tendências, o que consiste no “triunfo da propaganda na indústria cultural, [na qual] a mimese compulsória dos consumidores às mercadorias culturais” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 44) se consolida, fazendo com

²²³ O que camufla o imperialismo cultural estadunidense por trás da aparência de diversidade e liberdade do mundo ocidental na medida em que sua “variedade é distribuída pelos escritórios” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 9), por sua vez administrados por um pessoal técnico capacitado: os intelectuais orgânicos do capital.

²²⁴ Por exemplo: ao passo que apropria-se da identidade de “mulher” na produção de imagens e mercadorias, a estetização política ocorre na medida em que o capital busca ocultar as relações de classe e processos sociais que sustentam materialmente a dinâmica entre gêneros em sociedade.

²²⁵ Ou seria a mercadificar a cultura?

que os grupos sociais vejam “a si mesmos como ilustração, na tela ou nos jornais(...) e [são] privados da liberdade de escolha” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 27)²²⁶.

Esse processo atingiu seu auge durante o período denominado por alguns historiadores como “a era de ouro” do capitalismo, no qual a força do imperialismo parecia tão grandiosa após o processo de industrialização do globo terrestre que os intelectuais orgânicos do capital, isto é, seus “observadores sofisticados, comecem a supor que, de algum modo, tudo na economia iria para a frente e para o alto eternamente” (HOBBSBAWM, 1995, p. 203). No plano político, o sistema parlamentar fortaleceu-se como frente principal de atuação política, o que consolida o reformismo como força dominante entre os setores de esquerda – assim como o oportunismo que lhe é inerente²²⁷ – e enquadra os “partidos socialistas e movimentos trabalhistas que tanto se destacaram na Europa após a guerra(...) prontamente no novo capitalismo reformado, porque para fins práticos não tinham política econômica própria” (HOBBSBAWM, 1995, p. 213)²²⁸. O mesmo pode-se dizer das organizações femininas do mundo ocidental, que na esteira do feminismo, em sua maioria, limitavam-se com rigidez cada vez mais acentuada ao horizonte da legalidade burguesa. Diante do recuo e enfraquecimento da esquerda, as forças do imperialismo se aperfeiçoaram no sentido de absorver as demandas sociais e, neste caso, também femininas, integrando-as à sua institucionalidade através da concessão de direitos, sendo o Estado de bem-estar social seu produto e expressão – pelo menos nos países de economia avançada da Europa. Como fruto do consenso produzido no seio da sociedade ocidental²²⁹, “os anos dourados” do capitalismo podem ser considerados “essencialmente, uma espécie de casamento entre liberalismo econômico e democracia social” (HOBBSBAWM, 1995, p. 212) para sufocar as forças revolucionárias à beira da explosão.

²²⁶ A indústria cultural faz com que “em numerosos locais, necessidades iguais sejam satisfeitas com produtos estandardizados” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 6): ao dividir a sociedade em grupos, transforma-os em ilustração que são consumidas “exatamente como expoentes dessa ordem, ou seja, justamente em virtude de sua pré-formatação social” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 51).

²²⁷ Uma vez que se observa-se que “a era de ouro” do capital “se baseou num consenso tácito ou explícito entre patrões e organizações trabalhistas para manter as reivindicações dos trabalhadores dentro de limites que não afetassem os lucros” (HOBBSBAWM, 1995, p. 221).

²²⁸ É isso que afirma Rosa quando aponta que o reformismo não tem força motriz própria e, por isso, acaba sujeito em relação à política burguesa. O que mostrou-se procedente na medida em que, pelo menos no mundo ocidental, nessa conjuntura as forças de esquerda “não tinham soluções alternativas a não ser exigir a abolição do capitalismo, o que nenhum governo social-democrata sabia como fazer, nem tentara fazer, [por isso] tinham de depender de uma economia capitalista forte e criadora de riqueza para financiar seus objetivos. Na verdade, um capitalismo reformado, que reconhecesse a importância da classe trabalhadora e das aspirações social-democratas, lhes parecia bastante adequado (HOBBSBAWM, 1995, p. 214).

²²⁹ Que foi, antes de mais nada, “uma construção política [na medida em que] apoiou-se num consenso político efetivo entre a direita e a esquerda na maioria dos países “ocidentais” (HOBBSBAWM, 1995, p. 221).

No âmbito das “soluções de mercado”, o capital buscou transformar insatisfações sociais dos círculos femininos em formas-mercadoria de toda sorte e promover a concessão de benesses materiais uma vez que “a era de ouro” acabou por tornar o mercado acessível e fez com que “bens e serviços antes restritos a minorias [fossem] agora produzidos para um mercado de massa” (HOBSBAWM, 1995, p. 207), isto é, “era agora possível o cidadão médio desses países viver como só os muito ricos tinham vivido no tempo de seus pais” (HOBSBAWM, 1995, p. 207). Nesse sentido, a cultura do consumismo era cada vez mais estimulada na sociedade ocidental, tornando necessário a produção de mercadorias num ritmo incessante e a constante inovação estética de suas formas, o que implica “não apenas produtos melhorados de um tipo preexistente, mas outros inteiramente sem precedentes, incluindo muitos quase inimagináveis antes da guerra” (HOBSBAWM, 1995, p. 207). No que se refere ao público feminino, além da criação de novos produtos, ainda mais robusta foi a diversificação de sua produção na medida em que a combinação de padrões estéticos tornou-se praticamente infinita, viabilizando um sem-número de variações de um mesmo produto, como peças de roupa (vestidos, saias, blusas e calças), modelos de sapatos, fragrâncias de perfume, composição de cosméticos e outros tipos de tratamento estético, tipos, cores e funções das maquiagens, produtos para cabelo (lavagem, secagem e cuidados no geral), esmaltes, joias, bolsas e acessórios, etc., que sob o crivo de uma indústria cultural de peso, são propagandeados em massa como necessários à autonomia feminina através dos grandes sistemas de comunicação²³⁰.

Entretanto, essa aparência de estabilidade durou pouco na medida em que as forças sociais reprimidas encontravam-se em vias de retorno, e desta vez com ainda mais potência: mal tendo tempo de se consolidar, a superfície aparentemente sólida da sociedade burguesa já encontrava-se ameaçada de estilhaçamento, o que evidenciou as contradições e limitações internas do regime fordista-keynesiano para suportar a pressão do caldo revolucionário em plena efervescência. Acontece que o alcance das políticas de bem-estar social foi insuficiente frente às demandas sociais que surgiram com o *boom* populacional e renovação da vida urbana, as inovações tecnológicas, os novos meios de comunicação (como a TV) e a própria disseminação de uma cultura de massa, abastecida por um mercado e consumo de massas que não atingiam todos os segmentos sociais subalternizados, que encontravam-se excluídos das “benesses” concedidas pelo capital e, em virtude de sua pluralidade, reuniam forças sociais bloqueadas que consistiam num verdadeiro barril de pólvora em vias de explosão, que acabou

²³⁰ Que reforçam padrões sociais de gênero através da difusão em massa de um ideal de beleza feminino, por sua vez fundamentados no olhar racista e cisheteronormativo do mundo ocidental.

“pipocando” em diferentes pontos por todo o globo terrestre. Nas periferias do capitalismo, fato é que política de consenso do imperialismo estadunidense, orientada pelo forte teor anticomunista, não encontrava força suficiente para canalizar a “onda vermelha” que se insurgia contra o domínio das potências ocidentais, a exemplo do desencadeamento do processo de descolonização em África, os conflitos armados contra o domínio estrangeiro em países como a Coreia e o Vietnã, os sucessos da guerrilha em Cuba e a revolução cultural na China, que em bloco com a URSS formavam uma ameaça concreta à hegemonia do capital.

No mundo ocidental, também muitos grupos sociais ficaram para trás da “era de ouro” do capital e encontravam-se excluídos do mercado e consumo de massas, que não alcançavam todos os segmentos sociais e restringiam-se a uma parcela social muito bem determinada da classe trabalhadora, isto é, “uma força de trabalho predominantemente branca, masculina e fortemente sindicalizada” (HARVEY, 1992, p. 132)²³¹. Durante os anos 50 e 60, essas contradições se manifestaram politicamente através da formação de um caldo de insatisfação social dos setores historicamente marginalizados, que viram-se frustrados diante do aumento das expectativas sociais nos países avançados. É nesse contexto que ocorre a explosão da luta por direitos civis, o movimento de libertação sexual, greves operárias e manifestações estudantis, assim como o renascimento das lutas por emancipação feminina sob a tutela do feminismo, renovado sob uma segunda onda que surge e se desenvolve segundo uma lógica de diferenciação em relação à onda anterior, buscando distanciamento de sua pretensão universal na proporção em que se manifesta em plurais formas de atuação, perspectivas e concepções acerca da opressão feminina²³². A tradição feminista, nesse sentido, adquire capilaridade e multiplicam-se as correntes em seu interior, como o feminismo negro, o feminismo radical, o feminismo liberal, ecofeminismo, feminismo materialista, feminismo classista, feminismo socialista, anarcofeminismo e o feminismo marxista, etc., etc.

Ao aumento da onda de insatisfação dos grupos sociais marginalizados, que não raro desencadeava diversas ações de desobediência civil²³³, somou-se uma gama de práticas contraculturais que nasceram em crítica à racionalidade técnico-burocrática burguesa que

²³¹ O que resultou numa série de “tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos excluídos – movimentos que giravam em torno da maneira pela qual a raça, o gênero e a origem étnica costumavam determinar quem tinha ou não acesso ao emprego privilegiado” (HARVEY, 1992, p. 132).

²³² No Brasil, por conta da ditadura, a luta feminina floresceu sob um forte caráter de classe, já que o poder militar não era apenas masculino, mas representava os interesses das classes dominantes. As mulheres, nesse sentido, passaram a protagonizar e ocupar cada vez mais as frentes e espaços de luta contra o poder militar – organizando-se politicamente através de partidos, sindicatos, luta armada, imprensa e organizações feministas, associações de bairro, clube de mães, organizações estudantis, comunidades eclesiais de base, etc.

²³³ Como as ações promovidos pelos setores da população negra que articulavam a luta pelos direitos civis nos EUA, a exemplo do Black Panther Party (BPP).

“começaram a se fundir, formando um forte movimento político-cultural” (HARVEY, 1992, p. 133) de caráter internacional:

o movimento se espalhou para as ruas e culminou numa vasta onda de rebelião que chegou ao auge em Chicago, Paris, Praga, Cidade do México, Madri, Tóquio e Berlim na turbulência global de 1968. Foi quase como se as pretensões universais de modernidade tivessem, quando combinadas com o capitalismo liberal e o imperialismo, tido um sucesso tão grande que fornecessem um fundamento material e político para um movimento de resistência cosmopolita, transnacional e, portanto, global, à hegemonia da alta cultura modernista (HARVEY, 1996, p. 44).

No plano cultural, o conjunto das contradições impostas pelo desenvolvimento do capital forjou um ambiente de contestação dos valores da sociedade burguesa que se materializava seu poder através da produção de uma cultura rigidamente elitista, racionalista e burocratizada contra a qual artistas criaram “armas” de cultura capazes de contaminar e influenciar toda uma geração através de mudanças espirituais que se converteram práticas comportamentais. Na sociedade estadunidense, a herança do espírito antiautoritário legado pela geração *beat* “apresenta-se como postura ético-estética de resistência, ligada, conseqüentemente, a uma luta política” (BARJA, 2008, p. 266), dando vida a um movimento de contracultura que por meio de uma “cultura do choque” expressa em roupas, penteados, acessórios, tatuagens, piercings e comportamentos localiza “na vida cotidiana o campo de batalha de poder” (BARJA, 2008, p. 221)²³⁴. Na Europa, talvez este tenha sido o momento em que o ímpeto revolucionário das vanguardas artísticas deu seus últimos suspiros por meio da experiência da internacional situacionista, que propunha ações experimentais na vida cotidiana através da criação de situações contra-hegemônicas na medida em que “não há mais arte moderna(...), [pois ela] só pode ser revivida sendo superada, ou seja, através do cumprimento de seus objetivos mais profundos” (DEBORD, 1963)²³⁵, mostrando uma aguda autocompreensão sobre as condições de produção de cultura de seu tempo ao afirmar que

Estamos passando por uma crise histórica crucial na qual a cada ano se coloca mais agudamente o problema global de dominar racionalmente as novas forças produtivas e criar uma nova civilização. No entanto, o movimento internacional da classe trabalhadora, do qual depende a derrubada pré-requisito da infraestrutura econômica de exploração, registrou apenas alguns sucessos locais parciais. O capitalismo inventou novas formas de luta (intervenção estatal na economia, expansão do setor de consumo, governos fascistas) enquanto camufla as oposições de classe através de várias táticas reformistas e explora as degenerações das lideranças da classe trabalhadora. Desta forma, conseguiu manter as antigas relações sociais na grande maioria dos países altamente industrializados, privando assim a sociedade socialista de sua base material indispensável. Em contraste, os países subdesenvolvidos ou

²³⁴ Quase como uma espécie de materialização daqueles códigos modernos considerados feios, repugnantes e escandalosos antes da institucionalização do modernismo.

²³⁵ Os Situacionistas e as Novas Formas de Ação na Arte e na Política (1963). Disponível em: <https://www.cddc.vt.edu/sionline/si/newforms.html>. Traduzido para o português pela autora.

colonizados, que na última década se engajaram nas batalhas mais diretas e massivas contra o imperialismo, começaram a obter algumas vitórias muito significativas. Essas vitórias estão agravando as contradições da economia capitalista e (particularmente no caso da revolução chinesa) podem ser um fator contribuinte para a renovação de todo o movimento revolucionário. Tal renovação não pode se limitar a reformas dentro dos países capitalistas ou anticapitalistas, mas deve desenvolver conflitos que coloquem a questão do poder em todos os lugares (DEBORD, 1957)²³⁶.

O estilhaçamento da cultura moderna é o resultado, no plano da luta ideológica, da crise caótica desses antagonismos. Os novos desejos que estão tomando forma se apresentam de forma distorcida: os recursos atuais poderiam permitir sua realização, mas a estrutura econômica anacrônica é incapaz de desenvolver esses recursos para tais fins. A ideologia da classe dominante, entretanto, perdeu toda a coerência por causa da depreciação de suas sucessivas concepções do mundo (uma depreciação que leva a classe dominante à indecisão e incerteza históricas); pela coexistência de uma série de ideologias reacionárias mutuamente contraditórias (como o cristianismo e a social-democracia); e por causa da mistura na cultura ocidental contemporânea de uma série de características apenas recentemente apreciadas de várias civilizações estrangeiras. O principal objetivo da ideologia da classe dominante é, portanto, manter essa confusão (DEBORD, 1957).

A ideologia dominante cuida para que as descobertas subversivas sejam banalizadas e esterilizadas, após o que podem ser espetacularizadas com segurança (DEBORD, 1957)²³⁷.

Uma das contradições da burguesia em seu período de declínio é que, embora respeite o princípio abstrato da criação intelectual e artística, resiste às criações reais quando elas aparecem pela primeira vez e depois as explora. Isso porque precisa manter um certo grau de criticidade e pesquisa experimental entre uma minoria, mas deve ter o cuidado de canalizar essa atividade em disciplinas utilitárias estreitamente compartimentadas e evitar qualquer crítica e experimentação holística. No domínio da cultura, a burguesia se esforça para desviar o gosto pela inovação, que é perigoso para ela em nossa época, para certas formas de novidade confusas, degradadas e inócuas. Por meio dos mecanismos comerciais que controlam a atividade cultural, as tendências de vanguarda são cortadas dos segmentos da sociedade que poderiam sustentá-las, segmentos já limitados pelas condições sociais gerais (DEBORD, 1957)²³⁸.

A questão é que, a partir de então, tornou-se impossível ignorar o papel das massas e, principalmente, das minorias sociais, que através de uma “explosão” das diferenças reivindicaram seu lugar na sociedade através da exigência do reconhecimento enquanto cidadãos de direito nos parâmetros da própria legalidade burguesa²³⁹. É nesse sentido que a vida cotidiana – as mazelas e desgraças deixadas pelo processo de industrialização, com todos os

²³⁶ Relatório sobre a Construção de Situações e sobre as Condições de Organização e Ação da Tendência Situacionista Internacional (1957). Disponível em: <https://www.cddc.vt.edu/sionline/si/report.html>. Traduzido para o português pela autora.

²³⁷ Com o fim da autoridade intelectual, “sua substituição pela pop arte, pela cultura pop, pela moda efêmera e pelo gosto da massa são vistas como um sinal do hedonismo inconsciente do consumismo capitalista” (HARVEY, 1992, p. 62).

²³⁸ Esses setores sociais em que as tendências revolucionárias poderiam florescer são as amplas massas sociais subalternizadas, na medida em que sua condição de opressão consiste numa potencialização exponencial de suas forças para superar a exploração capitalista.

²³⁹ Isto é, que voltaram os princípios de igualdade da sociedade burguesa contra ela mesma na medida em que exigiam o reconhecimento enquanto cidadãos de direito.

cheiros, gostos, cores e texturas que sua capilaridade produzia – veio à tona na cena política na medida que os grupos sociais marginalizados colocavam sua perspectiva sobre a realidade de opressão imposta pela lógica do capital²⁴⁰. Dessa maneira, passou-se a delinear uma forma de atuação pautada pelas diferenças sociais marcada pela desconfiança acerca de princípios de totalidade ou qualquer tipo de respostas universais às contradições sociais do capitalismo – o qual perdeu privilégio na leitura e direcionamento das lutas sociais²⁴¹. Soma-se a isso o profundo descrédito em que os instrumentos tradicionais de luta da classe trabalhadora (como os partidos e sindicatos) encontravam-se nesse contexto em virtude de uma atuação política engessada no horizonte da institucionalidade burguesa, que após a virada ao reformismo do movimento proletário ocidental apoiou-se no colaboracionismo que consiste no produto e expressão do oportunismo, provocando uma situação que, em consequência do abandono dos princípios socialistas, esses instrumentos de luta tradicionais “corriam o risco de ser reduzidos, diante da opinião pública, a grupos de interesse fragmentados que buscavam servir a si mesmos, e não a objetivos gerais” (HARVEY, 1992, p. 133) – o que justifica, até certo ponto, a virada política à vida cotidiana por meio da atuação horizontal dos grupos de oposição, isto é, os movimentos sociais, que deslocam o foco da ação para as margens dos “ultrapassados” locais de trabalho.

Surge, nesse contexto, uma “nova esquerda” que incorpora a nova expressão de luta representada pelos movimentos sociais como prática política hegemônica em oposição à “esquerda tradicional”, dando origem a formas de atuação política mais “flexíveis” e orientadas pelas diferenças sociais. Entretanto, o distanciamento em relação a práticas políticas verticalizadas que deu lugar à atuação horizontal de grupos significou o abandono do proletariado como agente histórico de transformação social, ou seja, da centralidade da relação entre classes para orientar a ação política, e nisso, a nova esquerda e sua “política cultural era mais parecida com o anarquismo e com o liberalismo do que com o marxismo tradicional, (...) [opondo-se] a atitudes e instituições tradicionais da classe trabalhadora” (HARVEY, 1992, p. 132). Nesse sentido, a plural renovação do ambiente político-cultural veio acompanhada de uma urgente preocupação dos movimentos sociais ou nova esquerda

²⁴⁰ É nesse contexto que ocorre a renovação da tradição feminista, que do ponto de vista da teoria se diversifica e sofre uma ampliação no sentido de investigar os pormenores da opressão feminina na vida cotidiana, colocando as relações interpessoais no foco da discussão ao enquadrar o debate em termos de “dominação masculina” – o que reforça a aparência do fenômeno da subalternidade feminina na sociedade capitalista na medida em que a concebe como uma questão de mulher *versus* homem.

²⁴¹ Assim como a ideia de luta de classes e as próprias classes sociais perdem a centralidade para traçar perspectivas de superação da sociedade capitalista, que por sua vez passou a ter cada vez menos suas relações de produção problematizadas.

com uma luta para libertar-se das algemas duais da política da velha esquerda, particularmente em sua representação por partidos comunistas tradicionais e pelo marxismo “ortodoxo”, e dos poderes repressivos do capital corporativo e das instituições burocratizadas (o Estado, as universidades, os sindicatos etc.). Ela via a si mesma, desde o começo, como uma força cultural e político-econômica, tendo ajudado a produzir a virada para a estética que o pós-modernismo representava (HARVEY, 1992, p. 319).

A consequência política imediata de tais transformações é que as plurais formas e vozes de oposição ao capital, ao contrário de implicar no desenvolvimento de formas coletivas mais amplas de atuação, contribuíram para estimular a tendência inversa na medida em que viabilizou “uma mudança geral das normas e valores (...) para um individualismo muito mais competitivo como valor central” (HARVEY, 1992, p. 161)²⁴², no qual a busca por unidade sob uma perspectiva de totalidade social deu lugar à desconfiança e até mesmo hostilidade em relação a qualquer tipo de resposta universal às contradições provocadas pelo capital²⁴³ – o que desencadeia a formação de uma dinâmica “política fragmentada [em] grupos de interesse regionais e especiais divergentes” (HARVEY, 1992, p. 272).

Esses fatores desdobraram-se na criação de políticas que passaram a se voltar à luta por reconhecimento e expansão da cidadania através das quais os grupos sociais historicamente oprimidos, de maneira progressiva, se fechavam em seus interesses e agendas específicas de grupo²⁴⁴. A tendência de afirmação das diferenças na política que passou então a ser dominante nos setores da esquerda, nesse sentido, caiu como uma luva ao momento histórico de desenvolvimento do capital uma vez que foram convenientemente funcionais à reestruturação de sua base produtiva dos anos 70, que “imitou” tal lógica plural de expressão. Prova disso é que o imperialismo precisou agir de acordo com transformações da vida social, que impunham demandas concretas, diversificando seus instrumentos de dominação através da inovação das formas de criação de consenso na sociedade civil²⁴⁵. Ao realizar uma crítica ao capitalismo internacionalmente, o “caldo” político-cultural dos anos 50 e 60 também conseguiu mobilizar as forças da reação, que ameaçadas diante da potencialidade dos “novos” sujeitos sociais em

²⁴² Uma tendência que passou a intensificar-se entre os próprios grupos marginalizados, nos quais multiplicavam-se clivagens internas.

²⁴³ Que como qualquer modo de produção dominante, é total por sua natureza, já que suas “relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades” (MARX, 2008, p. 47).

²⁴⁴ A exemplo da experiência do coletivo Combatheer River, que passou a desenvolver a luta cotidiana em benefício das mulheres negras através da concepção de tripla integração entre raça, classe e gênero.

²⁴⁵ Sem nunca prescindir, no entanto, das formas violentas de coerção que estão na base das relações de produção que lhe dão fundamento, a exemplo do apoio à Ditadura Militar brasileira, que à época ainda estava de pé e foi implantada com aval do imperialismo estadunidense na medida em que “o Brasil, naqueles anos, alinhou-se incondicionalmente a Washington” (NETTO, 2014, p. 80).

um mundo em que as forças das “antigas” tradições pareciam renascer vigorosamente²⁴⁶, preferiram ceder os anéis ao perder os dedos ao promover uma reestruturação na base produtiva do capital que fosse “flexível” o suficiente para absorver as demandas que surgiam das plurais formas e vozes de contestação, que apesar de diversas entre si, lutavam contra a mesma lógica de dominação e tinham possibilidades concretas de radicalizar-se²⁴⁷.

É nesse sentido que, mais uma vez, entram em jogo as forças da “dialética da reificação” necessária à continuidade do processo de dinamização do capital num contexto em que sua hegemonia encontrava-se amplamente ameaçada, pois além da crescente insatisfação social frente à rigidez do regime fordista-keynesiano diante da exclusão do mercado de trabalho e de consumo, também estavam ocorrendo importantes transformações na dinâmica econômica do sistema financeiro internacional, que havia se mantido estável mais ou menos estável até meados dos anos 70, quando se “iniciou um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza” (HARVEY, 1992, p. 120). Essas contradições manifestaram-se principalmente na redução do poder de influência dos Estados Unidos na dinâmica financeira internacional a partir da formação do mercado eurodólar, que derrubou a exclusividade do dólar como parâmetro das negociações financeiras internacionais na proporção em que “taxas de câmbio flutuantes e, muitas vezes, sobretudo voláteis substituíram as taxas fixas da expansão do pós-guerra” (HARVEY, 1992, p. 135), dando origem a uma onda inflacionária que mergulhou a economia estadunidense numa crise financeira que tomou proporções internacionais²⁴⁸. Desse modo, “a pressão pela desregulamentação nas finanças adquiriu impulso nos anos 70” (HARVEY, 1992, p. 152) como via única de retorno à expansão do capital e superação da crise que explodiu em 1973, viabilizando “a aceleração do tempo de giro como solução para os graves problemas do fordismo-keynesianismo” (HARVEY, 1992, p. 257)²⁴⁹.

Para tal fim, a pluralidade dos novos “sujeitos sociais” que se lançam na cena política e a diversidade de suas respectivas frentes de luta funcionaram, em seu conjunto, como um laboratório que permitiu ao imperialismo apropriar-se de sua lógica de desenvolvimento fragmentada através de uma espécie de “imitação” que moldou os termos da reestruturação

²⁴⁶ Vide os sucessos das guerrilhas cubanas na luta contra o imperialismo estadunidense, a Revolução Cultural chinesa, a Guerra do Vietnã, os impulsos radicais das lutas pela descolonização de África, etc.

²⁴⁷ As forças sociais em ação adquiriram tamanha proporção que colocaram a hegemonia dos Estados Unidos sob ameaça, “e o país, que começara a era do pós-guerra empregando o anticomunismo e o militarismo como veículos de promoção da estabilização geopolítica e econômica, logo se viu às voltas com o problema da opção ‘armas ou manteiga’” (HARVEY, 1992, p. 133-134).

²⁴⁸ Que causou a desvalorização do dólar e implicou na ruptura do acordo de Bretton Woods que submetia a política fiscal do mercado financeiro internacional ao domínio estadunidense.

²⁴⁹ A desregulamentação dos mercados, nesse sentido, foi a solução buscada para expandir a capacidade do imperialismo estadunidense regular outras economias.

produtiva para superar a rigidez do capital, promovendo uma diversificação das formas de acumulação tão flexíveis como o direcionamento político dos grupos de oposição. É sob tal perspectiva que o movimento político-cultural que entrou em estado de ebulição nos anos 60 acabou “fracassado, ao menos a partir dos seus próprios termos” (HARVEY, 1992, p. 44), na medida em que a nova esquerda surgida da irrupção de forças sociais bloqueadas contra o burocratismo, corporações e toda sorte de princípios de autoridade, acabou perdendo “sua capacidade de ter uma perspectiva crítica sobre si mesma e sobre os processos sociais de transformações” (HARVEY, 1992, p. 320) abrindo margem para que, “mais ou menos por volta de 1972, o espetáculo [fosse] capturado por forças bem diferentes e empregado para fins bem distintos” (HARVEY, 1992, p. 88-89). Ocorre que foi esse caldo político-cultural que forneceu o “material estético” que seria absorvido pelas forças de reificação do capital para empreender um processo de institucionalização de seus códigos, que funcionaram como “molde” para a flexibilização do capital. Nesse sentido, a lógica fragmentada de diferenciação que direciona a ação política dos movimentos sociais pode ser considerada como “o arauto cultural e político da subsequente virada para o pós-modernismo” (HARVEY, 1992, p. 44)²⁵⁰, uma vez que consiste na experiência social que fundamentou o caráter adquirido pela ideologia burguesa e deu origem a uma lógica de produção cultural pós-moderna, que é dominante na contemporaneidade.

O poder da burguesia financeira internacional atingiu seu mais elevado grau após a implantação do neoliberalismo nas periferias do capitalismo, que de acordo com as diretrizes impostas pelo Consenso de Washington, elaborado no final da década de 1980, adotam a lógica de produção flexível através da desregulamentação das economias, consolidando o processo de mundialização do capital sob a dinâmica de um sistema financeiro amplamente internacionalizado. Com efeito, após a queda do Muro de Berlim e a dissolução oficial da URSS, a hegemonia do capital parecia mais imperiosa que nunca. Os intelectuais orgânicos do capital logo trabalharam no sentido de sistematizar as aspirações dominantes da burguesia internacional para convertê-las em normas de conduta, a exemplo de Francis Fukuyama, que foi “um funcionário do Departamento de Estado durante o governo George Bush” (JAMESON, 2002, p. 122) e difundiu a ideia de “morte da história” ao construir uma interpretação do colapso do socialismo como uma derrota em que o capitalismo havia saído vitorioso, transformando-o

²⁵⁰ Em virtude de seu caráter contestatário, antiautoritário e hedonista – em especial advindas de tendências contraculturais – que, por assumirem princípios de autorrealização e afirmação individual (ou quando, no máximo, de grupos) servem como molde aos padrões pós-modernos de produção cultural, que “copiam” sua lógica de fragmentação e dispersão para justificar ideologicamente a reestruturação das bases produtivas do capital sob bases “flexíveis”.

modo de produção por excelência. Politicamente, o “fim da história” converte-se no aparente esgotamento das alternativas de superação da ordem do capital em que o triunfo do mercado é capaz de bloquear os caminhos da imaginação histórica, revelando, de outra maneira, “a forma como, com as revoluções cibernéticas e da informação e suas consequências para o *marketing* e finanças, o mundo inteiro é repentinamente fundido em um sistema total” (JAMESON, 2002, p. 126)²⁵¹.

Como um fenômeno vivo, o imperialismo se modifica e aprofunda suas tendências fundamentais de acordo com as necessidades de seu próprio desenvolvimento, operando continuidades e/ou rupturas frente determinações histórico-concretas. Era esse caráter maleável que Lenin atribuiu ao imperialismo quando o caracterizou como fenômeno em desenvolvimento no qual a “agudização das contradições é a força motriz mais poderosa do período histórico de transição iniciado com a vitória definitiva do capital financeiro mundial” (LENIN, 2001, p. 264), que embora represente um estado de decomposição, não “exclui o rápido do desenvolvimento do capitalismo” (LENIN, 2001, p. 265). É nesse sentido que pode-se compreender a reestruturação produtiva do capital sobre bases de acumulação flexíveis como parte desse processo de aprofundamento das tendências imperialistas observadas por Lenin, que se encontram plenamente desenvolvidas na contemporaneidade a partir da neoliberalização da economia, levando-se em conta que desregularizar implica diminuir o tempo de giro do capital, o que torna necessário aos capitalistas individuais possuir meios apropriados para acompanhar o ritmo e as tendências do mercado – jogo no qual os monopólios têm larga vantagem frente ao amplo e profundo grau de concentração de capitais que se convertem no aumento da margem de manobra e capacidade de direção, evidenciando que “a ‘desregulamentação’ (outro *slogan* político da era da acumulação flexível) significou muitas vezes um aumento da monopolização” (HARVEY, 2001, p. 149-150).

Deste modo, ocorre uma ampla e profunda reorganização do sistema financeiro internacional capaz de generalizar o domínio da chamada “oligarquia financeira” sob o contexto de neoliberalismo, no qual o poder dessa fração torna-se mais absoluto que nunca e dá origem a uma dinâmica econômica complexa na qual os diferentes ramos do capital estão integrados de tal maneira “às estruturas e operações financeiras que se torna cada vez mais difícil dizer onde começam os interesses comerciais e industriais e terminam os interesses estritamente financeiros” (HARVEY, 1992, p. 154). Apesar da aparente confusão, “isso, porém, não implica

²⁵¹ Para autores como EAGLETON (1995) a ideia de “morte da história”, como fruto das aspirações burguesas sob uma lógica de produção pós-moderna, seria “a intenção disfarçada de fato” (EAGLETON, 1995, p. 18-19).

necessariamente que o capitalismo esteja ficando mais ‘desorganizado’” (HARVEY, 1992, p. 150), ao contrário: coordenar essa “bagunça” requer uma sofisticada capacidade de planejamento e organização que apenas o aguçado poder de centralização dos monopólios pode viabilizar. O que provoca o aprofundamento das contradições no interior da burguesia e suas variadas frações de classes, especialmente com a desmaterialização do dinheiro em que o próprio capital se converte em mercadoria e “a propriedade dos recursos sociais de produção afasta-se do processo de produção imediato” (FONTES, 2010, p. 31)²⁵². A alta capacidade de concentração faz com que “o capitalista monetário [viva] o sonho dourado da pura reprodução do dinheiro” (FONTES, 2010, p. 30)²⁵³, implicando em “um fetiche potencializado ao espelhar a experiência imediata dos proprietários de capital monetário para o conjunto da vida social” (FONTES, 2010, p. 26) que resulta na disseminação da “suposição de que haja atividades puramente monetárias, sem envolvimento com os processos produtivos, como um produto da multiplicação do capital” (FONTES, 2010, p. 36) – o que contribui para descolar de maneira artificial tais atividades de sua base material ao ocultar as relações sociais que lhe fornecem corpo e substância²⁵⁴.

No geral, o modelo “flexível” neoliberal consiste numa série de transformações na estrutura produtiva para reorganizar os padrões de acumulação de capital e exploração do trabalho, entre as quais estão: o fortalecimento da indústria cultural na produção de uma cultura *pop* altamente influenciada pela mídia; a profunda automação do processo produtivo com o avanço da técnica e o desenvolvimento de novas tecnologias, principalmente computadores e sistemas de comunicação instantânea; o descentramento da produção de manufaturas para os países da periferia do capitalismo, onde pode-se encontrar mão de obra abundante e barata e a

²⁵² Pois, na proporção em que “o processo de venda de capital(...)impõe a condição de que seus compradores o convertam em capital ativo, isto é, que os mutuários atuem socialmente como extratores de mais-valor” (FONTES, 2010, p. 24), gera-se uma situação em que o “capital funcionante” transfere parte dos lucros ao “capital portador de juros” uma vez que o último só forneceu ao primeiro “dinheiro como capital, isto é, como valor que não apenas se conserva no movimento, mas cria mais-valor para seu próprio proprietário” (MARX, 1985, p. 257 apud FONTES, 2010, p. 24) – o que implica no aguçamento das tensões entre os setores do capital e seus expoentes frente ao domínio do capital financeiro, expressando-se no fato de que “a função de extrator direto de mais-valor permanece ao mesmo tempo central e subalternizada” (FONTES, 2010, p. 33), que “traduz uma tensão no interior de uma unidade” (FONTES, 2010, p. 33). Fontes, no entanto, diferente de Harvey, pensa de maneira diversa as bases do processo de acumulação neoliberal através de um retorno em Marx, Lenin e Gramsci, discordando da noção de “acumulação por espoliação” deste último, uma questão que apesar de importantíssima para compreender de maneira mais nítida as questões do nosso tempo, infelizmente foge aos domínios deste debate.

²⁵³ Ou seja, a fórmula de Marx D-d-M-d'-D' “que consiste no processo de transformação do dinheiro em capital” (FONTES, 2010, p. 30), simplifica-se em D-D' na medida em que o capital portador de juros não agrega diretamente trabalho vivo ao trabalho morto para extrair capital.

²⁵⁴ Na medida em que é o “trabalho vivo que fertiliza as imensas massas de capital monetário, que é trabalho morto” (FONTES, 2010, p. 29), pois o juro é fruto da mais-valia e “se pode afastar-se da propriedade direta dos meios de produção e das atividades que envolvem a extração da mais-valor, é exatamente porque concentra a pura propriedade das condições e recursos sociais da produção” (HARVEY, 2010, p. 34).

realizar o barateamento dos custos de produção pelo baixo custo e abundância de matérias-primas; a expansão significativa do setor de serviços; a “abertura” das economias (que para os países atrasados traduz-se na desnacionalização da capacidade produtiva e serviços estatais no geral); a promoção de privatizações e cortes nos investimentos públicos (educação, saúde, segurança, moradia, etc.), além da precarização e o rebaixamento das condições de trabalho através do crescimento da informalidade, que promove um ataque sistemático aos direitos trabalhistas, sociais e femininos – o que demarca o caráter de classe das forças sociais que estão à frente dessas transformações, consistindo numa espécie de reação da burguesia financeira internacional à ameaça social e política desencadeada pela crise na medida em que “a neoliberalização foi desde o começo um projeto voltado para restaurar o poder de classe” (HARVEY, 2008, p. 13). Nesse sentido, a reestruturação produtiva que posicionou o neoliberalismo como forma de acumulação de capital e exploração do trabalho dominante pode ser entendida como uma ofensiva burguesa e, portanto, de classe, para garantir a hegemonia do capital financeiro.

Se, no geral, as classes trabalhadoras são reconfiguradas do ponto de vista de sua composição e posição sob o regime neoliberal, para a força de trabalho feminina a flexibilidade da lógica de produção significou um profundo rebaixamento de suas condições de vida, acompanhado por uma correspondente pluralidade das formas de subordinação das mulheres e ampliação das formas de expropriação. Na medida em que os poderes de desregulamentação “permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle de trabalho” (HARVEY, 1992, p. 140), o sistema neoliberal busca construir “focos” de acumulação flexíveis em detrimento do tradicional trabalho organizado, o que implica no relativo aumento do desemprego estrutural e diminuição dos empregos regulares, dando lugar à informalidade e subcontratação uma vez que “a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos” (HARVEY, 1992, p. 143)²⁵⁵. Diante de condições em que “os patrões tiram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente(...) para impor regimes e contratos de trabalhos mais flexíveis” (HARVEY, 1992, p. 143), a força de trabalho feminina sofreu um forte abalo em sua posição em virtude de sua vulnerabilidade histórica, que evidencia-se na medida em que “a crescente feminização da

²⁵⁵ Se, até então, a informalidade do mundo do trabalho era exceção nos países avançados e era marca característica do atraso, sob tais condições torna-se central na organização “flexível” da força de trabalho: são “esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade [que] permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho” (HARVEY, 1992, p. 140).

pobreza tem sido uma característica saliente da neoliberalização” (HARVEY, 2008, p. 108), dando origem a uma situação histórica em que “as relações de gênero se tornaram muito mais complicadas, ao mesmo tempo que o recurso à força de trabalho feminina passou por ampla disseminação” (HARVEY, 1992, p. 180)²⁵⁶.

No caso dos países da periferia do capitalismo, em que os parâmetros de desenvolvimento histórico-concreto os colocam em posição de subserviência em relação às potências ocidentais, ou seja, em que a força de trabalho no contexto de uma economia dependente não é apenas subutilizada, mas superexplorada e superempobrecida, a flexibilização neoliberal contribui para facilitar a sujeição das mulheres e implica na produção de condições ainda mais degradantes para a força de trabalho feminina na medida em que são utilizadas em substituição aos “trabalhadores homens centrais melhor remunerados e menos facilmente demitíveis” (HARVEY, 1992, p. 146) através de relações de trabalho que funcionam sob “condições de remuneração extremamente baixa e segurança do emprego negligenciável” (HARVEY, 1992, p. 146)²⁵⁷. É de acordo com tais determinações que o modelo neoliberal de acumulação “permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista(...) revivam e floresçam” (HARVEY, 1992, p. 145)²⁵⁸, o que explica o recrudescimento do processo de feminização da força de trabalho, utilizado pelo imperialismo frente à instabilidade do sistema neoliberal para atualizar e garantir o sucesso da tática de “dividir para governar” na medida em que “mercados de trabalho [são] segmentados, bem como o frequente uso de distinções de raça, etnia, gênero e religião, declaradamente ou de modo encoberto, de maneiras que redundam em vantagens para os empregadores” (HARVEY, 2008, p. 90)²⁵⁹.

O contexto de afrouxamento das relações trabalhistas e esmaecer dos contornos de classe que caracterizam a posição da força de trabalho na estrutura produtiva, possibilitam a expropriação da força de trabalho feminina em níveis mais profundos sob a flexibilidade dos padrões de acumulação neoliberais, condições em que as revendedoras Natura e Avon, por

²⁵⁶ É nesse sentido que ocorre a feminização da força de trabalho sob o neoliberalismo na proporção que configura “uma revolução (de modo algum progressista) no papel das mulheres nos mercados e processos de trabalho” (HARVEY, 1992, p. 146-1992).

²⁵⁷ Guardadas as devidas proporções, essas mesmas condições (consideradas próprias da lógica de desenvolvimento da periferia) também espalharam-se para as relações de trabalho dos países centrais do capitalismo, uma vez que “o Primeiro [mundo] também é desmodernizado e desindustrializado” (JAMESON, 2002, p. 91).

²⁵⁸ Não como resíduos ou elementos anacrônicos, pois não consistem em enclaves, mas são funcionais e necessários à lógica de acumulação flexível.

²⁵⁹ Além da concorrência, promove hostilidade entre os grupos que compõem a força de trabalho e cria condições para a formação de camadas “privilegiadas” em seu interior.

exemplo, estão inseridas²⁶⁰. Ao “remover a maquiagem” que esconde o caráter informal do trabalho dessas mulheres e evidenciar sua real face, a pesquisa de BASÍLIO (2014) converge com a noção de que “o *flex* é feminino” na medida em que “as caracterizações tradicionalmente associadas ao trabalho feminino se adéquam perfeitamente às demandas do ‘trabalho flexível’ em geral” (BASÍLIO, 2014, p. 87)²⁶¹, que ao aprofundar a precarização do trabalho feminino permite enquadrar “o trabalho das revendedoras(...)no contexto das novas formas de desregulação do trabalho e da crescente perda de garantias do trabalhador” (BASÍLIO, 2014, p. 54)²⁶². É nesse sentido que podemos compreender a nebulosidade que media o processo de conscientização acerca da condição de classe não apenas das revendedoras, mas da força de trabalho feminina no geral amplamente vulnerável às formas paternalistas de trabalho, que inserem novas barreiras à organização feminina sob o neoliberalismo uma vez que trata-se de relações “que a consciência de classe já não deriva da clara relação de classe entre capital e trabalho, passando para um terreno muito mais confuso dos conflitos” (HARVEY, 1992 p. 145)²⁶³ – o caso das revendedoras, desse ponto de vista, é emblemático na medida que nem o vínculo trabalhista é reconhecido pelas empresas ou sequer o exercício de suas funções é concebido como “trabalho”²⁶⁴, elementos fertilizados pela cultura empreendedorista neoliberal que promove a descaracterização das relações de classe tendo-se em conta que

²⁶⁰ O Sistema de Vendas Diretas, que caracteriza o tipo de serviço prestado pelas revendedoras, segundo ABÍLIO (2014) está intrinsecamente ligado à exploração do trabalho feminino dado que “a falta de formas definidas deste trabalho se adequa perfeitamente(...) à perda de medidas do trabalho e às atividades precárias e de baixa remuneração – elementos há muito constitutivos de ocupações desempenhadas pelas mulheres” (ABÍLIO, 2014, p. 84). Outros fatores relacionados ao SVD, a exemplo do consumo dos produtos e a conciliação com as atividades domésticas, cumprem a função de esmaecer a forma-trabalho exercida pelas revendedoras – o que é funcional à lógica flexível de acumulação neoliberal na medida em que ocorre “a indistinção entre tempo de trabalho e de não trabalho, assim como a ampliação do tempo de trabalho não pago” (ABÍLIO, 2014, p. 87).

²⁶¹ Pois “a categorização da condição da revendedora será sempre imprecisa, pois o pressuposto de sua constituição é justamente a ausência de formas predefinidas” (ABÍLIO, 2014, p. 74).

²⁶² Ainda segundo as investigações de ABÍLIO (2014), talvez além da total ausência de direitos e até mesmo do reconhecimento do vínculo trabalhista, “é uma dúvida, senão uma hipótese, de que no fim das contas [as revendedoras] estejam pagando para trabalhar” (ABÍLIO, 2014, p. 84) na medida em sua maioria também são consumidoras dos produtos (e mesmo coagidas a consumir para bater metas, como veremos), o que transfere parte dos rendimentos às empresas e, muitas vezes, implica em endividamento.

²⁶³ O SDV, por exemplo, pode abarcar diferentes tipos de funções que envolvem a precariedade: “a do complemento da renda familiar; a de uma ocupação alternativa entre a rotatividade do mercado de trabalho e um trabalho que não ponha em jogo o papel familiar feminino tradicionalmente estabelecido, permitindo que a mulher trabalhe ‘sem trabalhar’” (BASÍLIO, 2010, p. 90).

²⁶⁴ Na medida em que “a atividade de vendas não necessariamente é reconhecida como um trabalho. Não há remuneração definida e o tempo que as consultoras dedicam às vendas é permeado por outras atividades. São trabalhadoras informais, que atuam numa indistinção entre trabalho e não trabalho, que não conseguem dizer exatamente quanto ganham e são consumidoras assíduas dos produtos” (ABÍLIO, 2010, p. 55). A relação entre as trabalhadoras e as empresas é ainda mais complexa ao considerar-se que, no Brasil, algumas atividades e serviços são popularmente denominados como “bicos”, caracterizados por BASÍLIO (2014) como “viração”, que consiste na síntese da cultura empreendedorista neoliberal e do aprofundamento das desigualdades sociais. Só dessa maneira podemos entender como os elementos residuais considerados “arcaicos” não constituem um enclave sob

A própria categoria ‘por conta própria’ não consegue expressar as diferentes formas de desproteção do trabalho que atingem os mais diversos segmentos do mercado. As desregulamentações, hoje, se combinam fortemente com um discurso altamente ideológico do empreendedorismo” (BASÍLIO, 2014, p. 89)²⁶⁵.

[Implica numa cultura em que] cada indivíduo é julgado responsável por suas próprias ações e por seu próprio bem-estar(...). O sucesso e o fracasso individuais são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais” (HARVEY, 2008, p. 38).

Dessa forma, a incorporação “flexível” de demandas das massas femininas realizada pelo capital não implicou na expansão dos direitos femininos ou em seu “reconhecimento” enquanto sujeitos de direito iguais perante os parâmetros da democracia burguesa, mas antes converteu-se no rebaixamento das condições de trabalho não só da força de trabalho feminina, mas de toda classe, no geral: tanto “muitos operários homens e brancos tradicionalmente privilegiados foram marginalizados, unindo-se aos excluídos” (HARVEY, 1992, p. 144), como “as novas condições de trabalho de maneira geral reacentuaram a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados” (HARVEY, 1992, p. 145). Por outro lado, como um sistema dinâmico que desenvolve de maneira contraditória e desigualmente, o capital em seu modelo neoliberal consolida sua tendência de absorção de necessidades sociais concretas para promover o esvaziamento e conter sua potencial radicalidade. Sob condições flexíveis de acumulação, plurais por sua natureza, o capital abriu margens para que “algumas mulheres e algumas minorias tenham tido acesso a posições mais privilegiadas” (HARVEY, 1992, p. 144) – o que foi possível realizar sem que isso abalasse negativamente sua estrutura de dominação uma vez que tal concessão “pagou-se” com a deterioração geral das condições de trabalho dessas mesmas mulheres e minorias. Na esteira das contradições que se seguem ao desenvolvimento do capital, a produção de mediações entre as classes trabalhadoras insere complexidades em seu interior à medida em que a necessidade de integração ampla dos setores sociais exige, em compensação, o alargamento da esfera do consumo entre esses segmentos e o aumento de seu poder de compra²⁶⁶.

o neoliberalismo, e que própria fragmentação e flexibilidade das formas que o capital consegue extrair mais-valor expandiram-se a ponto de tornar necessário levar em conta “as atividades aparentemente marginais e desintegradas da modernização(...) como elementos centrais da constituição das desigualdades sociais e da acumulação” (BASÍLIO, 2014, p. 73).

²⁶⁵ O que tem seu contraponto, por exemplo, no fato de que “toda caracterização que a empresa faz publicamente/publicitariamente sobre as vendedoras obscurece que está posta ali uma relação de trabalho” (BASÍLIO, 2014, p. 55).

²⁶⁶ Para o que contribuiu a aceleração do tempo de giro do capital “– que sempre é uma chave da lucratividade capitalista –(...), reduzido de modo dramático pelo uso de novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e de novas formas organizacionais” (HARVEY, 1992, p. 148), para as quais “a aceleração do tempo de giro na produção teria sido inútil sem a redução do tempo de giro no consumo” (HARVEY, 1992, p. 148).

Assim, ocorre uma espécie de reorganização da camada social denominada “aristocracia operária” que em virtude da deterioração geral das condições de vida das forças do trabalho frente à capacidade de racionalização das novas tecnologias, encontram lugar “para a alta remuneração de habilidades técnicas, gerenciais e de caráter empreendedor” (HARVEY, 1992, p. 181)²⁶⁷ – tendência que contribuiu para plasmar de maneira ainda mais profunda a função orgânica dos intelectuais sob o imperialismo no processo de sua mundialização. Em busca de diluir as determinações de classe através de técnicas de integração social, como o alargamento do poder de compra, o capital viabiliza a proliferação de camadas médias para as quais a assimetria de renda opera como distintivo social visto que, nesta configuração, sobressai-se “antes o puro poder do dinheiro como meio de domínio do que(...) o trabalho assalariado no sentido clássico” (HARVEY, 1992, p. 312). São esses setores médios da sociedade que estão no centro da cultura de massa sob a lógica neoliberal de produção cultural, isto é, que dão “a cara” dos símbolos, códigos e signos da cultura pós-moderna uma vez que sob condições de profunda instabilidade política e confusão ideológica, a busca pelo desmantelamento da lógica das classes elementares impõe o apelo “à identidade política desse estrato social, [que] sempre foi notoriamente frágil” (HARVEY, 1992, p. 312), amorfa e mais facilmente sujeita a flutuações na medida em que, como “parasitas de valores”, extraem “sua consciência da associação com uma ou outra classe dominante da sociedade” (HARVEY, 1992, p. 312) – o que os coloca, por outro lado, no centro da dinâmica política ao passo que estão na base da “definição da ordem simbólica por meio da produção de imagens para todos” (HARVEY, 1992, p. 312)²⁶⁸, pois

Com as solidariedades da classe trabalhadora se reduzindo sob pressão e sob estruturas de emprego em mudança radical graças à desindustrialização, os valores de classe média se ampliaram a ponto de incorporar muitos daqueles que um dia tinham tido uma firma identidade de classe trabalhadora (HARVEY, 2008, p. 35).

[consistem em] consumidores relativamente afluentes, eles mesmos parte da massa cultural, que buscam um certo tipo de produto cultural como marca clara de sua própria identidade social (HARVEY, 1992, p. 312).

(...)as novas camadas sociais que passaram a existir com a formação da massa cultural e com a emergência de novas ocupações médias nas finanças, no setor imobiliário, no direito, na educação, na ciência e nos serviços forneceram uma

²⁶⁷ Sob condições em que “a tendência, exagerada pela passagem para o setor de serviços e pelo alargamento da ‘massa cultural’, tem sido de aumentar as desigualdades de renda, talvez pressagiando o surgimento de uma nova aristocracia do trabalho, bem como a emergência de uma subclasse mal remunerada e totalmente sem poder (HARVEY, 1992, p. 181).

²⁶⁸ E é justamente para esses setores médios da sociedade que têm mais aderência os “movimentos de moda, de localismo, de nacionalismo, de língua e mesmo de religião e de mito podem ter a maior importância” (HARVEY, 1992, p. 312).

poderosa fonte de demanda de novas formas culturais baseadas na moda(...) (HARVEY, 1992, p. 312).

A massa cultural muito se apoiou no movimento operário para obter sua identidade cultural no decorrer da década de 60, mas que o ataque a este último e o seu declínio a partir do início dos anos 70 deixaram a massa cultural perdida, e esta moldou sua própria identidade em torno de suas próprias preocupações com o poder do dinheiro, com o individualismo, com o empreendimento etc. (HARVEY, 1992, p. 312-313).

Sem o caráter maleável da massa cultural e as relações monetárias assimétricas que lhes são próprias, por outro lado, não seria possível implementar a lógica “flexível” de produção de mercadorias necessário ao neoliberalismo, que seria “inútil sem a redução do tempo de giro [também] no consumo” (HARVEY, 1992, p. 148). Ao impor um ritmo incessante de rotação na esfera do consumo, o capital produz condições que exigem um tremendo estímulo de criatividade cultural que torna uma questão de sobrevivência a inovação constante das formas estéticas, que se renovam por meio de “uma atenção muito maior às modas fugazes e [movem-se] pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades” (HARVEY, 1992, p. 148), tendências e desejos, celebrando “a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais (HARVEY, 1992, p. 148) sob a pluralidade que podem adquirir as mercadorias. Nesse sentido, a instantaneidade “de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, ideias e ideologias, valores e práticas estabelecidas” (HARVEY, 1992, p. 258) que fazem parte do modelo “flexível” de acumulação está ligada ao mundo de especulação financeira do capital, o qual prevê “o desenvolvimento igualmente especulativo de valores e instituições culturais, políticos, legais e ideológicos sob o capitalismo” (HARVEY, 1992, p. 307). Na medida em que “a informação e a capacidade de tomar decisões rápidas num ambiente deveras incerto, efêmero e competitivo se tornaram cruciais para os lucros” (HARVEY, 1992, p. 149) ocorre o fortalecimento dos monopólios, que dispõem de meios abundantes de coordenação – o que evidencia a vitalidade do imperialismo sob a organização neoliberal, já que “o acesso privilegiado a informações de qualquer espécie(...) passa a ser um aspecto essencial das decisões bem-sucedidas e lucrativas” (HARVEY, 1992, p. 151)²⁶⁹.

²⁶⁹ Em tais condições, o conhecimento passa a ser uma mercadoria cada vez mais valorizada dada sua importância frente à efemeridade do capital na medida em que impõe-se o domínio da eficiência e rapidez no processamento das tendências do mercado, pois adiantar-se sobre elas significa fazer do “conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva” (HARVEY, 1992, p. 151). É nesse sentido que podemos explicar a reorganização da produção de conhecimento, que “passou por notável expansão nas últimas décadas, ao mesmo tempo que assumiu cada vez mais um cunho comercial” (HARVEY, 1992, p. 151).

Com efeito, o processo de neoliberalização não diz respeito apenas à reestruturação da base produtiva do capital, mas pressupõe a produção de um *ethos* social que esteja em harmonia e sustente dialeticamente, no domínio “espiritual”, as transformações de natureza material no âmbito da produção. Ao imprimir suas marcas às relações humanas, que passam a ser, como nunca antes, atravessadas pelos domínios do mercado, o neoliberalismo não consiste somente na forma de acumulação de capital ou apenas em um modo de produção específico, ele se tornou, também, uma ideologia de si mesmo: uma ética que mercadifica tudo e todos ao seu redor, inclusive as próprias relações humanas, tornando-se “hegemônico como modalidade de discurso, [passando] a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas [das] pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (HARVEY, 2008, p. 6). Nesse contexto, a indústria cultural atingiu tamanho nível de organização e aperfeiçoamento de seus mecanismos técnicos que tornou-se capaz de alcançar um profundo grau de penetrabilidade na vida cotidiana, especialmente após a massificação de inovações tecnológicas como a TV, que passou a fazer parte da rotina de milhares de famílias do mundo ocidental²⁷⁰. Mundializado como nunca, o capital altamente financeirizado não apenas submete virtualmente – e virtual não é sinônimo de imaterialidade – todo globo terrestre às flutuações do seu mundo especulativo, mas cria condições para o forjamento de um ambiente cultural cada dia mais homogêneo e profundamente enraizado em determinados padrões de consumo, comportamentais, práticas políticas e etc. do mundo ocidental sob a hegemonia dos Estados Unidos.

Em especial após a considerável integração social promovida pelos “sistemas de comunicação global [que] garantem um grau incomparavelmente maior de penetração cultural dos antigos Segundo e Terceiro Mundos” (ANDERSON, 1999, p. 139), na qual o processo de abertura das economias significou a entrada de outros povos na dinâmica financeira do mercado internacional, que embora participem sob condições desiguais de “competição”, evidenciam que “não há outra coisa senão o moderno nas sociedades do Terceiro Mundo” (JAMESON, 2002, p. 90) – e “onde apenas o moderno existe, ele deve hoje ser renomeado ‘pós-moderno’” (JAMESON, 2002, p. 90). Obrigado a tolerar a existência de outras culturas a partir da exaustão da arte do mundo ocidental, “o sistema não tem mais condições de afirmar a superioridade de seus valores sobre os demais, restando-lhe apenas reconhecer que são diferentes” (EAGLETON, 1995, p. 34), buscando formas de infiltrar-se entre as forças sociais

²⁷⁰ Com a posterior digitalização a partir da massificação dos computadores pessoais e smartphones, tais mecanismos de dominação adquirem ainda mais aderência na sociedade.

revolucionárias e culturas de contestação ao emprestar sua voz a “grupos até então excluídos – mulheres, imigrantes, minorias étnicas e outras – [que] ganharam acesso às formas pós-modernas” (ANDERSON, 1999, p. 76) de expressão político-cultural. O que talvez ajude a explicar a alternativa ao pós-modernismo como lógica de produção cultural na medida em que, sendo a única universalidade do pós-moderno a indeterminação, fica fácil compreender de que maneira “a linguagem da subjetividade imediatamente suplantou e suplementou questões de ação e organização política” (EAGLETON, 1995, p. 23)²⁷¹.

É nesse sentido que o modelo “flexível” de acumulação tem seu contraponto subjetivo no desenvolvimento de uma lógica dominante de produção cultural, que por sua vez define o pós-modernismo como uma espécie de “ideologia oficial” do neoliberalismo. Se em seu nascedouro, a indústria cultural havia se mostrado apta a “culturalizar” as mercadorias; sob condições pós-modernas de produção, sua força tornou-se capaz de consolidar o processo de colonização do real pela cultura – que não integra apenas a produção de mercadorias, mas toda vida social – através do recurso à estetização política, que projeta o espetáculo da pós-modernidade para todo globo terrestre. É o aprofundamento de tal fenômeno na vida cotidiana que possibilita ao imperialismo sofisticar seus instrumentos de dominação ideológica no contexto pós-moderno: no que se refere à luta feminina, que até então podia ser mercantilizada pela via da identidade de “mulher”, agora é possível ao capital apropriar-se diretamente das demandas por emancipação feminina e construir uma autoimagem de “aliado” da causa na medida em que os pressupostos da cultura pós-moderna assim o permite, buscando influenciar a opinião pública a esse respeito e produzir consenso no interior da sociedade civil e, em especial, entre os setores femininos – aos quais busca direcionar suas forças às soluções da institucionalidade burguesa e/ou do mercado de consumo. Para descobrir de que maneira tal prática tornou-se possível, lançaremos luz às “marcas populares” do pós-modernismo enquanto lógica dominante de produção cultural na contemporaneidade.

Antes de mais nada, é preciso conceber o estabelecimento da pós-modernidade historicamente: não como uma conspiração maligna da burguesia internacional, mas como uma necessidade concreta imposta pela própria lógica de desenvolvimento do capital na medida em que para “dançar” conforme sua “música”, as frações que compõem a burguesia precisam lutar incessantemente entre si para manter a posição no interior da classe uma vez que, do contrário,

²⁷¹ Dessa forma, “se questões mais abstratas de estado, categoria, modo de produção e justiça econômica mostraram-se por ora muito difíceis de solucionar, [agora] podemos desviar nossa atenção para algo mais familiar e imediato, mais sensível e particular” (EAGLETON, 1995, p. 17), como o corpo, o cotidiano e as relações interpessoais, que despontam com toda força na cena política.

“são lançadas no proletariado, ou pelo menos ameaçadas em suas condições de existência” (MARX, 1998, p. 48- 49) – tendência que “explodiu” e aprofundou-se acentuadamente a partir do fenômeno do imperialismo. Tão contraditório como esse processo é o pós-modernismo enquanto lógica de produção cultural, que deve sua hegemonia ao fato de ter-se tornado dominante – o que não significa afirmar que ele é pleno e fazer jus à “jaula de ferro” weberiana atualizada pela visão “panóptica” de Foucault, pois afirmar a hegemonia pós-moderna não configura o mesmo que “sugerir uma homogeneidade cultural maciça e uniforme(...), mas implicar sua coexistência com outras forças resistentes e heterogêneas que ele tem a vocação de subjugar” (JAMESON, 2000, p. 158-159). Ocorre que, apesar de seu domínio, nem toda manifestação cultural e/ou ação política produzidas nesse contexto são propriamente pós-modernas, mas consistem em formas “residuais” ou “emergentes” pensadas no interior de condições de produção pós-modernas: aliás, se o pós-modernismo pudesse eclipsar toda sorte de forças contrárias que resistem contra sua lógica e, em especial, “se essas forças heterogêneas não fossem dotadas de eficácia própria, o projeto hegemônico seria desnecessário” (JAMESON, 2000, p. 67).

No entanto, o pós-modernismo não pode ser compreendido sem sua antítese, o modernismo, que no contexto dos anos 60 passou a enfrentar um processo de institucionalização pela ordem burguesa e abandonou sua natureza como um movimento de oposição na medida em que, para aquela geração, aparece como “o estabelecimento e o inimigo: mortos, sufocantes, canônicos, os monumentos objetificados que devem ser destruídos para fazer algo novo” (JAMESON, 2002, p. 16). Se o modernismo foi um movimento cultural de caráter heterogêneo, múltiplo e contraditório em si, menos ainda o pós-modernismo pode ser caracterizado como um fenômeno coerente, o que inviabiliza tratá-lo como uma questão de estilo – por isso Jameson, no esforço de sistematização, o concebe como um conceito periodizador, possibilitando a leitura do pós-modernismo como a dominante cultural da contemporaneidade²⁷². O que explica nossa necessidade de recuperação histórica em relação ao modernismo é justamente o fato de que o pós-modernismo não é um fenômeno que pode ser concebido por sua “lógica” própria, e é em virtude de seu caráter conflitante e contraditório que somos impelidos “a rerepresentar esses dilemas e essas inconsistências de representação, [e] temos que retrabalhar tudo isso, todas as

²⁷² Embora tenhamos discordâncias quanto à concepção de capitalismo tardio como uma superação do imperialismo na medida em que trata-se de uma compreensão “ocidentalizada”. Nesse sentido, o neoliberalismo aglutina à máxima potência a capacidade de concentração do capital, o que implica no fortalecimento do imperialismo.

vezes” (JAMESON, 2000, p. 25)²⁷³. Nesse sentido, o pós-modernismo pode ser compreendido como uma resposta, “uma ‘revolução cultural’ na escala do próprio modo de produção” (JAMESON, 2000, p. 18), em resposta ao caldo político-cultural que efervesceu mundialmente no contexto dos anos 60, sendo uma espécie de “compensação por seu fracasso político” (JAMESON, 2000, p. 19)²⁷⁴.

Em repúdio aos parâmetros (ideológicos e estéticos) do movimento moderno, que através de suas tendências “altas” produzia uma cultura elitista²⁷⁵, o pós-modernismo nasce da incorporação da lógica plural de demandas concretas dos movimentos sociais, que é “imitada” para afirmar a horizontalidade das relações sociais e onde as contradições podem ser compreendidas como apenas diferentes “estilos de vida”, “pontos de vista”, “narrativas”, etc. Para produzir pessoas pós-modernas, a “missão ideológica” do pós-modernismo é “demonstrar, para seu próprio alívio, que a nova formação social em questão não mais obedece às leis do capitalismo clássico, a saber, o primado da produção industrial e a onipresença da luta de classes” (JAMESON, 2000, p. 29)²⁷⁶, resgatando o “elemento cultural” para o centro do debate pós-moderno na medida em que cada forma de expressão cultural apreende, explica e responde, à sua maneira, aos problemas da sociedade, dando origem a uma crise representacional em que o recurso a uma linguagem comum é visto com desconfiança visto que a universalidade “pode apenas ‘representar’ nossas ideias e estereótipos sobre o passado” (JAMESON, 2000, p. 51)²⁷⁷, ou mesmo sobre as questões do presente. Dessa perspectiva, o pós-modernismo inaugura uma maneira historicamente original de pensar e estar no mundo que implica uma mutação profunda na esfera da produção cultural, que não mais busca inserir “uma nova linguagem utópica, diferente, elevada, em meio ao mau gosto e ao comercialismo do sistema de signos(...), mas

²⁷³ Pois apesar do prefixo “pós”, o pós-modernismo não nasce do zero e rompe radicalmente com a cultura burguesa na medida em que apropria-se de maneira eclética das linguagens modernas, nas quais baseia toda sua [rica] estética – “apesar do delírio de alguns de seus celebrantes e apologistas (cuja euforia, no entanto, é, em si mesma, um interessante sintoma histórico), [pois] uma cultura verdadeiramente nova somente poderia surgir através da luta coletiva para se criar um novo sistema social (JAMESON, 2000, p. 16).

²⁷⁴ Na medida em que “suas práticas e valores culturais, suas ideologias locais, articularam um paradigma ideológico e cultural dominante útil para esta fase do capital” (JAMESON, 1982, p. 69-70).

²⁷⁵ Já falamos anteriormente da colaboração dos principais expoentes do modernismo no âmbito da arquitetura com os parâmetros técnicos da racionalidade burguesa na reconstrução do mundo ocidental pós-guerra, que expressava o poder corporativo do capital através de monumentais estruturas de concreto e aço.

²⁷⁶ A própria “virada” à organização da sociedade através de grupos pode ser compreendida como índice de que “como ideologia, o pós-modernismo é mais bem compreendido como um sintoma das mudanças estruturais profundas em nossa sociedade e em sua cultura como um todo, ou, em outras palavras, em seu modo de produção” (JAMESON, 2002, p. 77).

²⁷⁷ Sob tal perspectiva, JAMESON (2002) afirma que os produtores culturais no geral, isto é, os artistas e intelectuais da contemporaneidade não conseguem “mais inventar novos estilos e mundos: eles já foram inventados; apenas um número limitado de combinações são possíveis; os singulares já foram pensados. Portanto, a importância de toda a tradição estética modernista – morta hoje – também ‘pesa como um pesadelo nos cérebros dos vivos’, como disse Marx em outro contexto” (JAMESON, 2002, p. 21-22).

sim buscam falar exatamente essa linguagem” (JAMESON, 1992, p. 65), o que evidencia o caráter de apologia à lógica neoliberal em virtude do acriticismo de sua natureza²⁷⁸.

Como um sistema contraditório, o pós-modernismo nasce em reação não em relação ao modernismo, mas contra uma de suas correntes que em virtude de sua funcionalidade foi apropriada pelos intelectuais orgânicos do capital em função da ordem burguesa, terminando por universalizar uma tendência particular em relação ao todo de modo caricatural, como se toda diversidade do movimento modernista se reduzisse ao modernismo arquitetônico, que “originou-se no espírito da vanguarda, mas conseguiu criar uma tradição clássica fiel à inspiração do racionalismo ocidental” (ANDERSON, 1999, p. 48) e serviu “prontamente à exploração por incorporadores e burocratas, que encomendavam e financiavam edifícios ‘funcionais’ para eles” (ANDERSON, 1999, p. 50). A amnésia histórica, como uma das principais características da sociedade pós-moderna, contribui assim para que o pós-modernismo “esqueça” a história e atribua de maneira conveniente as contradições produzidas pelo desenvolvimento do capital ao modernismo, afirmando a inviabilidade e o declínio da modernidade, o que segundo EAGLETON (1995) foi uma impossibilidade “inerente a ela o tempo todo, e não um colapso final que permitiu ao pós-modernismo entrar em ação” (EAGLETON, 1995, p. 50)²⁷⁹. À medida que abraçam a indeterminação pós-moderna e fazem coro com a ideia de “morte da história”, os pós-modernistas acabam assumindo uma postura reverencial em relação à lógica de produção hegemônica pelo mundo ocidental avançado, “como se eles não pudessem imaginar essas ideias sendo transformadas, retrabalhadas, radicalmente redirecionadas, assim como não o podem alguns de seus adversários conservadores” – o que explica de que maneira o “pós-modernismo é de oposição em termos políticos mas cúmplice em termos econômicos” (EAGLETON, 1995, p. 101).

As tendências culturais sob o capitalismo jamais foram “neutras” antes do sistema de acumulação “flexível”, mas é uma questão a se pensar como a celebração da ordem através da produção cultural pôde generalizar-se de tal modo que, em especial para os produtores culturais, se tornou uma questão tão natural quanto respirar é necessário para a sobrevivência humana, restando saber, pois, se no pós-modernismo existe alguma forma de resistência a essa lógica. Tornando-se não só aberta, mas mesmo a regra, a apologia à pós-modernidade na produção cultural tornou-se possível na medida em que ao promover a institucionalização dos códigos e

²⁷⁸ Em sua, é um tipo de arte menos preocupada com as injunções do mercado: se, “em um aspecto, o pós-modernismo copia ou reproduz – reforça – a lógica do capitalismo de consumo, a questão mais importante é se em qualquer outro aspecto ela resiste a essa lógica” (JAMESON, 1985, p. 7).

²⁷⁹ Jameson argumenta, nesse sentido, que “acima de tudo, começamos a questionar a dinâmica temporal de tudo isso, que ou se acelerou, ou sempre foi mais rápido do que registramos” (JAMESON, 2000, p. 324).

estilos modernistas, o pós-modernismo é responsável por formatá-los para viabilizar sua inserção no assim chamado *mainstream*, que preserva apenas esteticamente aquilo que era considerado escandaloso, chocante e/ou repulsivo nas formas modernas uma vez que “as formas mais agressivas desta arte(...) são consumidas com voracidade pela sociedade e comercializadas com êxito, ao contrário das produções da anterior modernidade” (JAMESON, 1985, p. 7). Aliás, é apenas de acordo com as condições de produção cultural que se pode falar em pós-modernidade, pois sua concepção de acordo com a perspectiva dialética não pressupõe o fim do capitalismo – que surge no seio da sociedade moderna – uma vez que essa lógica “não tem necessariamente muito a ver com o modernismo histórico, nem com a modernidade histórica” (JAMESON, 2000, p. 302) e não existe qualquer ruptura do ponto de vista das forças sociais que dominam o processo de produção e reprodução da vida, de forma que o “conteúdo” da sociedade tenha se transformado, mas uma mudança qualitativa “sobretudo [na] reestruturação de um certo número de elementos anteriormente existentes” (JAMESON, 1985, p. 6-7) capaz de alterar a posição da arte contemporânea no interior da nossa cultura²⁸⁰.

É nesse sentido que a pós-modernidade dá origem a um “sentido de ‘cultura’(...) tão colado ao econômico que é difícil destacá-la ou examiná-la em separado” (JAMESON, 2000, p. 19), como se a dissolução da autonomia da esfera da cultura representasse “uma explosão: uma prodigiosa expansão da cultura por todo o domínio do social” (JAMESON, 2000, p. 74) – o que é em si um fenômeno propriamente pós-moderno. Isso ocorre em virtude do grau de sujeição da produção cultural sob o capital em sua etapa imperialista, que ao desenvolver o fenômeno da estetização política, a torna imprescindível à efemeridade do mercado de consumo e na produção de mercadorias, que passam a ser “culturalizadas” – o que desemboca posteriormente na colonização do real pela cultura. O domínio da cultura, assim, ocupa posição privilegiada na medida em que todo processo produtivo (e de expansão de capital, por conseguinte) é atravessado e mantém uma relação dialética com ele, que trabalha nas entrelinhas da mídia e da sociedade para “manter as coisas como estão” no âmbito da economia.

²⁸⁰ O que ocorre na lógica cultural pós-moderna é a valorização de elementos antes considerados residuais, que “até o momento atual não passavam de traços menores ou secundários da arte moderna, marginais ao invés de centrais” (JAMESON, 1985, p. 7). Por exemplo: a produção de artefatos culturais com fins comerciais não é necessariamente uma novidade, na medida em que no próprio modernismo (a cultura pode experimentar uma maior possibilidade de autonomia) tal prática fazia-se presente. É nesse sentido que o pós-modernismo não funciona sob uma lógica própria, por isso “os traços residuais do modernismo devem ser vistos sob outra luz, não como um anacronismo, mas como uma falha necessária” (JAMESON, 2000, p. 20) na medida em que reorganiza os códigos modernos em adaptação às condições “flexíveis” de produção do neoliberalismo. Assim, o pós-moderno contribui para o deslocamento da função social da arte uma vez que viabiliza a produção expressões culturais e estéticas que “já não chocam ninguém; em vez disso, todo o nosso sistema de produção e consumo de mercadorias hoje é baseado naquelas formas modernistas mais antigas, outrora anti-sociais” (JAMESON, 2002, p. 196).

Além disso, o pós-modernismo está ligado à produção de uma cultura de caráter internacional que “é expressão interna e superestrutural de uma nova era de dominação, militar e econômica, dos Estados Unidos sobre o resto do mundo” (JAMESON, 2000, p. 31), buscando seu “material estético” nos artefatos culturais da sociedade estadunidense que foi a “estufa” da nova condição cultural burguesa e concebeu o pós-modernismo como “o primeiro ‘estilo’ global especificamente norte-americano” (JAMESON, 2000, p. 24).

A partir da hegemonia dos Estados Unidos ocorre o processo de padronização da cultura internacional através do pós-modernismo, que camufla o “imperialismo do gosto” estadunidense que a tudo imprime suas marcas no mundo ocidental e cria condições para “uma padronização sem precedentes de tudo – sentimentos e bens de consumo, linguagem e espaço construído” (JAMESON, 2000, p. 86)²⁸¹. Como uma lógica que promove a celebração da ordem, o pós-modernismo contribui para o deslocamento da posição da função social da produção cultural a partir do aprofundamento de sua sujeição ao mercado, especialmente com “o apagamento da antiga(...) fronteira entre a alta cultura e a assim chamada cultura de massa ou comercial, e o aparecimento de novos tipos de textos impregnados das formas, categorias e conteúdos dessa mesma indústria cultural” (JAMESON, 2000, p. 28) que eram objeto de crítica do alto modernismo, o que “caracteriza a pós-modernidade na área cultural [como] a substituição de tudo o que está fora dessa cultura comercial” (JAMESON, 2000, p. 177). No sentido amplo, a produção de mercadorias passa a depender umbilicalmente da experimentação artística, tornando a publicidade, por exemplo, uma espécie de parasita que “se alimenta da pós-modernidade em todas as artes e não pode mais dispensá-la” (JAMESON, 1985, p. 7) na medida em que é necessário “novos tipos de consumo, obsolescência programada, um ritmo ainda mais rápido de mudanças na moda e no *styling*, a penetração da propaganda, da televisão e dos meios de comunicação” (JAMESON, 1958, p. 7)²⁸², produzindo condições em que arte e o “cultural” podem ser consumidos “ao longo da própria vida cotidiana, nas compras nas atividades profissionais, nas várias formas de lazer” (JAMESON, 2000, p. 150) e etc.:

O que ocorreu é que a produção estética hoje está integrada à produção das mercadorias em geral: a urgência desvairada da economia em produzir novas séries de produtos que cada vez mais pareçam novidades (de roupas a aviões),

²⁸¹ O que aguça o ímpeto de planificação ensaiada timidamente pela indústria cultural em seus primórdios, que alcançou tamanho grau de penetração e aperfeiçoamento que faz parecer “que nunca houve uma sociedade tão padronizada como esta e que a corrente da temporalidade humana, social e histórica nunca fluiu com tamanha homogeneidade” (JAMESON, 2002, p. 88).

²⁸² Nesse sentido, JAMESON (2000) observa que “a televisão mostrou o que realmente podia fazer e o que realmente significava – uma nova e prodigiosa demonstração de sincronidade e uma situação comunicacional que equivalia a um salto dialético sobre qualquer coisa até então” (JAMESON, 2000, p. 355) na medida em que possibilita a difusão em massa de uma cultura altamente padronizada (embora que sob formas aparentemente plurais).

com um ritmo de *turn over* cada vez maior, atribui uma posição e uma função estrutural cada vez mais essenciais à inovação estética e ao experimentalismo (JAMESON, 2000, p. 30).

“Por isso que parece apropriado evocar uma imensa aculturação da vida cotidiana e do social em geral em nosso próprio momento pós-moderno” (JAMESON, 2000, p. 120-121) na medida em que, se antes as mercadorias eram “culturalizadas” de acordo com o público que eram veiculadas através da propaganda midiática, agora, o processo se inverte, pois não são mais aqueles produtos “que se tornam imagens, mas sim os próprios processos de entretenimento e narrativa da televisão comercial, que são, por sua vez, reificados e transformados em tantas mercadorias” (JAMESON, 2000, p. 276)²⁸³. De acordo com tal perspectiva, podemos conceber o “pós-modernismo [como] o consumo da própria produção de mercadorias como processo” (JAMESON, 2000, p. 14) no qual verifica-se o predomínio de certa atração pelo visual, em que “o retorno à estética pode muito bem encontrar sua justificativa racional na expansão da cultura, e principalmente da cultura da imagem” (JAMESON, 2002, p. 137)²⁸⁴. A pós-modernidade, nesse sentido, a partir de sua crise de representação forja condições em que “a referência e a realidade desaparecem de vez, e o próprio conteúdo – o significado – é problematizado” (JAMESON, 2000, p. 117)²⁸⁵, restando apenas a aleatoriedade dos significantes pós-modernos nos quais “nenhum signo em particular retém a prioridade de ser o tópico da operação, [em] que a situação em que um signo funciona como o interpretante de outro é mais do que provisória e não um recurso criativo” (JAMESON, 2000, p. 117). É nesse sentido que a condição pós-moderna contemporânea pode ser concebida como a sociedade da imagem ou do espetáculo na medida em que, se “tudo está sujeito a mudanças perpétuas na moda” (JAMESON, 2002, p. 88), significa que “a imagem é a mercadoria do presente” por excelência (JAMESON, 2002, p. 177).

No quadro em que a luta feminina se desenvolve na pós-modernidade, com perda daquilo que “geralmente chamamos de significado – o sentido ou conteúdo conceitual de uma

²⁸³ É sob tal perspectiva que “os produtos vendidos no mercado tornam-se o próprio conteúdo da imagem midiática, de modo que, por assim dizer, o mesmo referente parece se manter em ambos os domínios” (JAMESON, 2000, p. 275).

²⁸⁴ Nesse contexto, “o ‘natural’ é pior e mais degradado que o artificial(...) [pois camufla] o ruído e os sinais embaralhados, o inimaginável lixo de informações da nova sociedade da mídia” (JAMESON, 2000, p. 104) na qual as aparências passam a dominar e atribuem privilégio ao caráter visual sobre a vida social, fazendo da “tentativa, se ainda pudermos pensar assim, de purificar de algum modo essa imagem, colocando-a em contraste com o escrito ou o falado” (JAMESON, 2000, p. 108) algo praticamente impossível – o que dificulta o florescimento de intervenções orgânicas, ações revolucionárias ou qualquer tipo de autonomia sob tais condições.

²⁸⁵ Eis os efeitos da ação das forças de reificação, que na pós-modernidade “tampouco para [por] aí: em outro estágio, potencializada, em uma espécie de reversão da quantidade pela qualidade, a reificação penetra o próprio signo e separa o significante do significado” (JAMESON, 2000, p. 217). De tal modo, tudo e qualquer coisa pode ser “embrulhada” em torno de múltiplos, diferentes e até mesmo opostos significados, já que desmembrados do contexto e/ou tradição de criação, ocorre a perda do que antes denominava-se referencialidade.

enunciação – [que] é agora visto como um efeito-de-significado” (JAMESON, 2000, p. 53), possibilita-se o “embrulhamento” dessa “causa” em torno das imagens estereotipadas das tendências mais liberais dessa luta, identificadas na tradição feminista na medida em que, em virtude de sua centralidade na questão de gênero para conceber a situação feminina na sociedade capitalista²⁸⁶, impregna-se como o “efeito-de-significado” da emancipação feminina e torna-se “a cara” da luta feminina. Desse modo, acaba fornecendo suporte – de maneira deliberada ou não – para o aprofundamento do fenômeno da estetização política, ele mesmo agora espetacularizado uma vez que perdido o conteúdo de classe que lhe confere fundamento material-concreto no mar de pluralismo pós-moderno, a “questão feminina” pode ser projetada como restrita ao público feminino e canalizada para as “liberdades” que o mercado pode proporcionar, o que se torna funcional à lógica do capital uma vez que, abstraída a contradição de classe, ele pode apropriar-se da luta feminina e afirmar-se como seu “aliado”, especialmente num contexto em que as imagens influenciam diretamente nos negócios financeiros e os capitalistas individuais, nesse sentido, buscam construir uma imagem positiva de si mesmos para a opinião pública. Por outro lado, essa imagem midiática sobre luta feminina contribui para cristalizá-la no “museu imaginário” da sociedade como uma contradição que aparece na forma de mulheres *versus* homens, pois a esquizofrenia que caracteriza nosso tempo reduz a experiência aos significantes materiais imediatos: “isolado, o presente repentinamente invade o sujeito com uma vivacidade indescritível, uma materialidade da percepção verdadeiramente esmagadora” (JAMESON, 2000, p. 54)²⁸⁷.

Essa sensibilidade do presente voltada para a vida cotidiana tem implicações diretas na dinâmica política, mais precisamente no âmbito das representações, que adquire novas qualidades frente ao deslocamento da determinação de classe, resultando em sua substituição pela pluralidade dos diversos grupos sociais. Essa concepção horizontal das relações que é politicamente hegemônica na pós-modernidade faz com que exista a dissociação do “reconhecimento da existência individual de um grupo(...) de qualquer atribuição de um projeto que passa a ser registrado não como um grupo, mas como uma conspiração” (JAMESON, 2000,

²⁸⁶ Na pós-modernidade, outras determinações no interior da tradição feminista florescem e passam a balizar as discussões acerca da condição feminina na sociedade, como sexualidade, raça, etnia, nacionalidade e várias outras nas quais a classe configura-se como apenas mais um tipo de opressão, sem qualquer pretensão de hierarquia de análise – o que na prática é uma posição bastante difícil de sustentar.

²⁸⁷ A esquizofrenia caracteriza uma condição em que o sentido/significado é interrompido e impera uma pesada sensação de presentismo, na qual busca-se minar a busca de referência na história e apega-se às aparências do fenômeno: é esse conjunto de fatores que fazem as coisas aparecerem “como são”, ou seja, que a dominação é de natureza unicamente masculina em relação às mulheres, uma vez que a imagem de sua opressão projetada para a sociedade “se reduz à experiência dos puros significantes materiais, ou, em outras palavras, a uma série de puros presentes, não relacionados no tempo” (JAMESON, 2000, p. 53).

p. 349)²⁸⁸, o que ajuda a compreender por que a subalternidade feminina se projeta puramente como uma questão de dominação masculina (homens x mulheres) e como tal dinâmica se relaciona com a aderência do feminismo como concepção de luta principal entre os setores femininos²⁸⁹. Nessas condições, produz-se um efeito de individualização na medida em que, suprimido o “modo de produção”, a categoria de classe perde a centralidade no que se refere ao direcionamento da ação política e é substituída não por outra categoria que ocupe posição privilegiada nesse sentido, mas por múltiplas determinações em que a própria centralidade “explode” em fragmentos e é concebida como uma questão ultrapassada, obsoleta e “totalizante” demais²⁹⁰. Sem bases materiais que assentem a contradição, o que resta são indivíduos “soltos” que travam uma espécie de “guerra sobre os ares”: não se busca mais transformar a totalidade da vida social a partir do chão concreto da história, mas cada grupo busca lutar em torno de sua condição específica enquanto grupo²⁹¹.

Nesse sentido, EAGLETON (1995) discorda de que o pós-modernismo seja um sintoma de derrota política e lança uma importante questão a este respeito: “e se o confronto nunca chegou a realizar-se, mas as pessoas [agissem] como se ele tivesse ocorrido?” (EAGLETON, 1995, p. 19) – o que gerou um sentimento generalizado de derrotismo no interior das forças de esquerda amplamente “contaminadas” com a amnésia histórica e o analfabetismo político pós-moderno, que no geral parecem aceitar a tese de “morte da história” difundida pelos intelectuais orgânicos do capital e seus meios de comunicação em massa uma vez que “não se abandonaria o impulso radical; mas ele mudaria gradualmente do transformativo para o subversivo, e ninguém além dos anunciantes falaria mais de revolução” (EAGLETON, 1995, p. 8)⁴. Deste modo, impera um cenário em que “uma política utópica e revolucionária deve ser evitada [na medida em que é] associada à totalização e a um certo ‘conceito’ de totalidade, porque

²⁸⁸ Nesse sentido, não se compreende a dominação masculina como parte de um projeto político de sociedade que pressupõe a exploração da força de trabalho feminina para seu funcionamento, mas de modo maniqueísta, a-histórico e conspiratório na medida em que parte-se de uma concepção horizontal da questão.

²⁸⁹ Já que, como vimos, a tradição feminista caracteriza-se por conceber o gênero como elemento central da opressão feminina na medida em que se concentra em suas marcas aparentes, tornando-se uma espécie de senso comum no interior da luta feminina uma vez que dificilmente vai além da mera descrição da situação das mulheres na sociedade e de como se manifestam os conflitos com o gênero oposto – o que contribui para reforçar a aparência do fenômeno, que manifesta-se como uma questão de “guerra entre gêneros”.

²⁹⁰ Já falamos acerca da desconfiança e hostilidade em relação à noção unidade na política, que passa a ser pautada pela perspectiva das diferenças sociais.

²⁹¹ O que, não raro, implica em embates entre os próprios grupos marginalizados, que se autodefinem não mais como uma parte interessada em relação ao todo, mas expandem de tal forma a perspectiva enquanto parte que acabam perdendo de vista a existência da totalidade, fornecendo substância a práticas políticas de inclinação dogmática, identitária e excludentes – a exemplo da tendência TERF (Trans-Exclusionary Radical Feminist) que nasceu no interior do feminismo radical.

fatalmente conduz ao terror” (JAMESON, 2000, p. 61)²⁹²; criando-se um ambiente político no qual floresce a tendência de questionar (e mesmo rejeitar) “as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal” (EAGLETON, 1995, p. 3) diante de uma conjuntura histórica em que

nunca houve outro momento em que ele [o capitalismo] tivesse maior amplitude e margem de manobra: todas as forças ameaçadoras que no passado gerou contra si mesmo os movimentos operários e as insurgências, os partidos socialistas, das massas e mesmo os próprios estados socialistas – parecem hoje em plena confusão quando não são, de uma forma ou de outra, efetivamente neutralizados (JAMESON, 2000, p. 407).

se descartou a possibilidade de qualquer projeto muito ambicioso, [tornando] fácil considerar irrelevante a questão das prioridades, visto que, se uma mudança substancial não está de forma alguma na ordem do dia, a tarefa de onde começar e como calcular suas energias não vem ao caso (EAGLETON, 1995, p. 75).

Essa dinâmica faz parte do “pacote neoliberal” que impõe condições determinadas de atuação através da lógica de grupos sociais anteriormente citada, que politicamente impõe desafios na medida em que cultiva a tendência de diferenciação em seu seio, o que segundo JAMESON (2000) trata-se de uma armadilha em virtude do fato de que, com a hegemonia da ideologia burguesa sob formas pós-modernas de manifestação, “muito do que passa por uma defesa espirituosa da diferença é simplesmente tolerância liberal” (JAMESON, 2000, p. 341), lançando pistas para pensarmos acerca do espriamento do fenômeno do oportunismo tão criticado por Lenin e Rosa uma vez que “tornou-se cada vez menos desvergonhado [a] busca pelo sucesso, agora reconceituado como o ‘estilo de vida’ de um ‘grupo’ específico” (JAMESON, 2000, p. 352), uma prática que não se restringe ao âmbito político, mas converte-se em formas de convencimento ideológico que se espalham na sociedade “lentamente para baixo, através da mídia, até os próprios limites de zoneamento das próprias subclasses” (JAMESON, 2000, p. 352). Deste modo, é importante tratar da questão da institucionalização através de uma concepção dialética que considere sua função no interior da relação entre classes na sociedade burguesa: ocorre que a personificação das instituições pela ideologia de grupos “significa que nenhuma concepção funcional de um governo, muito menos de uma classe, pode ser concebida, [pois] não há alavancas para eles controlarem e não há muito no modo de produção para eles gerenciarem” (JAMESON, 2000, p. 349), o que acaba apagando do

²⁹² Até então, costumava-se pensar a ideia de totalidade como imprescindível aos “grupos que necessitavam com urgência conseguir algum entendimento geral de suas condições opressoras de vida para poderem começar a fazer algo para mudá-las” (EAGLETON, 1995, p. 11). Nesse sentido, o pós-modernismo acabou contribuindo para desarmar aqueles “que precisavam saber quem eram diante daqueles que queriam demais dizer a eles quem eram” (EAGLETON, 1995, p. 25).

horizonte “qualquer representação adequada do que costumava ser representado – ainda que imperfeitamente – como uma ‘classe dominante’” (JAMESON, 2000, p. 349)²⁹³.

Nessas condições, dificulta-se o enquadramento de agentes da ordem e expoentes da “aristocracia operária” nas fileiras das forças do trabalho em colaboração com a hegemonia do capital uma vez que “as discussões em uma sala de reunião são, portanto, difíceis de vincular narrativamente a mudanças na vida cotidiana” (JAMESON, 2000, p. 350), em especial levando-se em consideração o caráter subjetivo de tal ação e a diversidade de formas que ela pode manifestar-se, tendo em conta a pluralidade de grupos, movimentos sociais e setores populares a reboque do reformismo no contexto do “imperialismo neoliberal” – o que evidencia a funcionalidade da lógica de grupos ao fenômeno do oportunismo uma vez que permite que as determinações de origem social e identidade (racial, de gênero, sexual e etc.) convertam-se em recurso argumentativo para justificar a cumplicidade de indivíduos subalternizados com as forças do capital, numa concepção que compreende as identidades sociais como revolucionárias em si mesmas e ignora o fundo social que produz sua materialidade. Restritos a uma atuação política conciliatória, os “grupos” de esquerda voltam-se de maneira acentuada às suas agendas horizontais de luta e nutrem uma intensa tendência de individualização em seu interior sob um contexto em que se unificam como nunca as forças de dominação do capital, reafirmando aquilo que HARVEY (1992) denomina “identidade de lugar” em que, frente ao domínio do capital e sua capacidade de padronização, os grupos subalternizados se articulam em “busca de uma identidade coletiva ou pessoal [e à] procura de comportamentos seguros num mundo cambiante” (HARVEY, 1992, p. 272).

Isso tem a ver com a dimensão que alcançou a produção de cultura na pós-modernidade, no seu sentido mais amplo, pois o desaparecimento das vanguardas artísticas, por exemplo, está ligado e “condiz com todas as questões novas e mais propriamente políticas que os ‘novos movimentos sociais’ ou a ‘micropolítica’ contemporânea colocaram na agenda” (JAMESON, 2000, p. 167): é o que significa a intensificação desse forte sentido de identidade e de lugar, que consiste numa reação à avassaladora homogeneidade que a globalização capitalista imprime às sociedades contemporâneas na medida em que torna-se particularmente “difícil manter qualquer sentido de continuidade histórica diante de todo o fluxo e efemeridade da acumulação

²⁹³ Pois sob tais condições “tentar representar e visualizar a diretoria e a classe dominante não é legal porque envolve um compromisso antiquado com o conteúdo em uma situação em que apenas forma como tal – a mais formalista de todos os tipos de lei ou regularidade, a motivação do lucro (que claramente supera até mesmo slogans ideológicos mais vívidos como “eficiência”)[...] é assumido antecipadamente e não sujeito a reexame ou tematização como tal (JAMESON, 2000, p. 351).

flexível” (HARVEY, 1992, p. 273)²⁹⁴. Após completar o processo de “guinada à horizontalidade”, a cena política passa a ser dominada pelas formas de atuação centradas na questão identitária²⁹⁵, que agora institucionalizada por meio da política liberal transforma-se num método individualista uma vez que “é baseada na demanda individual por reconhecimento e toma essa identidade individual como ponto de partida” (HAIDER, 2018, p. 49) – ignorando o fato de que “nossa capacidade de ação política através da identidade é exatamente o que nos prende ao Estado, o que assegura nossa contínua sujeição” (HAIDER, 2018, p. 35)²⁹⁶. Por outro lado, à medida que a questão identitária se espraia como base de atuação política e torna as identidades cada vez mais totalizantes e reducionistas, verifica-se sua transformação concretizada através do fenômeno do identitarismo²⁹⁷, uma ideologia separatista que resulta no impedimento da “construção da unidade entre os marginalizados, o tipo de unidade que poderia realmente superar a marginalização” (HAIDER, 2018, p. 65)²⁹⁸.

Ao se apegarem, muitas vezes por necessidade, a uma identidade dependente de lugar, esses movimentos de oposição, contudo, se tornam parte da própria

²⁹⁴ Fenômeno que, através de uma concepção dialética, pode ser compreendido como a forma que as massas tomam consciência de sua condição na sociedade frente à ausência das formas verticalizadas de ação, o que evidencia que “boa parte da cor e do fermento dos movimentos sociais, da vida e da cultura das ruas e das práticas artísticas e outras práticas culturais deriva precisamente da infinita variedade da textura de oposições às materializações do dinheiro, do espaço e do tempo em condições de hegemonia capitalista” (HARVEY, 1992, p. 217).

²⁹⁵ “Diferentemente da sua forma inicial como teorização da prática política revolucionária” (HAIDER, p. 49) protagonizada pelo Coletivo Combahee River, como evidenciado no tópico anterior, esse tipo de atuação política, assim como “as linguagens progressistas dos novos movimentos sociais, desenraizadas da sua base popular, seriam apropriadas como nova estratégia da classe dominante” (HAIDER, 1992, p. 132) – o que desdobra-se na criação das políticas de identidade. Entretanto, é preciso compreender que tal institucionalização se dá pelo mérito e potencialidade de demandas concretas dos grupos sociais marginalizados – como as mulheres –, que fundamentadas sob bases materiais de classe evidenciam como a opressão (seja de gênero, raça, etnia ou nacionalidade) opera como forma de justificar e aprofundar a exploração da força de trabalho desses setores subalternos da sociedade, o que lhes mune de potencial revolucionário e faz com que as forças de reação busquem formas de atuar sobre elas, seja bloqueando, canalizando ou mesmo cooptando-as.

²⁹⁶ Pois apesar de uma abstração, a “‘Identidade’ é um fenômeno real: ela corresponde ao modo como o Estado nos divide em indivíduos” (HAIDER, 2018, p. 35). É nesse sentido que “a política identitária paradoxalmente acaba reforçando as próprias normas que se propõe a criticar” (HAIDER, 2018, p. 50).

²⁹⁷ Reconhecidamente um grave problema no interior das esquerdas na pós-modernidade, mas que precisa ser concebido em sua historicidade à luz de uma concepção dialética, que leve em conta a materialidade de suas contradições na medida em que é também urgente um contraponto rigoroso às críticas vulgares ao fenômeno do identitarismo, que “são muitas vezes verbalizadas por homens brancos que permanecem ignorantes ou desinteressados pela experiência dos outros” (HAIDER, 2018, p. 46).

²⁹⁸ Nessa perspectiva, o aspecto positivo da política identitária na pós-modernidade consiste no fato de que ela é capaz de promover a afirmação entre os grupos sociais historicamente marginalizados, para os quais “certamente o dano vindo da exclusão dos benefícios que são estendidos à classe média branca e heterossexual é um dano real” (HAIDER, 2018, p. 48). Uma vez que se transformam em “fonte de orgulho em vez de vergonha e humilhação, torna-se difícil renunciá-las” (HAIDER, 2018, p. 94) – a exemplo das demandas por representatividade, que estão longe de “significarem libertação, [ainda que] vê-los [seja] profundamente significativo (HAIDER, 2018, p. 49). Por outro lado, isso significa ceder ao mundo de aparências da pós-modernidade na medida em que, mergulhando na estetização política, “que possibilidades temos de impedir que esse círculo se feche numa estetização produzida, e, portanto, manipulada com demasiada facilidade, de uma política globalmente mediatizada?” (HARVEY, 2018, p. 274-275) – o prenderia as esquerdas numa espécie de cachorro que persegue a própria cauda uma vez que, deste modo, perde-se toda e qualquer capacidade de vinculação com as raízes materiais das opressões.

fragmentação que um capitalismo móvel e uma acumulação flexível podem alimentar. “As resistências regionais”, a luta pela autonomia local, pela organização vinculada com o lugar [ou a identidade] podem ser excelentes bases para a ação política, mas não podem suportar sozinhas a carga da mudança histórica radical (HARVEY, 1992, p. 272-273).

Sob tal perspectiva que generaliza-se a utilização de uma “retórica da diferença para articular essas lutas sociais concretas” (JAMESON, 2000, p. 341), o que obstrui todas as “vias tradicionais” de busca pelo consenso²⁹⁹ ao passo que promove um processo de pulverização na dinâmica política, “de modo que as lutas sociais muito vivas do período atual são amplamente dispersas e anárquicas” (JAMESON, 200, p. 348-349)³⁰⁰. As forças do imperialismo sob o domínio dos Estados Unidos, para acompanhar tais transformações, buscam adaptar-se através da elaboração de uma retórica que seja capaz de se adaptar às novas condições e atue na busca da construção de consenso na sociedade civil. É nesse sentido que enquadra-se uma “virada” do imperialismo aos direitos humanos – que ocorre ainda nos anos 70³⁰¹ – na qual se ensaia uma performance de “direitos às diferenças”. Numa realidade em que o Estado e política parlamentar já estão num patamar de estabilidade bem consolidado, a tendência do capital de absorver os conflitos sociais para a institucionalidade se fortalece à medida que é capaz de incorporar as demandas dos grupos sociais marginalizados através do reforço de modalidades e práticas políticas baseadas em concepções horizontais das relações sociais, isto é, a luta por direitos, políticas de identidade, ações afirmativas, reformas sociais e etc., que reatualizaram sua hegemonia entre as formas de ação no interior da esquerda³⁰² – o que limita de modo sem precedentes o horizonte político das massas aos muros da ordem burguesa, que apesar da retórica de liberdade parecem inescapáveis como nunca³⁰³.

²⁹⁹ Irônica e ou tragicamente, num momento em que o consenso consiste numa das principais armas de dominação ideológica do capital para estender seus tentáculos sobre a sociedade civil.

³⁰⁰ Inclusive a luta feminina, que além de manifestar-se de diferentes formas do ponto de vista da organização política (partidos, sindicatos, movimentos feministas, imprensa, associações de bairro, etc.), também assume flexibilidade ideológica (liberais, socialistas, anarquistas, comunistas, etc.) e partem de plurais perspectivas (mulheres trans, mulheres negras, mulheres cis, lésbicas, prostitutas, indígenas, bissexuais, mães, etc.) – uma diversidade que, em sua maior parte, tem em comum a limitação às formas reformistas e horizontais de atuação.

³⁰¹ Política empregada mais fortemente a partir do governo Carter, que passou a se apropriar da retórica dos “direitos humanos” em virtude do abalo sofrido pela hegemonia dos Estados Unidos – em especial após “a derrota da agressão imperialista ao Vietnã, expressa no acordo de paz firmado em janeiro de 1973” (NETTO, 2014, p. 165). O que não deixa de ter suas contradições, a exemplo do apoio à ditadura militar brasileira e o auxílio ativo às forças contrarrevolucionárias no contexto de descolonização de África e das experiências socialistas em fora do mundo ocidental.

³⁰² Que têm seus equivalentes teóricos localizados em concepções pós-estruturalistas de pensamento, sobre a qual não vamos tratar de maneira específica nos limites deste trabalho em virtude de sua amplíssima pluralidade, que precisa ser ponderada de acordo com suas minúcias – uma vez que essas não são poucas, na medida em que o que se aplica a determinado intelectual pós-modernista pode ser não apenas criticado, mas mesmo completamente rejeitado por outro(s) de mesma inclinação.

³⁰³ O que resta é lutar por inclusão social e reconhecimento de cidadania perante os parâmetros burgueses de igualdade e liberdade sob um contexto em que a institucionalidade burguesa estende seu poder até mesmo às

Acontece que, em si mesmas, as bases flexíveis de acumulação da pós-modernidade já são “inclusivas”³⁰⁴. Quando reivindicadas isoladamente através de uma perspectiva que não leva em consideração a totalidade das relações sociais e sua materialidade, a inclusão social torna-se um “prato cheio” aos “grupos” de poder na medida possibilita a ampliação de sua marcha de manobra para promover a estetização política que opera no sentido de escamotear as contradições de classe. A descentralização da luta pela emancipação social, desta forma, está intrinsecamente ligada à descentralização da produção que configura o novo modelo de acumulação do capital. Ocorre que, em virtude de sua elasticidade ideológica, os grupos sociais podem ser direcionados tanto à esquerda como à direita do espectro político numa dinâmica transpassada pela mídia, acerca da qual “a intervenção na política real também deve ser registrada” (JAMESON, 2000, p. 353) na medida em que representa os valores do mercado, projetando tais grupos através de seu “populismo midiático” no qual está incutido um elemento social de classe muito bem determinado: é isto que autoriza os setores pseudoprogressistas da burguesia apropriarem-se abertamente da causa feminina, por exemplo, para projetar-se enquanto “aliados” na mesma proporção em que promovem o esvaziamento de seu conteúdo material-concreto, transformando-lhe em objeto de lucratividade sob a lógica pós-moderna de produção cultural, que por sua vez tem tudo a ver com a produção e reprodução das imagens que converte-se em capital na medida em que transformou-se na principal “mercadoria do presente” (JAMESON, 2000, p. 177), como vimos. Nesse sentido,

Esses desenvolvimentos da mídia agora parecem mobilizar o que Habermas chama de “esfera pública”, como se essas pessoas não estivessem nela antes, não fossem visíveis, não fossem públicas de alguma forma, mas se tornaram assim em virtude de sua nova existência como sujeitos reconhecidos (JAMESON, 2000, p. 357).

Os grupos, por outro lado, parecem oferecer as gratificações da identidade psíquica(...). Desde que se tornaram imagens, os grupos permitem a amnésia de seus próprios passados sangrentos, de perseguição e intocabilidade, e agora podem ser consumidos (JAMESON, 2000, p. 346-347).

O Ocidente tem, assim, a impressão de que, sem muito aviso e inesperadamente, agora se depara com uma gama de sujeitos individuais e coletivos genuínos que antes não existiam, ou não eram visíveis (JAMESON, 2000, p. 356).

Essa experiência ideológica pode muito bem ser limitada às elites do Primeiro Mundo (embora, mesmo que fosse, ainda teria efeitos dramáticos e

formas políticas que não são necessariamente institucionalizadas, limitando a ação das últimas aos padrões de sua legalidade. Segundo EAGLETON (1995), trata-se de uma dinâmica em que “nenhuma ação política de grande projeção se afigura com efeito exequível, em que a assim chamada micropolítica parece a ordem do dia, [por isso,] soa como um alívio converter essa necessidade em virtude” (EAGLETON, 1995, p. 11).

³⁰⁴ Ainda segundo HAIDER (2018), “reivindicar inclusão na estrutura da sociedade como ela é significa se privar da possibilidade de mudança estrutural” (p. 48).

incalculáveis sobre todos os outros): mais uma razão para incluí-la na descrição do pós-moderno, onde ela emerge (JAMESON, 2000, p. 357).

O resultado, do ponto de vista do mercado, é a apropriação, banalização e espetacularização de demandas sociais concretas, que não estão isentas do poder de mercantilização do capital que as transforma numa mercadoria como outra qualquer, sendo o único critério para seu consumo o poder de compra – abstraindo todas as diferenças perante o mercado, que nesse sentido é bastante democrático. Com o nível de profundidade que a atingiu as possibilidades de reprodução técnica na pós-modernidade, as inovações tecnológicas desenvolvem-se no sentido de otimizar não apenas a estrutura produtiva que envolve o contato direto com o mundo do trabalho, mas também na busca sofisticar as formas estetização da política: é o que ocorre com o surgimento do combo computador + *internet* + recursos virtuais de manejo/edição/produção de artefatos que elevam à última potência a capacidade que tem a técnica da reprodução de destacar “do domínio da tradição o objeto reproduzido” (BENJAMIN, 1985, p. 143). Numa sociedade em que os significados se esvaem e levam consigo o sentido da história, ocorre “a transformação da realidade em imagens [e] a fragmentação do tempo em séries de presentes perpétuos” (JAMESON, 2002, p. 38), provocando uma situação em que o peso esmagador do “aqui e agora” destrói nossa perspectiva de futuro e reifica nossa visão sobre o passado através do fenômeno de presentificação do tempo, que com a colonização do real pela cultura permite uma representação da história limitada aos juízos estéticos cristalizados no “museu imaginário” do presente – o que do ponto de vista da mercantilização da causa feminina, por exemplo, é bastante conveniente uma vez que ao “embrulhá-la” nas imagens reificadas do presente, evidencia a profunda amnésia histórica que marca nosso tempo, no qual “o completo esquecimento do passado [se exaure] na contemplação vazia, mas hipnótica, de um presente esquizofrênico” (JAMESON, 2000, p. 304)³⁰⁵.

Para compreender como essas imagens do passado e da realidade são produzidas, o conceito de nostalgia é apropriado para analisar a produção de uma cultura apoiada no “museu imaginário” do presente referido acima. A nostalgia, nesse sentido, consiste numa prática particular de pastiche teorizada por Jameson não como forma tradicional de “expressão apaixonada [de um] desejo mais antigo” (JAMESON, 2000, p. 21), mas na esteira da produção de significado pelos filmes de nostalgia, que funcionam em sentido oposto à nostalgia propriamente dita uma vez que consistem numa “curiosidade visual despersonalizada[...] ‘sem

³⁰⁵ O que é bastante funcional às forças da ideologia burguesa na medida em que a partir de sua perspectiva que a história e a realidade social são representadas, viabilizando a reificação de juízos estéticos em função dos interesses e manutenção da hegemonia do capital. São as imagens produzidas a partir de tal perspectiva que terão papel fundamental na construção das identidades.

afeto” (JAMESON, 2000, p. 21). Sintomático da colonização do real pela cultura e da intensa presentificação do tempo, esse tipo de imagem invade nossa representação sobre a História e a realidade social projetando neles a estética de nossos cenários [imaginários] do presente, sendo sempre suscetíveis à “mudança da moda e da emergente ideologia das gerações” (JAMESON, 2000, p. 46) e produzindo imagens de época segundo as formas esteticamente reificadas – o que “embrulha” o passado e a própria realidade “como uma mercadoria e o oferece ao espectador como um objeto de consumo puramente estético” (JAMESON, 2002, p. 173). No que se refere à mercantilização da causa feminina, seu “embrulho” é possível graças à criação de imagens cristalizadas em torno de tendências hegemônicas do feminismo – expressão dominante que “dá a cara” dessa luta –, possibilitando seu congelamento em concepções de caráter (neo)liberal (já que, na contemporaneidade, as tendências feministas são amplamente influenciadas pela teoria pós-moderna³⁰⁶) que servem de base às imagens difundidas em massa ao seu respeito através da cultura *pop*³⁰⁷.

Tal processo é possibilitado pela generalização do fenômeno da estetização política, uma vez que retira da luta feminina sua complexidade, sua historicidade, seu “pano de fundo”, sua profundidade: isto é, corresponde ao fenômeno do “achatamento” referido acima, o que permite que essa luta possa ser descolada de suas raízes histórico-concretas e banalizada politicamente, resultando em seu esvaziamento e na consequente mercantilização. É nesse sentido que o capital está autorizado a utilizar-se instrumentalmente da causa feminina à medida que obscurece as relações de produção que estão em sua base, explorando e fetichizando seu conteúdo estético tanto para vender mercadorias, como para construir uma autoimagem positiva como “aliado” e “apoiador” da causa, juntando o útil ao agradável – o que parece ser o *modus operandi* da burguesia pseudoprogressista na contemporaneidade. Ainda acerca dos alicerces conceituais na análise da produção de imagens, a concepção jamesoniana de simulacro – que se apropria, por sua vez, da noção platônica de simulacro como a “cópia idêntica de algo cujo original jamais existiu” (JAMESON, 2000, p. 45) – nos dá uma dimensão mais concreta acerca do significado da espetacularização e da estetização política no momento em que a cultura coloniza e “dá a cara” do real numa sociedade “em que o valor de troca se generalizou a tal

³⁰⁶ Ou melhor: da filosofia pós-estruturalista já mencionada.

³⁰⁷ Que promove a transformação da parte no todo operada pela ação da ideologia burguesa, provocando a perda de profundidade que fornece substância à luta feminina, o que implica em sua estetização política. No que diz respeito à mercantilização, o pastiche (isto é, a imitação de estilos mortos) não tem uma presença completamente desprovida de emoção como nos filmes, sendo “ao menos compatível com a dependência e com o vício – com esse apetite, historicamente original, dos consumidores por um mundo transformado em mera imagem de si próprio, por pseudo-eventos e por ‘espetáculos’” (JAMESON, 2000, p. 45).

ponto que mesmo a lembrança do valor de uso se apagou” (JAMESON, 2000, p. 45), evidenciando como opera o domínio das aparências sobre qualquer resquício de substância/essência uma vez que

Com as técnicas modernas, a produção de imagens como simulacros é relativamente fácil. Na medida em que a identidade depende cada vez mais de imagens, as réplicas seriais e repetitivas de identidade (individuais, corporativas, institucionais e políticas) passam a ser uma possibilidade e um problema bem reais. Por certo podemos vê-las agindo no campo da política, em que os fabricantes de imagens e a mídia assumem um papel mais poderoso na moldagem de identidades (HARVEY, 1992, p. 261).

A ironia é que a tradição é agora preservada com frequência ao ser mercadificada e comercializada como tal. A busca de raízes termina, na pior das hipóteses, sendo produzida e vendida como imagem, como um simulacro ou pastiche (comunidades de imitação construídas para evocar imagens de algum passado agradável(...)) (HARVEY, 1992, p. 273).

A construção das identidades se atrela de modo umbilical à produção de imagens e juízos estéticos numa realidade em que “os produtos vendidos no mercado tornam-se o próprio conteúdo da imagem midiática” (JAMESON, 2000, p. 275), implicando a transformação dos grupos sociais em imagens reificadas de si mesmos à medida que podem ser objetos de consumo, assim como qualquer outra mercadoria. Nessa perspectiva, o símbolo/artefato cultural e/ou a identidade/luta social destacados de sua tradição, história e contexto de produção e a conseqüente estetização política se convertem em fonte de experimentação estética para a produção de mercadorias “não somente em termos de roupas, ornamentos e decorações, mas também numa ampla gama de estilos de vida” (HARVEY, 1992, p. 258)³⁰⁸, sendo transformados em imagem a ser “embrulhada” por qualquer outro tipo de invólucro. Com a implantação do modelo “flexível”, o capital expande suas formas de acumulação e a própria produção de mercadorias adquire novas qualidades do ponto de vista de sua composição: além das mercadorias “tradicionais” (os bens de consumo), ocorre uma profunda dinamização de outros ramos do mercado, como a amplificação e diversificação do setor de serviços, que transforma as mercadorias “não apenas [em] serviços pessoais, comerciais, educacionais e de saúde, como também de diversão, espetáculos, eventos e distrações” – que são tão lucrativos como qualquer outro tipo de mercadoria visto que “o ‘tempo de vida’ desses serviços (uma visita a um museu, ir a um concerto de rock ou ao cinema, assistir palestras ou frequentar

³⁰⁸ Em que consumismo e os padrões de vida burgueses convertem-se em “diferentes maneiras de sofrer privações e dominação, o suficiente para saciar a fome de pluralidade dos pós-modernistas” (EAGLETON, 1996, p. 42).

clubes), embora difícil de estimar, é bem menor do que o de um automóvel ou máquina de lavar” (HARVEY, 1992, p. 258)³⁰⁹.

A culturalização das mercadorias, assim, tornou-se não só uma “solução de mercado” apropriada às demandas de consumo, uma vez que a partir da criação de nichos de mercado segmentados pode incorporar e explorar tendências, características e símbolos culturais ligados a determinados grupos sociais – a exemplo da própria indústria da beleza, voltada majoritariamente ao público feminino – mas transforma as próprias mercadorias em objetos de identificação social e política e revela a íntima relação entre a cultura do consumismo e construção das identidades sociais na cultura pós-moderna³¹⁰. Isto impacta de frente a produção de mercadorias, pois se antes era realizada em grande escala e voltada para um público de massa, agora obedece a um sistema *just in time*³¹¹, que produz a oferta especificamente de acordo com as demandas e estabelece “uma variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes” (HARVEY, 1992, p. 148) para os quais é imprescindível a manutenção do ritmo incessante de sondagem, organização e produção de tendências de mercado e consumo³¹². Tal capacidade de especialização tem a ver com o nível de aperfeiçoamento dos instrumentos técnicos de dominação na pós-modernidade que permitem uma segmentação no interior da segmentação na qual os intelectuais orgânicos do capital conseguem imergir tão profundamente nas tendências de determinados setores sociais que se tornam capazes de explorar e estimular subtendências em seu interior, que por sua vez proliferam-se na mesma intensidade que ocorre as mudanças do gosto, múltiplas e constantemente (re)atualizadas³¹³. Na pós-modernidade, as forças do consenso imperialista provocam uma situação em que os intelectuais não operam de

³⁰⁹ O que está em completa convergência com a aceleração do tempo de giro do capital, que é pressionado a ocorrer cada vez mais rápido.

³¹⁰ Dessa forma, podemos observar que no mundo neoliberal pós-moderno de fluidez identitária o “ser” passa à retaguarda em virtude do “parecer”, que é completamente mediado e influenciado pelas possibilidades do “ter”.

³¹¹ Uma mudança organizacional caracterizada pela redução dos estoques que, “quando associada com novas tecnologias de controle eletrônico, de produção em pequenos lotes etc., [reduz] os tempos de giro em muitos setores da produção (eletrônica, máquinas-ferramenta, automóveis, construção, vestuário etc.) (HARVEY, 1992, p. 257).

³¹² Tornando necessário a implantação de “sistemas aperfeiçoados de comunicação e de fluxo de informações, associados com racionalizações nas técnicas de distribuição (empacotamento, controle de estoques, containerização, retorno do mercado etc.), [que possibilitem] a circulação de mercadorias no mercado a uma velocidade maior” (HARVEY, 1992, p. 257) – o que, por outro lado, exige a capacidade de um pessoal técnico cada vez mais especializado.

³¹³ Isto é, aproveitam-se da diversidade que compõe o espectro feminino para construir soluções de mercado em torno dele, englobando vários “tipos” de mulheres.

maneira artificial no interior desses grupos, mas têm uma perspectiva “de dentro” na medida em que fazem parte do próprio público consumidor ao qual busca influenciar³¹⁴.

Dessa maneira, a inserção de grupos sub-representados socialmente via consumo consolidou-se sob condições de produção cultural pós-modernas na medida em que ao construir um mundo de imagens – que são, acima de tudo, mensagens (ANDERSON, 1999, p. 105) – que dizem respeito à subjetividade do público consumidor, o capital pode celebrar e fazer apologia à diversidade de seus “estilos de vida”, compreendidos como uma questão de preferências individuais uma vez que podem ser “escolhidos”, alterados, descartados ou incorporados de acordo com o gosto e/ou em proveito das circunstâncias – reduzindo culturas, tradições e grupos sociais a padrões estéticos a mercadoria. Assim ocorre a camuflagem dos processos e relações sociais que possibilitaram tais transformações³¹⁵, que no caso da causa feminina e sua mercantilização, implica no ocultamento de seu fundamento material ao passo que transforma suas demandas por autonomia e liberdade em soluções de mercado, que por sua vez são difundidas entre os setores femininos como sinônimo de “empoderamento”, “representatividade” e “inclusão social” através do consumo – sendo incorporadas, muitas vezes, inclusive à esquerda no processo de identificação estética e atuação política de grupos sociais marginalizados, que assim contribuem de maneira ativa para abrir os caminhos do capital para promover ainda mais a confusão ideológica a partir do esvaziamento de lutas, identidades e símbolos culturais. Por outro lado, a condição de subalternidade em que a força de trabalho feminina se posiciona aprofunda-se cada dia mais no mundo “flexível” da pós-modernidade, o que evidencia que toda mercantilização implica um processo de expropriação³¹⁶.

É nesse contexto que localizamos a atual tendência pseudoprogressista do capital por meio da qual os grandes grupos empresariais, organizados através de seus aparelhos privados de hegemonia, buscam construir uma imagem positiva sobre si e projetá-la para a sociedade

³¹⁴ Em especial com os serviços de consultoria (característicos do sistema de acumulação flexível), que possibilitam que os próprios expoentes de tais grupos sugiram linhas de ação ao capital para angariar determinado público-alvo. É isso que explica, por exemplo, a colaboração de diversas profissionais feministas para as marcas Natura e Avon no sentido de explorar pautas femininas para construir uma imagem positiva diante da opinião pública, que tornam-se suas intelectuais orgânicas.

³¹⁵ Como é o caso da própria reestruturação neoliberal das forças produtivas em moldes flexíveis de acumulação, que consiste numa contraofensiva de classe e geralmente não é levada em consideração quando menciona-se o “pacote” de diversidade do mundo pós-moderno – caracterizado majoritariamente de maneira apologética.

³¹⁶ À medida que busca ocultar os processos sociais necessários para sua realização, especialmente no que se refere à expropriação do mundo do trabalho pelo capital que constitui não só seu ponto de partida, mas o objetivo mesmo de sua expansão. É nesse sentido, que a discussão acerca de “uma atuação unilateral, como a ‘apropriação’ ou ‘mercantilização’, não deve encobrir o fato de que, em todos os casos, trata-se de uma intensificação das características mais fundamentais da reprodução do capital” (FONTES, 2010, p. 74).

civil acerca de determinadas questões sociais, a exemplo da luta feminina, autoafirmando-se enquanto “aliados” da causa como forma de ofuscar a intencionalidade de tal ação: o esvaziamento do conteúdo revolucionário dessa luta por meio de seu “embrulhamento” em imagens congeladas de suas tendências mais liberais – conseguindo, inclusive, apropriar-se de seus elementos mais revolucionários à medida que as condições técnicas permitem a exploração estética de qualquer tipo de artefato, causa social ou símbolo cultural deslocado de sua tradição e/ou contexto de produção. A partir da confusão ideológica celebrada pelo pós-modernismo enquanto lógica de produção cultural dominante na contemporaneidade, aprofunda-se o fenômeno da estetização política que permite a burguesia pintar de dourado as correntes que amarram as mulheres à lógica de seu sistema de produção. Assim, tal lógica passa a contaminar como vírus os setores pseudoprogressistas da burguesia, o que revela o [necessário] caráter de classe que lhe dá fundamento material (assim como ao consequente fenômeno da estetização política) uma vez que necessita de “um sistema organizado de produção e de consumo mediado por divisões do trabalho, exercícios promocionais e arranjos de marketing sofisticados” (HARVEY, 1992, p. 311) que sejam capazes de influenciar diretamente as tendências de mercado.

Com a projeção da mercantilização das causas sociais para o mundo virtual, um dos dilemas que identificamos nesse contexto é a crescente tendência de humanização das empresas através da tentativa de aproximação com o público, o que evidencia a importância da publicidade e do *marketing* como ferramentas eficazes não só na produção de necessidades e desejos, mas na criação de símbolos, imagens, significados e sensações que transcendem o produto em si: é assim que as marcas acabam “marcando” tanto o mercado, como a percepção do público consumidor. Nesta associação reside a técnica do *branding*, que tem a função de estabelecer e gerenciar imagens, percepções e associações pelas quais o consumidor se relaciona com um produto ou empresa. É nesse contexto que inserimos a construção da Ângela (Avon) e da Nat (Natura) como “materialização virtual” da construção de uma identidade feminina para tais empresas, que buscam criar uma imagem positiva de si através do aparente “apoio” às lutas e questões das mulheres e humanizar-se através da aproximação com o público. Não só a criação dos personagens, mas sua manutenção atualizada, gerenciamento das redes, criação de publicações e etc. evidenciam a complexidade de seu processo de produção, uma vez que é necessária uma considerável quantidade de pessoal envolvido operando tecnicamente para manter em funcionamento as aparências de “progressismo” de tais empresas – o que, por

outro lado, revela uma dinâmica de altos investimentos e recursos financeiros e o patamar de poder de classe necessário para influenciar tendências no mercado.

A partir da estetização política, a Avon e a Natura, exploram a “questão feminina” não apenas como objeto de lucratividade propriamente, mas como forma de criar consenso na opinião pública acerca de sua imagem como empresas “socialmente comprometidas” ou com “consciência social”³¹⁷. Entretanto, a mercantilização de causas sociais não é uma prática exclusiva de tais empresas, que são apenas índices de como se manifesta o fenômeno concretamente³¹⁸. Apesar de identificarmos determinadas contradições em seu interior³¹⁹, dois fatores, nos levam a crer que tal pseudoprogressismo, na verdade, consiste na tendência dominante entre os setores do capital na luta incessante para não “ficar para trás” e adaptar-se ao jogo de dinamização do capital: 1) a recorrência com a qual o fenômeno ocorre, pois chega ser difícil escolher um grupo empresarial para dissertar sobre a questão uma vez que a prática espalhou-se entre as empresas como tática de sobrevivência numa cultura pós-moderna e 2) a naturalização que se criou em torno da apropriação de identidades, causas e símbolos pelo capital, que evidencia o sucesso do esvaziamento político que promove sobre estes visto que utiliza-se de seu conteúdo estético para produzir mercadorias para públicos segmentados, especialmente entre as minorias sociais³²⁰. Em busca de evidenciar as formas concretas que o capital encontra para expropriar a força de trabalho feminina nessas condições, articularemos a seguir conceito e evidência na tentativa de trazer à tona as contradições entre discurso e prática das “empresas inclusivas” Avon e Natura – que nas aparências defendem a ideia de

³¹⁷ À medida que, no chão concreto do mundo do trabalho, superexplora a força de trabalho de milhões de mulheres que compõem a base de sua estrutura produtiva.

³¹⁸ O que, por outro lado, pode dizer muito acerca das condições pós-modernas de produção cultural em que estamos inseridos e suas principais tendências de dominação ideológica.

³¹⁹ Um caso nacional que talvez ajude esclarecer a este respeito consiste na divergência entre os posicionamentos políticos assumidos publicamente pelos grandes varejistas Luiza Trajano e Luciano Havan, que ganharam destaque pelos embates travados durante a pandemia e nas eleições presidenciais de 2022. Enquanto o dono da Havan declarava seu apoio à política conservadora do governo Bolsonaro, a dona da Magazine Luiza é o típico exemplo da burguesia “progressista” aqui retratada: declaradamente “aliada” das minorias sociais, Luiza é fundadora do Grupo de Mulheres do Brasil e busca construir uma imagem que a transforme em referência de liderança e “empoderamento” para as mulheres brasileiras. Ambos bilionários, qual será mais perigoso: aquele que tem pouco pudor em defender abertamente sua posição de classe e a base que lhe sustenta (exploração do trabalho, racismo, machismo, LGBTfobia, etc.) ou a versão “politicamente correta” da aberração brasileira do “liberal na economia e conservador nos costumes” – isto é, nossa “liberal na economia e socialista nos costumes”? Fato é que a tendência de pseudoprogressismo no interior da burguesia aguça os conflitos intraclasse e gera seu oposto político na medida em que “faz surgir uma ênfase intensificada na autoridade das instituições básicas – a família, a religião, o Estado (HARVEY, 1992, p. 161) – o que segundo Jameson trata-se de uma experiência tipicamente contemporânea, uma vez “que o que hoje se chama fundamentalismo [é] um fenômeno pós-moderno” (JAMESON, 2000, p. 388), em especial observada a natureza da economia política sobre a qual erige-se.

³²⁰ Promovendo a estetização política tão combatida por Benjamin, que apontou para sua natureza nazifascista, além de criar mais confusão ideológica acerca da historicidade de tais identidades, símbolos e lutas sociais, terminando por promover sua espetacularização.

“diversidade” humana enquanto, na prática, homogeneízam o grau de exploração de sua força de trabalho independente de credo, gênero, raça ou sexualidade³²¹.

³²¹ Aliás, é justamente em função de suas “diferenças” de gênero que a força de trabalho feminina é historicamente oprimida e ocupa os lugares mais subalternos no mercado de trabalho, o que permite explorar ainda mais sua mão de obra em virtude do alto grau de informalidade, precarização e barateamento em seu interior – “conveniência” que as duas empresas em questão jamais deixaram de aproveitar.

PARTE II

2- ANÁLISE DAS FONTES IMAGÉTICAS: O IMPÉRIO DO MUNDO DAS APARÊNCIAS

2.1- O caso da Avon

Na sessão “nossa história” do site oficial da Avon Brasil, lê-se que “desde 1886, a Avon promove o empoderamento das mulheres”. O site mundial da empresa, nesse sentido, constrói a história da marca como “uma história defensora das mulheres”, iniciada através da venda ambulante de livros do “pioneiro progressista” David H. McConnel, empresário norte-americano que logo inspirou-se no modelo “porta em porta” para vender perfumes e produtos de beleza voltados ao público feminino: “de um pequeno escritório na cidade de Nova York, McConnell misturou ele mesmo nossas primeiras fragrâncias e recrutou uma equipe de mulheres para serem representantes de vendas”³²². Segundo a empresa, o “modelo de negócios radical” de McConnell possibilitou “dar liberdade econômica às mulheres”, que passaram a ter “a oportunidade de se tornar empreendedoras” como “representantes de beleza” e a partir da venda dos produtos Avon. No Brasil, a marca iniciou sua atuação a partir de 1958 e, nos dias de hoje, é o país que detém sua maior força de vendas – com cerca de 1,5 milhão de revendedoras – e consiste na maior operação da companhia no mundo³²³. Mundialmente esse número atinge cerca de 6 milhões de revendedoras, estando a Avon presente em mais de 100 países e produzindo uma receita anual próxima a US\$ 9 bilhões³²⁴.

Da autorrepresentação de sua história à produção de sua identidade visual (isto é, seu *branding*) é perceptível a estruturação da empresa em torno do público feminino, o que se materializa não só através dos produtos, mas de suas campanhas publicitárias, posicionamento de marca, *site*, revistas, redes sociais, etc. e a própria força de trabalho. Por esse motivo, escolhemos a empresa para analisar como se manifesta o fenômeno da mercantilização da causa feminina por meio da exploração e banalização do conteúdo estético dessa luta social, que esvaziada de conteúdo histórico-concreto transforma-se em imagem cristalizada em torno de signos da cultura *pop*, o que possibilita não apenas a estetização política (uma vez que a empresa passa a ser vista como “aliada” das mulheres), mas ocultar a essência de exploração da Avon sobre suas trabalhadoras – prática que se torna cada dia mais naturalizada socialmente pelos meios hegemônicos de produção de convencimento – inclusive e, neste caso, principalmente

³²² Disponível em: <https://www.avonworldwide.com/about-us/our-story>. Acesso em 17 de março de 2023.

³²³ Especialmente a partir de 2020, ano em que ocorreu sua integração com a Natura, originando a Natura & CO.

³²⁴ De acordo com o LinkedIn da própria Avon, que consiste numa plataforma virtual focada em divulgar vagas de emprego pelas empresas e no recrutamento de novos “colaboradores”. Disponível em: <https://br.linkedin.com/company/avon>. Acesso em 17 de março de 2023.

entre as mulheres. É nesse sentido que analisaremos as imagens a seguir, em busca de compreender de que maneira, no que diz respeito ao mundo das aparências, a Avon busca construir uma imagem positiva acerca de si mesma como uma empresa “solidária” e que promove o “empoderamento” das mulheres como forma de segmentar tal público a nível de mercado.

Imagem 1 – Ângela, assistente virtual da Avon, no combate à violência contra a mulher



Fonte: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CljnkV5pQSz/>. Acesso em 27 de fevereiro de 2023.

A Imagem 1 foi escolhida em virtude de seu apelo estético para identificar o esforço da Avon em construir uma imagem positiva de si, uma identidade que se manifesta na personagem Ângela, assistente virtual do Instituto Avon, que afirma o apoio e solidariedade da empresa no combate à violência contra mulher: para além do apelo visual, a legenda da imagem reforça e complementa a construção de tal identidade indicando o método pelo qual a Avon afirma intervir em favor da causa, a saber, a existência de um canal virtual através do *WhatsApp* no qual a Ângela dá assistência a mulheres em situação de vulnerabilidade por meio da troca de mensagens. A iniciativa, responsável por “dar vida” à Ângela, “nasceu no início da pandemia, quando muitas mulheres tiveram que ficar isoladas em casa junto aos seus agressores” em virtude do pretenso compromisso assumido pela Avon no enfrentamento à violência contra as mulheres. Se analisarmos a imagem de maneira superficial, poderíamos argumentar, já de

início, que mesmo que possa ajudar em casos pontuais³²⁵, existe um “idealismo” cínico em insinuar que clicar num botão virtual é uma possibilidade acessível pela pretensa facilidade de sua forma virtual, o que não passa de uma ilusão sem qualquer fundamento material uma vez que ignora-se que para além do acesso material e imediato aos instrumentos/meios de comunicação em si (como celular, computador e internet), é necessário possuir as mínimas condições de pesquisa e informação, que também interferem diretamente nas possibilidades de acesso e navegação no mundo virtual.

O próprio Instituto Avon foi criado no sentido de reforçar a estratégia da empresa na construção de uma imagem positiva e “aliada” das causas sociais. Segundo o site oficial da Avon Brasil, trata-se do “braço social da Avon” criado em 2003 para atuar na prevenção do câncer de mama, que a partir de 2008 passou a se voltar ao combate à violência contra mulheres e meninas “com a missão de identificar e materializar iniciativas e projetos que impactam, de forma positiva e perene, o bem-estar e saúde física e psicológica da mulher”³²⁶. Nesse sentido, a incorporação da causa feminina pelo setor pseudoprogressista do capital é tamanha e segue sendo tão naturalizada pela ideologia burguesa [pós-moderna] que a empresa chega a utilizar-se de uma frase da escritora feminista Maya Angelou para declarar seu “compromisso social” no *site*³²⁷. Segundo dados disponibilizados também no próprio site, desde sua fundação o Instituto apoiou cerca de 239 projetos, investiu aproximadamente R\$47,5 milhões, articulou mais de 12 mil “parcerias” com o setor público e beneficiou mais de 1,3 milhão de pessoas – dados que são difíceis de verificar para além das autodeclarações da Avon. Voltando à questão do “idealismo cínico”, segundo a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, até julho de 2022, o Brasil havia registrado cerca de 31 mil denúncias de casos de violência doméstica ou familiar contra as mulheres³²⁸. Poderíamos perguntar: apenas desse número, quantas mulheres poderíamos supor que conhecem o canal de denúncias da Avon e, mais especificamente, quantas, de fato, puderam recorrer a ele? Será que o alcance de uma simples postagem no Instagram e no *site* oficial da empresa é suficiente para que a informação chegue às mulheres que precisam de ajuda?

³²⁵ O que é absolutamente impreciso, tendo-se que apesar nos números informados pela empresa (239 projetos apoiados, R\$47,5 milhões investidos e cerca de 1,3 milhão de beneficiadas) não existe qualquer outra maneira de certificação empírica acerca de sua efetividade.

³²⁶ Mais em: <https://institutoavon.org.br/instituto-avon/?post=editorial>. Acesso em 13 de março de 2023.

³²⁷ Isto é, em apropriação das ideias de uma importante escritora ligada à tradição do Feminismo Negro – que certamente seria crítica à tal prática.

³²⁸ Número que nos dá apenas um quadro parcial da situação, uma vez que é absolutamente imprescindível levar em consideração a questão da subnotificação e/ou os inúmeros casos que nunca chegaram aos ouvidos do poder público.

Interessante notar, nesse sentido, o crescimento da tendência pseudoprogressista do capital que arrasta milhares de empresas a mostrarem-se como “comprometidas socialmente”, como pode-se evidenciar, por exemplo, a partir da criação da “coalizão empresarial” pelo próprio Instituto Avon em parceria com a ONU Mulheres e a Fundação Dom Cabral em 2019, uma espécie de entidade de classe que visa “gerar impacto social por meio da conscientização e mobilização” em torno do combate à violência contra a mulher. A partir de um grupo empresarial composto por lideranças de cerca de 120 empresas, a coalizão busca articular a iniciativa privada em torno da criação de ambientes de trabalho seguros para as mulheres e políticas de conscientização através da formação de seus “colaboradores”. É preciso, antes de mais nada, problematizar não só a iniciativa em si – que é um verdadeiro paradoxo do ponto de vista de sua natureza social, isto é, sua composição por empresas privadas – mas também seu alcance e efetividade para as trabalhadoras das empresas “socialmente comprometidas”, o que faremos no próximo capítulo a partir da avaliação das condições de trabalho fornecidas pela Avon às suas trabalhadoras. Por enquanto, o que podemos enfatizar são as limitações e o caráter de classe da iniciativa de tal “coalizão”, lançada através do evento intitulado sugestivamente de “Café da Manhã de CEOs” em busca mobilizar “a sociedade para promover o empoderamento da mulher”, o que nos leva a questionar profundamente para qual tipo de mulher é direcionado o “empoderamento” promovido pela Avon – questionamento que apenas se reforça com uma breve observada na “diversidade” de mulheres que estão à frente do “time” do Instituto Avon e da própria coalizão empresarial³²⁹.

Ainda sobre a questão da violência contra a mulher que a Avon diz combater, se quisermos dar um pouco mais de profundidade à questão, podemos evidenciar a visão estreita, parcial e/ou limitada acerca da violência contra a mulher altamente disseminada no senso comum explorada pela empresa na Imagem 1. Na verdade, trata-se de uma concepção parcial da questão, uma vez que repousando sobre o tratamento do sintoma e não na raiz do problema, oculta-se ou busca-se ignorar o chão material-concreto que possibilita sua existência. Para entender essa relação, precisamos retomar a concepção de Estado de Gramsci, que opera não apenas por meio de suas instituições oficiais (escolas, universidades e institutos de educação no geral), mas também através dos aparelhos privados de hegemonia (meios de comunicação e organizações diversas no berço da sociedade civil), que reforçam cotidianamente e através de

³²⁹ Majoritariamente ligadas a interesses sociais e de classe muito bem determinados – como podem indicar a posição que ocupam na empresa e a “linhagem familiar” que estão inseridas, muitas vezes inscritas em seus próprios sobrenomes.

diferentes formas as concepções de inferioridade feminina, degradando sua posição de gênero na sociedade, em busca da manutenção dessa lógica³³⁰. Dito isto, é necessário partir do pressuposto de que na sociedade de classes, a violência contra mulher não é pontual ou esporádica, mas institucionalizada, o que equivale dizer que trata-se de uma prática sistêmica e cotidiana, que está na estrutura das relações sociais e é internalizada culturalmente como algo natural e normalizado pela sociedade civil, não podendo ser resolvida no âmbito da lei: é preciso retomar cada vez mais a máxima marxiana de que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes” (MARX, 2007, p. 72) na avaliação do valor das mulheres na sociedade capitalista e compreender como sua opressão é necessária historicamente à manutenção da hegemonia do capital.

Podemos entender como no capitalismo a ideologia dominante adquire força material retomando Engels, uma vez que a lei na sociedade burguesa expressa “uma tentativa de desfazer as contradições emergentes, sendo destarte, tradução direta dos antagonismos de relações econômicas em princípios jurídicos”³³¹, sendo o Estado – manifestação concreta do conflito irreconciliável entre classes sociais – um aparato de poder que funciona em favor do gerenciamento dos negócios da burguesia e da defesa de sua sagrada propriedade privada. Embora tenha sua importância no que se refere às incontornáveis conquistas de direitos da classe trabalhadora e grupos sociais marginalizados historicamente, funcionando como importante instrumento de pressão e influência dos de baixo sobre as estruturas, a lei e a institucionalidade, nestas condições, não podem jamais garantir plenamente a realização de direitos para grande maioria da sociedade, já que a igualdade e liberdade no capitalismo estão restritas àqueles que podem pagar por elas – senão, o que significaria, por exemplo, a discrepância existente entre lei e vida no Brasil contemporâneo no qual domina um déficit habitacional de cerca de 7,7 milhões de famílias e que atinge justamente, em sua maioria, as mulheres?³³² Por outro lado, existem alguns avanços nos direitos das mulheres através da

³³⁰ É nesse sentido que se desenrolam os estudos de Gramsci acerca da cultura, que envolvem diretamente a questão da educação. É na escola, por exemplo, que ocorre o processo institucional de socialização no qual os valores da sociedade são transmitidos vertical e horizontalmente, ocorrendo a internalização de comportamentos e padrões de gênero através dos quais aprendemos a agir como “meninos” e “meninas” - sendo os possíveis “desvios” sujeitos à ridicularização, segregação e exclusão.

³³¹ Carta de Engels a Joseph Bloch (21-22 de setembro de 1890). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>. Acesso em 13 de março de 2023.

³³² Segundo o Art. 6 da Constituição Federal, a moradia é um direito social de todo cidadão brasileiro. Sendo a camada social mais vulnerável e marginalizada, o déficit habitacional brasileiro também tem cara de mulher: é o que podemos concluir de acordo com os dados relativos ao ano de 2019 divulgados pela Fundação João Pinheiro (FJP), que apontam para o número de 60%. Acesso em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em 13 de março de 2023.

aprovação de leis e medidas previstas em formas legais e institucionalizadas, como a Lei Maria da Penha (11.340/2006), que atua no combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres e tem alta popularidade no país, mesmo com diversas limitações em sua aplicabilidade, alcance e no registro de dados³³³.

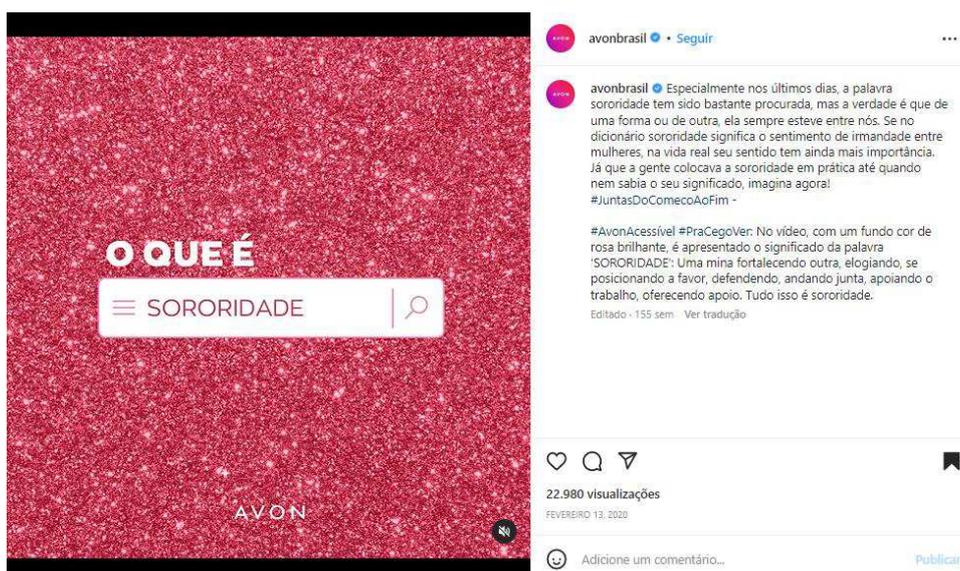
Dessa forma, podemos entender as medidas legais de combate à violência contra a mulher como uma solução paliativa, que pune individualmente aqueles casos de violência mais explícitos e que chegam aos ouvidos das instituições – o que não é desprezível, pois cada vítima assegurada é uma vida salva, o que nem de longe significa dizer que é suficiente. Por outro lado, o argumento jurídico que aparece socialmente como “bater em mulher é errado porque é crime” também está longe de resolver a questão, mesmo que de imediato apresente um alerta de punição que poderia ser temido. A questão é que ao tratar do sintoma, as instituições deixam sem remédio a causa do problema: o sistema de produção em que a vida acontece e que estrutura tais relações de poder continua institucionalizando uma cultura que inferioriza as mulheres e as estigmatizam em lugares sociais específicos, especialmente no Brasil, um país fundado sob o pano de fundo da violência colonial – o que deixa marcas profundas na vida das mulheres brasileiras. Segundo Fanon, que reflete acerca das consequências do colonialismo na formação psíquica e cultural das sociedades colonizadas, existe uma tensão permanente típica no interior desse tipo de sociedade, fundada na violência, que acaba “explodindo” entre os próprios grupos oprimidos, uma vez que o subjugado “está sempre pronto a abandonar seu papel de caça para tomar o de caçador” (p. 40). Assim, é possível refletir de que modo ocorre a dialética entre machismo e capitalismo numa sociedade de natureza colonial, na qual há elementos concretos para afirmar a existência de uma forte relação entre a herança colonialista e a prática de violência contra a mulher – sem que isso signifique a simplificação da complexidade exigida no trato da questão³³⁴.

³³³ Uma vez que não existe absolutamente qualquer canal federal específico ou banco de dados para divulgação de informações referentes aos índices de violência contra a mulher no Brasil e/ou acerca da efetividade da Lei nº 11.340/2006 (Maria da Penha) – mesmo após sete anos da vigência da lei.

³³⁴ Uma vez que a violência não se torna “menos violenta” só porque parte de outro sujeito marginalizado. Na verdade, o fenômeno fornece ainda mais complexidade à questão tendo-se que a classe trabalhadora não está “separada por uma Muralha da China” – como diria Lenin – da ideologia dominante, que é capaz de produzir divisões artificiais (que têm implicações materiais) em seu interior uma vez que numa sociedade machista, na qual é interessante ao capital (re)atualizar a partir de diferentes formas/fundamentos a concepção de inferioridade feminina, os homens enquanto grupo social não concebem as mulheres como ser humano, mas tende a objetificá-las, violentá-las e tratá-las a partir de práticas e olhares desumanizantes – como quando acreditam que, em virtude da “superioridade” de seu gênero, têm autorização para agredir uma mulher (seja ela sua filha, mãe, esposa, amiga e até mesmo desconhecidas).

Ao sustentar a ideia de inferioridade feminina, o capital produz e reproduz imagens de subalternidade que visam justificar ideologicamente e operam na produção de lugares sociais e de gênero que mantêm as mulheres em posição de inferioridade em relação aos homens na estrutura social, como já ressaltado anteriormente. Dessa forma, sob uma perspectiva de classes, o machismo (assim como todas as formas de violência que fazem parte de seu pacote) é um dos principais sustentáculos do capitalismo. São tais condições materiais enfrentadas pelas mulheres trabalhadoras que sustentam o domínio do capital, o que reforça o argumento de que uma empresa bilionária afirmar que combate a violência contra as mulheres e é favorável aos seus direitos é uma contradição em termos, uma vez que ela se não só se beneficia diretamente, mas age concretamente para a manutenção da opressão feminina – caso queira sobreviver na lógica imposta pelo próprio ritmo do capital. É nesse sentido que podemos identificar a hipocrisia do suposto “progressismo” da Avon, que à medida que mercantiliza também contribui para a banalização da luta feminina e gera mais confusão e obscuridade sobre a questão, uma vez que é impossível falar sobre o fim da violência contra a mulher sem colocar em discussão o sistema de produção que sedimenta material e ideologicamente sua reprodução – um “detalhe” que, é claro, não tem importância! O que vale, do ponto de vista da lógica e dos interesses do capital e, neste caso, mais especificamente da Avon, é manter a imagem de “aliada” das mulheres em seu processo de autopromoção “embrulhado” de comprometimento social.

Imagem 2 – Avon explica: o que é sororidade?



Fonte: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B8hZJN7AlgC/>. Acesso em 27 de fevereiro de 2023.

A incorporação e esvaziamento de termos por parte grandes empresas e corporações é um fenômeno cada vez mais generalizado no que se refere às estratégias político-ideológicas dos setores pseudoprogressistas do capital, que através da banalização de conceitos associados à causa feminina, por exemplo, buscam criar identidades e imagens positivas sobre si – prática que tem profundas raízes na estetização política³³⁵. Nesse sentido, citamos acima uma passagem em que Avon emprega o termo “empoderamento” para falar acerca de suas iniciativas em favor das mulheres. Interessante a tendência à apropriação que vem crescendo em torno do “empoderamento” pelas forças do capital, uma vez que tal movimento parece ter alguma ligação com sua disseminação na sociedade nos últimos tempos – no Brasil, especialmente após a publicação de *O que é empoderamento?* de Joice Berth em 2018, uma das principais referências do feminismo negro no país e responsável pela popularização do termo. Em busca de desassociar o “empoderamento” de uma perspectiva (neo)liberal³³⁶, a autora afirma que este seria um processo que resulta da “junção de indivíduos que se reconstroem e desconstroem em um processo contínuo que culmina em empoderamento prático da coletividade” (BERTH, 2018, p. 37). Entretanto, na maioria das vezes, é difícil identificar alguma sugestão concreta em relação aos meios para alcançar tal “empoderamento” que ultrapasse o âmbito do mercado³³⁷, especialmente quando resgata-se a noção de “representatividade” nesse sentido, partindo do pressuposto de que “precisamos nos ver de forma positiva, literalmente, pois essas imagens vão ressignificar o imaginário que será abalado e simultaneamente reconstruído” (BERTH, 2018, 76)³³⁸.

De acordo com essa perspectiva, estamos pensando a “transformação” da sociedade através da incorporação acrítica ou deliberada do ponto de vista do próprio capital, que transformou a produção de imagens em um reflexo de si mesmo como forma de manter sua hegemonia. Pode parecer irrelevante, mas foi a produção de [mais] imagens que entrou no

³³⁵ Tornando possível a produção de confusão ideológica no que se refere aos interesses das mulheres à medida que se expõe o problema de maneira superficial e sem mencionar as relações de produção que lhes são próprias – o que para as forças do capital é duplamente útil uma vez que lhes dá possibilidade de autoprojetar-se como “aliadas” de tais causas e lutas sociais.

³³⁶ A qual a autora critica frontalmente por diversas vezes sem conseguir, no entanto, fugir aos seus tentáculos ideológicos visto que fundamenta sua concepção de “empoderamento” a partir de fundamentos advindos da ideologia pós-moderna – como a concepção horizontalizada do poder, a “não-hierarquização” das opressões, a própria ideia de interseccionalidade, etc.

³³⁷ Neste caso, as excessivas descrições são inversamente proporcionais à ausência de alternativas apresentadas no que se refere aos direcionamentos e métodos concretos de ação, uma prática bastante comum entre as tendências do “discurso teórico” pós-moderno para o qual é suficiente apenas descrever e apenas “teorizar” o problema.

³³⁸ Inverte-se a ordem das relações: de acordo com tal concepção, antes de condições concretas para desenvolver-se plenamente é colocada a necessidade da produção simbólica de lugares de representação que seriam capazes, por si sós, de “ressignificar o imaginário” e transformar o quadro geral das coisas.

centro da questão: não falamos mais em revolucionar, transformar ou politizar, falamos sobre “desconstruir” e “ressignificar”. Aliás, a utilização desse tipo de linguagem³³⁹, que também é cada dia mais presente entre segmentos do feminismo, tem sido tão comum que na maioria das vezes não causa qualquer tipo de estranheza – na verdade, tem sido o questionamento do estado das coisas e a sugestão de alternativas concretas para sua superação que se tornaram objeto de desdém, sendo tratadas como questões obsoletas, que estão superadas e/ou antiquadas frente à diversidade cultural alcançada pelos incontáveis “estilos de vida” que existem no mundo de mercadorias “culturalizadas” da pós-modernidade³⁴⁰. Levando em conta que a identificação dos indivíduos com as identidades é construída/reforçada através das imagens, a ideia de “representatividade” e “empoderamento” são altamente compatíveis com os padrões neoliberais de acumulação capitalista³⁴¹, que demanda a ampla e incessante produção e circulação de imagens: isto é, para ser “empoderada” e sentir-se “representada”, é necessário estar em sintonia com as tendências do mercado – e na maioria das vezes, é assim que grupos, identidades, lutas e símbolos sociais são estetizados através de imagens e transformam-se em nicho de mercado a ser explorado pelo capital³⁴².

Na Imagem 2 a Avon também utiliza-se de mais um conceito caro à tradição feminista: “sororidade”, que de acordo com o Wikcionário tem origem no latim *soror* e na tradução em

³³⁹ Que não se restringe propriamente à dimensão da linguagem em si, uma vez que tais termos estão completamente alinhados às tendências pós-modernas de pensamento – veja-se Derrida sobre “desconstrução” e Butler acerca da “ressignificação”.

³⁴⁰ O que atua em favor das forças do capital visto que contribui ativamente na criação de obstáculos à formação de consenso, do ponto de vista dos de baixo, em relação às saídas universais aos problemas sociais gerados pelas relações capitalistas de produção num contexto de intensa confusão ideológica e dispersão de classe – enquanto as forças imperialistas do capital, sob organização da lógica neoliberal, mesmo com suas contradições encontram-se cada vez mais organizadas globalmente.

³⁴¹ Apesar da reconhecível tendência anticapitalista que lhes impulsiona, tendo em vista que o direito ao reconhecimento é completamente legítimo do ponto de vista dos grupos sub-representados em sociedade – que vêm passando por um intenso processo de conscientização cada dia mais notável e dotado de potência revolucionária do ponto de vista das classes sociais. Além disso, tais concepções, apesar de sua ligação muitas vezes apologética com a lógica cultural pós-moderna, são inegavelmente teorizadas a partir do campo de esquerda e, levando em consideração o ambiente cultural de confusão ideológica da pós-modernidade, precisam ser tratadas com a complexidade e contradições que lhes são próprias - para não cair na condescendência, chegamos à conclusão de que a “aderência” tão ampla do “discurso teórico” feminista a tais concepções (“representatividade” e “empoderamento”) pode ser compreendida de duas maneiras: quando não se trata da adoção acrítica e/ou refletida superficialmente, então estamos diante de casos em que suas intelectuais estão alinhadas organicamente de maneira deliberada ao campo político-ideológico pós-moderno, que como vimos até aqui, tem relação intrínseca com a emergência de padrões neoliberais de acumulação de capital e exploração do trabalho.

³⁴² É preciso também problematizar o alcance e o público para o qual tais iniciativas se voltam predominantemente, uma vez que a força de trabalho brasileira, historicamente superempobrecida e superexplorada, tem em virtude do baixo custo seu poder de compra reduzido, isto é, nem todos têm poder de compra para ser “empoderados” – especialmente os grupos sociais marginalizados historicamente, que ocupam ainda mais subalternas na estrutura produtiva. Por outro lado, é preciso enfatizar o sucesso ideológico do capital na criação de consenso não só na sociedade, mas também entre os próprios grupos subalternizados, inclusive no interior de setores da esquerda e feministas, que em regra enxergam com bons olhos as iniciativas mercadológicas de “empoderamento”.

português significa “irmã”. É um termo que vem popularizando-se bastante nos últimos tempos e que apesar de sua ampla disseminação na mídia, na *internet* e na vida social, mesmo no interior da própria teoria feminista carece de sistematização teórica consistente³⁴³. De acordo com KUBISSA (1994) a sororidade pode ser entendida como uma espécie de “pacto” existente entre mulheres, sendo o termo “retomado sobretudo da chamada ‘segunda onda do feminismo’” (KUBISSA, 1994, p. 33) e geralmente associado ao sentimento de “irmandade” entre as mulheres, que busca não se restringir ao âmbito do puramente simbólico visto que desdobra-se no “exercício de pactos políticos entre mulheres, necessários porque representam contra-pactos contra o tecido contratual do patriarcado” (KUBISSA, 1994, p. 35). Nesse sentido, nossa crítica à ideia de sororidade parte do princípio da impossibilidade de existência de uma “irmandade” entre mulheres para além do mundo das ideias, pois uma vez que o conceito parte de uma evidente concepção horizontal sobre as mulheres, pressupõe implicitamente que as mulheres são um grupo social homogêneo, ignorando completamente a relevância das clivagens internas e diferenciações que existem em seu interior – que pertencem a diferentes classes sociais, raças, etnias, sexualidades e etc. e que, portanto, têm diferentes interesses, posicionamentos e inclinações sociais.

De acordo com a explicação da Avon acerca da definição do termo, sororidade aparece como “uma mina fortalecendo outram elogiando, se posicionando a favor, defendendo, andando junta, apoiando o trabalho, oferecendo rede de apoio”. Essa concepção claramente incentiva uma espécie de relacionamento romantizado e bastante idealista entre as mulheres que tende a minar a presença de pensamento crítico: ao partir da concepção da existência de uma “essência feminina”, a sororidade recorre ao campo dos sentimentos e apela à “empatia” para forjar artificialmente uma postura ético-política entre as mulheres. A máxima benjaminiana de que “os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes [e que] a empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores” pode indicar nossa posição acerca da ideia de “empatia”. É por isso que nossos esforços se voltam para evidenciar o caráter aparente do capital “progressista” na busca de se pintar como “aliado” das causas sociais. Se já somos críticos da ideia de sororidade advinda do próprio campo feminista frente

³⁴³ A nível de Brasil, por exemplo, além de alguns artigos acadêmicos, existem dois livros em específicos acerca da sororidade, ambos escritos por duas jornalistas: *Vamos juntas?: o guia da sororidade para todas* (2016) de Babi Souza e *Sororidade: quando a mulher ajuda a mulher* (2020) de Paula Roschel – embora nenhum deles contenha qualquer tipo de teorização sistemática acerca do conceito/fenômeno. Outro livro em forma de HQ acerca da sororidade que teve tradução para o português e foi publicado recentemente no Brasil foi *Mulheres na luta: 150 anos em busca de liberdade, igualdade e sororidade* (2019) de Marta Breen e Jenny Jordahl, que também segue a tendência à frouxidão teórica já mencionada das produções anteriores.

às contradições que o conceito impõe, ao partir da Avon ele torna-se muito mais problemático visto que, como já mencionado, o capital beneficia-se diretamente da opressão feminina, sendo um contrasenso do ponto de vista da iniciativa privada afirmar “apoio” à causa feminina. Para além disso, é preciso cada vez mais concentrar esforços no sentido de combater a ideia de “igualdade”, que atualmente não passa de uma idealização abstrata e embasa toda espécie de fraseologia barata, inclusive no campo da esquerda e no interior da luta feminina – o que explica, por outro lado, sua fácil apropriação pelas forças do próprio capital.

Nesse sentido, retomemos os clássicos (que por incrível que pareça para alguns, ainda têm muito a nos ensinar) no sentido da desmistificação da tão disseminada noção de “igualdade”: ainda no século XIX, o próprio Marx já polemizava acerca do caráter burguês intrínseco a tal concepção na defesa da sociedade comunista e de um “direito(...) não igual, mas antes desigual” (MARX, 2012, p. 28). A sociedade capitalista tem como fundamento o antagonismo irreconciliável entre classes, mas nem mesmo no interior das classes trabalhadoras as mulheres podem ser concebidas como simplesmente “iguais”: outras determinações (raciais, étnicas, nacionais, sexuais, etc., por exemplo) também influenciam concretamente na forma que a experiência de classe se materializa no cotidiano e na “vida real” dessas mulheres, coisa que não pode mais ser negligenciada à segunda ordem ou como algo “acessório” à luta de classes e/ou grupos sociais marginalizados, especialmente pela tradição marxista que tem a dialética como instrumento de análise do desenvolvimento histórico³⁴⁴. É por isso que a mera “igualdade” perante a lei não é nem de longe suficiente para fornecer condições básicas de desenvolvimento para as mulheres, o que acaba traduzindo-se na produção de lugares e imagens de subalternidade para aquelas que não têm meios materiais para comprar tal “direito”, o que evidencia que as formas jurídicas (que são burguesas por natureza) “nunca podem ultrapassar a forma econômica e o desenvolvimento cultural, por ela condicionado, da sociedade” (MARX, 2012, p. 28)³⁴⁵.

³⁴⁴ Ou seja, torna-se necessário um olhar cada vez mais atento à relação entre exploração e opressão e como elas se retroalimentam dialeticamente, afastando-se de concepções rígidas que, por um lado, tendem a enxergar a questão das opressões como uma questão puramente identitária ou, em outra ponta, alinham-se à simplificação e generalização de todas as formas de dominação social como simplesmente “opressões”.

³⁴⁵ É por isso que, sob relações de produção baseadas na propriedade privada, todo direito transforma-se em mercadoria uma vez que é o poder do dinheiro que dita quem tem acesso ou não a ele – o que remete, novamente, à questão da insuficiência das leis e da institucionalidade à conquista desses mesmos direitos, que são apenas declarados nominalmente em função de seu caráter ideológico visto que, de acordo com Engels, consiste “em uma tentativa de desfazer as contradições emergentes, sendo destarte, tradução direta dos antagonismos de relações econômicas em princípios jurídicos”. Carta de Engels a Joseph Bloch (21-22 de setembro de 1890). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>.

Trocando em miúdos, a apropriação de termos como “empoderamento” e “sororidade” que vem tornando-se febre entre as empresas faz parte da estratégia político-ideológica dominante do capital, que aproveita-se da plasticidade e frouxidão teórica que envolve as discussões acerca de tais conceitos para banalizar seu uso³⁴⁶ e atuar no sentido da manutenção e criação de confusão ideológica no interior da luta feminina à medida que lucra com sua estetização através da construção de uma imagem positiva de si (*branding*). Nessa perspectiva, os intelectuais orgânicos ou ideólogos que atuam em colaboração com a Avon para promover a marca como “aliada” da causa feminina esforçam-se na criação de campanhas que a vinculem com e explorem tais termos até a saturação, o que reforça a tendência para sua aceitação/adoção acrítica e a consequente naturalização em sociedade, evidenciando a atuação das próprias forças do capital na criação de consenso acerca da utilização de tais concepções – o que, por outro lado, pode nos falar sobre a pouca capacidade crítica diante da ordem dominante destas. Ainda nesse sentido, uma das colaboradoras da Avon, Beatriz Accioly, antropóloga que desempenha a função de Coordenadora de Violência contra Mulheres, Pesquisa e Impacto no Instituto Avon³⁴⁷ destaca-se na produção de conhecimento voltado para a formação e organização da iniciativa privada, como podemos evidenciar através de um de seus artigos no qual fala sobre enfrentamento à violência contra mulher do ponto de vista puramente mercadológico, enfatizando as vantagens obtidas pelo setor privado no “apoio” à causa visto que trata-se de uma “prioridade comercial”, pois

as vítimas de violência doméstica faltam em média dezoito dias de trabalho por ano, o que gera uma perda anual de aproximadamente R\$ 1 bilhão ao país. [Não apoiar a causa, dessa forma,] (...)pode representar uma série de riscos, incluindo litígios, perda de produtividade e danos à reputação. É o que mostra a pesquisa “*Me Too: Does Workplace Sexual Harassment Hurt Firm Value?*”, realizada nos Estados Unidos, em 2022, e que mostrou que as instituições com taxas mais altas de assédio tiveram desempenho inferior ao do mercado de ações, queda nos retornos sobre os ativos e sobre os patrimônios, bem como tiveram um aumento médio de 7% em custos com mão de obra³⁴⁸.

³⁴⁶ Que já tem seus problemas desde mesmo sua concepção, considerando a construção sob “fundamentos” argumentativos pós-modernos.

³⁴⁷ Atuando “como gestora de projetos e programas de impacto social, trabalhando com acesso a direitos fundamentais, monitoramento e avaliação de políticas e projetos, cidadania corporativa, estratégias baseadas em evidências e investimento social privado na área de violência baseada no gênero”. Interessante notar também que a produção intelectual de Beatriz volta-se justamente para pensar problemáticas referentes aos interesses das mulheres – inclusive, existem registros que evidenciam sua participação como representante da Avon em diversas discussões públicas, como em relação à aplicação da Lei Maria da Penha na Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RUxGIWepGc4&t=149s>.

³⁴⁸ ACCIOLY, Beatriz. Problema privado ou (também) do setor privado? (2022). Acesso em 05 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/opiniao/problema-privado-ou-tambem-do-setor-privado>. Acesso em 09 de março de 2023. Como nota-se, a “preocupação” da Avon em relação às mulheres dá-se

Apesar dos esforços na manutenção das aparências, a Avon já mostrou na prática que, em essência, não pode deixar de fazer parte do *laissez faire* inerente à lógica capitalista de produção, na qual luta incessantemente para permanecer dentro dos padrões contemporâneos. Além da análise das fontes processuais trabalhistas que mais à frente nos direcionarão nesse sentido, basta problematizar por agora os limites da “sororidade” promovida pela Avon através do recente caso em que uma de suas gerentes globais, Mariah Corazza Üstündag, foi presa em flagrante por manter uma idosa de 61 anos em condições análogas à escravidão em sua casa em Alto de Pinheiros, bairro nobre da zona oeste de São Paulo³⁴⁹. A vítima em situação de extrema vulnerabilidade social, resgatada pelo Ministério Público do Trabalho em 2020, trabalhava para a família há mais de 20 anos e não recebia salário para sua função como empregada doméstica desde 2011³⁵⁰. De acordo com o processo disponibilizado na íntegra pelo Jusbrasil, o Ministério Público do Trabalho concluiu que a idosa parecia temer os patrões e além de sofrer restrições à sua liberdade e ao direito de ir e vir, habitava nos fundos da casa (que precisou ser arrombada para a realização do resgate, uma vez que foi abandonada pelos patrões) em um quarto que servia de depósito para caixas, cadeiras e objetos amontoados, no qual a vítima utilizava um sofá velho para dormir, visto que não havia cama no local, e vivia com “impedimento de uso de banheiro, recebendo comida e medicamentos de vizinhos, arcando com despesas dos empregadores referentes à água e à luz e sofrendo descontos salariais para pagamento de rações de animais pertencentes aos empregadores”³⁵¹.

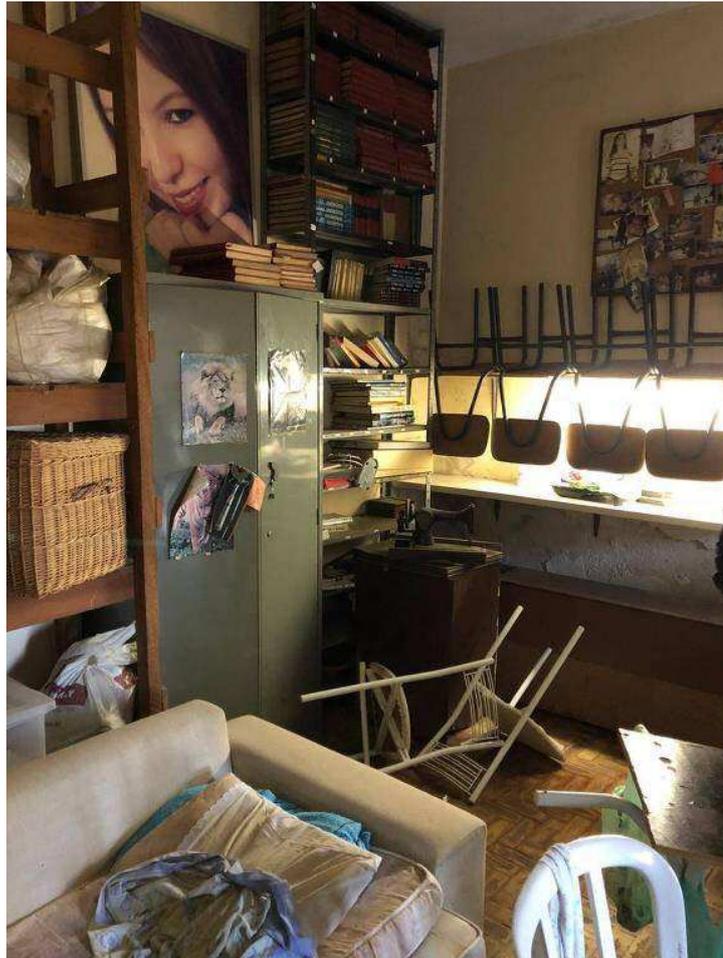
Imagem 3 – Cômulo no qual a idosa foi mantida em situação análoga à escravidão

exclusivamente de acordo com os interesses do capital (como não podia ser diferente), o que evidencia a importância de seus ideólogos e intelectuais orgânicos na organização dos setores empresariais nesse sentido.

³⁴⁹ Sendo liberada logo após pagar fiança no valor de R\$2.100.

³⁵⁰ Segundo o processo, a trabalhadora foi “herança” da mãe de Mariah, para quem trabalhou anteriormente, a saber, a cosmetóloga Sônia Corazza, uma das maiores especialistas do país na área e que já trabalhou com grandes empresas – como a própria Avon, Natura e Boticário.

³⁵¹ Para acessar o processo na íntegra: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/trt-2/1422042510/inteiro-teor-1422042539>. Acesso 09 de março de 2023.



Fonte: Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/idosa-em-situacao-analoga-a-escravidao-e-resgatada-em-casa-no-alto-de-pinheiros-em-sp.shtml>. Acesso em de 05 de março de 2023.

Imagem 4 – Cômodo no qual a idosa foi mantida em situação análoga à escravidão



Fonte: Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/idosa-em-situacao-analoga-a-escravidao-e-resgatada-em-casa-no-alto-de-pinheiros-em-sp.shtml>. Acesso em de 05 de março de 2023.

Imagem 5 – Cômodo no qual a idosa foi mantida em situação análoga à escravidão



Fonte: Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/idoso-em-situacao-analoga-a-escravidao-e-resgatada-em-casa-no-alto-de-pinheiros-em-sp.shtml>. Acesso em de 05 de março de 2023.

Imagem 6 – Mariah Corazza Üstündag, ex-gerente global no setor de fragrâncias da Avon



Fonte: Revista Fórum. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2020/6/26/saiba-quem-mariah-corazza-executiva-que-manteve-idoso-em-trabalho-escravo-em-bairro-nobre-de-sp-77826.html>. Acesso em de 05 de março de 2023.

Imagem 7 – Mãe de Mariah, Sonia Corazza Üstündag, renomada engenheira química brasileira



Fonte: Blog Perfume da Rosa Negra. Disponível em:

<http://perfumedarosaneagra.blogspot.com/2008/05/entrevista-imperdvel-com-sonia-corazza.html>. Acesso em de 05 de março de 2023.

A Avon, como empresa “socialmente responsável” que afirma ser, “com grande pesar” manifestou-se sobre o caso em suas redes sociais através de pronunciamento oficial reafirmando seu “compromisso irrestrito com a defesa dos direitos humanos”³⁵² e informou ao público “que a funcionária não integra mais o quadro de colaboradores da companhia e a Avon está se mobilizando para prestar o acolhimento à vítima”³⁵³. É importante fazer menção a este acontecido para evidenciar as rachaduras na superfície aparentemente sólidas do discurso da Avon, que afirma seu compromisso na “conscientização” de seus colaboradores acerca da importância da causa feminina – orgulhando-se, inclusive, de atuar em prol do combate à violência contra mulher. Nesse sentido, é impossível não questionar: o que houve com os valores e a política da Avon, supostamente compartilhados por seus “colaboradores”, na promoção de ambientes de trabalho seguros e de independência financeira das mulheres? Não é exagero: antes de tratar-se de um caso “isolado”, essa prática não é novidade para a empresa, visto que ainda em 2008, segundo denúncias do Repórter Brasil, a Avon esteve envolvida em casos de trabalho análogo à escravidão por meio da distribuidora Weckerle Cosmetics, acusada de praticar assédio moral e submeter seus funcionários (em sua maioria mulheres) a jornadas de até 12h, sem direito à folga nos fins de semana³⁵⁴. Na verdade, é exatamente este o real “empoderamento” promovido pela Avon para a maioria dos trabalhadores que estão na base de seu negócio (que também são majoritariamente mulheres)³⁵⁵, como buscaremos evidenciar posteriormente.

³⁵² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CB6nHHzlghuK/>. Acesso em 09 de março de 2023.

³⁵³ Embora não tenha indicado nenhum tipo de ação concreta nesse sentido ou tenha voltado a mencionar o tema após o posicionamento oficial. Nesse sentido, os comentários na publicação original (tanto no *Twitter* como no *Instagram*) em sua maioria são de pessoas revoltadas com o caso que cobram medidas efetivas da Avon, como podemos conferir em: <https://www.instagram.com/p/CB6nHHzlghuK/> e <https://twitter.com/AvonBR/status/1276650459214872576>. Acesso em 09 de março de 2023.

³⁵⁴ Para uma empresa tão comprometida socialmente como diz ser, como foi possível que a Avon desconhecesse os casos uma vez que, à época, a Weckerle Cosmetics enfrentava cerca de 9 processos referentes a irregularidades nas relações de trabalho? Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2008/01/fabrica-de-cosmeticos-de-sp-e-acusada-de-superexploracao/?fbclid=IwAR3MEIY9FydgNk50j-vNn_BK84ikSliud4qb37peQe_JSGNFLBExESyOqq8. Acesso em 05 de março de 2023.

³⁵⁵ O que ocorre justamente em virtude da precarização e do alto grau de informalidade no interior da força de trabalho feminina que, frente à desregulamentação neoliberal das relações de trabalho, é empurrada a recorrer a formas de ocupação desqualificadas, mal remuneradas e que, não raro, sequer são reconhecidas enquanto trabalho – como as próprias revendas dos produtos Avon.

Imagem 8 – Avon homenageia Tereza de Benguela no Dia da Mulher Negra, Latino-americana e Caribenha



Fonte: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CDEbwzSgfep/>. Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

A Lei nº 12.987/2014 que institui a comemoração do dia 25 de julho como Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, Latino-americana e Caribenha reconhece o legado histórico-cultural dessa mulher que foi um verdadeiro símbolo de resistência na luta contra a escravidão no século XVIII: à frente do Quilombo Quariterê, localizado na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade (MG), Benguela resistiu por cerca de duas décadas em união com outros negros escravizados e indígenas num “processo avançado de trocas culturais e alianças” (RODRIGUES, 2022, p. 507). Apesar de ainda muito pouco estudada, em especial no âmbito da historiografia, a vida de Tereza na luta contra a ordem escravocrata tem sido objeto de estudos, poesias, contos, cordéis, canções, etc. que podem resgatar do silenciamento histórico a ação de uma das mulheres mais importantes da história do Brasil, uma vez que “através da sua história também [podemos] contar como foi seu modo de resistir ao período escravocrata” (LACERDA, 2019, p. 93). Nesse sentido, sua figura carrega um legado histórico que evidencia o protagonismo de mulheres negras na vanguarda das lutas sociais brasileiras, desde os tempos em que ainda não eram nem consideradas sujeitos ou muito menos tinham sua humanidade reconhecida, o que implicava na total perda de autonomia uma vez que eram tratadas como mercadorias ou objeto de satisfação sexual. A experiência de Quariterê, além de deixar evidente a importância dos quilombos na luta coletiva contra a escravidão, nos dá pista para apontar

algumas complexidades presentes nesta forma de resistência, como a possibilidade de ter uma mulher em sua liderança – visto que àquela altura, no mundo dos brancos, as mulheres³⁵⁶ não tinham qualquer brecha à aspiração social.

A escolha da Imagem 8, dessa forma, foi feita especialmente pelo interesse estético que nos causou visto que sintetiza visualmente as condições históricas em que se insere a produção de cultura na contemporaneidade – certamente essa não foi uma imagem nem tampouco um texto produzido pelo grupo majoritário de CEOs que fazem parte da composição acionária da Avon, necessitando da “liberdade de criação” por parte de profissionais, técnicos e profissionais especializados. Assim, podemos conceber a exploração estética para fins de mercantilização da figura de Tereza de Benguela como índice acerca da função da produção de imagens na condição pós-moderna em que o neoliberalismo impera. Nestas condições, em que a massificação da vida cultural encontra-se cada dia mais orientada pelos interesses, inclinações e leis do mercado, as novas condições que a capacidade de reprodução técnica impõem possibilitam a disseminação em massa de símbolos culturais através das imagens, tornando possível seu “achatamento” (ou “perda de profundidade”) uma vez que o artefato cultural pode ser extraído e destacado de sua tradição, história e contexto de produção, viabilizando sua estetização fetichizada e a consequente mercadificação – o que explica a possibilidade de utilização da imagem de Benguela por uma empresa bilionária em “homenagem” à sua história e às mulheres negras como forma de reafirmar a construção de sua imagem como “aliada” e angariar simpatias no interior desse grupo social sem que isso cause à maioria qualquer tipo de estranheza³⁵⁷.

É nesse contexto que o *marketing* e a publicidade passam a desempenhar papel crucial no acompanhamento, criação e exploração de necessidades e desejos, agindo também de acordo com a lógica pós-moderna não só de produção, mas de circulação e consumo que obriga toda classe capitalista a se adaptar às novas condições contemporâneas de desenvolvimento – o que talvez explique o uso cada vez mais disseminado de mecanismos que nicham mercados por meio da segmentação do público consumidor – neste caso, as mulheres negras³⁵⁸. Além de necessária certa influência para a “manipulação do gosto e da opinião” (HARVEY, 1992, p.

³⁵⁶ Isto é, as mulheres brancas, já que as negras e indígenas sequer eram consideradas seres humanos.

³⁵⁷ O que podemos evidenciar através da ampla presença de intelectuais, palestrantes, artistas e profissionais no geral declaradamente feministas que colaboram de forma ativa e deliberada com a Avon em torno das discussões acerca de temas ligados às questões de interesse feminino.

³⁵⁸ Que em virtude de seu inegável protagonismo na dinâmica social vêm ganhando cada vez mais espaço e “representatividade” também no mercado através da “inclusão” via consumo.

259), é imprescindível ao modus operandi do capital investir na construção de imagens uma vez que “a competição no mercado da construção de imagens passa a ser um aspecto vital da concorrência entre as empresas” (HARVEY, 1992, p. 260). Com a massificação da cultura e numa realidade em que os donos do poder não podem mais ignorar a existência das massas trabalhadoras e minorias sociais, a tendência à apropriação, esvaziamento e mercantilização de identidades e demandas sociais concretas, assim como símbolos culturais tais quais Tereza de Benguela, torna-se instrumento de lucratividade e recurso privilegiado na construção da identidade das empresas através da produção de imagens positivas sobre si – contexto intimamente relacionada ao fenômeno da estetização da política, que manipula a produção de juízos estéticos e pode fornecer índices para pensar as estratégias do capital na obtenção de consenso por meio do funcionamento de seus aparelhos privados de hegemonia, que parecem se voltar de maneira dominante a tendências (ou aparências?) politicamente “progressistas”.

É através da estetização política que figuras como Benguela podem ser instrumentalizadas para alimentar forças que, em vida, lutou incansavelmente contra. E não fazemos tais observações em virtude de qualquer surpresa com a tendência de abstração de tudo à imagem e semelhança do dinheiro que a lógica capitalista engendra, não havendo contradição alguma deste ponto de vista, mas pela evidente amnésia histórica (ou pura indiferença) que marca o nosso tempo em que cada vez mais é naturalizada a mercantilização de personalidades que deram suas vidas na luta pela destruição do capitalismo – como os comentários elogiosos na publicação ao “apoio” da Avon às mulheres negras podem atestar. Nessas condições, figuras e símbolos históricos podem ser completamente destacados das raízes da tradição que pertencem e de seu contexto histórico de produção: o “achatamento” causa a perda de profundidade histórica e transforma artefatos histórico-culturais em formas sem conteúdo a serem “embrulhada” por outras formas e tipos de “invólucros”. Eis o império do signo, no qual o efeito visual das imagens ganha destaque em detrimento de qualquer outra coisa e comanda o processo de apropriação. É nesse contexto que a figura de Tereza de Benguela pode sofrer um processo de esvaziamento político através de sua banalização estética e servir como fonte de mercantilização para o capital – realidade em que a espetacularização se generalizou de tal forma que às vezes é difícil não desconfiar que estamos inseridos em alguma espécie de filme experimental medonho de ficção científica³⁵⁹.

³⁵⁹ O que deixa claro para nós que a tendência do capital na transformação de tudo à sua imagem e semelhança encontra-se em seu mais alto grau de desenvolvimento no contexto de “imperialismo neoliberal”.

Desta maneira podemos compreender o esforço da Avon para segmentar e ganhar simpatia das mulheres negras, que desde que os grupos sociais marginalizados foram transformadas em imagens são cada vez mais nichadas pelo mercado – e em sua diversidade, concebidas como fonte de inovação estética para criação e/ou adaptação de produtos voltados para elas. Nesse sentido, ocorre aquilo que entendemos por culturalização das mercadorias, processo em que estas passam a ser impressas por características associadas a determinadas identidades sociais e/ou símbolos culturais, o que talvez indique um dos caminhos mais acertados para se pensar o fenômeno da apropriação cultural – produto e expressão da estetização política operada através da banalização e esvaziamento de artefatos culturais na produção de “estilos de vida” materializados em mercadorias. Torna-se evidente, assim, o empenho da Avon em seguir essa tendência de valorização da produção de imagens – inclusive de si mesma – que tornou-se dominante entre as forças do capital, necessitando vestir-se de roupagens pseudoprogressistas com objetivo de manter uma imagem positiva e “socialmente responsável” na sociedade. No site oficial do Instituto Avon podemos encontrar indicações nesse sentido no que se refere às mulheres negras, visto que inclusive podemos encontrar um “conteúdo” voltado ao seu “empoderamento” intitulado *Cinco dicas para empoderar meninas negras*³⁶⁰, elaborado em comemoração ao mês da Mulher Afro-latinoamericana e Caribenha.

O documento lista algumas atitudes “que, no dia a dia, podem fazer a diferença” para a elevação da autoestima de meninas negras, que precisa ser “reforçada em uma sociedade que é racista”. Entre as “dicas”, três em específico nos chamaram atenção: a primeira, “apresente heroínas e heróis que se pareçam com ela”; a segunda, “mostre o quanto ela é linda! Ajude meninas negras a se amarem como são(...)” e a quarta, “incentive posicionamentos de liderança”. Nosso interesse volta-se para o conteúdo contido nesse tipo de “estímulo”, que evidencia seu alinhamento ideológico com as tendências contemporâneas do capitalismo em sua organização neoliberal uma vez que incentiva e reforça uma perspectiva individualista acerca do combate ao racismo, transferindo responsabilidades coletivas para iniciativas pontuais e particulares que dependem pura e simplesmente da ação singular dos indivíduos – como se “apresentar”, “mostrar” ou “afirmar” imagens positivas bastasse por si só para criar condições em que meninas negras possam “assumir uma vida de protagonismo e independência”. Além de deliberadamente negligenciar o peso das condições concretas de existência para sua realização, essa perspectiva gera culpabilização individual em todas as

³⁶⁰ Disponível em: <https://institutoavon.org.br/wp-content/uploads/2021/04/38-cinco-dicas-para-empoderar-meninas-negras.pdf>. Acesso em 07 de março de 2023.

partes³⁶¹: para os responsáveis por essas meninas e para elas próprias caso ocorram frustrações durante tal processo, o que defendemos ser regra e não exceção visto que os padrões de beleza que imperam na sociedade capitalista produzem marcas de inferioridade associadas à população negra, como veremos de maneira detalhada mais à frente.

A existência de um material como esse evidencia a importância dos intelectuais ou ideólogos na sociedade capitalista, que cumprem uma função social e política no que se refere à luta por hegemonia da classe a qual pertencem organicamente: é o caso do pessoal profissional responsável pela confecção de produções deste tipo³⁶², que envolvem o emprego de termos e conceitos técnicos (que precisam ser muito bem compreendidos antes que passem por um processo de esvaziamento e instrumentalização). Caricaturados a partir da rasa abordagem dada pelos intelectuais orgânicos do capital³⁶³, termos como “empoderamento” e “sororidade” são ainda mais banalizados socialmente e adotados de maneira acrítica e/ou descontextualizada – o que pode indicar, por outro lado, o grau de incorporação do capital sobre o próprio Feminismo Negro, que vem tendo não apenas sua linguagem amplamente apropriada, mas o próprio sujeito histórico que compõe sua base social. É em instrumento de lucratividade que se transformou a luta feminina negra nas mãos (e cérebros!) do capital. Na contramão da maré, defendemos a necessidade de se colocar sobre bases materiais, históricas e sociais a figura de Tereza de Benguela e de tantas outras mulheres negras no combate às forças do capital, que buscam lhes explorar esteticamente para lucrar. A recuperação do significado da luta de Benguela, assim, torna-se um imperativo à construção da história das mulheres através da perspectiva dos de baixo, como busca fazer ARRARES (2017) ao resgatar a memória dessa mulher inspiradora através da literatura de cordel:

Dia vinte e cinco de julho/É o dia de lembrar/De Tereza de Benguela/Que heroína a reinar/Foi durante sua vida/Sem jamais silenciar.

Que exemplo inspirador/Que mulher tão imponente/Foi Tereza de Benguela/Uma deusa para a gente/Que até hoje não desiste/Dessa luta pertinente.

(...)

Oh, Tereza de Benguela!/Nosso espelho ancestral/Sua alma ainda vive/E entre nós é maior/Nós honramos sua luta/Sua força atemporal! (ARRARES, 2017, p. 141-142).

³⁶¹ Com exceção, obviamente, das relações de produção que lhe fornece sedimento material e ideológico.

³⁶² No caso da Avon, Daniela Grelin (Diretora Executiva do Instituto Avon), Renata Rodovalho (Gerente de Causas), Giuliana Borges (Coordenadora de Comunicação) e a já mencionada Beatriz Accioly (Coordenadora de Violência contra mulheres, Pesquisa e Impacto).

³⁶³ O que Jameson chamaria de “falta de profundidade planejada”.

2.2- O caso da Natura

A Natura, empresa brasileira, foi criada em 1969 pelo empresário Luiz Seabra através da abertura de uma fábrica em São Paulo. Afirmando-se como uma empresa que se baseia “nas relações harmoniosas que um indivíduo estabelece consigo mesmo, com os outros e com a natureza”, a Natura tem como canal de vendas principal as vendas diretas, contando com cerca de 1,7 milhão de “consultoras” só no Brasil. Atuando como uma empresa de capital aberto, atualmente está presente em cerca de 10 países e é a maior marca de cosméticos de toda América Latina – tornando-se, após a integração com a Avon em 2020 (que deu origem à Natura & CO, companhia formada por Natura, Avon, The Body Shop e Aesop), o maior grupo do mundo do seguimento de beleza – atingindo uma receita líquida de aproximadamente R\$40,16 bilhões só no ano de 2021. Em 2016, a empresa lança a Nat Natura, uma assistente virtual que “humaniza” o atendimento virtual via *bot* (robô de *internet*) para renegociar dívidas, solicitar segunda via de boletos, falar sobre os status de pedidos e pagamentos, entre outras funções. A criação da identidade visual e escolha das características da Nat, segundo a própria Natura, nesse sentido ocorreu para “que comunicasse os valores da marca”³⁶⁴ em que “um time multidisciplinar se reuniu, entre eles as áreas de marketing, tecnologia digital e, claro, o time de relacionamentos” para aproximar a marca do público.

Desde então, a Nat Natura vem cada vez mais aparecendo como “a cara” da Natura, inclusive tendo uma página no *Twitter* dedicada só para ela na qual interage com o público, publica fotos, vídeos, compartilha memes e até entra na “onda” das hashtags, evidenciando grande familiarização com a plataforma através da incorporação de sua linguagem, assuntos do momento, etc., como veremos. A Nat Natura, nesse sentido, pode ser vista como a dimensão aparente que estrutura a mercantilização da causa feminina pela Natura e por meio da qual a empresa busca se manifestar sobre temas relacionados aos interesses da mulher. É por meio de sua “existência virtual” que analisaremos as implicações sociais e políticas da produção de cultura na organização neoliberal de produção, na qual os setores pseudoprogressistas do capital buscam cada vez mais se aproximar e segmentar grupos sociais marginalizados em busca de se apropriar de suas lutas, símbolos e estética para transformá-los em mercadoria – como a própria Nat Natura pode ser concebida, isto é, um índice de pós-modernidade.

Imagem 9 – Nat Natura incentivando o autocuidado

³⁶⁴ Disponível em: <https://www.natura.com.br/blog/mais-natura/conheca-a-nat-a-assistente-virtual-da-natura>. Acesso em 18 de fevereiro de 2023.



Fonte: Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/naturabrofficial/status/1563162271593148416>. Acesso em 17 de dezembro de 2022.

A Imagem 9 foi selecionada por mostrar a Nat Natura em um momento do “seu cotidiano” em que aparece exercitando-se ao lado do seu gato de estimação, o Murumuru – que tem esse nome em homenagem à semente nativa da Amazônia, a qual a Natura também busca sempre estar associada positivamente para construir a imagem de uma empresa sustentável e que cuida do meio ambiente. Para além da linguagem bastante descontraída que se mostra em sintonia com o público usuário da rede social em questão, o que evidencia uma clara tentativa de aproximação, a legenda em si aponta para o sentido da publicação, registrando a Nat em sua rotina de “autocuidado” – e como é um *post* #TBT³⁶⁵, mostra também a diferença entre antes e depois de seu processo de transição capilar, o qual voltaremos a debater posteriormente. O principal para nós aqui é justamente a questão do “autocuidado” e sua ampla disseminação como linguagem, valor e cultura no contexto neoliberal, sendo absolutamente comum seu emprego em campanhas publicitárias e propagandas de empresas como a Natura, que há tempos

³⁶⁵ Isto é, Throwback Thursday, que em português significa “quinta-feira do retorno ou quinta-feira da nostalgia”, é uma hashtag geralmente levantadas em legendas para fotos antigas que os usuários publicam às quintas-feiras.

incorporou o termo e lucra através de sua exploração comercial. Entretanto, para além das declarações autoafirmadoras, é interessante investigar não só os meios de incentivo que a empresa promove para sua realização, como suas possibilidades de efetivação concretas na dinâmica da sociedade capitalista. Por isso a problematização da noção de autocuidado torna-se necessária, uma vez que tem sido utilizada de maneira indiscriminada nos últimos tempos e nos fornece índices para pensar até que ponto a questão do autocuidado está ligada às tendências do mercado e aos padrões estéticos que movimentam a indústria bilionária da beleza.

É preciso, antes de mais nada, perguntar-se acerca das condições materiais de existência da maioria das mulheres brasileiras, em especial das mulheres negras³⁶⁶, sob uma realidade de opressão e exploração do capital, que produz e reproduz contradições no mundo do trabalho marcadas profundamente pela herança colonial-escravista e da subserviência ao imperialismo: será que as mulheres dispõem de condições objetivas (como recursos financeiros, tempo disponível e espaço apropriado) para praticar o autocuidado? Essas determinações objetivas vão frontalmente de encontro à noção de autocuidado, que além de pressupor a existência de condições básicas para sua realização, parte de uma concepção individualista da questão, considerando-se seu tratamento como caso de iniciativa própria e de pura vontade individual – o que camufla o envolvimento de outras determinações (econômicas, sociais, habitacionais e espaço-temporais) que estruturam objetivamente as possibilidades de praticar, ou não, o autocuidado. Se, nesta sociedade, não temos nem garantia de direitos básicos³⁶⁷, quem dirá direito ao autocuidado? Nesse sentido, é preciso problematizar os sentidos dominantes construídos em torno das discussões sobre autocuidado, pois quando se fala no assunto geralmente ele está atrelado às “soluções milagrosas” oferecidas pelo mercado em forma de produtos, através dos quais o autocuidado se materializa e ganha diferentes formas, muitas vezes tornando-se praticamente impossível discernir entre o “incentivo” ao autocuidado e o consumismo.

Todas essas questões têm implicações diretas no mundo do trabalho: como as mulheres negras brasileiras, que compõem o elo mais vulnerável da classe trabalhadora em virtude de sua posição de inferioridade e precisam dar conta de uma extensa e árdua jornada de trabalho, terão acesso ao autocuidado? Nos manuscritos econômicos-filosóficos, Marx já apontava que no

³⁶⁶ Já que a Nat Natura “representa” uma mulher negra, o que é uma escolha estrategicamente deliberada pela empresa e também uma questão a se pensar do ponto de vista de sua estetização política.

³⁶⁷ Lembremos da questão da moradia já citada anteriormente, que atinge as mulheres mais que nenhum outro grupo social.

capitalismo não só a conversão de direitos, mas das próprias necessidades básicas humanas (comer, beber, morar, vestir) em mercadoria, sendo “o auge desta servidão é que somente como trabalhador ele [pode] se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador” (MARX, 2010, p. 82). Dessa forma, qual será o preço do autocuidado? Pois a onda de *self-care* que cresce a cada dia, por outro lado, revela a atuação do capital no que se refere ao interesse de setores específicos da indústria, como o da beleza e o farmacêutico, que disseminam esta “cultura” através de propagandas e campanhas publicitárias que anunciam seus produtos (tratamentos capilares/dermatológicos, maquiagens, cosméticos, etc.) como materialização do autocuidado, movimentando um amplo mercado à medida que garante sua plena lucratividade e se agigantando a cada dia que passa³⁶⁸. Voltando à questão das formas/ações de incentivo, será que a Natura, que tem uma força de trabalho majoritariamente feminina, em busca de se autoprojetar abstratamente como aliada dos interesses das mulheres e na construção de uma imagem positiva de si, fornece condições objetivas para que suas colaboradoras possam praticar o autocuidado?³⁶⁹

É preciso cada vez mais problematizar tais empresas “empoderadas” e evidenciar o conteúdo ideológico de seus posicionamentos aparentemente humanitários, que na prática apenas visam “dançar conforme a música” dos setores pseudoprogressistas do capital e juntar o útil ao agradável: lucrar através de sua própria autopromoção à medida que contribui para aprofundar o enraizamento de valores que caracterizam a cultura neoliberal, como o individualismo, no qual “cada indivíduo é julgado responsável por suas próprias ações e por seu próprio bem-estar” (HARVEY, 2005, p. 38) e “o ‘compro, logo existo’(...) [que constrói] um mundo de pseudosatisfações” (HARVEY, 2005, p. 92) – o que alimenta a frustração de sujeitos sociais por questões históricas, estruturais e coletivas, gerando a sensação de fracasso individual àqueles que não conseguem ter acesso e atingir os padrões estéticos/corporais que sustentam o mercado do autocuidado. As imagens, por outro lado, operam na perpetuação de juízos estéticos e padrões de beleza que fomentam uma cultura consumista alimentada pela

³⁶⁸ Nesse sentido, o que falar da indústria do *skincare*, que a cada dia inventa uma nova “solução milagrosa” em forma de máscaras, cremes e rotinas de beleza a serem seguidos? A indiferenciação entre cuidado pessoal e o bem-estar como imposição do mercado torna-se concreta, uma vez que todo autocuidado sob tal lógica tem um preço. O protetor solar, por exemplo, é uma recomendação médica no combate à radiação e o câncer de pele e imprescindível no dia a dia de qualquer ser humano – principalmente num país de clima tropical como o Brasil. Podemos perguntar: e quem tem acesso a ele – quando o preço mínimo fica em torno dos 30 reais? Até que ponto a discussão sobre a necessidade de seu uso é uma questão de saúde pública e não uma forma de estimular o consumismo da indústria dos cosméticos?

³⁶⁹ É o que veremos no tópico capítulo 3, no qual serão analisadas as entrevistas realizadas com ex-trabalhadoras e trabalhadoras da Natura, que fornecem indícios das condições dadas pela empresa para que pratiquem o autocuidado, empoderamento e amor-próprio.

insegurança das mulheres, que passam a ter seus corpos mercantilizados e objetos de idealização, passando a ser pressionadas esteticamente a seguir ideais de beleza irreais que geram frustração, constrangimento, distúrbios alimentares, problemas psicológicos e de saúde – e vários casos de complicações e até mesmo mortes em decorrência procedimentos estéticos e intervenções cirúrgicas, que são cada vez mais comuns, em busca do corpo perfeito.

Dessa forma, torna-se delineável a relação simbiótica entre autocuidado e consumismo e a influência do capital no que diz respeito à criação e exploração de tendências da moda, o que implica a segmentação e exploração estética de determinados grupos sociais, como as mulheres, para satisfazer as necessidades criadas pelo próprio mercado da beleza e imposta pelos padrões estéticos dominantes na sociedade – reforçados pela mídia e meios de comunicação de massa no geral que disseminam estereótipos acerca do corpo feminino praticamente impossíveis de alcançar para a maioria das mulheres. Assim, desde a mais tenra infância as mulheres são condicionadas a seguir comportamentos, gostos e tendências associados à feminilidade, internalizando os valores, práticas e costumes que fazem parte da cultura dominantes na sociedade e que objetificam seu corpo. Nessas condições, é patente a hipocrisia da Natura e suas afirmações de incentivo ao autocuidado visto que a indústria a qual pertence alimenta-se justamente do mercado de inseguranças fomentado pela disseminação de imagens idealizadas acerca do corpo feminino – reforçada pela própria Natura em suas campanhas comerciais, apesar da tendência crescente de explorar esteticamente a diversidade de corpos femininos para projetar-se como empresa “inclusiva”.

Imagem 10 – Nat Natura sobre inclusão, padrões e amor-próprio



Fonte: Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/naturabrofficial/status/1417609288227381251>. Acesso em 24 de novembro de 2021.

Na Imagem 10, a Nat Natura aparece com menos roupas, exibindo seu corpo com roupas de banho. Na legenda da imagem podemos entender melhor o sentido da publicação, que faz um questionamento à padronização dos corpos e incentiva a diversidade, utilizando-se também da ideia de “amor próprio” para descrever o ato de orgulhar-se do próprio corpo. Existe alguma problemática problema nisso? A Nat Natura não estaria promovendo uma ação positiva ao lembrar a existência da diversidade entre as pessoas? Aqui assumimos que não, pois a publicação sinaliza a postura contraditória da empresa em buscar “desconstruir” padrões corporais/estéticos quando, na verdade, é sua manutenção e reprodução que sustenta a o chão embaixo dos pés da empresa – que faz parte da gigantesca indústria de beleza e cosméticos. Na verdade, além de não ser positiva, esse tipo de ação é contraproducente do ponto de vista da pauta levantada por tocar em questões que começamos a delinear anteriormente, como o problema da padronização dos corpos que implica em sua mercantilização, pois o corpo, assim como qualquer outra coisa, tornou-se tanto mercadoria a ser vendida como produto a ser consumido – basta lembrar as inúmeras possibilidades de transformações físicas através de

procedimentos estéticos e/ou intervenções cirúrgicas que garantem o consumo do corpo/rosto ideal, um mercado que vem se expandindo cada dia mais.

No contexto neoliberal, em que as imagens mergulham nas águas da “diversidade” pós-moderna, a realidade é que a produção de simulacros como a “cópia idêntica de algo cujo original jamais existiu” (JAMESON, 2000, p. 45), isto é, da ideia de um corpo perfeito, continua a reforçar o padrão de beleza do mundo Ocidental, que é predominantemente branco, cisheteronormativo, magro e sem qualquer tipo de deficiência, excluindo todos aqueles que não correspondem a tal padrão. Isso prova que, nesta sociedade, ser marcado por sinais de diferença social (seja física, de gênero, racial, etc.) é motivo para marginalização, que implica danos não só na autoestima, mas até mesmo na qualidade de vida e de saúde dos indivíduos. Por isso, a maioria quer aparecer “bem na foto” e luta para alcançar padrões estéticos pouco condizentes com sua própria realidade. Por outro lado, quando não atingidos, esses objetivos tornam-se fonte de sofrimento e frustração para os indivíduos, o que denuncia que a ideia de belo na sociedade capitalista está ligada ao reforço do padrão Ocidental de beleza, que segue gerando lucro com a insegurança gerada entre as mulheres através de suas campanhas publicitárias uma vez que escolhe-se a dedo “modelos” para estampar tais ideais de beleza – imagens disseminadas em massa pela mídia (TV, cinema, revistas, etc.), que passam a ter um papel cada vez mais importante na consolidação de uma cultura consumista em que a beleza se tornou uma questão de acesso, uma vez que:

Hoje, os *sex symbols* ou “símbolos sexuais” são aqueles com dinheiro suficiente para se alimentar bem, praticar esportes, cuidar da pele e do cabelo, frequentar clínicas estéticas e consumir diversos produtos cosméticos. Introduzindo a questão da ideologia capitalista como o universo em que o corpo adquire seu atual significado, esse corpo atinge, então, o status de objeto de consumo no contexto da imposição da perfeição, direcionada principalmente às mulheres, o que é um sistema altamente lucrativo. A indústria cosmética brasileira, por exemplo, cresce ano após ano, e atingiu a marca de US\$29,6 bilhões de faturamento em 2019 (PAVAN, 2022, p. 29).

Essas questões evidenciam a contradição de uma empresa da indústria de beleza e cosméticos, que se alimenta da padronização de corpos femininos, estampar campanhas sobre “diversidade” e aceitação das diferenças entre os corpos. Se quisermos ir um pouco além, podemos compreender de que modo, num mundo em que a produção de mercadorias depende da incessante produção de imagens, gerar insatisfação é uma maneira eficaz de lucratividade, o que permite avaliar de maneira lúcida a relação intrínseca entre a criação de padrões estéticos e a lógica de produção capitalista. Nessa lógica, as imagens produzidas acerca do ideal de beleza feminino estampam corpos livres de qualquer tipo de imperfeições, o que expressa a lógica

machista e opressora da sociedade burguesa que repudia características ligadas ao corpo adulto feminino como rugas, pelos, flacidez, marcas de expressão ou manchas, que são completamente naturais em qualquer ser humano – o que favorece a perpetuação de uma cultura da pedofilia na qual a mulher tem seu corpo infantilizado e é estigmatizada de acordo com tal idealização, que é também fortemente incentivada por outros ramos do capital, como a indústria pornográfica e a própria mídia. Desta forma, podemos afirmar que a “liberdade” e a “diversidade” existentes na sociedade capitalista são apenas declaradas, pois seus mecanismos de manipulação da moda, do gosto e das tendências operam em favor dos interesses do mercado, camuflando uma espécie de “imperialismo do gosto” que está na base da produção cultural e sustenta a culturalização das mercadorias, que imprime elementos da cultura (como a padronização dos corpos e o ideal de beleza feminino) aos produtos direcionados a determinados nichos de mercado.

Nessa perspectiva, todos aqueles (não-brancos, com deficiência, gordos ou qualquer outro grupo social estigmatizado pelas marcas da diferença) que estão fora dos padrões idealizados pela cultura Ocidental são socialmente excluídos, restando apenas a retórica burguesa e vazia da aceitação e diversidade dos corpos: uma lógica que atravessa das relações cotidianas mais íntimas ao mercado de trabalho, que em regra segue marginalizando, estigmatizando e oprimindo aqueles considerados “diferentes”. E antes esta fosse apenas uma questão estética (o que não a tornaria menos importante), mas vai além: trata-se de uma lógica que impõe consequências objetivas na vida concreta dos indivíduos, como é a realidade de Pessoas com Deficiência (PcD’s). Para existir numa sociedade que não foi pensada para sua existência, essas pessoas enfrentam barreiras em virtude do estigma da incapacidade e dependência ao qual são associadas, não sendo reconhecidas, portanto, enquanto sujeitos socialmente ativos e produtivos, o que contribui ainda mais para o isolamento dessa população e restringe suas possibilidades concretas de explorar e desenvolver capacidades³⁷⁰. Apesar de existirem iniciativas no campo jurídico na promoção de políticas de ação afirmativas, as mudanças legais e institucionalizadas pelo Estado (cotas no setor privado: Lei nº 8.213/1991 e vagas reservadas nos concursos públicos: Lei nº 8.122/1990) estão longe de possibilitar efetivamente a incorporação dos PcD’s ao mercado de trabalho, uma vez que mesmo quando ocorre a “inclusão”, ela é excludente, tendo-se que na busca de minimizar custos do processo

³⁷⁰ Isso sem mencionar as barreiras físico-arquitetônicas (prédios, ruas, calçadas) e a ausência de mobilidade (transportes apropriados) que impedem o acesso a uma existência digna.

de adaptação, muitas empresas recorrem à “seletividade no processo de recrutamento, traduzida na prioridade conferida ao portador de deficiência física parcial” (RIBEIRO, 2009, p. 560).

Em busca de se lançar como uma empresa que apoia a diversidade e liberdade dos corpos, a Natura atua não só colocando a Nat “em ação”, mas regularmente recorre à incorporação de um discurso pseudoprogressista que busca projetá-la enquanto empresa que tem “compromisso social” com a causa feminina, como evidencia a utilização instrumentalizada da ideia de “amor-próprio”. No âmbito das aparências pode parecer algo inofensivo, mas a realidade é que essa concepção – assim como a de autocuidado – tem ligações orgânicas com os princípios da ideologia neoliberal, que tem o individualismo como um de seus sustentáculos principais. Nesse sentido, a ideia de “amor-próprio” é só mais uma mercadoria a ser consumida como qualquer outra, já que vem sempre “embrulhada” pela propaganda de produtos desenvolvidos para o “autocuidado” na dinamização de um mercado que lucra com a insatisfação de mulheres em relação ao seu corpo à medida que dissemina e instrumentaliza noções de qualidade de vida e bem-estar – que são absolutamente impossíveis de realizar-se sem que existam as mínimas condições concretas, como vimos. A produção de “estilos de vida”, nessas condições, também é realizada pela via do consumismo, tido como a fórmula perfeita para o sucesso e realização individuais e através do qual os sujeitos podem construir identidades e trocá-las como máscaras – claro, caso tenha como pagar por elas.

Imagem 11 – Nat Natura em transição capilar



Fonte: Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/naturabrofficial/status/1518620851779911682>. Acesso em 04 de setembro de 2022.

Voltemos à questão do processo de transição da Nat Natura mencionado anteriormente. A Imagem 11 evidencia com assombrosa nitidez a naturalização do fenômeno da humanização das empresas, tornando possível que a Natura projete na Nat uma questão tão cara às mulheres negras: o cabelo, que faz parte da construção positiva (ou negação) de sua negritude. Para essas mulheres, o cabelo representa mais que uma questão de pressão estética, pois o padrão Ocidental não se baseia somente na idealização do corpo feminino, mas também no racismo para determinar marcas de inferioridade atribuídas à população negra. Desse ponto de vista, a ideia de cabelo “bonito” é diretamente ligada à imagem do cabelo liso, padrão estético amplamente disseminado na sociedade pelo capital e suas instituições e a mídia que acaba sendo internalizado pelas mulheres negras na construção de sua subjetividade, que não deixa de ser objetivamente concreta, uma vez que o estranhamento dessas mulheres em relação às suas origens étnico-raciais resulta em práticas de alisamento capilar e outras milhares de “soluções milagrosas” oferecidas pelo Todo-Poderoso mercado para resolver o “problema” do cabelo –

assim como uma outra gama de produtos segmentados especificamente para a população negra, tópico que voltaremos a comentar.

Nesse sentido, para GOMES (p. 3) “ver o cabelo do negro como ‘ruim’ e do branco como ‘bom’ expressa um conflito” que é pesadamente sentido pelas mulheres negras, uma vez que especialmente o cabelo crespo as “localizam dentro de um grupo étnico/racial” (GOMES, p. 7) socialmente estigmatizado por suas características físico-corpóreas, as quais carregam as marcas inferioridade. Assim, longe de ser algo neutro, o cabelo pode ser tanto um símbolo de resistência e denúncia do racismo na sociedade como pode ser uma marca de constrangimento e vergonha em relação às raízes étnico-raciais, já que “como um sinal diacrítico que imprime a marca da negritude nos corpos(...), carrega significados culturais, políticos e sociais” (GOMES, p. 7). Nesse sentido, nos últimos anos vem se fortalecendo uma tendência que busca fazer o movimento contrário do que é imposto na sociedade capitalista, fortemente ancorada no racismo, que busca promover a valorização da cultura e da identidade negra. Esse fenômeno tem tudo a ver não só com o acúmulo adquirido pela população negra organizada no desenvolvimento de suas lutas como as condições históricas em que estamos inseridos, que não só viabiliza como parece estimular formas políticas de atuação baseadas na resistência cultural – como pode evidenciar a crescente tendência de valorização da cultura negra e orgulho racial que se delineia nos últimos tempos.

Mas como foi possível tal transformismo em relação à identidade negra, que passou de uma forma negativa de diferenciação social para um símbolo de afirmação e orgulho – a ponto de chamar atenção do mercado como objeto de mercantilização e lucratividade? Para entender o aprofundamento dessa tendência, retornaremos aos anos 60, quando tornou-se impossível para o capital ignorar (e não se preocupar seriamente com) a força dos grupos sociais historicamente oprimidos que atuaram de diferentes formas e espaços contra uma mesma lógica de produção e organização da vida social, sendo necessária uma reestruturação não só da base produtiva, mas das formas ideológicas de dominação do capital para absorver e buscar canalizar aquelas demandas sociais para “soluções” institucionais e mercadológicas. Ao passo que incorpora, o capital também esvazia o conteúdo político dessas reivindicações ao transformá-las em questão de “reconhecimento” de identidades nos parâmetros da justiça e direito burgueses e na própria mercantilização dessas identidades, fetichizando o conteúdo estético de lutas sociais concretas – o que explica a conseqüente conversão de seus expoentes e símbolos culturais em mercadorias. É nesse sentido que pode-se compreender a natureza da lógica contemporânea do capital em criar uma aparência pseudoprogressista de apoio a determinadas

lutas sociais, tendência através da qual podemos entender o “embrulho” da autoafirmação e do orgulho racial como mercadoria pelo capital.

Dessa forma, não é a tendência de valorização da negritude que é necessariamente uma novidade, mas sua “valorização” inclusive pelo capital e a gradual naturalização que se constituiu em seu entorno, lógica através da qual aprofunda-se o fenômeno da inclusão via consumo e da culturalização das mercadorias, na qual os produtos passam cada vez mais a carregar marcas de culturas, identidades e estéticas ligadas a determinados segmentos sociais – e no caso da população e principalmente das mulheres negras, desenvolvendo cosméticos, roupas, adereços e produtos diversos para tais nichos, que são vistos com entusiasmo e até mesmo de maneira apologética por alguns setores que promovem o “empoderamento” e a “representatividade”. É no contexto da valorização do cabelo como instrumento político e símbolo de resistência e orgulho da população negra que ele também torna-se alvo de lucratividade a ser explorado pelo capital. Mas o fato é que mesmo buscando construir uma autoimagem positiva de apoio ao “empoderamento” das mulheres negras – tendência com a qual a Natura busca se alinhar – o capital segue beneficiando-se do racismo que estrutura sua lógica de opressão e exploração da população negra, que continua sendo “a carne mais barata do mercado”, principalmente em países como o Brasil no qual “o escravismo [atuou de] forma decisória da formação do *ethos* brasileiro” (MOURA, 1983, p. 132).

Do ponto de vista de empresas como a Natura, que acima de tudo buscam se constituir enquanto “socialmente comprometidas”, a prática já se tornou lugar tão comum em sua lógica de construção da autoimagem que a publicação que estamos analisando chega a falar sobre insegurança e orgulho, buscando humanizar de maneira ainda mais naturalizada a Nat Natura. O que é uma contradição em termos, não só pela relação simbiótica do capitalismo com o racismo, mas pelo fato da Nat nem ao menos ser uma pessoa de carne e osso, o que às vezes nos parece um indicador de que a existência humana contemporânea se passa numa realidade distópica bizarramente surreal. A realidade é que mesmo com todas essas iniciativas, as possibilidades concretas de orgulho racial no contexto de domínio do capitalismo são limitadíssimas, já que segundo bell hooks “as mulheres negras continuam obcecadas com os seus cabelos, e o alisamento ainda é considerado um assunto sério (HOOKS, 2005, p. 4), uma vez que

Juntos racismo e sexismo nos recalcam diariamente pelos meios de comunicação. Todos os tipos de publicidade e cenas cotidianas nos aferem a condição de que não seremos bonitas e atraentes se não mudarmos a nós mesmas, especialmente o nosso cabelo. Não podemos nos resignar se sabemos

que a supremacia branca informa e trata de sabotar nossos esforços por construir uma individualidade e uma identidade. (...)devemos lutar sozinhas por adquirir a consciência crítica que nos capacite para examinar as questões de raça e beleza e pautar nossas escolhas pessoais de um ponto de vista político (HOOKS, 2005, p. 7).

Como afirmado anteriormente, para as mulheres negras de cabelo crespo a questão do cabelo implica muito mais que os dramas da pressão estética que atinge as mulheres no geral, pois elas também sofrem com dores específicas causadas pelo racismo, que embora o capital tente disfarçá-lo, continua sendo a lógica que dita o ritmo e grau de exploração da força de trabalho da população negra, a qual as mulheres negras compõem o elo mais fraco. Mais que transtorno estético, a questão da transição capilar é para essas mulheres uma árdua e solitária trajetória de discriminação e violências. Por isso, mais uma vez denunciemos a hipocrisia da Natura em aproveitar-se da vulnerabilidade de tantas mulheres e meninas negras para construir uma imagem e identidade de empresa “aliada” das lutas femininas – pois ela pode até se autoafirmar nesse sentido e, de fato, desenvolver linhas de produtos próprios ao tipo de cabelo crespo, mas nada disso tem uma motivação além da lucratividade, que se completa pela banalização que ela faz acerca da questão. Aliás, é interessante perguntar, do ponto de vista da realidade concreta que as mulheres negras em sua maioria enfrentam nesse país, será que mesmo com o “esforço” da Natura em atingir esse público seus produtos são realmente acessíveis para ele? Com o exposto, torna-se notório que o “empoderamento” e a “representatividade” que se tornaram linguagem comum das empresas nos últimos tempos, assim como qualquer coisa no capitalismo, se restringem ao poder do dinheiro.

CAPÍTULO 3- REVELA-SE O CHÃO CONCRETO DA HISTÓRIA: O QUE DIZEM AS VOZES DO TRABALHO

Perfurada a superfície de aparências em que as imagens “dão a cara” do real, é necessário aprofundar o debate para além de suas impressões estéticas. É nesse sentido que este capítulo tem como objetivo evidenciar como as aparências se manifestam no chão concreto da história, isto é, no mundo do trabalho e os limites do “apoio” das empresas à causa feminina no cotidiano de vida de suas trabalhadoras: até que ponto tal “solidariedade” não é apenas tática contemporânea privilegiada pelo capital de “matar dois coelhos com uma cajadada só” ao lucrar, por um lado, através da exploração direta da força de trabalho feminina (essência) e, por outro, por meio da mercantilização da luta feminina através da construção de sua própria imagem como “aliado” – que implica explorar o conteúdo estético dessa luta num grau elevado de espetacularização a fim de atualizar o desmantelamento de sua organização e ensejar a confusão político-ideológica em seu interior através da produção de imagens “embrulhadas” em estereótipos e cristalizações em suas tendências mais alinhadas à ideologia burguesa. Para analisar a questão recorreremos, respectivamente, aos processos trabalhistas movidos por ex-trabalhadoras da Avon e às entrevistas orais com ex-trabalhadoras e trabalhadoras Natura, empresas que serão alvo de investigação deste estudo – a saber, no que diz respeito ao “empoderamento” e “representatividade” que promovem, no mundo concreto do chão do trabalho, para suas trabalhadoras.

A alternativa ao ponto de vista das trabalhadoras, nesse sentido, nos fornecerá termômetro para costurar a relação entre conceito e evidência e medir, até que ponto, na prática, tais princípios alcançam as mulheres que constituem a força motriz de lucratividade dessas empresas, que são bastante parecidas não só do ponto de vista do mercado, uma vez que ambas atuam no setor da beleza e cosméticos, mas também da própria organização/estruturação de sua força de trabalho através do Sistema de Vendas Diretas. Nesse sentido, acreditamos ser imprescindível a problematização do SVD de acordo com as contribuições de ABÍLIO (2014), que realizou extenso estudo acerca de sua relação com as novas formas de informalidade e precarização no contexto de neoliberalismo a partir da exploração do trabalho das revendedoras de produtos da Natura, identificando a posição ocupada pela força de trabalho feminina na estrutura produtiva do capital numa realidade de atraso econômico. Suas observações, assim, embasarão nossa reflexão ao longo de toda análise das fontes uma vez que dão pistas para pensar a relação das empresas com suas revendedoras e o grau de exploração ao qual estão subordinadas.

Nessa perspectiva, ABÍLIO (2014) chama atenção para o caráter “atrativo” do SVD frente a uma realidade de dificuldades provocadas pelas desregulações no mundo do trabalho que, num contexto de disseminação da cultura do empreendedorismo, pode converter-se em diferentes formas de ocupação: “a do complemento familiar; a de uma ocupação alternativa ante a rotatividade do mercado de trabalho e a de um trabalho que não ponha em jogo o papel familiar feminino tradicionalmente estabelecido” (ABÍLIO, 2014, p. 90), o que aponta para seu caráter informal à medida que acaba implicando “relações de trabalho precárias, de baixa remuneração, que em sua maioria não são publicamente reguladas” (ABÍLIO, 2014, p. 86). De acordo com isso, podemos afirmar que a ausência de formas preestabelecidas somadas à desregulamentação que caracteriza o modelo do SVD³⁷¹ fornece índices para refletir acerca das novas configurações de exploração do trabalho no neoliberalismo, que promove precarização e informalidade no mundo do trabalho sob a criação de uma “cultura forte” em torno de valores empreendedoristas. É nesse sentido que buscamos compreender a postura de desresponsabilização da Natura e da Avon em relação ao vínculo trabalhista com suas revendedoras, que estão na base de sua estrutura produtiva e sempre são retratadas como “autônomas”, “independentes” ou “empresárias de si”.

No mundo das aparências, as empresas buscam afirmar a existência de uma relação de “parceria” com suas revendedoras. No chão concreto do mundo do trabalho, não vacilam no que se refere ao controle de sua força de trabalho. Dessa forma, ABÍLIO (2014) observa que nos âmbitos da produção e da distribuição, “o trabalho sem formas definidas [das revendedoras] traduz-se em informação muito bem definida e controlada” (p. 49) à medida que seu “sistema *just in time* permite que [a produção/distribuição] sejam geradas de acordo com a demanda” – o que explica, por outro lado, o nível de cobrança das empresas sobre suas revendedoras para que atinjam metas de vendas e recrutem novas revendedoras regularmente. O sistema *just in time*, nesse sentido, garante uma dinâmica em que

A realização do valor se dá dentro da própria fábrica, a produção é não só pautada, mas também garantida, pelo trabalho das mulheres. (...)O tombo pode ficar por conta das consultoras. Os riscos são transferidos para seu trabalho. (...)Para a empresa, a baixa inadimplência está assegurada: pelo boleto de pagamento que implica em juros altos pelo atraso; pelo valor-limite que a consultora pode faturar, de forma que, para fazer um novo pedido, tem de ter quitado a fatura anterior; pela invalidação de seu CPF na Serasa em caso de inadimplência. O que “tece a rede” é essencialmente a transferência do próprio risco. Para as vendedoras, a informalidade da relação de vendas se estende aos

³⁷¹ Que precisa ser pensada em termos políticos, uma vez que sua “flexibilização se caracteriza pela desregulação do trabalho, a qual muitas vezes passa pelo reconhecimento e pela legislação do Estado, não tendo, assim, o caráter de ilegalidade” (ABÍLIO, 2014, p. 75).

calotes eventuais; resta-lhes arcar com o prejuízo e recorrer a métodos informais de garantia do pagamento e a estratégias “seguras” de venda (ABÍLIO, 2014, p. 214).

Assim, compreende-se concretamente as condições de trabalho enfrentadas pelas revendedoras Natura e Avon através do modelo de SVD, que além de não fornecer qualquer garantia de rendimentos às trabalhadoras, contribui ativamente para o esmaecimento das formas e relações de trabalho no contexto neoliberal de acumulação, implicando novas maneiras de exploração da força de trabalho feminina – empurrada cada vez mais para a informalidade e precarização. Nesse sentido, é válido problematizar até que ponto “tal flexibilização está associada às características tipicamente precárias do trabalho feminino” (ABÍLIO, 2014, p. 84), especialmente no contexto brasileiro de atraso econômico, no qual as relações de produção aparentemente arcaicas são funcionais às novas configurações de exploração do trabalho, dando origem ao “desenvolvimento das mais diversas atividades e ocupações precárias, de baixa remuneração, que muitas vezes nem aparecem, ou não são contabilizados, como trabalho” (ABÍLIO, 2014, p. 76)³⁷².

Nessas condições, a força de trabalho feminina é altamente impactada uma vez que passa a dominar as posições no mercado informal de trabalho e em ocupações precárias, fazendo com que as mulheres trabalhadoras assumam “o sustento familiar no papel de ‘viradoras’, desempenhando as mais diversas ocupações temporárias, informais e domiciliares – de ‘bicos’ e trabalhos domésticos a inscrição em programas sociais” (ABÍLIO, 2014, p. 86-87). Além disso, é preciso levar em consideração a força da ideologia dominante no desmantelamento da consciência de classe no mundo do trabalho a partir da disseminação de uma “cultura do empreendedorismo” – própria à ideologia neoliberal. Nesse sentido, é delineável o esforço dos setores dominantes do capital para promover confusão ideológica no interior da classe trabalhadora. No caso das empresas aqui em análise, essa política manifesta-se desde o uso da linguagem e tratamento das revendedoras (caracterizadas como “consultoras”, “executivas”, “líder”, “gerente” e etc.) à construção de uma “cultura forte” em torno de seus “valores empresariais”, muitas vezes internalizados pelas trabalhadoras que passam a ser

³⁷² Ao recuperar as discussões acerca do caráter político do atraso econômico brasileiro, ABÍLIO (2014) ainda reflete acerca de sua relação com o processo de modernização e indica que o desenvolvimento histórico-concreto das relações de produção sob tal dinâmica consiste numa forma de superexploração da força de trabalho e rebaixamento de suas condições de vida, o que implica uma ampla e crescente “feminização” do mercado de trabalho e a ampliação da informalidade – compreendida “como expressão do aprofundamento da desigualdade social” (ABÍLIO, 2014, p. 73) entre as mulheres.

“propagandas vivas” das empresas. São essas e outras questões que, a partir das linhas que se seguem, serão aprofundadas e discutidas a partir de sua complexidade própria.

3.1- Análise das fontes processuais: trabalhadoras Avon

3.1.1- Maria José

O caso de Maria José, servidora pública, foi autuado em 24 de novembro de 2015 e se desenrolou sob reclamação do reconhecimento de vínculo empregatício e cobrança dos seguintes direitos trabalhistas: aviso prévio, férias vencidas, férias proporcionais, décimos terceiros em acúmulo, FGTS, recurso frente demissão sem justa causa, anotação na CTPS, repouso semanal remunerado e feriados, diferenças salariais e seguro-desemprego. Exercendo o cargo de Executiva de Vendas de outubro de 2012 a fevereiro de 2015, sob o nível de Executiva Master³⁷³, Maria José foi demitida sem justa causa ou sem qualquer espécie de aviso prévio pela Avon. Já conhecidas as funções que uma Executiva de Vendas executa no interior da estrutura produtiva da empresa, importante evidenciar que a autora elenca uma série de evidências (recolhimentos previdenciários, extrato de ganhos, e-mails, etc.) que comprovam a subordinação via cobrança/existência de metas a serem cumpridas. Sua defesa afirma a presença de todos os requisitos que caracterizam uma relação de trabalho na relação entre Maria e a Avon, como continuidade, subordinação, onerosidade e pessoalidade, resultando na reciprocidade de obrigações entre as partes a partir da “prestação de serviços pelo empregado e contraprestação pecuniária por parte do empregador” (p. 13). Nesse sentido, fica evidente a existência de vínculo trabalhista em que Maria participa como parte subordinada visto que, mesmo que não de maneira direta, a empresa tem a capacidade de direcionar a forma e o modo de execução das atividades, uma vez que ocorrem “as obrigações das Executivas com metas, reuniões, relatórios diários, metas globais, etc.” (p. 13).

Em contestação, a Avon se pronuncia no dia 08 de janeiro de 2016 através de seus advogados, alegando que Maria José jamais havia sido empregada da empresa e que prestava serviços de maneira autônoma sob o argumento de que ao participar do Sistema de Vendas Diretas, “o revendedor autônomo assume uma condição de empresário direto independente, sendo inteiramente responsável pela gestão de seu próprio negócio” (p. 58) tendo em vista que “adquire os produtos [diretamente] da empresa por um preço de atacado” (p. 58) sem, de qualquer modo, “manter com essa empresa relação de emprego” (p. 57). Na tentativa de eximir-

³⁷³ Nessa posição, “a quantidade de revendedoras ativas sob o controle da reclamante chegou a aproximadamente cem” (p. 505).

se de qualquer tipo de responsabilidade patronal, a defesa da Avon segue reforçando a ideia de que as “executivas de vendas”, por assumirem “uma postura empreendedora e independente” (p. 59), são livres para definir suas “estratégias comerciais” uma vez que “a relação jurídica mantida entre as partes sempre foi estrita e nitidamente comercial” (p. 64). Em busca de negar a existência de subordinação, a empresa lança mão de diversas alegações que, a partir de diferentes perspectivas, ligam-se no sentido de desmentir a presença de vínculo empregatício com Maria José, a exemplo da maneira que explora o debate sobre o Sistema de Vendas Diretas, utilizado como escudo argumentativo para escamotear a exploração da força de trabalho que pratica sobre suas trabalhadoras – denominadas como “executivas de vendas”.

Ao seguir a tendência de esmaecer demandas da jornada de trabalho das “executivas”, a defesa busca aproximar suas funções com aquelas desempenhadas pelas “revendedoras” – que apesar de terem em comum o vínculo trabalhista com a empresa, têm diferentes responsabilidades no funcionamento da estrutura produtiva da empresa. De acordo com isso, alega a Avon que ambas adquirem diretamente os produtos e os revendem livremente a seus clientes, com a única diferença “básica” de que as “executivas” passam “a gozar da ‘faculdade de indicar pessoas(...) que desejam atuar como revendedoras autônomas varejistas’, recebendo, em contraprestação, comissões” (p. 62-63). Nesse sentido, a defesa da Avon afirma que através do SVD a “executiva de vendas”, considerando que está à liderança de uma equipe de “revendedoras”, “tem a possibilidade de obter ganhos ilimitados por meio de comissões e pedidos da equipe” (p. 59), embora de maneira independente, tendo-se que seu “lucro” depende “e é proporcional à sua habilidade de operar a própria” produtividade (p. 60). Entretanto, jamais abre brecha para se pensar os meios concretos para que as “executivas” consigam manter sua produtividade enquanto tal, pois se seu rendimento depende da “bonificação sobre as vendas de cada um dos(as) indicados(as)” (p. 59), é necessário que estabeleçam certo grau de comprometimento com as metas para manter um bom rendimento.

Para isso, ainda, torna-se patente que as “executivas” mantenham um vínculo direto e ativo com as “revendedoras” no sentido de acompanhar, controlar e/ou coordenar suas atividades em virtude da nítida relação de hierarquia e dependência entre elas – em contrapartida à vigilância e às cobranças da empresa em relação ao desempenho de ambas. Nesse sentido, a leitura a contrapelo da argumentação da defesa da Avon revela uma série de contradições através de seu próprio ponto de vista, uma vez que em sua tendência de negar o vínculo empregatício com as “executivas” afirma a não existência de “metas” ou obrigações para além das vendas a serem cumpridas, todavia, contraditoriamente indica que para manter-

se cadastrada enquanto “executiva”, seria necessário “cumprir requisitos durante as campanhas” (p. 60) como “(i) adquirir um valor mínimo de produtos através de pedidos pessoais; (ii) possuir um número mínimo de pedidos feitos por outras revendedoras de sua equipe e; (iii) indicar novas revendedoras” (p. 60). Dessa forma, perguntamos: como seria possível atingir um número mínimo de pedidos de TODA equipe sem que as “executivas” exerçam cobrança sobre as “revendedoras” através do estabelecimento de metas? E mais: como isso não se converteria na determinação de metas para elas próprias, que dependem também do desempenho das anteriores? Não fosse assim, o que mais poderia significar a afirmação de que “a Executiva de Vendas só precisa cumprir as regras do Programa para se manter cadastrada” (p. 69)?

Do ponto de vista das trabalhadoras, a única conclusão que se pode tirar é que elas precisam atingir as metas caso “queiram” manter ativa esta fonte de renda. Outras contradições não tardam a aparecer, como quando alega a empresa que

a Executiva de Vendas pode, mas por sua livre e exclusiva iniciativa[...] buscar esclarecimento sobre eventual inadimplemento junto a revendedoras por ela indicadas (mas está terminantemente proibida de praticar qualquer ato efetivo de cobrança, porquanto não é mandatária da reclamada, que contrata serviços terceirizados de agências de cobrança), com o intuito de garantir as suas comissões (p. 68).

Ora, se segundo a própria Avon “(ii) possuir um número mínimo de pedidos feitos por outras revendedoras de sua equipe” é um dos requisitos principais para tornar-se uma “executiva de vendas” como, por exemplo, o “esclarecimento sobre eventual inadimplemento” das “revendedoras” da equipe pode consistir numa “livre e exclusiva iniciativa”? Lembre-se que a própria defesa afirmara que as “executivas”, caso tivessem interesse em manter-se enquanto tais, “só precisam cumprir” os requisitos do Programa. Se o não cumprimento das metas implica no desligamento, não se trata de uma “livre e exclusiva” iniciativa como quer fazer parecer a Avon. Ainda em relação às comissões e a negação da empresa no que diz respeito ao vínculo empregatício com Maria José, considerada sempre como autônoma: se a defesa afirma a existência de uma simples “relação comercial”, então por que bonificar? Torna-se evidente, para nós, que esse “benefício” se dá em virtude do aprofundamento das responsabilidades das “executivas”, que transformam-se numa espécie de correia de transmissão de responsabilidades e metas estabelecidas para empresa, que aparece de maneira indireta nesta relação – mas apenas aparece.

Para imiscuir-se de tal responsabilidade, a Avon passa a se defender por meio de estratégias argumentativas que chegam a ser medonhas mas que, tratadas a partir do paradigma indiciário, podem trazer à tona contradições muitas vezes veladas e evidenciar índices acerca da flexibilidade das relações de trabalho que estão na base dos padrões neoliberais de produção. Transformando a necessidade em virtude, a Avon aponta que “são profissionais liberais, donas de casa, estudantes e aposentadas que encontraram na venda direta uma oportunidade de negócios e uma fonte de renda” (p. 58), vangloriando-se da amplitude das categorias de mulheres que seu SVD consegue abarcar – o que torna nítida a presença da “diversidade” no interior da precarização e como o capital parece cada vez mais familiarizado em se apropriar positivamente das diferenças para sua própria dinamização. Além disso, no que se refere à instrumentalização da causa feminina, é notável o apelo da empresa ao caráter feminino de sua força de trabalho – inclusive em desfavor a uma mulher que entrou com processo contra a Avon! – como uma forma de autopromover-se como fornecedora de “oportunidades” para as mulheres, uma vez que para fazer parte do SVD elas “não precisam ter nenhuma experiência, não passam por nenhum processo de seleção para iniciar seu próprio negócio, que requer baixo investimento” (p. 59) – “facilidade” que, por outro ângulo, talvez possa funcionar como atrativo para aquelas mulheres de baixa escolaridade e maior vulnerabilidade social, ou seja, as mais precarizadas, exploradas e oprimidas socialmente.

Outra argumentação da Avon para negar a relação trabalhista entre as partes é a afirmação de que “a Reclamante não era obrigada a comparecer na empresa diariamente, até mesmo porque, (...) sequer a Reclamada mantém filial na cidade em que a Autora mora” (p. 74). Como se o puro e simples fato de não ter que comparecer a um espaço físico determinado todos os dias fizesse as obrigações referentes ao cargo desaparecer magicamente! Mesmo que ocorresse apenas na modalidade remota – o que não era o caso, como veremos – não deixaria de ser um emprego, uma vez que ainda haveria relação de subordinação através da “prestação de serviços pelo empregado e contraprestação pecuniária por parte do empregador” (p. 13). Noutra perspectiva, o conteúdo contido nas arguições da defesa da Avon permite identificar as diferentes (e quase identificáveis de tão flexíveis) formas contemporâneas que o capital manifesta seu poder de expropriação, em especial em relação à força de trabalho feminina. Dessa forma, afirma orgulhosamente a empresa que Maria José, sempre retratada como autônoma e independente, “poderia prestar serviços para várias outras empresas, inclusive concorrentes” (p. 55) e “não [tinha] local ou horário de trabalho” (p. 68), na tentativa de justificar, a partir disso, que não existia qualquer tipo de vínculo empregatício com esta, como

se não fosse possível conciliar as vendas com outros tipos de trabalho, tal qual era o caso de Maria José e de tantas outras “executivas” e/ou “revendedoras” da Avon – marca que, aliás, caracteriza boa parte da sua força de trabalho.

Após duas tentativas falhas de conciliação entre as partes (realizadas em 11 e 27 de janeiro de 2016), a sentença sobre o processo determinou o reconhecimento do vínculo empregatício entre as partes e da dispensa sem justa-cause, condenando a Avon a realizar o registro do contrato na CTPS da autora e os depósitos de FGTS, além de “pagar as verbas contratuais e rescisórias, indenização substitutiva do seguro-desemprego, bem como a multa do art. 477 da CLT 491”, indeferindo apenas o pagamento de descansos semanais remunerados e das diferenças salariais visto que considerou que Maria José não conseguiu se livrar do ônus da prova nestes casos. O poder judiciário que julgou o caso, inclusive, mostrou-se bastante lúcido no que se refere às novas formas de exploração do trabalho ensejadas pelo capital na contemporaneidade, que segundo seu entendimento “têm propiciado outras concepções à subordinação além da compreensão advinda da tradicional interpretação” (p. 483) uma vez que o sistema de produção adquiriu novos contornos para a caracterização do vínculo empregatício ao forjar um “contexto de subordinação mais sutil e vasto do que a histórica ideia de ‘subordinação jurídica’”³⁷⁴ em que torna-se dispensável o controle direto do empregador, “que passa a ordenar apenas a produção, como um todo, e o controle se faz por meio do acompanhamento dos resultados do trabalho” (p. 484) – assim como verificamos no caso da própria Avon.

Ao fazer a entrada de recurso ordinário por “não concordar com alguns pontos” (p. 500) da sentença, Maria José recorre para sua reforma no sentido da obtenção do repouso semanal remunerado e das diferenças salariais – o que consegue posteriormente no acórdão. A Avon, por sua vez, também entra com recurso ordinário para contestar a sentença reforçando a inexistência de vínculo empregatício com a reclamante, argumentando que “não [havia] subordinação jurídica, mas sim, parceria” (p. 523), pois ao assinar por livre e espontânea vontade o Contrato de Comercialização, a “executiva” estava ciente do caráter “autônomo” de suas atividades: não “fosse assim, teria ela procurado um emprego formal nos moldes da relação de emprego estatuída pela Consolidação das Leis do Trabalho” (p. 521). Fica evidente nesse trecho a culpabilização que recai sobre a trabalhadora pela sua “falha” em não corresponder às

³⁷⁴ Uma vez que é justamente a ausência de regulamentação que caracteriza o grau precariedade e subordinação inerente à relação da Avon com suas “representantes de beleza”.

expectativas e não conseguir manter um bom rendimento, tendência caracteristicamente fomentada pela cultura empreendedorista neoliberal, por sua vez amplamente baseada no individualismo – enquanto nenhuma palavra é dada acerca das atribuições da empresa. Mas não para por aí, pois com objetivo de ausentar a Avon de suas responsabilidades enquanto empregadora, sua defesa faz questão de salientar que “foi aquela quem procurou a Recorrente buscando uma atividade que lhe desse autonomia de trabalho e lhe rendesse renda” (p. 521). Ora! E por acaso o fato de Maria José ter ido em busca da empresa neutraliza o caráter subordinado da relação e o vínculo empregatício?³⁷⁵ Nesse sentido, nenhum dos outros argumentos utilizados pela Avon podem prosperar à medida que não dão conta de provar a inexistência da relação trabalhista entre as partes. São eles:

(i) não possuía jornada fixa de trabalho, (ii) não tinha metas objetivas a serem alcançadas, posto que não sofria qualquer desconto, caso estas não fossem cumpridas, (iii) não recebia ordens diretas ou sanções disciplinares, (iv) tinha total mobilidade, podendo se ausentar do posto de trabalho (leia-se da sua casa) e (v) não recebia remuneração da Recorrida e, sim, lucros decorrentes das vendas efetuadas, evidenciando assim a assunção, pela Recorrida, dos riscos de sua atividade (p. 524).

A empresa insiste ainda que a inexistência de uma “jornada fixa” implica a ausência de vínculo trabalhista, o que é falso, tendo-se que mesmo podendo “fazer” seu próprio horário, Maria José nunca pode se livrar das obrigações de sua função como “executiva de vendas”. Assim como a “ausência de sanções” e a “total mobilidade” para ausentar-se do local de trabalho também não retira suas responsabilidades trabalhistas. Além disso, afirma a Avon que não existiam metas a serem batidas – o que nem de longe é uma exigência para a presença de vínculo trabalhista – e que caso estas não fossem cumpridas (afinal, elas existem ou não?), não haveria qualquer tipo de desconto. Neste caso, como seria possível não haver desfalques na remuneração caso a meta de vendas não fosse batida? Na verdade, o rendimento das “executivas” não depende exatamente disso? Para se esquivar da questão, sua defesa afirma que o “requisito da relação de emprego é a onerosidade e essa não se confunde com o lucro” (p. 526). Ora, mas qual lucro, tendo em vista que as “executivas” têm seus ganhos limitados com a venda dos produtos?³⁷⁶ A artimanha é tamanha que a defesa chega a alegar que “não restou

³⁷⁵ Aliás: em que isso é diferente da regra geral, na qual as pessoas saem de casa em busca de emprego e não o contrário?

³⁷⁶ Que geralmente implica em rendimentos baixíssimos ou até mesmo prejuízos para as revendedoras, que por vezes precisam revender os produtos em estoque abaixo do preço comprado originalmente ou simplesmente não conseguem canalizá-los. Isso sem falar que para lucrar é preciso explorar, o que nenhuma das revendedoras está em condições de fazer visto que não possuem meios para tal – muito pelo contrário: a posição de precariedade que ocupam no interior do mercado informal evidencia o nível de exploração ao qual estão submetidas.

configurada a subordinação jurídica da Recorrida, nem a técnica e tampouco a econômica” (p. 524), como se a relação estabelecida entre as partes fosse, de fato, de “parceria para o incremento de negócios” (p. 522).

Num belo exemplo de promoção de “empoderamento feminino”, a Avon chega inclusive a solicitar o indeferimento da concessão do direito à gratuidade de justiça a Maria José, afirmando que a trabalhadora não conseguiu provar que “esteja impossibilitada de arcar com os custos inerentes ao processo” (p. 538), ao que o poder judiciário responde negativamente uma vez que basta a simples declaração de não possuir condições financeiras para que seja disponibilizada. Em resposta ao recurso ordinário movido pela Avon, o entendimento jurídico aponta para o fato de que durante todo o processo, “o único argumento da promovida, para rechaçar a condenação, retorna à alegada inexistência de emprego, tema já superado na presente análise” (p. 609). Através de diferentes perspectivas, tem-se que a Avon, até onde pode, não reconheceu a existência de vínculo empregatício que mantinha com Maria José e explorou tal “argumento” à exaustão, evidenciando também muita engenhosidade na elaboração de artimanhas argumentativas³⁷⁷. De acordo com a própria conclusão do poder jurídico à frente do caso, “a prestação de trabalho por pessoa física e com personalidade está perfeitamente delineada” (p. 603), uma vez que Maria José era a principal responsável “pela arregimentação, treinamento e gerenciamento do desempenho das vendedoras que indicava” (p. 603), reconhecendo a existência de metas e objetivos a serem cumpridos (mesmo que indiretamente através da figura da Gerente de Setor) para fazer com que a trabalhadora “cumprisse as metas fixadas em cada campanha instituída pela reclamada, bem como a manter e ampliar sua equipe, sob pena de sofrer redução em seus ganhos” (p. 605).

Torna-se evidente, a partir de todas as problemáticas aqui já levantadas, a existência do vínculo de trabalho entre Maria José e a Avon – inclusive comprovada através da presença de outros elementos que caracterizam tal relação, como a não eventualidade (uma vez que a “executiva” trabalhou por três anos consecutivos para a empresa), a onerosidade (patente a partir da leitura dos “extratos de ganhos” trazidos pela trabalhadora) e a subordinação, que não se manifestava de maneira direta mas, existia, entendendo-se que não sendo obrigatoriamente ostensiva – especialmente em virtude das novas modalidades de exploração do trabalho no contexto neoliberal – “pode revelar-se pelo simples poder à disposição do empregador de

³⁷⁷ O que torna patente a importância da atuação de seus intelectuais orgânicos, neste caso encarnados nas figuras de seus advogados.

orientar ou direcionar a atividade produtiva” (p. 604). Nesse sentido, cai por terra toda argumentação da defesa da Avon de que Maria José era autônoma ou exercia qualquer tipo de empreendedorismo, uma vez que tinha obrigações a cumprir diante das demandas impostas para permanecer na pretensa “relação comercial” com a empresa – desempenho que, aliás, determinavam a própria variação de seus ganhos, como vimos. Encurralada pelas evidências e as determinações atribuídas pelo entendimento jurídico que fez o julgamento do caso, a Avon foi obrigada a reconhecer o reconhecimento do vínculo empregatício e conceder os direitos trabalhistas de Maria José, que encontrou na justiça um instrumento de luta contra os abusos perpetrados pela empresa e conseguiu sair vitoriosa, pelo menos nessa batalha, contra as forças do capital.

3.1.2- Ana

Ana, comerciante, moveu processo contra a Avon no dia 09 de setembro de 2020 para reclamar o reconhecimento de vínculo empregatício e recebimento de direitos trabalhistas. Contratada em agosto de 2014, a trabalhadora exerceu a função de “executiva de vendas” até fevereiro de 2020 e foi desligada sem obter qualquer tipo de verba rescisória ou receber aviso prévio; por isso, recorreu à Justiça do Trabalho para requerer seus direitos a aviso prévio, FGTS, férias, descanso semanal remunerado, diferenças salariais, décimo terceiro proporcionais e integrais e seguro-desemprego. Por encontrar-se desempregada, Ana também solicitara o direito à justiça gratuita, alegando não possuir “condições de arcar com as custas e demais despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e da sua família” (p. 1). Para comprovar seu vínculo empregatício com a Avon, a trabalhadora elenca uma série de evidências (extratos de ganhos e *printscreens*) que tornam patente a existência não só do vínculo, mas de cobranças e metas próprias à atividade que exercia. Nesse sentido, a defesa de Ana delinea a presença de todos os elementos que caracterizam a relação empregatícia, ou seja, subordinação, pessoalidade, continuidade e remuneração. Assim, alega que apesar de nunca ter tido seu contrato de trabalho registrado formalmente, “a partir da data em que passou a ser executiva de vendas, [a trabalhadora] inseriu-se na estrutura econômica da empresa, sendo que a sua atuação era necessária para a finalidade empresarial” (p. 3).

Ainda mais interessante neste caso são os recursos argumentativos da Avon em sua contestação, que são inacreditavelmente engenhosos, como veremos no desenvolver da análise. Além de fazer de tudo para negar a existência de vínculo empregatício entre as partes, a empresa defende a ideia de que a Ana “sempre desenvolveu atividade com a mais absoluta autonomia”

(p. 110) sob o argumento de que as “executivas de vendas”, trabalhando de maneira independente, “são auxiliadas por parentes e amigos, não sendo indispensável e muito menos exigida pessoalidade” (p. 110) e como atuam “com plena liberdade de horário, muitas exercem outras atividades remuneradas, como empregadas ou servidoras públicas (inclusive de Tribunais Regionais do Trabalho!!!)” (p. 111). Como a Avon pode se valer da remota possibilidade de as “executivas” ter algum “auxílio” (aliás, que tipo de auxílio?) por familiares ou amigos para negar a existência de relação trabalhista entre ela e suas “executivas de vendas”? Além disso, mais uma vez aparece o “mérito” ostensivo da Avon pela “diversidade” de mulheres que aderem ao seu modelo de negócios – ignorando, obviamente, as “facilidades” que fazem desta uma fonte de renda se espraia amplamente entre a força de trabalho feminina, que imersa num contexto neoliberal de insegurança e desemprego é empurrada para condições cada vez mais precárias de trabalho³⁷⁸. Mas “a cereja do bolo” foi o fato da defesa ter solicitado a condenação de Ana sob a acusação de “litigância de má-fé”: trocando em miúdos, uma empresa bilionária exigindo indenização máxima de uma mulher desempregada em mais um exemplo de promoção de seu “empoderamento feminino”.

Em busca de construir sua argumentação no sentido de negar a presença de vínculo empregatício da Avon com as “executivas”, sua defesa utiliza-se de questões que são bastante caras ao mote dessa pesquisa, como as “ações sociais” promovidas pela empresa presentes em sua contestação contra o processo de Ana. Nesse sentido, afirma a defesa que “as levianas acusações causam ainda maior perplexidade quando se examina a preocupação social da Avon” (p. 122) à medida que busca reafirmar a ideia de que a empresa tem como marca a “consciência social” que faz dela um “exemplo de cidadania”, valendo-se, inclusive, da existência do Instituto Avon para afirmar suas iniciativas em “benefício” das mulheres. Outro tópico explora o argumento acerca do suposto estímulo da empresa ao “empoderamento da mulher” ao alegar que “no modelo da Avon as mulheres representam cerca de 99% do total de revendedoras” (p. 123) – o que para nós torna-se uma pista para localizar social e materialmente onde e como se manifesta a verdadeira “representatividade feminina”³⁷⁹. A partir disso, podemos melhor compreender de que maneira, sob o contexto do “imperialismo pós-moderno”, a ideologia

³⁷⁸ Tal argumento de “diversidade”, por outro lado, também é utilizado como forma de homogeneizar o grau de comprometimento e responsabilidade das “representantes de beleza” Avon como se, por exemplo, uma dona de casa revendedora que tem as vendas como fonte exclusiva de renda estivesse no mesmo patamar social que uma advogada que, porventura, viesse a fazer das vendas um complemento de renda.

³⁷⁹ Levando-se em conta o alto grau de precarização e informalidade presentes no interior da força de trabalho feminina brasileira, tendemos a partir das observações de ABÍLIO (2014) no sentido de que “mais do que a própria atividade das revendas em si, estão em pauta as crescentes dificuldades no mercado de trabalho que levam mais e mais mulheres a se tornarem consultoras” (p. 91).

dominante adquire força material na dinâmica viva da luta de classes, isto é, como capital se aperfeiçoou no sentido de lutar através de todas as suas frentes – e aqui especialmente pela atuação de seus intelectuais orgânicos e aparelhos privados de hegemonia, como consideramos o Instituto Avon – para colocar ao seu favor questões que, em princípio, deveriam funcionar contra sua lógica de produção. Ocorre, nesse sentido, inclusive a humanização da empresa, que por ser tão “preocupada socialmente” passa a ser automaticamente um grande “exemplo de cidadania”.

Neste caso, evidenciemos mais uma vez a instrumentalização do “empoderamento feminino”, que sofreu um processo tão intenso de banalização acerca de seu sentido que tragicamente pode ser utilizado contra as próprias mulheres – o que no caso de Ana expõe as contradições inerentes à sua condição de classe e gênero, uma vez que é atacada não só como mulher, mas como trabalhadora pela empresa bilionária a qual serviu por cerca de seis anos. Além disso, verifica-se que a defesa abstrata dos direitos humanos tornou-se uma estratégia do capital, e neste caso da própria Avon, como exercício justificação ideológica à medida que vangloria-se de suas “ações sociais” e “consciência social” para negar o reconhecimento de direitos a uma trabalhadora. Segundo sua perspectiva, um dos principais motivos pelo qual a força feminina “adere” ao SVD é “a independência na execução da atividade e especialmente a liberdade de horário” (p. 123), o que o torna “uma oportunidade inquestionável à afirmação da independência e participação da mulher no âmbito social e econômico” (p. 124) – o que silencia completamente acerca do custo de tal “independência” e “participação”, tendo em vista que é em virtude do grau de precarização no interior da força de trabalho feminina no Brasil que as mulheres precisam recorrer às formas de trabalho mais degradantes e ao mercado informal, como o próprio SVD da Avon.

Ainda é pertinente chamar atenção para o fator “representatividade” do argumento da Avon, uma vez que aqui podemos perceber como a situação desfavorável das mulheres se converte positivamente ao seu favor – não só materialmente, no âmbito da exploração da força de trabalho, mas especialmente na dimensão das ideias/aparências. Nos referimos ao fenômeno da precarização no interior da força de trabalho feminina, que agudiza-se cada vez mais e ganha formas cada vez mais flexíveis e escorregadias no sentido de sua apreensão teórica, como é o caso das próprias revendedoras Avon. Nesse caso, a empresa aproveita-se do fato de ter as mulheres como maioria de seus trabalhadores para se promover como uma marca que gera “oportunidade” de trabalho às mulheres, quando na verdade todo sucesso financeiro da Avon depende diretamente da exploração da força de trabalho delas, que estão inseridas como peça-

chave na estrutura produtiva da empresa. A “representatividade” feminina aqui aparece nitidamente, pois como a própria defesa expõe, no SDV da Avon “participam mulheres de diversos níveis sociais, remuneração e escolaridade” (p. 123), além de ser “uma grande oportunidade de trabalho para muitas mulheres com idade avançada” (p. 123), o que indica a amplitude, profundidade e intensidade do processo de precarização da força de trabalho feminina no contexto de flexibilidade neoliberal – que se desdobra, conseqüentemente, na “diversidade” de mulheres que é capaz de abarcar.

E é nessa perspectiva neoliberal que se estrutura toda argumentação da Avon para não assumir a responsabilidade no que se refere ao reconhecimento dos direitos trabalhistas de Ana, uma vez que a defesa também recorre à concepção empreendedorista para referir-se às suas trabalhadoras, sugerindo que “as revendedoras e revendedoras executivas de vendas são verdadeiras empreendedoras, auferindo o lucro das vendas próprias e do grupo, não havendo intromissão da Avon nessa relação” (p. 155) visto que sua relação com estas “termina na aquisição do produto” (p. 125). Consideradas autônomas e independentes, as “executivas” são caracterizadas sempre como se “aderissem” por esporte às vendas dos produtos Avon, como faz parecer no caso de Ana ao afirmar que “se, em algum momento, prestou auxílio [às revendedoras], o fez por conta própria” (p. 148) e apenas “se quiser, pode indicar novas revendedoras para atuação” (p. 125) – eximindo-se sempre à responsabilidade e partindo da culpabilização individual de Ana, que segundo a Avon “possuía ampla liberdade e autonomia” (p. 126). Nesse sentido, o caráter meritocrata dos argumentos da empresa é flagrante à medida que baseia-se numa concepção individualista e culpabilizadora para enquadrar Ana, alegando que “competia somente a ela organizar seus horários” (p. 126) considerando-se que obtinha “ganhos maiores (ou menores) na medida em que crescia o desempenho das vendas” (p. 127).

Embora tente pintar um quadro de que a atividade das “executivas” ocorre de maneira livre e independente, encontramos furos que fazem cair por terra toda a argumentação da Avon nesse sentido pois, logo em seguida, a defesa fala sobre os “requisitos” para tornar-se uma e dos “riscos” que acompanha o negócio caso não consigam fazer “um pedido por campanha e [indicar] três novas revendedoras a cada campanha, [uma vez que] sem tais requisitos o contrato é rescindido”. Assim, podemos problematizar: de que maneira estas não seriam metas a cumprir pelas “executivas”? E mais: onde insere-se a autonomia e liberdade nessa história – considerando-se que são requisitos para o exercício da função? Na prática, foi justamente por não conseguir atingir tais objetivos que Ana foi “desligada” da empresa – vale-se lembrar: após cerca de seis anos de trabalho e sem qualquer tipo de aviso prévio ou recebimento de verbas

rescisórias. No caminho que se segue à culpabilização individual, o “contrato” referido acima é utilizado para justificar a atribuição do ônus da situação à Ana, afirmando a Avon que ela “tinha plena consciência de suas regras, com as quais anuiu livremente” (p. 161) – sendo este, segundo a defesa da trabalhadora, um falso “contrato comercial” que tem por objetivo “burlar a legislação trabalhista de forma a tentar garantir à empresa reclamada a isenção de qualquer dever” (p. 2). Ainda no que diz respeito à contestação da Avon, sua defesa chegou inclusive a solicitar o indeferimento do direito à justiça gratuita para Ana, que à época encontrava-se desempregada, argumentando que “nos termos da lei, o benefício da gratuidade da justiça não é amplo e irrestrito” (p. 168) – o que, na verdade, pode ser entendido como a materialização dos benefícios advindos da recente reforma trabalhista para as forças do capital.

O processo de Ana é bastante extenso (quase 1900 páginas) e repleto de “idas e vindas” (réplica, tréplica, recursos, anexação de evidências, etc.), especialmente em virtude dos recursos monumentais demandados pela Avon, o que indica o tremendo esforço da Avon em mover forças para lutar contra o reconhecimento de direitos trabalhistas (e do próprio vínculo empregatício, neste caso) de uma trabalhadora que, diga-se de passagem, solicita um recurso financeiro que nem de longe é capaz de acarretar qualquer tipo de “prejuízo” à empresa, que só no ano de 2021 faturou cerca de 2,6 bilhões – enquanto Ana solicita, ao todo, por volta de 45 mil reais. Talvez as custas processuais tenham sido mais caras que ter reconhecido, desde o início ou a partir do recebimento do próprio processo, os direitos trabalhistas da trabalhadora – basta observar que após a primeira contestação, a Avon valeu-se mais de oito vezes(!!!) de recursos, contrarrazões, manifestações, etc., arrastando o processo até julho de 2022³⁸⁰. Em uma dessas “idas e vindas”, a defesa de Ana elenca as diferentes obrigações das “executivas de vendas” e chama atenção para o caráter uniformizante que a Avon caracteriza as atribuições relegadas às “revendedoras” e às “executivas”, como se não houvesse qualquer tipo de diferença entre suas funções, enfatizando inclusive a existência da relação de subordinação estrutural com a empresa, uma vez que as “a figura da executiva de vendas está intrinsecamente ligada a facilitar/organizar o trabalho das gerentes” (p. 1214). Noutra perspectiva, a defesa da trabalhadora não poderia ser mais categórica ao evidenciar as contradições da Avon em utilizar-se da ideia de “empoderamento feminino” contra Ana, destacando que

não se apresenta razoável (para dizer o mínimo) que a reclamada atinja lucros milionários à míngua da exploração ilegal da mão de obra se suas operárias, a margem dos melhores postos no mercado de trabalho, e justifique a ilegal

³⁸⁰ Algo observado pela própria defesa de Ana, que assertivamente afirma que “a grande preocupação da reclamada é prover uma defesa quilométrica, pouco importando a seriedade dos argumentos suscitados” (p. 1215).

exploração como um ato de caridade ou preocupação social. (...)Se, a reclamada deseja realmente promover o bem-estar das mulheres que estão sob suas ordens que faça a devida anotação do contrato de trabalho na CTPS das obreiras e pague todas as verbas inerentes ao contrato de trabalho (p. 1216).

É importante recuperar também parte das evidências testemunhais produzidas durante a audiência de tentativa de conciliação entre as partes visto que evidenciam a instrumentalização feita pela Avon de suas trabalhadoras, que usa outra trabalhadora para depor contra Ana: Márcia Garcia (pseudônimo), gerente de vendas da Avon, que mesmo com objetivo de favorecer os argumentos da empresa deixou um testemunho no qual encontramos diversos “furos” que evidenciam a cobrança exercida pela Avon sob as “executivas de vendas”, que têm uma série de obrigações, metas e objetivos a cumprir sob pena de desligamento, como indica Márcia ao afirmar que “após seis campanhas, seguidas ou intercaladas, em que a executiva não consiga atender os objetivos estabelecidos, ela é descadastrada” (p. 1429). No mesmo sentido, a testemunha da Avon segue argumentando que entre as obrigações das “executivas” está a tarefa de “motivar” as revendedoras para “saber como estão as vendas, falar sobre os novos produtos lançados, ajudar a revendedora realizar suas vendas” (p. 1429) à medida que seu rendimento está implicado no sucesso de toda equipe (que no caso de Ana, consistia em cerca de cem revendedoras), pois uma vez que “quanto maior o volume de vendas da equipe, maior o ganho das executivas” (p. 1429). Todos esses argumentos caminham no sentido de evidenciar o grau de comprometimento pessoal e responsabilidade que Ana precisava ter não só com a equipe, mas diretamente com a Avon, tendo-se que estava submetida às normas que fazem parte de suas engrenagens produtivas – reforçando o que indica a defesa da trabalhadora ao atestar que imaginar que a função da “executiva” era “meramente faturar alguns pedidos feitos de forma esporádica, aleatória e sem planejamento equivale a contrariar o depoimento da própria testemunha da empresa” (p. 1553).

Nos diversos “recursos” empregados pela Avon, até o fim a defesa reafirma a todo tempo que “a reclamante NUNCA manteve vínculo com a ora recorrente” (p. 1569), mantendo a posição de não reconhecimento da empresa diante de suas “executivas” uma vez que considera “que as EVAs atuam com independência e autonomia, sem qualquer fiscalização da ré” (p. 1490). No caminho contrário, a sentença do entendimento jurídico ocorre em favor de Ana, que teve seu vínculo empregatício e direitos trabalhistas (finalmente!) garantidos pela Justiça do Trabalho. Nesse sentido, o julgamento baseou-se fortemente nas evidências trazidas pela defesa da trabalhadora, mais especificamente nos “extratos de ganhos” que trazem a relação de pagamentos pelos serviços prestados à empresa visto que, além disso, “demonstram que havia

uma avaliação criteriosa sobre o desempenho da reclamante” (p. 1451). Dessa forma, a Avon teve que responder diante da justiça às reivindicações de Ana, para quem foi obrigada a arcar com aviso prévio, décimo-terceiros integrais e proporcionais, férias, repouso semanal remunerado, FGTS e diferenças salariais – e após a entrada de alguns recursos de ambas as partes, também foi reconhecido o direito ao seguro-desemprego. A verdade é que essa trabalhadora só venceu tal batalha porque precisou recorrer à justiça, pois como fica claro, a Avon jamais teve o mínimo interesse em reconhecer a existência de vínculo trabalhista – do que tentou convencer o poder judiciário até onde houve possibilidades. Tais observações deixam rastro, assim, acerca da conduta que impera na relação da Avon não só com suas executivas, mas de maneira geral, uma vez que a empresa tenta passar a ideia de que [as trabalhadoras] “desempenham suas atividades de uma forma lúdica ou recreativa, como se nenhuma responsabilidade existisse” (p. 1551).

3.1.3- Mônica

O caso de Mônica, autuado em 14 de junho de 2021, trata-se de uma reclamação trabalhista para reconhecimento de direitos após demissão sem justa causa da trabalhadora, contratada formalmente em maio de 2017 pela empresa AVON COSMÉTICOS LTDA para exercer o cargo de Gerente de Setor e dispensada em fevereiro de 2021, que reivindica seus direitos a horas extras, intervalo durante a jornada, aviso prévio, FGTS, décimo-terceiros salários, férias, descanso semanal remunerado, além de solicitar o direito à gratuidade da justiça, uma vez que alega não estar em condições com os custos e despesas processuais. Ao longo da análise deste processo, veremos que é prática-comum da Avon a expropriação suas trabalhadoras por todas as frentes de ação (seja diretamente através da exploração da força de trabalho ou, neste caso, buscando não arcar com os custos relativos à garantia de direitos trabalhistas), inclusive aquelas que tinham o vínculo empregatício formalizado legalmente – que, em tese, deveriam contar com certa segurança em relação aos seus direitos. Assim como trata-se do caso de Mônica, que desempenhava uma série de atividades relacionadas com a função que ocupava na estrutura de produção da Avon, como

Cobrança com recebimento de relatórios semanais com as revendedoras inadimplentes; agendamento de atividades por intermédio de plataforma onde constavam quais as atividades deveriam ser executadas de segunda a sábado; digitação de pedidos após fechamento do site; participação em lives com encontros virtuais com as revendedoras da Avon por determinação da superiora hierárquica; reuniões presenciais e virtuais com outros funcionários e superior hierárquico; treinamento de equipe de revendedoras onde eram repassadas as condições para alcance das metas; encaminhamento e transporte dos produtos vendidos em pronta entrega, o que gerava acúmulo de produtos

na casa da reclamante; reunião exclusiva com as executivas de vendas, a cada 15 dias; prospecção de novas revendedoras; prospecção de banco talentos e; visita nas casas das revendedoras (p. 7).

Nesse sentido, a defesa da “gerente” aponta uma série de irregularidades que evidenciam as estratégias da Avon para fraudar as leis do trabalho e arrancar direitos das trabalhadoras, a exemplo do pagamento de comissões através de um cartão denominado “Vale Presente” em virtude do atingimento de metas sem que, no entanto, tais pagamentos “tivessem sido incorporados ao salário [ou tenha tido] qualquer repercussão nas outras verbas laborais, o que demonstra flagrante burla da legislação” (p. 18) – o que torna a prática completamente ilegal, visto que tais rendimentos não aparecem nos contracheques de Mônica³⁸¹. Além disso, a Avon transferia à trabalhadora os riscos de sua atividade econômica à medida que fazia descontos indevidos em relação a possíveis inadimplências, devoluções e/ou danos aos produtos ocorridos durante o transporte, ônus que não deveria cair sobre a trabalhadora “postos que empresa é quem concede o crédito, após análise do cadastro dos clientes” (p. 2210) e pelo fato de que o “transporte para a entrega dos produtos era feito por outro setor da empresa” (p. 2209) – argumento utilizado presunçosamente pela própria empresa em outros processos, como aquele já citado contra Ana, para afirmar que as EVAs não eram responsáveis “pela entrega das caixas de produtos às revendedoras de sua equipe, pois há transportadora contratada pela ré para tal atribuição” (p. 160) – obviamente as atribuições relegadas às “gerentes” são bastante diferentes daquelas próprias às “executivas”, mas, se a logística de transporte é independente das trabalhadoras, por que precisam pagar por prejuízos que não demandaram delas?

Além de não ter responsabilidade alguma sobre a inadimplência de terceiros e muito menos sobre o processo de entrega dos produtos, a “gerente” tinha seu rendimento direta e negativamente afetado pelos incidentes, “uma vez que o cálculo da sua remuneração variável dependia das vendas” (p. 2208). Nesse sentido, a Avon argumenta em sua contestação que “os descontos realizados em decorrência de pedidos indisponíveis, danificados, devolvidos ou não pagos são válidos e não resultam em prejuízos à reclamante” (p. 193), contradizendo-se logo em seguida quando afirma que a remuneração de Mônica era “calculada com base nos resultados do seu setor” (p. 194) – pois como seria possível não ter qualquer prejuízo diante da diminuição dos ganhos financeiros em virtude de tais descontos se a renda das “gerentes”

³⁸¹ E como “após a demissão da obreira, os canais de informação lhe foram tomados e ela não conseguiu os extratos do tal cartão ‘vale presente’” (p. 19), a defesa entendeu que seria necessária a intimação da empresa para apresentar os extratos – que por sua vez jamais apresentou tais documentos.

dependem diretamente de sua “performance na condução das atividades” (p. 198)?³⁸² É neste ponto que podemos identificar mais nitidamente a força da ideologia neoliberal no mundo do trabalho visto que a empresa utiliza-se de sua retórica para atribuir à trabalhadora responsabilidades que na verdade deveriam ser suas, culpabilizando individualmente Mônica pelos descontos indevidos que fez ao longo dos quase quatro anos de vínculo trabalhista mantido entre as partes, a exemplo de quando sugere que “a Gerente de Setor que realiza um trabalho preventivo de orientação das Revendedoras(...) acaba alcançando um melhor resultado” (p. 198) – por outro lado, podemos questionar: e como seria possível que a “gerente” fizesse qualquer tipo de “trabalho preventivo” em relação aos danos durante o transporte e/ em casos em que os produtos estejam indisponíveis, por exemplo?³⁸³

Noutra perspectiva, a Avon defende-se em relação à ilegalidade dos descontos afirmando que os descontos por devoluções, por exemplo, “auxiliam no controle de fraude no setor” (p. 199) uma vez que podem ajudar na identificação “de pedidos cadastrados indevidamente com a única finalidade de melhorar momentaneamente os resultados daquele setor” (p.199), assim como “quando a Gerente de Setor, com o uso de seu login e senha, lança pedidos em nome da Revendedora(...) sem autorização, com o único objetivo de alcançar a meta e depois estes produtos são devolvidos” (p. 199). Dito isto, vê-se que apesar das afirmações, as hipóteses lançadas pela Avon ficam apenas no âmbito das possibilidades visto que a defesa não trouxe qualquer evidência concreta nesse sentido – além de não se posicionar diante dos descontos por danos e/ou produtos não pagos: para ela, bastou afirmar que “a reclamante sempre teve ciência dos descontos e aceitou os termos previstos em seu contrato de trabalho, não podendo falar que os descontos foram ilícitos” (p. 200). Esse argumento, por outro lado, acaba reforçando a individualização neoliberal que não apenas atribui responsabilidades sociais à trabalhadora, mas age no sentido mesmo de culpabilizar pelos possíveis “fracassos” que venham a ocorrer – as aspas, neste caso, indicam que tais “fracassos” na verdade são implicações inerentes à própria lógica de produção capitalista, que ao basear-se na propriedade privada dos meios de produção não deixa escolhas àqueles que são despossuídos dela e precisam vender sua força de trabalho caso desejem (sobre)viver em sociedade. Dessa forma,

³⁸² Sem falar que as “gerentes” são proibidas de manter outros tipos de vínculo e/ou relações de trabalho, fazendo com que esta função seja sua fonte exclusiva de renda.

³⁸³ Se o transporte é realizado independentemente dela e os produtos são disponibilizados pela Avon, qual responsabilidade tem sua “performance na condução das atividades”? (p. 198)

enquanto estiver de pé o reino da necessidade, “aceitar os termos” de tal lógica nunca foi ou será uma questão escolha individual, como busca argumentar a Avon.

Além do mais, a empresa constrói um cenário de que a simples “aceitação dos termos” por parte da trabalhadora lhe dá legitimidade para cometer os mais diversos tipos de abusos no que se refere à exploração de sua força de trabalho e subtração de seus direitos trabalhistas, como se as leis que regulamentam o mundo do trabalho não existissem – o que do ponto de vista da própria Avon faz bastante sentido, uma vez que para ela é possível não apenas ignorar a existência e o papel da legislação trabalhista como criar possibilidades concretas de cometer burlas e fraudes que atuem nesse sentido. Assim, sua defesa segue alegando que “inexistem irregularidades cometidas pela Avon durante todo pacto laboral, sendo certo que as verbas contratuais e rescisórias devidas à reclamante foram quitadas integralmente” (p. 178) para justificar o oferecimento de um “pacote de benefícios” concedido à Mônica em virtude de sua demissão sem justa causa, “ainda que por mera liberalidade” (p. 179). Simplificando a questão: a realidade é que a Avon, em busca de eximir-se de ter que arcar integralmente com os custos que asseguram a garantia de direitos trabalhistas, achou razoável conceder um “pacote de benefícios” – que consistiu no “valor de R\$6.823,33 a título de gratificações, bem como R\$4.137,93 a título de ajuda de custo para compra de um notebook” (p. 181) – à “gerente” em troca de seus direitos, argumentando acerca da legitimidade de tal prática visto que “a reclamante aceitou o pacote de benefícios e manifestou não ter mais nada pendente junto à empresa” (p. 180) – o que mais uma vez evidencia sua indiferença em relação às leis trabalhistas e o real “empoderamento” que promove às mulheres.

No caso de Mônica, também identificamos a instrumentalização de causas e lutas sociais por parte da Avon para justificar seu descompromisso frente à garantia de direitos trabalhistas. É sempre assim: no âmbito das aparências, um mundo colorido no qual “os princípios e valores, bem como a missão da Avon, estão voltados para o empoderamento feminino” (p. 182); já no mundo do trabalho, um clima acinzentado no qual é possível distinguir nitidamente os “tons” em preto e branco, isto é, de classes, de acordo com as próprias alegações da empresa, que indicam que “o que interessa à empresa é o resultado final” (p. 214), ou seja, o retorno financeiro que as “gerentes” podem produzir independente das adversidades que encontrem para isso, uma vez que segundo seu argumento “a organização do trabalho [das ‘gerentes’] é estabelecida unicamente por elas” (p. 214) – o que mais uma vez atesta o caráter de desresponsabilização da Avon e a culpabilização individual que imputa às suas trabalhadoras. Na esteira da banalização e esvaziamento de lutas e causas sociais, inclusive do

“empoderamento feminino” utilizado de maneira instrumental contra uma mulher trabalhadora que simplesmente reivindicava seus direitos, a Avon segue argumentando acerca de suas iniciativas no sentido de “ajudar mulheres” para legitimar seu modelo de negócios, que “merece ser apoiado pelo Poder Judiciário, seja pelo seu papel social, seja pela importância que representa no avanço do empoderamento feminino” (p.182) – enquanto isso, na realidade, não assegura sequer os mínimos direitos trabalhistas às mulheres que estão na base de seu “modelo de negócios”.

Ao construir argumentos que abram brechas na legislação na busca de negar os direitos requeridos por Mônica, a defesa da Avon afirma que a trabalhadora não tem direito a comissões porque “não realizava vendas” (p. 184) visto que “as Gerentes de Setor são contratadas pela Avon para apoiar, orientar e incentivar as Revendedoras” (p. 183). Ora, trata-se de uma contradição flagrante por parte da empresa, uma vez que a “remuneração variável” (eufemismo empregado para não se falar em comissões) dava-se em relação à “performance” da trabalhadora, o que inclui as metas de vendas a cada campanha que precisavam ser atingidas uma vez que seus rendimentos dependiam diretamente do “resultado do setor aliado ao número de pedidos feitos pelas Revendedoras” (p. 193)³⁸⁴. Torna-se patente, nesse sentido, a habilidade da Avon em criar a abertura de fendas que possibilitem mitigar os “prejuízos” de conceber devidamente os direitos trabalhistas de Mônica, pois ao insistir que a trabalhadora “não recebia comissão, mas sim, uma remuneração fixa acrescida de uma parcela variável” (p. 194)³⁸⁵ vale-se de argumentos criativos em sua tentativa de desresponsabilização, a exemplo da afirmação de que as “gerentes” têm possibilidades de “estabelecer sua jornada e gerenciar o tempo para o desempenho de suas atividades diárias” (p. 211), o que destoava do depoimento de sua própria testemunha, Cristiane Silva (pseudônimo), que afirma “que a reclamante tinha um horário de 8 horas diários a ser obedecido” (p. 2248). Nesse sentido, alegara a defesa de Mônica que, na verdade,

(...)suas atividades eram sempre fiscalizadas de forma direta e indireta por diversos métodos, a exemplo, estipulação e cobrança de metas, utilização de telefone móvel corporativo para uso exclusivo do trabalho, dispositivos

³⁸⁴ Nesse sentido, onde foram parar os 60 mil reais de comissão que a trabalhadora recebeu “no ano de 2019 em razão do atingimento de metas de campanhas promocionais” (p. 2253) que não foram incorporados e/ou registrados em seu contracheque?

³⁸⁵ Afirmando que, na verdade, “trata-se de remuneração variável instituída pela Avon, com regras e critérios por ela definidos e explicados para todas as Gerentes de Setor no ato de sua contratação” (p. 184), sendo seu caráter contratual “o que permite que a Avon estabeleça a sua forma de cálculo” (p. 193) – como se os “critérios” definidos pela Avon tivessem legitimidade própria e independessem completamente da regulamentação estabelecida pela legislação trabalhista.

dotados de sincronização com geolocalização assistida diretamente pela empresa reclamada, além da fixação de roteiros de visitas e atribuições semanais pelo aplicativo “Gestão de Campo”, confirmando que era cotidianamente fiscalizada por seus superiores hierárquicos(...) (p. 8)³⁸⁶.

Para evidenciar sua “responsabilidade social” no que diz respeito à saúde e à jornada de trabalho das “gerentes”, a Avon anexa documentos que visam evidenciar algumas iniciativas promovidas pela empresa nesse sentido, como a confecção de um guia de “boas práticas” para utilização do *WhatsApp* no qual há instruções de como utilizar o recurso do *WhatsApp Business* para inserir mensagens de ausência e/ou indisponibilidade como forma evitar que as demandas da função fujam ao horário de trabalho. Além disso, a empresa alega que “também enviou e-mail para todas as Gerentes de Setor ressaltando a necessidade de observar a jornada de trabalho de 08 horas diárias” (p. 213), estimulando suas “gerentes” a “estabelecer limites, observar o horário de trabalho, incluindo a pausa para o almoço” (p. 345) e indicando alguns canais virtuais, como o App Meditação Natura³⁸⁷ e as lives promovidas pelos respectivos “times” das trabalhadoras “para falar sobre saúde, a importância da pausa, do autocuidado e fazer combinados de horário para atendimento e rotinas com o campo” (p. 345). De longe estas podem até parecer iniciativas que trazem resultados positivos para as trabalhadoras Avon³⁸⁸, porém, sob um olhar mais atento, logo surge o questionamento acerca do porquê de a empresa não ter utilizado-se de seu poder institucional e diretivo para estruturar e fixar tais políticas no ato de contratação das trabalhadoras. É no mínimo controverso afirmar a estas que “cuidar da sua saúde física e mental é a nossa cara!” com um simples envio de e-mail à medida que, na prática, não cria as mínimas condições para que isto ocorra pressionando-lhes através da cobrança de metas, prestação de contas, etc³⁸⁹.

Após duas tentativas frustradas de conciliação entre as partes, o entendimento jurídico inicia a sentença do processo afirmando que trata-se de um caso “impossível de conciliar” (p.

³⁸⁶ O que derruba por terra, juntamente com as evidências elencadas pela defesa da trabalhadora, a falsa afirmação da Avon de que a trabalhadora “não se encontra sob fiscalização e controle do empregador” (p. 212) uma vez que, na realidade, “era detentora de amplos meios de fiscalização de trabalho da obreira” (p. 211).

³⁸⁷ Desenvolvido pelo Grupo Natura para “promover mais equilíbrio e bem-estar para toda a sua rede de relações” (p. 346).

³⁸⁸ Apesar da Avon não apresentar nenhum dado empírico em relação à efetividade dos “incentivos” ofertados nesse sentido.

³⁸⁹ Sob a perspectiva daquelas que têm metas a cumprir e precisam trabalhar por isso caso queiram manter positivos seus rendimentos, como ousa a Avon perguntar “e que tal aproveitar uma dessas pequenas pausas para meditar?” (p. 345)? Aliás, é preciso apontar para a subestimação no que se refere ao elemento virtual do pretenso “incentivo” à medida que sua inflada “facilidade” parece fazer desaparecer magicamente as dificuldades não só em relação ao acesso, mas a nível de navegação, informação e manejo de recursos virtuais – e do próprio tempo disponível para dedicar-se a tal.

2257) – o que segundo nossa perspectiva, na verdade, é produto e expressão da contradição irreconciliável entre classes a qual Lenin se referiu materializada no âmbito jurídico-legal. Nesse sentido, a sentença do caso é apenas parcialmente favorável às reivindicações de Mônica, indeferindo seus pedidos relacionados às horas extras e devolução dos valores descontados (R\$92,44/mês) pela utilização de veículo da empresa³⁹⁰. Por outro lado, reconheceu a ilegalidade no que se refere aos descontos por danos no transporte e/ou inadimplência dos clientes, tendo-se que “essas variáveis não dependiam do seu empenho pessoal e sim de fatores alheios à sua vontade” (p. 2258) e o direito à gratuidade da justiça, que a Avon também tentou contestar. Em outra tentativa de impugnação, a empresa havia questionado o valor da causa movida por Mônica sob o argumento de que “é possível constatar que os valores ali apontados, bem como o valor da causa, são incompatíveis com os pedidos formulados em sua causa de pedir” (p. 178), ao qual o entendimento jurídico indefere ao declarar que “não se pode exigir da parte reclamante conhecimentos técnicos suficientes(...), devendo ser respeitado o seu entendimento como leiga” (p. 2258) – o que, sob outra perspectiva, também caberia para se referir à caracterização que a Avon faz de sua relação não só com as “gerentes”, mas com suas trabalhadoras no geral, como se elas não pudessem “correr atrás” de seus direitos uma vez que “aceitaram os termos” da subordinação à empresa.

O processo de Mônica também é exageradamente extensivo (tem a quantidade exata de 2402 páginas) e saturado de “idas e vindas”, com muitos recursos solicitados pelas partes. Após a referida sentença, que ocorreu em 24 de novembro de 2021 (cinco meses após a autuação do processo), a defesa de Mônica entra com recurso de embargos de declaração³⁹¹ com objetivo de rever os pedidos indeferidos pela sentença, como em relação às horas extras, argumentando que nunca fora dito que a atividade principal das “gerentes de vendas” consistia na “venda direta de produtos(...) de ‘porta em porta’, mas sim em um planejamento mais estratégico” (p. 2276), modelo que levava a trabalhadora a “trabalhar mais em um dia para não trabalhar no outro, [o que] significa dizer que havia compensação de jornada” (p. 2277)³⁹². No que diz

³⁹⁰ Que segundo a defesa da trabalhadora “era imprescindível para o desempenho das atividades funcionais da reclamante” (p. 22).

³⁹¹ Que consiste em “I – esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II – suprir omissão de ponto ou questão o qual deveria o juiz de ofício ou a requerimento III – corrigir erro material” (p. 2275).

³⁹² De acordo com a defesa da trabalhadora, nesse sentido, “se há tal compensação, por óbvio, existe um horário de trabalho especificado pela empresa” (p. 2277), argumento totalmente procedente uma vez que no há pouco referido e-mail enviado pela Avon às “gerentes” para que estabeleçam limites à jornada de trabalho havia explicitamente a determinação de sua jornada de trabalho: “você tem liberdade para fixar a sua jornada de trabalho - dentro das 8 horas diárias” (p. 346).

respeito às comissões, a defesa de Mônica segue argumentando que para tal “planejamento estratégico” renda frutos positivos à trabalhadora – que é o que se espera quando atua-se nesse sentido – é necessário o “atingimento de metas mensais e individuais” (p. 2288), concluindo que “as verbas pagas em razão da produtividade do empregador, são na verdade comissões” (p. 2285), não importando a nomenclatura que a empresa empregue para referir a elas (remuneração variável, prêmio, etc.) uma vez que “mais importante do que a rubrica que identifica o pagamento feito ao empregado é a apuração da sua real natureza jurídica” (p. 2285).

Em nova sentença, o entendimento jurídico declarou improcedentes os embargos de declaração demandado pela parte trabalhadora, alegando ser descabido este tipo de meio recursal no contexto em questão. A Avon também apresentou recurso ordinário não apenas para solicitar a manutenção da sentença em seu favor, mas para tentar reaver os pedidos conquistados por Mônica como o ressarcimento em relação aos descontos por danos durante o transporte e/ou inadimplência dos clientes e a concessão à gratuidade da justiça sob o argumento de que a trabalhadora “não buscou a assistências a que faz jus” (p. 2312) e que “não basta o empregado alegar que é pobre e não pode arcar com as custas processuais e honorários advocatícios” (p. 2312)³⁹³. Visto que o processo encontra-se em aberto, é necessário acompanhar o desenrolar dos próximos capítulos do caso para saber o posicionamento definitivo do entendimento judiciário acerca dos recursos perpetrados pelas partes, que por sua vez apresentaram suas respectivas contrarrazões e aguardam, desde 08 de fevereiro de 2022, novas movimentações na causa trabalhista de Mônica x Avon.

3.1.4- Aline

Autuado em 27 de agosto de 2021, o processo de Aline, desempregada, desenrola-se sob o reconhecimento prévio de seu vínculo empregatício conquistado através de processo anterior: admitida em 14 de abril de 2008 para exercer a função de “executiva de venda”, a trabalhadora foi demitida em 28 de agosto de 2019, prestando serviços por mais de onze anos ininterruptamente à Avon. Solicitando o direito à justiça gratuita, a trabalhadora faz uma série de reclamações trabalhistas que implicam na reivindicação de pedidos por danos materiais, dano estético, dano moral pela redução da capacidade laboral, dano moral pela obrigatoriedade

³⁹³ Em um evidente apelo à reforma trabalhista em favor do capital ao afirmar que “considerando o tratamento igualitário entre as partes, se houve condenação da parte recorrente(...), deve haver também a condenação da recorrida no pagamento do mesmo percentual(...) sobre os pleitos julgados improcedentes” (p. 2213) – com objetivo não só de negar os direitos da trabalhadora, mas aproveitar-se para lhe causar danos caso venham a não ser atendidas alguma de suas reclamações.

das compras de produtos, pensionamento vitalício, adicional de insalubridade, indenização por uso de veículo próprio e salário-utilidade – para os quais anexa algumas evidências (fotos, exames, extratos bancários, resultados de perícia, etc.) para comprovar a procedência de suas reivindicações. Dessa forma, o caso de Aline é ainda mais interessante no sentido de evidenciar a “preocupação” da Avon, na prática, em relação à saúde de suas trabalhadoras justamente porque desenrola-se sob o desenvolvimento de doença em virtude da jornada de trabalho. Começamos, então, a partir deste ponto: a necessidade da realização de campanhas externas durante a rotina de trabalho da “executiva”, que realizava viagens por diversas cidades do interior da Paraíba cerca de duas a três vezes por semana, percorrendo “cerca de 450 a 500 quilômetros por semana” (p. 253). A rotina constante de intensa exposição solar “custou à autora o diagnóstico de Queratose Actínica” (p. 241), que segundo a Sociedade Brasileira de Dermatologia

Desenvolvem-se nas áreas da pele expostas ao Sol, pois são induzidas principalmente pela radiação ultravioleta (UV) e constituem marcadores de exposição solar crônica. Como os efeitos da radiação UV são cumulativos, pessoas mais velhas são as mais suscetíveis a desenvolver ceratoses actínicas. Porém, em raros casos, podem acometer pessoas mais jovens que têm propensão a desenvolver ceratoses, como aquelas com um sistema imunológico enfraquecido por quimioterapia, AIDS, transplantes ou, ainda, exposição excessiva à radiação. Deste modo, acomete principalmente indivíduos adultos e idosos de pele mais clara, representando o quarto diagnóstico dermatológico mais comum no Brasil. Embora seja uma lesão pré-cancerígena, apenas 10% das delas evoluem para o carcinoma espinocelular. No entanto, entre 40% e 60% dos carcinomas começam por causa de ceratoses não tratadas(...) ³⁹⁴.

Nesse sentido, a defesa de Aline afirma que “mesmo trabalhando por inúmeras horas nunca recebeu nenhum tipo de EPI ou qualquer produto que lhe promovesse proteção contra os raios solares” (p. 241), o que nos leva a questionar acerca do “compromisso” que a Avon afirma ter na criação de “ambientes de trabalho seguros” para suas trabalhadoras ³⁹⁵, assim como evidenciar a flagrante contradição de que sendo uma empresa relacionada ao âmbito da beleza e que produz protetor solar, não disponibilizou o produto ou qualquer tipo de vestimenta “apropriada para um ambiente com alta intensidade de raios solares e calor excessivo” (p. 241), como era a área de atuação da “executiva”, isto é, o alto sertão da Paraíba. Ao causar danos não apenas físico-estéticos, mas psicológicos à Aline, “a doença ora diagnosticada acarretou na

³⁹⁴ Disponível em: <https://www.sbd-sp.org.br/geral/o-que-e-queratose-actinica/>. Acesso em 07 de março de 2023.

³⁹⁵ Contrariando na prática não apenas seu próprio discurso, mas a legislação trabalhista tendo-se que a Constituição Federal assegura em seu Art. 225, que “a empresa tem uma função social de proporcionar aos trabalhadores um ambiente saudável e seguro” (p. 244).

incapacidade da atividade de trabalho externo – porta a porta” (p. 245) que a trabalhadora exerceu durante mais de onze anos, motivo pelo qual sua defesa solicita pensionamento vitalício uma vez que “não está livre de que surja novas lesões em seu corpo decorrente da intensa exposição aos raios UV” (p. 249). Além disso, o pedido relacionado ao dano estético diz respeito à “enorme cicatriz no antebraço direito por causa da lesão provocada pela exposição ao sol” (p. 245), para a qual Aline anexa fotos como evidência documental. Para fechar este tópico, é válido ainda mencionar que, nesse sentido, a trabalhadora ainda realizou a solicitação do adicional de insalubridade em virtude das condições de trabalho em que precisava atuar³⁹⁶.

No processo em questão identifica-se também outros tipos de abuso cometidos pela Avon em relação às “executivas de vendas”, as quais ao menos reconhece formalmente o vínculo trabalhista. Nesta perspectiva, a defesa da parte trabalhadora alega que existia a obrigatoriedade da realização de compras de produtos sob o título de “pedidos pessoais”, o que além de abusivo é ilegal à medida que a trabalhadora, “caso não realizasse tal pedido era ‘descadastrada’ – demitida imediatamente” (p. 251) – prática condenada pela defesa de Aline, que acertadamente aponta para o fato de que a Avon lucra “milhões de reais obrigando suas empregadas a comprar o que não querem/necessitam” (p. 251)³⁹⁷. Além desse, outro abuso praticado pela empresa refere-se à terceirização de suas responsabilidades para as “executivas de vendas”, como a entrega das caixas de pedidos para as revendedoras, o que demandava a estocagem prévia na residência das trabalhadoras, como é o caso de Aline, uma vez que sua casa “era utilizada como depósito da empresa e, apesar disso, nenhum valor era pago pela demanda” (p. 254) – o que, por outro lado, também acarretava implicação direta sobre horário de descanso da “executiva” à medida que o “grande fluxo de vendedoras vindo à sua residência impedia à reclamante de ter uma desconexão do trabalho” (p. 254). A trabalhadora ainda reivindica direito pelo uso, manutenção e depreciação de veículo próprio utilizado para a realização das atividades demandadas de sua função, visto que desde sempre arcou com tais custos – o que consiste numa forma nítida de transferência dos riscos da atividade econômica à trabalhadora que deveriam ser da própria Avon.

³⁹⁶ Que envolviam o fato de ter que circular semanalmente entre as cidades (e suas respectivas zonas rurais) de “Santa Gertrudes, Malta, Condado, São Clemente, Quixaba, Caçamba, Santa Terezinha, Catingueira, Emas, Olho D’água, São José do Bonfim, Tubarão e Molho de Pedra, Mãe D’ água, entre outras” (p. 241).

³⁹⁷ Através de uma demanda que ocorre quase que quinzenalmente, o que levando em consideração seu valor mínimo (R\$80,00) somado à quantidade de revendedoras (cerca de 1,5 milhão), evidencia a alta lucratividade da Avon com os chamados “pedidos pessoais” – que se realizam, por sua vez, através do assédio das trabalhadoras que muitas vezes além de não querer/necessitar dos produtos, não têm condições financeiras de comprá-los e, mesmo assim, são obrigadas a o fazer sem qualquer garantia de repasse posterior.

Na contestação, a empresa faz questão de reafirmar que Aline jamais foi sua empregada – indo de encontro, inclusive, ao processo anterior em que a trabalhadora venceu a causa e conquistou o reconhecimento do vínculo trabalhista com a Avon. Por outro lado, ao referir-se às atividades desempenhadas pelas “executivas”, alega que não havia obrigatoriedade no sentido de submetê-las a jornadas externas de trabalho visto que seu trabalho “poderia ser feito de forma remota, através de redes sociais, por exemplo” (p. 297), afirmando que, enquanto trabalhadora autônoma, Aline poderia “exercer suas atividades do local que quisesse, inclusive de sua casa, utilizando telefone ou através de *WhatsApp*” (p. 298). Esse argumento, no entanto, faz parte da “tradição” de “idealismo cínico” mencionado anteriormente nesta pesquisa uma vez que pressupõe uma facilidade inerente à modalidade remota puramente em virtude de seu caráter virtual, o que ignora deliberadamente as condições de acesso, navegação e alcance que permeiam o mundo da virtualidade e os desafios que ele impõe nesse sentido. Assim, evidencia-se que as mesmas contradições sociais do mundo material também atravessam o mundo virtual tendo em vista que nem todo mundo tem milhares de seguidores e/ou recursos suficientes para voltar os algoritmos ao seu favor na busca de engajamento para “vender o seu peixe”³⁹⁸ – e com uma renda mensal média de R\$ que depende diretamente do alcance de metas em relação às vendas, torna-se inequívoco que Aline também não.

Sempre fugindo de assumir qualquer tipo de responsabilidade, a Avon não só nega a relação entre a função de Aline e o desenvolvimento da doença – visto que a trabalhadora não tinha “necessidade de realizar atendimentos em domicílio” (p. 298) uma vez que “os produtos eram entregues diretamente para revendedoras” por empresa de logística especializada (p. 298) – como chega mesmo, por diversas vezes, a duvidar de sua existência. Nesse sentido, ironiza: “a alegada moléstia – se é que existiu – não teve qualquer relação com o contrato comercial e jamais impediu a reclamante de prestar serviços à empresa”³⁹⁹ (p. 298-299). Em outro momento, questiona: “quem garante que este suposto dano estético não foi ocasionado em outra situação particular da vida da reclamante?!” (p. 300). Porém, o momento mais rasteiro é a

³⁹⁸ E basta um simples Google para se ter uma noção clara disso: as primeiras sugestões a aparecer quando se pesquisa determinado produto/serviço são anúncios ao invés de informações. Aliás, não quaisquer anúncios: mas daqueles que pagam mais para se manter nas primeiras sugestões e durante mais tempo, evidenciando as marcas deixadas pelo poder dos monopólios também na dimensão virtual – uma vez que são as grandes corporações que majoritariamente dispõem de meios para tal.

³⁹⁹ Se a trabalhadora foi proibida por recomendação médica de se expor ao sol, sendo sua profissão as vendas através do método “porta em porta” em cidades do interior paraibano, em especial na região do sertão, como seus serviços à empresa podem não ter sido afetados?

passagem em que acusa diretamente Aline de buscar “enriquecer” às custas da Avon⁴⁰⁰ alegando que a trabalhadora “aventura-se em busca de enriquecimento fácil, o que deve ser coibido a todo custo, sob pena de se banalizar o dano moral, fomentando-se a crescente indústria da indenização” (p. 307)⁴⁰¹. Apesar da postura contestatória, a Avon logo entra num impasse ao solicitar a impugnação do pedido de Aline para realização de perícia ao afirmar que “improcede o pedido de produção pericial” (p. 309) – afinal, se tantas vezes reafirmou que não existe relação entre a doença e a função desempenhada por Aline e se não tem nada a temer nesse sentido, por que contestar a procedência da perícia? Como uma empresa que afirma compromisso com a promoção de “ambientes de trabalho seguros”, o interesse da Avon não deveria ser justamente o contrário – inclusive visando afastar qualquer dúvida a este respeito?

No caminho que se segue à sua defesa, a Avon continua procurando brechas para empregar seus recursos argumentativos e não assumir responsabilidades que são inteiramente suas, a exemplo da entrega de produtos às revendedoras que transferia para Aline, fazendo sua casa de depósito, como indicam as diversas imagens anexadas ao processo pela trabalhadora e que contradizem as investidas da empresa no sentido de afirmar que “as revendedoras realizam os seus pedidos diretamente para a Avon, não sendo estes intermediados pela Executiva de Vendas – EVA” (p. 311). Nesse sentido, apesar de afirmar continuamente que o serviço de entregas é realizado por uma empresa especializada e diretamente às revendedoras, a Avon não consegue explicar de onde saíram todas as caixas que Aline carregava na moto pelas cidades do interior e/ou ficavam empilhadas pelos cômodos de sua casa, como atestam as imagens trazidas por ela que registraram parte de seu cotidiano como “executiva de vendas”. A Avon também busca indeferir o pedido de indenização por uso/depreciação de veículo próprio, utilizando-se da retórica neoliberal de “liberdade” da trabalhadora para afirmar que “a reclamante era uma autônoma e, como tal, devia arcar com todos os custos e riscos de sua atividade” (p. 302)⁴⁰². Acerca das reclamações sobre os “pedidos pessoais” que a “executiva” era obrigada a fazer, a empresa alega que “além de não haver comprovação de prejuízos financeiros, os produtos no pedido pessoal certamente foram revendidos ou pelo mesmo valor

⁴⁰⁰ Invertendo completamente a ordem das coisas, uma vez que é Aline quem consiste no elo mais fraco da relação com a Avon.

⁴⁰¹ Que segundo FRANK (2013), trata-se de um mito disseminado a partir da [relativa] “democratização do acesso à justiça e ampliação da tutela do sujeito” (p. 18).

⁴⁰² Dessa forma, mais uma vez realiza a dupla movimentação de culpabilizar individualmente a trabalhadora à medida que se desresponsabiliza diante da questão.

adquirido ou por valores muito superiores” (p. 304) – ignorando completamente o caráter abusivo e ilegal de tal prática⁴⁰³.

Frustrada a primeira audiência de conciliação em 22 de setembro de 2021, o entendimento jurídico intima um técnico perito para realizar a perícia acerca da insalubridade das condições de trabalho da “executiva”, que ocorreu em novembro do mesmo ano sob a presença do técnico em questão, Aline e o assistente de perícia indicado pela Avon, que foram até às ruas de Patos – PB, local onde mais a trabalhadora atuava – saindo de Campina Grande – PB semanalmente para isso. A apresentação do laudo técnico pericial, na descrição do ambiente de trabalho, revela que “as condições de higiene são ruins, possuindo ventilação natural, iluminação natural e artificial, piso em asfalto, paralelepípedo ou terra, [isto é, um] trabalho a céu aberto” (p. 373), uma vez que o trabalho de Aline consistia em passar de cidade em cidade para dar conta da “performance” da equipe que era responsável e realizar novos cadastros de revendedoras, o que exigia contínuas jornadas de trabalho em que a trabalhadora ficava diariamente exposta aos raios solares. Para avaliar o agente físico calor, a perícia baseou-se no “anexo 3 da NR-15 que estabelece parâmetros para a exposição e avaliação do calor, através do Índice de Bulbo Úmido – Termômetro de Globo – IBUTG” (p. 376) que estabelece os limites de tolerância para o trabalho contínuo: para atividade leve, até 25°; para atividade moderada, 26,7°; já para atividade pesada, 30°. Nesse sentido, a conclusão do laudo técnico pericial deu-se no sentido de confirmar que as condições de trabalho de Aline eram insalubres, uma vez que seu posto de trabalho correspondeu a 32,9°, ou seja, “o valor quantitativo do agente físico calor ultrapassou o valor do limite de tolerância” (p. 382).

Como esperado, a Avon entra com recurso de impugnação do laudo diante dos “equivocos” que afirma existir na conclusão da perícia, solicitando esclarecimentos ao técnico perito nomeado pela Justiça, que por sua vez responde que “em nenhum momento esteve equivocado diante do laudo apresentado” (p. 396) visto que a perícia “foi realizada em local de frequente utilização da reclamante e em momento mais desfavorável para a reclamante, conforme a norma” (p. 401) estabelece. O entendimento jurídico conclui a este respeito que “a perícia relativa ao pedido de adicional de insalubridade já foi concluída” (p. 403), enviando intimação ao perito médico para realização de laudo relacionado à doença adquirida por Aline. Nesse sentido, ocorrida em 22 de março de 2022 sob a presença do médico perito designado

⁴⁰³ Como pode não ser um prejuízo se, a princípio, a trabalhadora não compraria se não fosse obrigada? Se acarreta a diminuição dos rendimentos, é porque deu prejuízo. Aliás, como a empresa pode sugerir a esmo que “certamente” os produtos foram revendidos e de maneira tão rasteira?

pela Justiça, Aline e a médica assistente técnica da Avon, a perícia médica confirma a presença de “cicatriz cirúrgica no braço direito [e] lesões de Queratose Actínica no braço e antebraço direito” (p. 442) na pele da trabalhadora, que passou por diversos tratamentos (cirúrgicos e medicamentosos) no processo de tratamento da doença. Assim, o laudo da perícia médica confirma o diagnóstico de Queratose Actínica de Aline e onexo causal da doença com seu trabalho para a Avon, afirmando que a trabalhadora “foi acometida de Queratose Actínica durante o pacto laboral, pela prolongada exposição ao sol, sem uso de protetor solar e por não usar vestimenta adequada para a exposição ao sol” (p. 443). Em conclusão, médico-perito atesta que a incapacidade para o trabalho da “executiva” foi parcial, tendo-se que “encontra-se em boas condições de saúde, estando sob tratamento da lesão, com um bom prognóstico, estando apta a exercer atividades laborais desde que não seja submetida à exposição prolongada ao sol”⁴⁰⁴.

A Avon também apresenta manifestação ao laudo médico da Justiça, afirmando sua discordância frente ao “nexo causal e/ou concausal entre a referida patologia de pele da reclamante e as atividades desenvolvidas na reclamada, não havendo qualquer elemento comprobatório” (p. 456), ignorando completamente, além das inúmeros exames e extratos com despesas apresentadas por Aline, também a produção do próprio laudo médico como evidência documental. Ainda nesse sentido, apenas posiciona-se diante das fotografias anexadas pela trabalhadora ao processo, alegando que “não é possível transformar um suposto dano estético apenas com a imagem de uma cicatriz, numa fonte de enriquecimento sem causa” (p. 480), o que evidencia nitidamente o desprezo da Avon à perícia médica produzida em nome da Justiça, que mais uma vez ignora o conteúdo de sua conclusão – além de sua postura “empoderada” diante de suas trabalhadoras, que são acusadas de buscar enriquecer quando na verdade estão na luta pelo reconhecimento de seis direitos trabalhistas. Nessa perspectiva, a empresa continua em busca de utilizar-se de toda forma de engenhosidade argumentativa para negar sua responsabilidade diante das demandas de sua “executiva”. Em suas razões finais, por exemplo, faz uso do argumento de que “a própria testemunha da reclamante(...), afirma que ela e a reclamante utilizavam suas motocicletas para resolver atividades pessoais” (p. 472). Ora, trata-se de uma flagrante contradição, pois se não havia “nenhuma cobrança da reclamada quanto ao

⁴⁰⁴ Dessa forma, como fica a situação de Aline, que trabalha com as vendas através do método “porta em porta” e, de uma hora para outra, não pode mais exercer a atividade que realizou continuamente durante mais de onze anos?

uso de motocicleta ou qualquer outro veículo” (p. 470), por que a proprietária do veículo o usaria exclusivamente para o trabalho?

Ao partir dessas e de outras inconsistências da defesa da Avon, a sentença promulgada pelo entendimento jurídico foi majoritariamente favorável às demandas de Aline, a começar da indenização por danos morais advindos da obrigatoriedade de compra de “produtos pessoais”, recuperando trechos do depoimento da testemunha da própria Avon sobre a questão visto que afirmara “que as executivas tinham que fazer pedido pessoal em todas as campanhas e o valor mínimo era de R\$80,00” (p. 497), concluindo-se que “se tratava de medida abusiva, pois a reclamante se via obrigada a realizar compras ainda que não tivesse interesse em adquirir os produtos ou tivesse condições financeiras para tanto” (p. 494). Quanto à argumentação da Avon de que os “produtos pessoais” poderiam ser revendidos, alega é “irrelevante o fato de que pudesse eventualmente revendê-los” (p. 497) uma vez que é seu caráter de obrigatoriedade e condicionamento que torna a prática ilegal e abusiva⁴⁰⁵. Além da gratuidade da justiça, para qual “a simples afirmação de que não possui condições de arcar com os custos do processo é bastante para o acolhimento da medida” (p. 503), o entendimento jurídico deferiu uma série de reclamações de Aline, como duas indenizações por danos morais (obrigatoriedade da compra de produtos e Queratose Actínica), ressarcimento por gastos com saúde, indenização pelo desgaste (depreciação) e manutenção de veículo e indenização pelo estoque de produtos – indeferindo, por outro lado, o pedido de pensionamento vitalício e o adicional de insalubridade, afirmando sobre esse último que o indeferimento deu-se “porque já recebeu o adicional de periculosidade relativo ao mesmo contrato de trabalho, deferido na ação anterior, [o que torna] improcedente o pedido de percepção do adicional de insalubridade nestes autos” (p. 493).

Ainda vale destacar alguns argumentos do entendimento jurídico para o parecer favorável à Aline, como em relação à reclamação de depreciação do veículo (que esteve gratuitamente a serviço da Avon), sobre o qual concluiu que a empresa, mesmo afirmando que não exigia a utilização de veículos para o exercício das “executivas de vendas”, permitiu livremente seu uso ao invés de ter se posicionado institucionalmente acerca de sua proibição, até mesmo “ante seu poder diretivo” (p. 499). Sobre a questão do depósito de caixas, o deferimento da indenização realizou-se segundo o entendimento de que se a trabalhadora

⁴⁰⁵ Nesse sentido, vale mencionar a coerência do poder judiciário em relação ao caso em questão: em justificativa à condenação da Avon pelo pagamento de indenização à Aline pelo motivo exposto afirma que a decisão foi tomada em virtude da “extensão do fato lamentado, a gravidade do ato faltoso e a potencial situação econômica do ofensor, assim como a razoabilidade do valor, nessa incluindo-se o caráter punitivo da medida, de modo a realmente desestimular a repetição de atos dessa natureza” (p. 499).

“realizava a entrega das caixas, era porque recebia antes e é natural presumir que precisasse estocar” (p. 503), condenando a Avon por transferir “indevidamente parte de suas atividades para a residência da autora sem que houvesse contraprestação pelo uso do espaço” (p. 503). Quanto à controvérsia em relação à necessidade ou não da realização de atividades externas, o entendimento jurídico também se baseou no depoimento produzido durante as audiências de conciliação para dar o parecer, trazendo trechos retirados dos testemunhos das partes reclamante e reclamada, respectivamente:

Depoimento da primeira testemunha da reclamante:

(...)que a executiva poderia escolher bairro ou local onde prospectar clientes, porém, sempre com prospecção no local e nunca através de qualquer outro meio virtual; que uma vez a gerente disse que a prospecção tinha que ser pessoal e que esse trabalho não era de *callcenter*; que as revendedoras não conseguem se cadastrar sozinhas, nem pelo *site*, nem por telefone; que o cadastro era sempre presencial e sequer poderia ser enviado algum documento por aplicativo de mensagem(...).

Depoimento da primeira testemunha da reclamada:

(...)que algumas executivas no interior do estado saem em campo para prospecção; que a reclamada não disponibiliza equipamento de proteção individual para as executivas, aí incluindo protetor solar (487-488).

De acordo com isso, não restou dúvidas ao poder judiciário à frente deste caso de que existia, de fato, a realização de jornada externa de trabalho e conseqüentemente a exposição de Aline à radiação solar. Uma vez que a empresa “não disponibilizava à autora EPIs ou qualquer outra proteção contra os raios solares” (p. 488), tem-se “demonstrado que a atividade por si desenvolvida atuou como causa para o surgimento da doença” (p. 490), o que fornece embasamento jurídico para acusar a Avon de “omissão patronal” à medida que desrespeita ou simplesmente despreza a “existência de normas contemplativas da preservação da segurança e da saúde do trabalhador” (p. 490), devendo a empresa ser responsabilizada pelo dano. Em uma verdadeira lição à defesa da Avon sobre legislação trabalhista, o entendimento jurídico resgata uma série de dispositivos que dissertam acerca das responsabilidades da empresa no sentido de promover condições seguras de trabalho, como a Lei nº 8.213/1991 que diz em seu art. 19 que “§ 1º a empresa é responsável pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador” (p. 491). Além disso, chama atenção à indiferença da empresa no que se refere às perícias técnicas e o conjunto de evidências apresentados por Aline para comprovar a relação entre a doença adquirida e a função que exerceu por cerca de onze anos consecutivos. Dessa forma, o poder judiciário argumenta que “tampouco tem razão a reclamada quanto à alegação de que o perito teria estabelecido o nexó causal apenas no relato

da reclamante, uma vez que [também] há citação a documentos de acompanhamento médico” (p. 489)⁴⁰⁶.

Ainda assim, a defesa da Avon insiste em contestar a conclusão da sentença e entra com recurso ordinário em busca de “reexaminar e reformar a r. sentença[...] a fim de assegurar a realização da JUSTIÇA!!!” (p. 516)⁴⁰⁷. A defesa de Aline também apela para o mesmo recurso a fim de rever alguns critérios da sentença promulgada pelo entendimento jurídico, a exemplo do indeferimento ao direito de pensionamento que será recuperado aqui em virtude da coerência de sua argumentação, uma vez que acertadamente afirma que “a incapacidade permanente (total ou parcial) [deve ser] aferida pela possibilidade de desempenho da mesma atividade que o trabalhador realizava” (p. 582), indicando que “mesmo que seja possível a reabilitação para outra atividade, tem-se que considerar que toda vida laborativa da recorrente deu-se em trabalho externo a céu aberto – fazendo a representação da recorrida porta a porta” (p. 582)⁴⁰⁸. Após a apresentação de contrarrazões por ambas as partes, o processo de Aline x Avon segue em aberto desde 10 de junho de 2022, o que torna necessário o acompanhamento do desenrolar da história para a apreensão do quadro geral acerca do caso – apesar de ser possível delinear a tendência de favorecimento à parte trabalhista, que conseguiu conquistar parte dos direitos trabalhistas reivindicados por Aline, como vimos.

Não apenas no caso de Aline, mas em todos os casos que analisamos tornou-se nitidamente delineável a tendência da Avon em esquivar-se de assumir suas responsabilidades enquanto empregadora, utilizando-se da retórica neoliberal para enquadrar suas trabalhadoras como “autônomas”, “empreendedoras” e/ou “independentes” – como se as vendas fossem um exercício de lazer – para não reconhecer seus direitos – mesmo em casos que a justiça já havia reconhecido e decretado o vínculo empregatício, como o da própria Maria José. Mas até em casos em que o vínculo trabalhista é formalizado desde a contratação da trabalhadora, como na situação de Mônica, a Avon mantém sua postura de buscar diminuir ao máximo seu comprometimento e, com ajuda de seus intelectuais orgânicos (encarnados aqui na figura de seus advogados), a negar os direitos trabalhistas que for possível através da tentativa de abertura de frestas na lei, inclusive de maneira forçada. Nesse sentido, faz-se evidente que a Avon só “reconheceu” os direitos e o vínculo empregatício dessas trabalhadoras porque elas agiram

⁴⁰⁶ Que por sua vez trazem o ponto de vista de outros profissionais não envolvidos diretamente no processo.

⁴⁰⁷ Mas, será mesmo que a Avon está preparada para a justiça segundo a perspectiva de suas trabalhadoras?

⁴⁰⁸ Aliás, como a trabalhadora pode trocar de atividade tão rapidamente diante das dificuldades de saúde em que se encontra?

através da Justiça do Trabalho para ir em busca de seus direitos – que talvez tenha sido a melhor forma, dentro de suas respectivas realidades, de lutar contra os abusos cometidos pela Avon, que no mundo das aparências pinta-se como “aliada” das mulheres na construção de “empoderamento” e “representatividade”, mas no mundo concreto do chão do trabalho não fornece condições e/ou direitos básicos às suas trabalhadoras, que em sua maioria são as mulheres que diz apoiar.

3.2- Análise das fontes orais: trabalhadoras Natura

Antes de iniciar a análise propriamente dita das entrevistas orais ainda é importante fazer certas observações a seu respeito, a começar pela quantidade de entrevistadas, sendo uma ex-trabalhadora e três trabalhadoras da Natura, que em nossa concepção é um número suficiente para debater as questões próprias aos limites deste trabalho. Obviamente a análise experiência dessas mulheres nem de longe é suficiente, por outro lado, para retratar a situação geral das trabalhadoras da empresa, entretanto, nos fornece índice para traçar elementos coletivos que transcendem sua diversidade através de experiências situadas localmente. Nesse sentido, o perfil variado das entrevistadas pode ser explorado em virtude de sua riqueza para captar a perspectiva de classe-gênero dessas trabalhadoras acerca de sua posição comum enquanto trabalhadoras da Natura. O roteiro geral que direcionou as entrevistas, por sua vez, contém doze questões que englobam de temas de ordem geral (nível de consultoria, participação/conhecimento de programas e iniciativas, etc.) aos eixos norteadores que estruturam nossa análise: 1) as dificuldades concretas que essas trabalhadoras enfrentam no cotidiano para manter e gerar renda, 2) avaliando, na prática, o alcance dos “incentivos” ofertados pela Natura nesse sentido; e 3) como essas mulheres percebem e se posicionam diante do “empoderamento” e da “representatividade” promovidos pela empresa.

Dessa forma, cabe ainda ressaltar que a sequência analítica que se seguirá nas próximas páginas será executada de acordo com tais eixos norteadores que, distribuídos e dissolvidos em parágrafos e complementados pelas respostas das entrevistadas, ajudarão a organizar a exposição de seu conteúdo – uma vez que isto nos auxiliará na sistematização dos “zigzagues” das entrevistas, cheias de idas e vindas, em virtude da necessidade de explorar mais certos temas através de brechas e/ou outras perspectivas; de antecipar, estender ou até mesmo protelar determinados pontos de acordo com a dinâmica de exposição das próprias entrevistadas – que através de diferentes vias discorrem sobre os mesmos assuntos. As entrevistas foram realizadas virtualmente por meio da ferramenta Google Meet e registradas

através do programa OBS Studio, que executa a gravação de tela e áudio do dispositivo e permite sua posterior reprodução. Após a gravação, as entrevistas foram transcritas para facilitar sua análise e exposição. Assim, de acordo com o estudo do material fornecido pela Natura (documentos, relatório anual *site*) acerca das condições oferecidas pela empresa para suas consultoras, matizado pelo ponto de vista das próprias trabalhadoras em relação à sua posição nessa dinâmica, buscamos contornar as contradições entre discurso e prática da empresa, que se autointitula “socialmente responsável”.

Antes de mais nada, ainda é necessário fazer uma breve introdução acerca do perfil biográfico das trabalhadoras entrevistadas:

Sara, pseudônimo da nossa primeira entrevistada, é uma jovem mãe trabalhadora de vinte e dois anos que começou a revender os produtos Natura como uma maneira de complementar sua renda, proveniente do emprego formal como atendente de *telemarketing*. À época da entrevista havia cerca de um ano que não era mais revendedora, papel que desempenhou por um período de dois anos, ocupando o nível Semente de consultoria.

Já **Fátima** é mãe, empregada doméstica e há cerca de sete anos é revendedora Natura, iniciando as vendas como forma de complementar a renda doméstica, já que à época apenas seu companheiro estava empregado formalmente. Atualmente, Fátima encontra-se no nível Prata de consultoria e tem as vendas dos produtos Natura como complemento de renda ao seu emprego como doméstica.

Nossa terceira entrevistada, **Sueli**, é mãe e dona de casa. Revende Natura há mais de 20 anos, tendo iniciado as vendas como forma de complemento de renda ao seu antigo emprego. Porém, nos dias atuais, Sueli não trabalha mais fora de casa e tem as vendas da Natura como uma “renda para ajudar” na renda familiar-doméstica, ocupando o nível Ouro de consultoria Natura.

Alba é mãe, dona de casa e há cerca de 16 anos é revendedora Natura, iniciando sua relação com a empresa para gerar uma renda própria, uma vez que à época apenas seu companheiro estava inserido no mercado de trabalho. Atualmente, Alba encontra-se no nível Prata de consultoria.

Embora bastante diferentes quando comparadas individualmente, essas trabalhadoras compartilham, para além da relação de trabalho com a mesma empresa, uma realidade que caracteriza a condição da mulher cisgênero trabalhadora na sociedade de classes: todas,

independentemente de estarem ou não inseridas no mercado de trabalho, são mães e donas de casa – o que tem uma série de implicações concretas que ficarão evidentes ao longo da análise das entrevistas. Todas elas também residem na cidade de Campina Grande – PB, solo histórico no qual apreendemos, no tempo e no espaço, nosso objeto de estudo. No que se refere às condições de trabalho determinadas pela Natura as quais essas trabalhadoras estão submetidas, é importante ressaltar que apesar das diferentes posições nos níveis de consultoria, elas também partilham entre si uma realidade semelhante: todas têm uma “líder”, “representante”, “CNO” e/ou “gerente” e participam de grupos (geralmente no *WhatsApp*) coordenado pela sua superior, que é responsável por trazer novos informes, receber e enviar pedidos e “incentivar” as vendas⁴⁰⁹. Uma vez que o modelo SVD que estrutura a relação entre a Natura e as trabalhadoras “utiliza níveis de desempenho para incentivar as consultoras a alcançarem uma renda mais alta” (p. 14), todas as “consultoras” também precisam estar sempre em busca de manter e/ou subir o nível de consultoria, que pode variar entre os níveis Semente, Bronze, Prata, Ouro e Diamante⁴¹⁰.

Considerada a maior empresa multinacional brasileira, a Natura conta com cerca de 1,7 milhão de consultoras em toda América Latina, atingindo só no Brasil um número equivalente a 1.087.092 de consultoras que, segundo seu relatório anual 2021, consistem no “cerne do modelo de negócio da Natura, sendo o maior canal de vendas para os produtos da empresa” (p. 26). Nesse sentido, com objetivo de “gerar impacto positivo na sociedade e no planeta”, a Natura afirma em seu site oficial ser uma empresa preocupada em proporcionar uma “renda proporcional justa; combater desigualdades e a intolerância, e ampliar as ofertas de educação para a consultora”. No que se refere à criação de condições concretas de melhores condições de trabalho para as consultoras, a empresa enfatiza seu compromisso em “criar valor para nossa rede de consultoras por meio do modelo de Venda por Relações da Natura que proporciona oportunidades de renda e ascensão social” (p. 44)⁴¹¹. Entretanto, quando perguntadas acerca das

⁴⁰⁹ O papel dessas trabalhadoras, que operam como uma espécie de mediadoras entre a empresa e as revendedoras em níveis de desempenho inferiores, consiste em realizar o controle do desempenho de seu setor uma vez que sua remuneração “depende da forma como administra a produtividade alheia, que, no caso, pode significar quinhentas ou mais mulheres” (ABÍLIO, 2014, p. 48).

⁴¹⁰ Segundo a Natura, o “plano de crescimento” operado através de tais “níveis de progressão” funciona de modo que “a cada novo nível, aumenta a porcentagem de ganho nas vendas e se tem acesso a outros benefícios, como condições especiais de pagamento e ações de reconhecimento” (p. 4). Para nós, tais condições convertem-se na estratificação interna das revendedoras Natura através da diferenciação de renda e formação de hierarquias, o que muitas vezes implica a transferência de responsabilidades da empresa às trabalhadoras, que passam a operar como correias de transmissão das pressões advindas das necessidades de seu sistema *just in time*.

⁴¹¹ Interessante mesmo seria saber como, já que nem o vínculo trabalhista das “consultoras” a empresa reconhece/formaliza.

formas práticas de incentivo e “oportunidades de renda e ascensão social” ensejadas pela Natura para que as consultoras subam de nível, uma vez que o modelo SVD ao qual estão submetidas “se baseia na progressão das consultoras em direção a volumes de vendas e desempenho mais altos” (p. 16), as trabalhadoras responderam:

Sara: “A mulher que estava comigo só mandava a gente comprar quando chegassem as coisas: gravasse, postasse... Para ir postando. (...)Divulgando no *WhatsApp*, no *Facebook*, no *Instagram* quando as caixas laranjas chegassem. Era isso os incentivos que elas davam”.

Fátima: “É, sempre tem promoção. Eles mandam, né? Ela manda: ‘ah, tá tendo promoção de perfume tal que tá caro, tá vindo preço tal... Bora postar!’. Aí eu posto no meu *status* às vezes quando eu me lembro (risos), quando eu não lembro, mostro para alguém que usa e gosta: ‘ó, o perfuminho baixou o preço’. É assim”.

Sueli: “Cada nível que você tenha aumenta a porcentagem ou premiações... Tem premiações. E quem é Diamante às vezes tem viagem... Tem essas coisas tudinho, entendeu? Participa de muita coisa”.

Alba: “E o tipo de incentivo que a Natura faz é promoção, que ela bota muita promoção. [Pra] quem é Prata, tá entendendo? Aí tem umas promoções, aí a gente vai, aproveita e compra. Por exemplo: comprando três Kaiak sai por R\$80,00 cada ou dois por R\$120,00; para você pegar dois por R\$120,00, tá entendendo? Aí ela faz essas promoções para a gente pegar e fazer o pedido, né, mas também a gente tem que ter muita, assim... Renda. Eu às vezes eu não tenho, tá entendendo? Porque [é] para botar muito pedido, [é] para ter o produto em casa (e às vezes a gente não vende), mas tem o dia de pagar a gente tem que pagar, né? [A Natura] não quer saber se você deixou de vender, se você vendeu ou não: chegou aquele dia daquele pagamento a gente tem que cumprir”.

Comecemos pelo fato de que “a mulher” e “ela” as quais as entrevistadas se referem são as “líderes” da Natura, que são também trabalhadoras, como vimos, mas com responsabilidades maiores no interior da estrutura produtiva da empresa. O que ficou claro ao longo e mais ainda com a análise das entrevistas é que essas “líderes”, por ocuparem o nível superior de consultoria (geralmente Diamante), coordenam grupos com o intuito de repassar as “promoções” que têm acesso às demais “consultoras” com objetivo de bater metas e atingir determinada quantidade de pontos, uma vez que enquanto maior o nível de desempenho, maior a porcentagem de desconto com a qual podem adquirir os produtos Natura para revenda e, conseqüentemente, os

rendimentos da “consultora”. Nesse sentido, o “incentivo” da Natura além de funcionar unicamente através das vendas, é indireto, uma vez que não existe sequer contato formal entre a empresa e as trabalhadoras. Na realidade, poderíamos afirmar que o “incentivo” nesse caso é nulo, levando-se em consideração que o maior canal de lucratividade da empresa são as vendas e só existe estímulo nesse sentido – que na verdade converte-se em cobrança e pressão de uma trabalhadora sobre as outras, visto que seus rendimentos dependem diretamente dos níveis de desempenho e vendas dos produtos. Na Cartilha de Vendas por Relação⁴¹², as “vendas diretas” realizadas pelas trabalhadoras são descritas como um formato através do qual “o contato com os potenciais clientes é feito por meio de empreendedores independentes, que são chamados de revendedores, consultores, distribuidores, agentes, entre outros” (2019, p. 2)⁴¹³.

Dessa forma, em busca de dismantelar – apenas no âmbito das aparências, certamente – a hierarquia tradicional entre empresa-trabalhador, os “níveis de desempenho” funcionam como uma maneira de inserir gradações e fracionar as próprias trabalhadoras entre si distribuindo-as hierarquicamente em sua estrutura produtiva, tendo-se que a Natura acaba por impor a necessidade de “estímulo” interno (leia-se cobrança) e a relação de interdependência entre as trabalhadoras – que se manifestam através das ações para incentivar a realização de vendas e divulgação das promoções, que consistem na principal forma de “incentivo” que a empresa fornece às suas trabalhadoras mais “engajadas”. São essas trabalhadoras (“líder”, “representante”, “CNO” e/ou “gerente”) que, para se manter produtivas, precisam incentivar as demais a vender cada vez mais produtos como forma de atingir as metas necessárias à manutenção de seus rendimentos e níveis de desempenho, visto que, do contrário, podem ser “desligadas” a qualquer momento pela empresa. Nesse sentido, é nítida a postura de desresponsabilização da Natura frente sua relação com as “consultoras”, as quais ao menos têm o vínculo trabalhista reconhecido visto que são sempre retratadas como trabalhadoras “autônomas”, “independentes” e/ou “empreendedoras” – o que evidencia, por outro lado, a sintonização da Natura com os padrões, inclusive linguísticos, da cultura neoliberal/pós-

⁴¹²Disponível em: https://static.rede.natura.net/html/home/2020/br_12/cartilha/cartilha_da_venda_por_relacoes.pdf. Acesso em 05 de fevereiro de 2023.

⁴¹³ Reforçando, mais uma vez, sua tendência de não reconhecimento do vínculo trabalhista e de desresponsabilização a partir das concepções neoliberais de “empreendedorismo” e “independência”.

moderna que busca gerar confusão ideológica no mundo do trabalho em virtude da derrubada aparente das linhas divisórias que estabelecem sua posição em relação ao capital⁴¹⁴.

É nesse sentido que a Natura caracteriza a relação com suas trabalhadoras, sempre colocando-se como uma “rede” na qual “ao vender nossos produtos, nossos consultores e consultoras cultivam sua autoestima e passam por processos de transformação pessoal, familiar e comunitária” (p. 5) uma vez que tal processo ocorre “acompanhado pelo sentimento de pertencimento(...) em que objetivos e princípios são compartilhados” (p. 5) – o que indica a preocupação da Natura em construir uma “cultura” forte em torno dos “valores” da empresa. Ao afirmar que “a venda dos produtos ocorre como consequência disso” (p. 5) e que trata-se de “uma atividade que não é apenas comercial”, a Natura faz parecer que as vendas consistem numa espécie de lazer para as trabalhadoras, como se não existisse qualquer tipo de responsabilidade e comprometimento com o alcance de metas, prestação de contas e obtenção de pontos a cada ciclo de vendas. Nesse sentido, a partir do ponto de vista das próprias trabalhadoras, ficará claro para nós que as coisas não parecem tão coloridas assim para elas e que, no final das contas, se quiserem “cultivar sua autoestima” precisam trabalhar para se manter ou subir de nível independentemente da posição que ocupam como “consultoras” – uma vez que as cobranças, materializadas na emissão dos boletos, são comuns a todas elas, como podemos concluir com o depoimento de Sara ao falar sobre a relação com sua “líder”, afirmando que pegava as mercadorias no cartão de crédito porque “ela mandava a gente pegar correndo” – indicando a existência da relação de cobrança que caracteriza a subordinação entre empresa e trabalhadora.

A este respeito, a fala de Alba é ilustrativa. A “consultora” conta sobre a situação de sua prima, que havia sido classificada como Consultora Natura Orientadora (CNO) e porque não conseguiu atingir as metas, foi dispensada pela empresa uma vez que “ela não conseguiu atingir o nível que a Natura queria que ela atingisse – aquele nível de ter de consultora, de fechamento de clico: ela quer uma meta para atingir”. Ainda segundo Alba, as “consultoras” precisam passar pedidos em todos os ciclos para que a CNO atinja suas metas, evidenciando um pouco sobre a “agonia” dessas trabalhadoras quando o ciclo de vendas está prestes a se encerrar. Nesse sentido, expõe que “as vezes quando acontece que eu não vou botar, ela fica ligando: ‘Vamos, Alba, passar? Eu te dou uma caixa de sabonete’”, o que indica que na tentativa de manter os

⁴¹⁴ O que pode ser indicado pela caracterização que a Natura faz de sua relação com as “consultoras”, como se existisse simplesmente uma “parceria” entre as partes, explorando amplamente a linguagem para borrar a oposição entre seus interesses concretos à medida que emprega termos como “time”, “rede”, etc.

níveis de pedidos exigidos por ciclo de vendas, muitas “consultoras” perdem inclusive parte de seus rendimentos para baratear produtos e fazer “promoções” para seu grupo como forma de incentivo e de atingir sua meta. Por outro lado, de acordo com o depoimento de Sueli, quando bem-sucedidas, essas CNO podem ser “reconhecidas” pela Natura e receber algumas premiações como jantares, viagens, hospedagem, broche, etc⁴¹⁵. Mas quando “você não atende àquela meta”, ainda conforme Alba, “você é dispensado” – que insiste em enfatizar a angústia da prima desligada pela Natura afirmando que “ela ficou bem triste com a Natura porque ela disse: ‘Ai, meu Deus! Tanto empenho que eu tive, tanta dedicação, e a Natura me dispensou assim’”.

Se para as “líderes” a realidade é esta, para as “consultoras” que estão em níveis inferiores de desempenho o quadro se agrava ainda mais, uma vez que elas têm acesso aos produtos por um preço maior e, conseqüentemente, têm seus rendimentos diminuídos e sofrem ainda mais durante os ciclos para atingir a meta de pedidos. Nesse sentido, uma das questões levantadas por Alba é a da renda necessária para ter acesso aos produtos frente às dificuldades financeiras das “consultoras”, especialmente para aquelas que tem esta como sua única fonte de renda, uma vez que é “para botar muito pedido, [é] para ter o produto em casa (e às vezes a gente não vende), mas tem o dia de pagar e a gente tem que pagar, né?”, indicando a “tolerância” e o “diálogo” que a Natura mantém com suas “consultoras” ao afirmar que ela “no dia de pagar, você tem que pagar, porque se você não pagar, a Natura vai ligar e fica te cobrando. E não quer saber...”. Fátima também relata acerca das suas dificuldades e aflições para liquidar os boletos em acúmulo, afirmando que “eu já tenho cinco boletos porque um foi parcelado em três e um parcelado em dois, deu cinco boletos”. Nesse sentido, a trabalhadora informa acerca da cobrança de sua “líder”, que por sua vez também precisa atingir metas ainda maiores e, para isso, precisa pressionar as “consultoras” que coordena para manter os níveis de desempenho: “ela quer que eu faça outro pedido para não descer de nível, aí eu tenho que fazer mais um pedido de 190 pontos” – que é o limite de pontos que as “consultoras” nível Prata precisam atingir a cada ciclo.

⁴¹⁵ Assim como no estudo de ABÍLIO (2014), aqui a trabalhadora também chega a identificar um “antes” e “depois” que diz respeito à ampliação da concorrência na revenda dos produtos Natura, afirmando que “a Natura, antes, quando a pessoa completava 15 anos de empresa(...) viajava para São Paulo com tudo pago, né, uma semana... Era com tudo pago para conhecer a fábrica da Natura. (...)Tinha lá o seu reconhecimento, você era reconhecida(...). E hoje em dia, não: acabou, não tem mais”. Nesse sentido, observa ABÍLIO (2014) que, do ponto de vista dessas revendedoras, a concorrência “gerasse não só a dificuldade de manter a renda que antes era obtida com as vendas, mas também a perda de reconhecimento” (ABÍLIO, 2014, p. 25) – o que torna-se evidente no tom ressentido da fala de Alba.

Nesse sentido, segundo ABÍLIO (2014), “uma das estratégias da consultora para lidar com a concorrência é abrir mão de parte da comissão, que então se transforma em descontos para os clientes” (p. 21), questão bastante pontuada pelas entrevistadas que mostram grande preocupação em revender os itens que foram comprados apenas para alcançar as metas, como indica Fátima ao afirmar que “eu vendo naquele preço de promoção para vender, né? Para não ficar em casa estocado, né?”. Quanto aos pedidos que não foram encomendados mas foram enviados como forma de atingir as metas, o depoimento de Alba de que “às vezes a gente não vende, mas tem o dia do boleto que você tem que pagar, né?” é ilustrativa no sentido de evidenciar o grau de insegurança ao qual estão submetidas as “consultoras”, que além de risco de não vender os produtos, podem estar literalmente pagando para trabalhar uma vez que “a remuneração de seu trabalho muitas vezes não ultrapassa ou nem alcança o que investem” (ABÍLIO, 2014, p. 220). Se não existe garantia alguma da venda dos produtos em estoque, adquiridos muitas vezes em virtude do alcance de metas, por outro lado, a materialidade dos boletos “é o que formaliza a relação da empresa com a consultora” (ABÍLIO, 2014, p. 21), consistindo na maior preocupação das revendedoras a inadimplência uma vez que as vendas são realizadas através de relações informais em que a transferência de riscos, mediados “por compromissos e arranjos estabelecidos em bases pessoais” (p. ABÍLIO, 2014, p. 34), se combina “fortemente com um discurso altamente ideológico do empreendedorismo” (ABÍLIO, 2014, p. 89) visto que “toda caracterização que a empresa faz publicamente/publicitariamente sobre as vendedoras obscurece que está posta ali uma relação de trabalho” (ABÍLIO, 2014, p. 55).

Quanto às formas de “incentivo” advindas da Natura para estimular o desenvolvimento de suas “consultoras”, a empresa afirma que busca oferecer suporte de diversas maneiras, como as formações “virtuais de fácil acesso, via site ou Aplicativo Consultoria” (p. 5). Nos depoimentos das trabalhadoras, é comum a menção ao “incentivo” para que se publique nas redes sociais e o uso das ferramentas virtuais para aumentar as vendas, tendência tão naturalizada que, muitas vezes, passa despercebida como uma problemática concreta. Dessa forma, a apologia à suposta onipotência das redes acaba superestimando sua capacidade real de divulgação, pelo menos no que diz respeito às condições concretas de acesso, alcance e manejo que transcendem de maneira desigual a utilização de ferramentas virtuais por parte das revendedoras. Ao falar sobre seu envolvimento nos programas e iniciativas ofertadas pela Natura, Sueli relata que o caráter virtual destes é justamente o obstáculo que a impede de participar, enfatizando que “é porque eu tenho também muita dificuldade com redes sociais,

essas coisas. Eu não sei entrar em muita coisa, as meninas que me ajudam”. Antes de residual, essa é uma realidade mais comum do que se imagina, uma vez que apenas o acesso aos instrumentos de comunicação e à própria *internet* não é suficiente: é preciso ter conhecimentos acerca de como navegar, manejar e acessar certas ferramentas e serviços virtuais para utilizá-los apropriadamente⁴¹⁶.

Acerca das principais dificuldades que enfrentam para subir o nível de consultoria (e de renda, conseqüentemente), as trabalhadoras relataram:

Sara: “Acho que é por conta que eu não tinha me dedicado 100%. (...)Acho que é porque realmente eu não tinha muito tempo de estar comprando e também eu não tinha muitos clientes”.

Fátima: “Para eu subir de nível eu tinha que me dedicar só à Natura. Assim, 50% do meu tempo só para a Natura”.

Sueli: “Deixa eu no Ouro mesmo. Estou quieta, porque para você subir para ser Diamante você tem que vender muito, muito, muito, muito mesmo! E muitas vendedoras, o que é que elas fazem? Elas sempre vão passando os produtos para o preço de custo para não baixar ou então para subir de nível; e eu não quero. Eu não quero para estar esquentando minha cabeça no dia de chegar para pagar boleto. Não quero, para mim está ótimo onde eu estou”.

Alba: “A minha dificuldade até em permanecer Prata, que eu estou lutando... É... Assim, porque está muito difícil a gente vender, está entendendo? Eu tenho, assim, os meus clientes certos, mas é muita gente que está vendendo produto. Hoje em dia é muita gente que vende Natura. Aí vende pela *internet* num preço bem acessível – que eu não sei como é que eles conseguem comprar. Por exemplo: eu vendo caixa de sabonete é R\$24,90 e eu vendo por R\$25,00, mas na *internet* você encontra pessoas que estão vendendo por R\$20,00. (...)Aí o cliente, lógico, vai procurar o canto que é mais em conta, que eles oferecem pronta entrega, está entendendo? Aí é mais essa dificuldade, assim, de... De estar se mantendo por conta que a gente tem que vender muito pra estar naquela pontuação e estar naquele nível, porque se eu decair, eu vou para linha, né... No caso, para Semente, tá entendendo?”.

Várias questões se sobrepõem aqui, como a do tempo de dedicação, enfatizada pelas duas primeiras entrevistas, e a necessidade de fazer muitas vendas, ponto levantado pelas duas

⁴¹⁶ O que também não significa que serão efetivas as vendas virtuais em virtude de determinações como a atuação de algoritmos, as limitações do alcance/público das revendedoras, o poder da propaganda e dos anúncios, etc.

últimas trabalhadoras. Interessante notar, a partir dessas falas, como se manifesta concretamente a precarização da força de trabalho feminina promovida pela Natura: de um lado, o caso das mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho e possuem outra fonte de renda, que não têm tempo suficiente de dedicar-se à revenda dos produtos e, por isso mesmo, acabam enfrentando dificuldades para vender e progredir no que diz respeito aos níveis de desempenho; já a realidade das donas de casa que têm as revendas como fonte de renda exclusiva, por outro lado, revela o empenho que essas trabalhadoras precisam ter para “vender muito” e permanecer ou subir de nível – Sueli, inclusive, apesar de dizer que “está quieta”, manifesta toda sua indignação ao reclamar da agonia e do “esquentar a cabeça” no dia do pagamento dos boletos. Esses depoimentos registram a aflição dessas trabalhadoras em ter que colocar pedidos para se manter no nível de desempenho que ocupam e a preocupação constante em baixar de nível, o que faz com que algumas revendedoras cheguem a baratear o preço dos produtos para poder revender – o que tem reflexos diretamente em seus rendimentos. Alba chega a dizer que está lutando para manter-se no nível atual e, em outra ocasião, voltar a falar sobre o receio de diminuir sua pontuação, demonstrando novamente sua insatisfação enquanto “consultora”:

(...)a gente que é consultora, por exemplo: a gente tem que manter o nível(...). Porque se eu não conseguir atingir aquela meta durante o ano, na Prata, aquela pontuação de pedidos, eu vou decair, eu vou descer para Semente. (...)Por exemplo: se eu atrasar um boleto, aí eles já cortam o... No caso, corta as pontuações, diminui os pontos, né, tá entendendo? Eles não veem o lado, o seu lado de consultora que vende há muito tempo, tá entendendo? (...)Foi o que também me desmotivou a não estar mais como eu estava botando tanto prod... Tanto pedido seguido... Botava [antes] só pra atingir, para estar naquela meta⁴¹⁷.

Nesse sentido, podemos identificar o sucesso ideológico da cultura do empreendedorismo neoliberal, que no caso da Natura considera as “consultoras” enquanto livres empreendedoras e não reconhece ou formaliza qualquer vínculo de trabalho, transferindo para elas o ônus de não ter tempo e/ou meios suficientes para revender. Ao internalizar dessa forma a questão, é perceptível certo nível de culpabilização individual em suas falas, que se martirizam por não ter tempo, renda e não conseguirem atingir as metas previstas pela empresa. Dessa forma, é preciso evidenciar a realidade comum que essas trabalhadoras compartilham no que diz respeito à dinâmica de classe-gênero, que impõe para essas mulheres uma realidade de dupla jornada de trabalho, a responsabilidade pelo trabalho doméstico e cuidado com as crianças. Fátima, discorrendo acerca dos motivos de seu baixo engajamento e da falta de tempo

⁴¹⁷ O que evidencia a grande preocupação com o alcance de metas, que refletem diretamente na renda das trabalhadoras.

para dedicar-se às revendas, também menciona a questão ao relatar: “(...)eu tenho minha casa, aí tem família, é filho... Aí tomo conta agora do meu pai que é idoso, aí tem meu trabalho fora da Natura também, aí é uma carga muito pesada, sabe?”. Nessa perspectiva, fica posto que a questão aparentemente tão abstrata do tempo, que parece ser igual para todo mundo, no caso das mulheres trabalhadoras, mostra-se menos simples que o esperado, uma vez que o trabalho doméstico, a maternidade e o cuidado com a família pesam concretamente sobre seus ombros, ocupando grande parte de seu tempo livre – o que compromete as possibilidades de dedicação a outros tipos de atividade e, conseqüentemente, o desenvolvimento pleno das inclinações individuais das mulheres trabalhadoras na sociedade de classes.

Ainda no que se refere às dificuldades para aumentar a renda e subir o nível de desempenho, Sueli informa acerca das estratégias das revendedoras para manter-se na posição que ocupam, afirmando que “muitas vendedoras, o que é que elas fazem? Elas sempre vão passando os produtos para o preço de custo para não baixar ou então para subir de nível” – o que, como já visto, tem implicações diretas sobre seus rendimentos e pode converter-se numa realidade em que a trabalhadora, no final das contas, acaba pagando para poder trabalhar. Outra problemática que as trabalhadoras levantam a partir do seu ponto de vista e que pode fornecer índices para pensar o grau e extensão do quadro geral de precarização da força de trabalho feminina, que recorre ao SVD justamente em virtude das “facilidades” que tal modelo possibilita⁴¹⁸, é a questão do aumento de consultoras” da Natura nos últimos tempos (lembrando que no Brasil esse número ultrapassa a quantidade de um milhão delas). A este respeito, por mais de uma vez Alba manifesta seu aborrecimento em relação à “concorrência” – também transparecendo um pouco de aflição – e afirma que “ultimamente tá muito difícil(...). Tá muito difícil porque é muita gente vendendo(...). Aí, lógico: abre portas e o cliente tem mais opção, né?”. Dessa forma, sua fala indica que “o aumento do número de revendedoras para ela se traduziu em uma queda brutal de seus rendimentos, assim como de sua qualidade de vida” (p. 24)⁴¹⁹.

No que diz respeito ao impacto da pandemia da covid-19 que afetou de maneira ímpar e profundamente as relações sociais e a própria sociedade em todo globo terrestre, levando à

⁴¹⁸ “Atrativo” frente à ausência de formas preestabelecidas ou necessidade de experiência, já que se volta justamente para aqueles setores menos escolarizados, que não têm renda fixa e que, portanto, enfrentam uma realidade mais aguda de vulnerabilidade social.

⁴¹⁹ Ainda de acordo com ABÍLIO (2014), o número de “consultoras” nos anos 90, por exemplo, era de 50 mil. Atualmente, esse número ultrapassa a marca de um milhão – isso porque esse número “divulgado pela empresa não inclui as revendedoras não cadastradas, que ocupam uma espécie de lugar de ‘informalidade dentro da informalidade’” (ABÍLIO, 2014 p. 67) nesse sentido.

máxima potência o clima do ambiente político-econômico neoliberal de grandes incertezas ou qualquer perspectiva de estabilidade – que a partir de 2020 passou a experimentar graus ainda mais elevados de insegurança frente à ameaça invisível (mas concretamente material) de um vírus até então desconhecido –, sabe-se que essa realidade atingiu em cheio o mundo do trabalho. Apesar de não ter sido aplicada em sua plenitude e de modo satisfatório⁴²⁰, as medidas de isolamento social impuseram a política de distanciamento na qual o contato com outras pessoas tornou-se inviável. Se pensarmos na realidade das revendedoras Natura esse impacto foi ainda maior, uma vez que elas precisam trabalhar por meio do modelo SVD e o contato direto com os clientes, nesse caso, é imprescindível. Nessas condições, importante ressaltar o reconhecimento da empresa em relação às revendedoras enquanto o “cerne do modelo de negócio da Natura, sendo o maior canal de vendas para os produtos da empresa” (p. 26). Mas como e com quais meios a Natura agiu no sentido de acolher suas “consultoras” num momento de dificuldades objetivas para a realização de seu trabalho e promover “novas oportunidades de crescimento, serviços e ferramentas”? Para além do posicionamento da Natura, a voz das próprias trabalhadoras pode fornecer elementos para que se conheça suas reais condições de trabalho. Nesse sentido, quando questionadas acerca dos “incentivos” da empresa no período de pandemia, responderam:

Sara: “Mulher... A gente começou a pandemia e eu acho que não teve não(...). Só ficava falando que o álcool em gel estava em promoção para gente revender. Só ficava falando essas coisas. (...)Falava que estava em desconto para gente comprar para revender pelo preço que estava na revista”.

Fátima: “Não, tinha só as *lives*(...). Como era pessoalmente [as reuniões], aí agora [na pandemia] na *live*. E sempre que os produtos chegavam a gente ia só fazer a entrega; vendia também *online*, mandava revista... (...)sair e a gente mesmo fazer [as entregas presenciais]... (...)a gente que ia lá fazer entrega”.

Sueli: “Assim... Para ser sincera, não, sabe? Eu não vi muito incentivo para as vendedoras, não. Não vi, não. Eu não senti isso da empresa, não. [As vendas continuaram] (...)normalmente, do jeito que vendia. Pronto: quando vendia passava os pedidos; quando não, não passava, né?”

⁴²⁰ Pelo menos na realidade brasileira sob a égide do governo Bolsonaro, como já mencionado.

Alba: “Só na questão de pontos, porque antes a gente fazia um pedido com 70 pontos. Ela baixou a pontuação, acho que... Eu creio que era 60 pontos... Já passava pedido. E o dia de [pagar] boletos aumentava mais, dava um prazo maior. O incentivo que ela fez foi esse”.

Diante desses depoimentos, podemos comparar alguns dados fornecidos pelo Relatório Integrado Natura &Co América Latina 2021, que traz uma retrospectiva anual dos principais destaques de desempenho, estratégia, iniciativas e informações corporativas da empresa. Ao relatar acerca das “dificuldades” impostas pela pandemia no mundo dos investimentos, a Natura enfatiza sempre que oportuno acerca da integração de negócios com outras três marcas (Avon, The Body Shop e Aesop) – que com a integração da Avon em 2020 converteram-se na Natura & CO – afirmando que mesmo “perante um ano especialmente duro, consolidamos a primeira etapa de integração dos nossos negócios” (2022, p. 7). Com um lucro líquido de cerca de 2,6 bilhões no ano de 2021, a prosperidade da Natura é evidentemente contrastante com a realidade de precarização e incerteza em que vivem suas “consultoras”, que durante o mesmo ano tiveram sua renda média diminuída em 12% “em relação ao ano anterior, enquanto a renda média da líder caiu cerca de 5%” (p. 72). Apesar da própria Natura reconhecer essa relação como tendo direta “ligação com as consequências socioeconômicas da pandemia no país e em toda a América Latina” (p. 72), ela busca justificar o *déficit* que atinge suas revendedoras através do argumento de que a renda das “consultoras” é calculada “de forma proporcional ao engajamento com a marca” (p. 43) – como se de alguma forma suavizasse a gritante discrepância entre seus gigantescos lucros e a realidade de aflição das trabalhadoras para manter-se no nível de desempenho diante de uma pandemia que inviabilizou consideravelmente suas possibilidades de venda.

Segundo dados da Oxfam, já no primeiro ano da pandemia os mais ricos do planeta conseguiram recuperar todas as perdas que tiveram durante o período, à medida que os mais pobres vão levar pouco mais de uma década (cerca de 14 anos) para conseguir repor as perdas causadas pelo impacto econômico da pandemia: “para se ter uma ideia da velocidade dessa recuperação, os mais ricos do planeta levaram cinco anos para recuperarem o que perderam durante a crise financeira de 2008”⁴²¹. Como uma das maiores empresas do país, a Natura vangloria-se pela sua atuação também em outros países da América Latina, na qual conta com cerca de 2 milhões de consultoras – embora sua presença não se restrinja à América Latina,

⁴²¹ Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/pandemia-e-desigualdades-super-ricos-recuperam-perdas-em-tempo-recorde-os-mais-pobres-terao-que-esperar-mais-de-uma-decada/>. Acesso em 19 de fevereiro de 2023.

uma vez que também tem atuação na Europa, América do Norte e atualmente está se introduzindo no mercado de cosméticos asiático (que tem uma das maiores capacidades de expansão do setor) através da criação de uma loja na capital da Malásia e a introdução do sistema de Vendas por Relação no país, que já conta com cerca de 400 consultoras. De acordo com a Forbes, existiam 315 bilionários no Brasil em 2021. Entre a lista, figuravam sete nomes que originaram seu patrimônio (contabilizado em reais) através da Natura⁴²², entre eles Antônio Luiz Seabra (15,50 bi), Guilherme Leal (8,50 bi) e Pedro Passos (1,72 bi), todos integrantes do Conselho de Administração da Natura⁴²³.

Nessas condições, as revendedoras nitidamente consistem no elo mais fraco dessa relação e estão na base dos negócios da Natura, que depende do modelo SVD para manter as taxas de lucratividade em alta. O que a voz das trabalhadoras deixa evidente é que a Natura não se preocupou em promover uma política de redução de danos na pandemia e em trabalhar para que suas “consultoras” não ficassem ainda mais vulneráveis nessa conjuntura, apesar das inúmeras autodeclarações acerca da sua “gestão por impacto” – que no caso da maioria das consultoras é inegavelmente negativo⁴²⁴. Na verdade, o único “incentivo” ensejado pela empresa para que suas revendedoras mantivessem o ritmo de vendas foi através das próprias vendas, que já era regra, uma vez que concretamente só havia ofertas de promoções e descontos. O ônus, mais uma vez, cai sobre as trabalhadoras – e desta vez duplamente: pois além de não receberem qualquer tipo de suporte concreto, tiveram que realizar as vendas tradicionalmente através do contato presencial em busca de angariar clientela e fazer as entregas dos produtos encomendados. Até mesmo Sueli, umas das entrevistadas mais engajadas na “cultura” da Natura, afirmou de maneira resoluta que não existiu incentivo da Natura para fortalecer as revendedoras durante a pandemia. Já Alba menciona a questão da diminuição dos pontos necessários para o envio dos pedidos e do aumento do prazo de pagamento dos boletos como as únicas iniciativas da Natura no sentido de auxiliar as “consultoras” – o que concretamente é

⁴²² Conferir em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/09/veja-a-lista-completa-dos-bilionarios-brasileiros-de-2021/>. Acesso em 19 de fevereiro de 2023.

⁴²³ Ou seja, a instância superior e mais importante de sua estrutura empresarial.

⁴²⁴ Como afirma a própria Natura em seu relatório anual de 2021: “a maior parte do impacto se deve às consultoras de nível superior” (p. 10) à medida que “podemos observar uma contribuição de impacto negativo das consultoras em níveis inferiores, caracterizada ou por consultoras que estão apenas começando com a Natura ou que permanecem em um nível de vendas relativamente baixo” (p. 10) – sem informar, no entanto, acerca dos motivos concretos que estão na base desse déficit.

muito pouco diante da capacidade e das milhares alternativas que a Natura poderia recorrer segundo tal demanda⁴²⁵.

São fatos como esses que podem nos ajudar a avaliar, na prática, o real alcance do “empoderamento” promovido pela Natura para suas “consultoras”. Nesse sentido, a empresa se diz preocupada em estimular a “representatividade feminina” em sua dinâmica, uma vez que a base de seu negócio é composta por uma “maioria de mulheres, que desenvolvem atividades empresariais para vender os produtos da empresa às suas redes” (2022, p. 16). Assim, em seu plano de Compromisso com a Vida, lançado em 2020, a Natura parte da defesa dos Direitos Humanos para combater a desigualdade e violência de gênero através da promoção de políticas afirmativas voltadas para grupos sociais pouco representados, afirmando que “uma força produtiva verdadeiramente inclusiva olha para a cultura e as condições para que nossas pessoas e a nossa rede mais ampla prosperem” (2022, p. 68). Basta pular o site oficial da empresa para dar-se conta da fragilidade da representação que a Natura afirma oferecer às mulheres que estão a ela ligadas, uma vez que seu Conselho de Administração, por exemplo, é composto esmagadoramente por homens brancos e, de treze membros ao total, tem a presença de apenas quatro mulheres – todas também brancas. A quantidade de mulheres que trabalham para a empresa como “consultoras”, por outro lado, não significa mais que um sintoma da inferioridade das mulheres trabalhadoras na sociedade de classes, uma vez que são elas que ocupam os postos de emprego mais precarizados e de baixa remuneração no mercado formal e informal de trabalho – o que explica uma intensa superexploração de sua força de trabalho⁴²⁶.

As trabalhadoras, quando perguntadas se identificam-se com a “representatividade” que a Natura diz promover às suas “consultoras”, declaram:

Sara: “Não. Para tu ver, eu chamei até minha amiga, aí eu fui e expliquei para ela(...). Aí ela fez: ‘Mulher, se fosse da Avon eu ia, que ela representa muito a gente; mas como é da Natura eu não vou, porque não representa a gente’. (...)Porque, assim, não faz muita campanha para gente mulheres: negras, brancas... Não faz muita campanha. Já a Avon faz. Representa muito a

⁴²⁵ Aliás, Alba foi a única entrevistada que mencionou esse tipo de iniciativa da Natura, o que nos intriga acerca de seu alcance e aplicabilidade tendo-se que a trabalhadora em questão faz parte do nível Ouro de consultoria (um dos mais altos), o que leva-nos a deduzir que tal medida se restringiu às revendedoras que estão em níveis superiores de consultoria.

⁴²⁶ As revendedoras, nesse sentido, representam a pouca absorção da força de trabalho feminina no mercado formal, que precisa recorrer a esse tipo de atividade (geralmente sequer reconhecida enquanto trabalho) para obter meios de independência financeira.

gente. (...)Ela disse assim [a amiga], por conta que a Natura não representa muito a gente, não apoia a gente, só quer que a gente venda, venda, venda, venda e faça mais venda”.

Fátima: “De certa forma, sim. Me sinto. (...)É, me sinto sim, dessa parte aí... De a gente ser mulher e trabalhar, ter nossa própria renda. Correr atrás... Eu já vi muitas mulheres na Natura serem reconhecidas como das melhores vendedoras, que sobem de nível e quando chega em Diamante, então...”.

Sueli: “Eu sinto, sabe? Eu sinto isso: que eles se preocupam muito. Tanto é que eles se preocupam com as consultoras que eles sempre estão fazendo programas. Às vezes a própria consultora que não quer, mas eu vejo uma empresa muito preocupada com seu material humano, que são as consultoras, né? Eu vejo eles muito preocupados. Eles sempre estão procurando incentivo. Sempre estão procurando ajudar”.

Alba: “Sim”.

É interessante notar como delineiam-se, a partir dessas falas, os matizes que dão complexidade à questão. Antes de mais nada, torna-se nítido que a estratégia da “cultura” da empresa em apropriar-se de termos que estão no espectro progressista e até mesmo de esquerda na construção de uma imagem positiva para si tem efeito direto sobre suas revendedoras, que acabam internalizando o uso da linguagem e concebendo, de fato, a Natura como uma empresa preocupada com suas “consultoras” – apesar de que em diversos momentos apresentam-se elementos contraditórios a partir de suas próprias falas. Podemos identificar a marca dessa internalização quando, por exemplo, Sueli menciona a noção bastante explorada pela Natura de “material humano” para se referir à empresa como dedicada ao cuidado com suas “consultoras”. A utilização do termo “representatividade”, nesse sentido, pode ser entendida como uma forma deliberada de provocar confusão ideológica entre as trabalhadoras Natura, uma vez que a empresa explora bastante o tema em suas reuniões, posicionamentos públicos, treinamentos, palestras, etc. – gerando, internamente, uma saturação do termo que implica a total banalização de seu uso, desdobrando-se em sua adoção/aceitação acrítica. De maneira mais específica, o depoimento de Fátima nos fornece índice para avaliar a inserção desse tipo de confusão entre as revendedoras, uma vez que é possível perceber que em seu imaginário figura a imagem de uma Natura “representativa” que incentiva a independência financeira das mulheres, limitando sua identificação com tal representatividade à possibilidade de trabalhar, de “correr atrás” – de, enquanto mulher, poder ter sua própria fonte de renda.

A própria banalização do termo gera também grande confusão acerca de seu significado e, conseqüentemente, implica seu uso indeterminado. Talvez exatamente em virtude dessa saturação a maioria das entrevistadas, quase que automaticamente, tenderam a se referir de maneira positiva à pretensão de “representatividade” da empresa e teceram elogios à iniciativa. Apenas Sara foi a exceção que fugiu à regra, manifestando-se negativamente em relação ao discurso de “representatividade feminina” da Natura, chegando a comentar, inclusive, que convidou uma amiga para ser revendedora e diante da recusa, debateram que a Natura não representava as mulheres: “não apoia a gente, só quer que a gente venda, venda, venda, venda e faça mais venda” – deixando, mais uma vez, evidente a pressão por parte da empresa para que suas “consultoras” vendam cada vez e produzam mais lucro – uma vez que sua produção depende inteiramente da demanda das trabalhadoras, como vimos. Apesar do tom aparentemente apologista das trabalhadoras que afirmam sentirem-se representadas pela Natura, em outras passagens é possível identificar elementos que contradizem concretamente as afirmações positivas acerca da empresa. Ainda sobre a questão da “representatividade”, Fátima, ao responder acerca da identificação de sua realidade enquanto “consultora” com as propagandas exibidas pela Natura e com as mulheres escolhidas para estampar essas campanhas publicitárias, responde:

Não. Assim, por uma parte nem tanto. Porque acho que ela tá muito acima de mim... (...)Ela tá ali representando a Natura, né? E eu me sinto também importante porque eu também faço parte da Natura. Só isso mesmo. (...)Porque ela tá aparecendo, ela quem tá ali fazendo propaganda, tá na revista, tá entendendo? (...)eu acho que ela tá bem acima. Para mim ela tá bem acima. Lógico, né?

No mesmo sentido, Sara relata que “eu acho que deve ter uma parte de preconceito por conta que eles fazem em postar e bota aquelas mulheres ricas, né, para fazer as postagens. (...)pega gente que tem dinheiro, já com o corpo perfeito e bota”. Tais passagens sinalizam para questões aqui já discutidas anteriormente, como a insegurança das mulheres frente aos padrões estéticos estabelecidos socialmente, que gera sensação de inferioridade – o que muitas vezes está diretamente ligado à questão do acesso a hábitos saudáveis de vida e alimentação, procedimentos estéticos, serviços médicos, produtos, etc. Na maioria dos casos, as mulheres brasileiras não têm garantidas sequer recursos básicos de sobrevivência, o que torna a ideia de “representatividade” muito pouco condizente com suas condições materiais de existência – podendo, na verdade, influenciar de maneira negativa uma vez que a escassez de recursos gera frustração, constrangimento, culpabilização individual e, como muito bem dizem os Racionais MC’s, produz uma realidade em que a “miséria traz tristeza e vice-versa”. Noutra perspectiva,

as falas de Sueli no sentido de que “sempre estão procurando incentivo” e que “sempre estão procurando ajudar” para falar acerca da “representatividade” promovida pela Natura às “consultoras”, tem-se que apesar de referir-se positivamente à empresa, a trabalhadora não consegue exemplificar concretamente nenhum tipo de iniciativa que tenha se dado nesse sentido – o que alia-se ao fato de, em diversas passagens, ter manifestado sua insatisfação frente ao descaso da Natura com suas “consultoras”.

Essa prática de incorporação de concepções progressistas também ocorre com a questão do “empoderamento feminino”, bandeira que a Natura afirma levantar em todos os espaços que se faz presente, inclusive através de seu já referido relatório anual de 2021, no qual busca reafirmar por diversas vezes sua “preocupação com a inclusão e o empoderamento feminino” (2002, p. 131). Já na Carta aberta pelos Direitos Humanos, a Natura enfatiza que a prática de “valorizar a diversidade e promover a inclusão” (p. 2) está na base de seus valores, que no que diz respeito às mulheres, afirma operar no sentido de promover a equidade de gênero por meio da adoção “dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) – uma iniciativa da ONU Mulheres do Pacto Global das Nações Unidas” (p. 1)⁴²⁷. Aliás, não são raras as vezes em que a empresa se orgulha do alinhamento com as diretrizes sobre Direitos Humanos (que pressupõe a defesa o direito das mulheres) orquestradas pela ONU, Nações Unidas e outras instituições internacionais, o que evidencia o caráter de classe desse comprometimento uma vez que as compreendemos como manifestações dos aparelhos privados de hegemonia em busca de estratégias de criação de consenso na sociedade civil⁴²⁸. É sob essa perspectiva que podemos entender o “compromisso” da Natura em “aumentar a consciência, empoderamento e treinamento (p. 14)” de sua rede de “consultoras” como um dos diversos mecanismos empresariais que atuam ideologicamente para concretizar tal estratégia.

Nesse sentido, a empresa indica algumas iniciativas práticas que constrói para incentivar o “empoderamento” de suas revendedoras, a exemplo do plano empresarial Visão 2030 (Compromisso com a Vida) que reitera alguns compromissos da Natura, como “igualdade de gênero, inclusão de grupos pouco representados e salário digno para todos” (2022, p. 32). Através do Natura Integrated Profit & Loss (IP&L) 2021⁴²⁹ a empresa apresenta resultados

⁴²⁷ Para saber mais, acesse: <https://www.weps.org/>. Acesso em 19 de fevereiro de 2023.

⁴²⁸ Como indica a própria Natura ao enfatizar que também influencia “políticas públicas, por meio do engajamento de uma rede mobilizadora abarcando colaboradores, empresas parceiras, instituições públicas e privadas e organizações sociais, para ter o maior alcance possível no apoio a essas causas” (p. 97).

⁴²⁹ Uma ferramenta de governança que, para além de resultados financeiros, integra fatores sociais, humanos e ambientais à avaliação do desempenho/performance da empresa na sua política de “gestão por impacto”.

acerca do “impacto de seu modelo de venda direta sobre as consultoras Natura”, identificando um “impacto negativo” sobre aquelas revendedoras de níveis inferiores de consultoria (Semente e Bronze), que somam cerca de 60% das “consultoras”, especialmente em virtude da “dívida que uma pequena fração das consultoras acumula por vários motivos, que leva a custos relacionados a pagamentos atrasados e outros custos” (p. 16). Para superar essa situação, a Natura declara seu empenho para submeter o “IP&L à consulta de profissionais altamente qualificados do setor privado, especialistas em valoração, influenciadores em temas ESG e atores importantes no ambiente econômico” (2022, p. 49) na elaboração de uma medida comparável de renda prevista pelo *living income*⁴³⁰, buscando incorporar a noção de salário digno como parte de seu Compromisso com a Vida por meio de uma “frente [que] está sendo desenvolvida pelo grupo de trabalho Measurable Gains”⁴³¹.

Ao indicar que o “impacto positivo” da empresa direciona-se majoritariamente àquelas “consultoras” que participaram de algum tipo de capacitação oferecida pela empresa, a Natura diz estar trabalhando no fortalecimento de programas de incentivo à educação, como o Crédito Educacional, “que integra a estratégia de educação da empresa para a sua rede de consultoras[...] [e] familiares a realizar cursos técnicos, de graduação, de pós-graduação e de idiomas” (p. 73) e a concessão de bolsas de estudo através dos recursos obtidos pela linha Crer Para Ver – além de outros tipos de iniciativas no que diz respeito à educação, como a oferta de treinamentos, cursos, workshops e, mais uma vez, as famigeradas lives para sua rede de revendedoras. Nesse sentido, é problematizável a ausência de dados detalhados referentes à aplicabilidade concreta dessas iniciativas, que também são geralmente retratadas de maneira generalizante – o que, por diversas vezes, oculta determinações importantes, como o apontamento em relação ao que é oferecido virtualmente e aquilo que não. Ainda nesse sentido, mais uma vez a Natura nos fornece índice para interpretar a preocupação em disseminar os “valores” de sua “cultura” como parte de sua estratégia política de criar consenso internamente entre sua força de trabalho, que consiste num importante meio de lucratividade e instrumento de autoprojeção da marca – o que destaca seu foco “na disseminação dos comportamentos prioritários de cultura”.

⁴³⁰ Que segundo a Natura “considera uma quantia suficiente para cobrir as necessidades básicas de uma família” (p. 43).

⁴³¹ Interessante que na maioria das vezes, como no caso em questão, o “compromisso” nunca é para agora, mas sempre colocado como meta futura. Outra questão que chama atenção nesse sentido é a função desempenhada pelos intelectuais e ideólogos orgânicos, que chegam a desenvolver inclusive “grupos de trabalho” para realizar o estudo e mapeamento de tendências e adaptação das empresas às necessidades do mercado – que na maioria das vezes são os responsáveis principais pela articulação das “afinidades” do grupo empresarial com as causas sociais.

Apesar dos esforços dedicados à criação de consenso por parte da Natura entre suas “consultoras”, a experiência de suas próprias trabalhadoras pode inserir elementos de contradição que nos auxiliem a penetrar a superfície do aparente “empoderamento” pretensamente promovido pela empresa. Dessa forma, o ponto de vista das revendedoras a respeito da questão manifesta-se através das seguintes declarações:

Sara: “É como se fala: eles pensam mais um dinheiro... Isso é mais uma enganação deles. Eles pensam mais dinheiro do que a gente. Eu não vou mentir pra tu (risos). (...)Na empresa... Assim, para gente, quando eles falam isso (sobre “empoderamento”) é mais para gente revender(...).

Fátima: “Não, não acho, não. Assim, a Natura só... Não acho que tem esse empoderamento para mulheres, não. Para gente... Pelo menos para gente consultora, não. (...)Para incentivar para venda, né, tem. Mas para dizer assim: ‘Ah, a mulher...’. Assim, esse ‘empoderamento’ todo aí eu não vejo”.

Sueli: “Para mim, eu me sinto muito acolhida. E eles sempre assim: ‘Não se não se bote para baixo. Você é uma mulher empoderada. Você pode tudo. Tudo, dentro do seu limite, você pode tudo”.

Alba: “Não. Assim, que dê mesmo da própria empresa eu não vejo”.

De maneira unânime, as entrevistadas responderam negativamente quando indagadas se sentiam-se “empoderadas” pela Natura ou se conseguiam identificar as formas concretas de incentivo que a empresa utiliza para promover “empoderamento” para as revendedoras – com exceção de Sueli, a entrevistada que há mais tempo trabalha para a marca e que apresenta um maior grau de internalização de sua “cultura”. De acordo com as falas acima, tem-se que a maneira mais evidente através da qual a Natura incentiva qualquer tipo de “empoderamento feminino” é por meio das vendas, assim como cita Fátima e enfatiza mais ainda Sara, a mais incisiva a este respeito ao declarar que “quando eles falam isso (sobre “empoderamento”) é mais para gente revender” e que “isso é mais uma enganação deles” – e talvez sua notável sinceridade se dê justamente pelo menor contato com os “valores” com a empresa, que retira o compromisso em ter que “fazer média” por mera convenção. A partir dessas falas, que dizem respeito à sua experiência, essas trabalhadoras fornecem elementos que evidenciam que o suposto “empoderamento” promovido pela Natura não ultrapassa o âmbito do discurso e, quando muito, consegue apenas “empoderar” setores muito específicos da sociedade, tornando patente que o “pioneirismo e experiência nos temas de empoderamento feminino” (p. 36) que

a Natura diz ter se restringe puramente em “orquestrar o meio empresarial(...) em prol dessas causas” (p. 36)⁴³².

⁴³² O que evidencia, mais uma vez, o caráter de classe do “empoderamento” que diz fomentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizada a investigação acerca da mercantilização da “causa das mulheres” e como se manifesta no mundo do trabalho feminino, identificamos as formas concretas através das quais a burguesia pseudoprogressista (“encarnadas” nas empresas Avon e Natura) encontra meios “flexíveis” para expropriar as trabalhadoras sob o contexto neoliberal de precarização e informalidade no mundo do trabalho à medida que, apoiada sobre condições de produção cultural pós-modernas, busca manter as aparências como “aliada” das demandas femininas por autonomia, projetando-se por meio de uma autoimagem positiva que afirma o incentivo ao “empoderamento” e a promoção de “representatividade” das mulheres. Ao recuperar historicamente de que maneira as forças do capital, sob sua fase imperialista, puderam apropriar-se da identidade de “mulher” para canalizar as demandas femininas através da produção de mercadorias e, posteriormente, conseguiram incorporar mesmo a própria luta feminina por emancipação à sua lógica de mercantilização, evidenciamos a instrumentalização do feminismo para a estetização política promovida pelo capital em virtude de sua frouxidão ideológica e centralidade na dimensão de gênero para explicar (e responder) à “questão feminina”, o que permite o domínio de tendências (neo)liberais em seu interior, que são transformadas em imagens através de uma potente indústria cultural pós-moderna e projetadas para a opinião pública como forma de expressão por excelência da luta feminina, uma vez que são apresentadas como via única de ação – o que talvez explique a capilaridade do feminismo entre os círculos femininos em luta por emancipação, consistindo numa das primeiras formas de atuação política através da qual as mulheres adquirem consciência da especificidade de sua condição em sociedade.

Apesar de ser um fenômeno em processo na experiência contemporânea e estar muito próximo a nós, é preciso identificar, em meio às aparências do caos, as regularidades que constituem a mercantilização da luta feminina, que se estende a outros movimentos sociais, como a luta racial, da comunidade LGBT, pautas relacionadas ao meio ambiente, etc. Em todos os casos, o que se verifica é a camuflagem das relações sociais e processos de trabalho que fundamentam materialmente o espetáculo da mercantilização das causas sociais, que de maneira dialética implica a expropriação da força de trabalho das classes trabalhadoras. Antes de mais nada, é preciso conceber historicamente o fenômeno de acordo com a totalidade que constitui o modo de produção capitalista e levar em conta seu processo de constante dinamização, uma lógica de expansão que impele os capitalistas individuais, organizados através de monopólios, a embarcarem em tendências de acumulação para sobreviver enquanto classe: é o que

acreditamos ocorrer com a questão da mercantilização dos movimentos sociais, que parece ser a “onda do momento” no que se refere às táticas de sobrevivência do capital em busca de manter sua hegemonia, consistindo um importante instrumento de dominação ideológica na construção de consenso na sociedade civil e, principalmente, entre os grupos sociais marginalizados. Nesse sentido, a produção de cultura não é apenas imprescindível do ponto de vista da sujeição dos artistas no sentido de converter formas estéticas às tendências do mercado no interior de determinados grupos sociais, mas mesmo para a sistematização e criação de tendências em seu interior pelos intelectuais orgânicos do capital, que não raro encontram-se entre os expoentes dos próprios setores em questão⁴³³.

Até aqui, a aparente regularidade que o processo adquiriu durante a exposição é fruto do esforço de sistematização lógico-formal frente à dinâmica do desenvolvimento histórico, que ocorre por meio de zigue-zagues e, portanto, assim como o processo de expansão do capital, realiza-se de maneira desigual através de saltos, o que dificulta a apreensão de sua ligação lógica e torna necessário uma análise que parte de “lá, onde começa essa história, [na qual] deve começar também o processo de reflexão” (MARX, 2008, p. 283), de modo a construir teoricamente “uma imagem refletida corrigida, porém corrigida de acordo com as leis da própria trajetória histórica” (MARX, 2008, p. 283). Com isso não desejamos tornar essa história um processo linear, mas, ao contrário, buscar na totalidade das condições de produção da vida o fundamento material que dá substância à pluralidade de relações sociais existentes sob o modo de produção capitalista, o que exige não “um processo de reflexão abstrato, que se desenvolve exclusivamente em nossas cabeças, mas uma sucessão real de fatos, ocorridos real e efetivamente em algum tempo ou que continua ocorrendo” (MARX, 2008, p. 283) que se apoie “em exemplos históricos [para] manter-se em constante contato com a realidade” (MARX, 2008, p. 258) na medida em que tratamos não “de coisas, mas de relações entre pessoas e, em última instância, entre classes” (MARX, 2008, p. 284)⁴³⁴. Através do método materialista da história, buscamos compreender o pós-modernismo e o desenvolvimento da luta feminina de acordo com o processo de dinamização do capital, sintetizados por meio do fenômeno da

⁴³³ Em que verifica-se a ampla presença de intelectuais, palestrantes, artistas e profissionais no geral declaradamente feministas que colaboram de forma ativa e deliberada com as forças do capital.

⁴³⁴ Dessa forma, “o desenvolvimento lógico não se vê obrigado a se movimentar no reino do puramente abstrato. Ao contrário, precisa apoiar-se em exemplos históricos, manter-se em constante contato com a realidade” (MARX, 2008, p. 285), o que implicitamente inclui “a crítica das diferentes definições, mais ou menos unilaterais ou confusas, [que] está contida, no fundamental” (MARX, 2008, p. 285) nas determinações do próprio desenvolvimento lógico.

mercantilização da “causa das mulheres”, que consiste no nosso ponto de partida histórico-social concreto.

Uma das lições históricas mais importantes da nossa tradição é a de que não basta interpretar o mundo: a questão é transformá-lo. No contexto de acumulação neoliberal e da lógica de produção cultural pós-moderna, no qual ocorre uma intensa mobilização das forças do imperialismo para desenvolver instrumentos de dominação ideológica no sentido de minar as possibilidades de organização e aprofundar o estado de confusão ideológica e despolitização nas fileiras das forças do trabalho, é preciso explorar as contradições do capital e responder, ainda que de maneira tímida, aos desafios impostos objetivamente pelas condições de existência da contemporaneidade. Nesse sentido, embora não desprezemos a importância da teoria, tampouco nos satisfazemos em apenas elaborar uma descrição do funcionamento da lógica que envolve tais contradições sociais de acordo com determinada “perspectiva”, pois na medida em que partimos da crítica “da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente)” (GRAMSCI, 1999, p. 107), entendemos que toda crítica requer a superação do objeto criticado e não apenas sua negação ou rejeição. Levando a diante o que disse uma grande revolucionária peruana – “as massas escutam os que afirmam, e não aqueles que apenas negam” (ADRIANZEN, 2018, p. 19) –, julgamos justificável, nessas considerações finais, apontar para determinadas lacunas na superfície aparentemente sólida e impenetrável da pós-modernidade em busca de evidenciar possibilidades de resistência que contribuam na identificação de pontos de apoio através dos quais se possa travar posição contra a conveniente apologia ou a simples despreocupação em relação ao domínio da ideologia pós-moderna.

O crescente protagonismo feminino em todos os setores da vida social na contemporaneidade pode evidenciar pistas nesse sentido. No caso brasileiro, a força feminina vem movimentando as estruturas de maneira mais acentuada desde meados da ditadura militar, a partir da qual já eram sentidos os efeitos da reestruturação neoliberal que iniciara-se no mundo ocidental⁴³⁵. A ascensão dos movimentos sociais e, em especial, das forças femininas na vida pública provoca a aceleração do desmantelamento do regime, pressionando à democratização política na medida em que as camadas populares se tornaram capazes de alterar a qualidade do

⁴³⁵ A exemplo do aumento progressivo da dívida externa em virtude dos empréstimos de capital estrangeiro, que logo “deixou a conta” do milagre econômico: em 1974, o valor era de 17,1 bilhões de dólares; em 1979, atingiu o montante de 49,9 bilhões de dólares; em 1984, chegou a 91 bilhões de dólares. Encurralada, a economia brasileira precisou tomar empréstimos ainda maiores, o que significou o aprofundamento de sua sujeição na dinâmica do sistema financeiro internacional sob a égide dos Estados Unidos: assim, “o socorro financeiro do FMI — tornado necessário pela urgência de pagamentos da dívida externa de curto prazo(...) — supunha a aceitação de um “ajuste imediato” na economia (NETTO, 2014, p. 207), isto é, a desregulamentação imposta pela reestruturação neoliberal.

processo. Por outro lado, o domínio da tradição autocrática da burguesia brasileira possibilitou um processo truncado de democratização sem democracia realizado “pelos ares”⁴³⁶ com objetivo de restringir o processo e canalizar as forças sociais ao âmbito institucional, culminando na elaboração da Constituição de 1988 que, embora repleta de limitações, pela primeira vez reconheceu as reivindicações femininas e estabeleceu a igualdade de direitos para as mulheres brasileiras. É nesse contexto que ocorre a institucionalização dos movimentos sociais no Brasil, que têm suas demandas incorporadas às medidas jurídico-legais e passam a atuar cada vez mais nos limites da institucionalidade burguesa através da luta por direitos e reconhecimento. Tais demandas, no entanto, só passariam a ser minimamente atendidas após a virada do século, a partir do qual o neoliberalismo já era uma força reconhecidamente consolidada por aqui.

O PT, nesse sentido, marca um ponto de inflexão na dinâmica política brasileira ao alcançar o poder: após completar seu processo de transformismo em partido da ordem⁴³⁷, o PT é assimilado como alternativa eleitoral diante da insatisfação social e é escolhido pela burguesia brasileira para gerenciar seu Estado autocrático “não porque o Brasil estava em uma situação revolucionária, mas porque a sua presença no governo era um fator que deveria preveni-la” (ARCARY, 2014, p. 11)⁴³⁸. Seja um “reformismo quase sem reformas”, um “reformismo fraco” ou até mesmo um contrarreformismo, a agenda petista é marcada pela política de conciliação de classes e atenuação dos conflitos sociais, o que do ponto de vista das forças do trabalho implicou num movimento duplo: 1) na implementação de políticas sociais compensatórias como forma de influenciar o aumento do consumo interno e assistir camadas sociais mais vulneráveis⁴³⁹ e 2) na domesticação dos movimentos sociais e a desmobilização da base social do partido através da concessão de cargos públicos e cooptação de lideranças⁴⁴⁰. Em relação ao

⁴³⁶ Ou seja, “um compromisso ‘pelo alto’, um pacto elitista que [derivou] numa transição truncada à democracia” (NATTO, 2014, p. 218).

⁴³⁷ Segundo Gramsci, transformismo corresponde ao processo em que ocorre a “absorção gradual, mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos” (GRAMSCI, 2002, p. 65).

⁴³⁸ A ironia é que justo um partido de esquerda foi responsável pelo “período de maior estabilização social do regime político que surgiu no Brasil em 1985 com o fim da ditadura militar” (ARCARY, 2014, p. 12).

⁴³⁹ O que “permite acelerar a implantação do modelo de combate à pobreza através da manutenção da ordem, [optando-se] pelo caminho intermediário ao neoliberalismo da década anterior e ao reformismo forte que fora o programa do PT até as vésperas da campanha de 2002” (SINGER, 2012, p. 21). Dessa forma, ocorreu o “aumento dos postos de trabalho e da capacidade de consumo dos setores populares, mas sem confronto com o capital” (SINGER, 2012, p. 155).

⁴⁴⁰ O Programa de Governo de 2007 afirma que o Partido “se compromete com a ampliação da democracia para os setores sociais marginalizados, voltando-se para políticas de ações afirmativas no combate à discriminação, a fim de garantir universalização da cidadania, da igualdade de direitos e respeito às diferenças”. Disponível em:

plano econômico, era cada vez mais difundida pela mídia a ideia da ascensão de uma “nova classe média” no Brasil em virtude da elevação da renda da chamada classe C, possibilitada com o reajuste salarial, diminuição do desemprego e disponibilização de crédito que viabilizaram a inserção social através do consumo. O aumento da mobilidade social, no entanto, não significa a ascensão de uma “nova classe média” no Brasil⁴⁴¹. Segundo POCHMANN (2014), tal processo corresponde à reorganização das forças do trabalho sob novas bases de consumo na medida em que

Parcela importante da classe trabalhadora foi incorporada no consumo de bens duráveis, como televisão, fogão, geladeira, aparelho de som, computador, entre outros. Esse importante movimento social não se converteu, contudo, na constituição de uma nova classe social, tampouco permite que se enquadrem os novos consumidores no segmento da classe média (POCHMANN, 2014, p. 71).

Nesse sentido, a criação do programa Bolsa Família foi uma importante medida assistencialista e de inclusão no combate à extrema pobreza que se voltou para as camadas sociais mais vulneráveis e atingiu majoritariamente os setores femininos – em especial as mulheres negras, que compunham 66,7% dos beneficiários em 2013⁴⁴². Ao observar os efeitos da inserção via consumo durante o governo Lula, BASÍLIO (2014) indica que “em 2002, a classe C era responsável por 26,7% do consumo em higiene e cuidados pessoais; em 2010, esse índice foi de 45,64%” (BASÍLIO, 2014, p. 81)⁴⁴³, trazendo o exemplo de Valdênia, moradora de uma comunidade no Rio de Janeiro, faxineira e revendedora dos produtos Natura que fala com orgulho sobre estar acostumada a gastar até R\$ 120 por mês em produtos Natura: “‘Estou totalmente fora de controle’, diz rindo a mulher de 23 anos, enquanto exhibe parte de suas maquiagens na sua sala minúscula” (BASÍLIO, 2014, p. 81). Entretanto, seria um equívoco de nossa parte partir da crítica às aspirações das massas em obter acesso aos bens disponíveis no mercado na medida em que trata-se de uma ânsia legítima, tornando necessário avaliar até que ponto tal privação consiste justamente no segredo da sublimação estética da indústria cultural,

https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/Programa_de_governo_2007-2010.pdf. Acesso em 27 de setembro de 2023. Já no governo Dilma, o Programa de Governo de 2010 afirma a ampliação dessas políticas, buscando abarcar “mulheres, negros, populações indígenas, idosos e para todos os setores da sociedade discriminados, seja pela sua condição social, deficiência, etnia, ideias, credos ou por sua orientação sexual”. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/programadegovernoDilma.pdf>. Acesso em 27 de setembro de 2023.

⁴⁴¹ Aliás, a própria criação de frações é uma forma de mistificar a consciência de classe no interior das forças do trabalho.

⁴⁴² Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Tereza Campello e Marcelo Côrtes Neri (org.). Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2082>. Acesso em 27 de setembro de 2023.

⁴⁴³ O próprio Lula, em diversas falas, orgulha-se em ter viabilizado a alta lucratividade dos empresários e banqueiros ao longo de seu governo. Nesse sentido, durante sua política de inserção via consumo, “o setor de cosméticos e higiene pessoal apresenta um crescimento extremamente significativo de seu mercado consumidor. Entre 2000 e 2012 seu faturamento passou de R\$ 7,5 bi para R\$ 34 bilhões” (BASÍLIO, 2014, p. 79).

que representa a satisfação em sua própria negação uma vez que “a promessa a que na realidade o espetáculo se reduz, malignamente significa que não se chega ao *quid*, que o hóspede há de se contentar com a leitura do menu” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 21). De acordo com uma perspectiva dialética, deve-se partir da crítica das relações de produção sob a propriedade privada dos meios de produção que sustenta o sistema capitalista, fundamentado na exploração da força de trabalho dos despossuídos, que são privados inclusive do acesso às necessidades básicas de sobrevivência. Dessa forma, “a crença de que o pecado é o desejo dos homens por bens de consumo, e não a organização do todo que nega aos homens esses bens” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 50) inverte a ordem das coisas na medida em que afirma que “o pecado é a saciedade, e não a fome” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 51).

Com um poderoso aparato de dominação, o capital aproveita-se de tal impulso para produzir ainda mais desejos e canalizar as demandas sociais através da produção de mercadorias e suas “soluções de mercado”, que sob condições histórico-concretas da sociedade brasileira não pode adquirir plena força na medida em que, em virtude do estrangulamento da economia nacional pelas forças do sistema financeiro internacional, necessita promover a superexploração da força de trabalho – o que requer, por outro lado, o superempobrecimento e deterioração das condições de trabalho das classes trabalhadoras brasileira, sobretudo a força de trabalho feminina⁴⁴⁴. Com o neoliberalismo ocorre a agudização desse processo, em especial após a derrocada da forma de gerenciamento do PT na dinâmica política que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff, em que a oposição de direita assume novamente o poder e “apresenta como alternativa um programa econômico para o país que não é senão uma versão mais radicalizada do próprio programa econômico petista” (DEMIER, 2016, p. 56)⁴⁴⁵, provocando o aprofundamento do domínio da austeridade neoliberal a partir de uma série de reformas que ocorrem sob ritmo ainda mais rápido: assim ocorreu com a aprovação do congelamento dos gastos públicos, a reforma trabalhista e previdenciária, a privatização dos recursos nacionais, o avanço da desindustrialização, etc., etc. A partir do governo Bolsonaro, esse quadro agrava-se e adquire caráter fascista diante do crescimento da insatisfação social,

⁴⁴⁴ Os setores sociais emergentes brasileiros, dessa forma, não podem ser comparados às camadas médias urbanas europeias e estadunidenses devido a nossa própria realidade de formação social, que está inserida em posição de atraso econômico em relação ao contexto econômico internacional dos países de economia avançada. Com raízes na escravidão, a sociedade brasileira é marcada pela existência de uma massa subproletarizada que não foi e *nem pode* ser integrada de maneira ampla no mercado de trabalho e, conseqüentemente, de consumo.

⁴⁴⁵ Que por sua vez já era, “com leves mudanças, o antigo programa da oposição de direita quando era situação” (DEMIER, 2016, p. 56).

levando setores sociais em plena pandemia às ruas em resposta ao seu governo de morte e contra o encarecimento dos custos de vida.

Os movimentos sociais que floresceram no impulso das lutas contra a ditadura militar, institucionalizados no processo de democratização, encontraram-se ainda mais encurralados aos limites da legalidade burguesa no contexto de domínio neoliberal, o que se acentuou de modo considerável durante os governos petistas nos quais ocorreu um amplo refluxo dos movimentos sociais e das lutas populares que foram reduzidos a resistir, em sua maioria, no espaço institucional e através de uma política colaboracionista⁴⁴⁶, num processo em que o primeiro partido de esquerda do Brasil conseguiu chegar ao poder por meio de um pacto conservador e contribuiu ativamente para deslocar à direita a correlação de forças no interior da dinâmica política, deixando como “principal obra a estabilização do regime democrático-eleitoral em um país periférico que evoluía para uma situação revolucionária” (ARCARY, 2014, p. 15). Nesse sentido, impera a hegemonia de uma práxis política tutelada, que substitui formas de ação direta e de confronto por práticas de cooperação e de negociação. Diante do domínio neoliberal, além da institucionalização pelo Estado, as iniciativas privadas foram intensamente estimuladas, o que fez com que os movimentos sociais e setores populares buscassem cada vez mais diálogo com investimentos e apoio de empresas⁴⁴⁷, evidenciando sua adaptação ao novo contexto, caracterizado pelo agravamento da posição de dependência do país em relação ao mercado financeiro internacional. Ao apostar em medidas legais de atuação política, passam cada vez mais a reivindicar espaços dentro da administração pública e a inserção em órgãos, cargos e funções estatais, colocando na gaveta a questão da transformação radical da sociedade na medida em que parece não levar mais em conta os limites que a democracia burguesa impõe ao alcance de direitos sociais básicos.

Com a total subserviência do partido à agenda internacional do sistema financeiro, agrava-se a sujeição da economia brasileira à hegemonia imperialista dos Estados Unidos através do aumento da carga tributária do país, o que significou a crise do modelo de conciliação social-democrata petista na medida em que se acirravam os ânimos entre os interesses do capital e do trabalho. Em paráfrase a DEMIER (2016), podemos dizer que o “cobertor” que permitiu a conciliação de classes petista encurtou, o que empurrou o PT para a escolher qual dos lados iria “cobrir os pés”: ao sair em defesa dos interesses do capital, o PT viu crescer uma onda de

⁴⁴⁶ E caso fujam à regra ficam relegados à completa marginalidade e sob alto risco de repressão.

⁴⁴⁷ A exemplo do incentivo ao empreendedorismo no Programa de Governo de 2010, que atinge também os movimentos sociais na medida em que afirma que as políticas de inclusão social “serão complementadas pela ampliação da geração de emprego e renda, pelo fortalecimento da economia solidária e de programas de capacitação e crédito que favoreçam o empreendedorismo”.

insatisfação social que se tornou nítida após Junho de 2013, que inicialmente adquiriu caráter espontaneísta e teve relativas possibilidades de radicalizar-se à esquerda caso o próprio partido tivesse exercido o papel de agente catalizador em busca de articular-se com a revolta popular. Entretanto, em especial a partir de 2015, a onda de insatisfação social sofre uma transformação em sua natureza ao ser manobrada pelo crescente reacionarismo conservador: ocorre que, ao negligenciar o potencial dessas manifestações o PT pagou o preço de ser engolido pelo monstro que ajudou a alimentar na medida em que, identificando o “vácuo” de direcionamento, os grupos de direita passaram a direcionar as manifestações, que adquiririam conteúdo diverso ao invocar palavras de ordem anticorrupção contra o petismo. A oposição entre o modelo de gestão de capitalismo “progressista” e o modelo tradicional, somada ao relativo descrédito social do PT, “minaram até mesmo a capacidade do partido de domesticar os movimentos sociais, diminuindo, por conseguinte, sua serventia política ao capital” (DEMIER, 2016, p. 55).

Nessa dinâmica ocorre o processo de renovação das forças de esquerda nas ruas, que diante do recrudescimento das políticas econômicas neoliberais organizam a resistência através da aliança dos movimentos sociais, segmentos populares, artistas e intelectuais na luta contra o avanço conservador, destacando-se o protagonismo dos setores femininos e tendências feministas na articulação de mobilização política por todo o país: durante o governo Temer, diversas manifestações tomaram as ruas do país sob a insígnia de “Mulheres contra Temer” em combate ao congelamento dos investimentos públicos e a aprovação da reforma trabalhista e tributária; nas eleições de 2018, com a candidatura de Bolsonaro e seus posicionamentos públicos abertamente misóginos, as mulheres estiveram à frente dos massivos atos de rua e arrastam para a luta amplos setores sociais; durante o governo Bolsonaro, os setores femininos em luta não se deram por vencidos e continuaram agitando as ruas, tendência que intensificou-se com a deflagração da pandemia que tornou insustentável a condição das mulheres sob o contexto neoliberal – em especial as mães, que diante da falsa política de isolamento social viram-se jogadas à própria sorte para dar conta de cuidar das crianças (visto que as escolas não estavam em funcionamento), trabalhar e realizar as atividades domésticas de maneira simultânea. Além disso, não foram poucas as vezes em que Bolsonaro pronunciou-se publicamente através de declarações de cunho machista, o que provocou o descontentamento das massas femininas em seu processo de aprendizado político, que corresponde a um momento da dinâmica política brasileira de intensa politização em que as forças do capital, subordinadas à hegemonia do imperialismo estadunidense, buscam bloquear as possibilidades concretas de radicalização político-ideológica à esquerda.

Recuperar historicamente o protagonismo das lutas femininas ainda é uma tarefa bastante árdua e desafiadora aos profissionais da história da contemporaneidade, pois além da pluralidade de formas de manifestação política e amplitude das frentes e agendas de atuação, existem poucos acervos que registram a ação dos diversos grupos, coletivos, associações, entidades, movimentos e setores sociais femininos em luta. As pontuais iniciativas nesse sentido são de natureza pessoal-familiar – o que dificulta o acesso ao público – e/ou digitais – que em virtude de seu caráter altamente fragmentado, torna-se ainda mais difícil de localizar. Nessa perspectiva, recuperamos algumas manifestações de rua ocorridas em Campina Grande – PB, cidade a partir da qual influenciámos, observámos e avaliamos tal processo:

2018

Imagem 12 – Coletivo Bruta Flor Feminista: ato pela descriminalização do aborto e pela saúde das mulheres em 11 de agosto



Fonte: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BmTn2XIgOdO/>.

Acesso em 29 de outubro de 2023.

Imagem 13 – Ato #EleNão em 29 de setembro



Fonte: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CMCdyUUAmt1/>. Acesso em 29 de outubro de 2023.

2019

Imagem 14 – As Carolinas da Borborema na II Marcha da Diversidade Humana de Campina Grande em 16 de junho



Fonte: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BywhG7XHDRR/>.

Acesso em 29 de outubro de 2023.

Imagem 15 – Intervenção artística performada pelos setores feministas de Campina Grande contra Bolsonaro em 19 de dezembro



Fonte: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B6RdCLDnxh/>.

Acesso em 29 de outubro de 2023.

2020

Imagem 16 – Coletivos feministas em articulação no ato Mulheres da Rua em 14 de março



Fonte: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B9uPDdpJHsf/>.

Acesso em 29 de outubro de 2023.

Imagem 17 – Jô Oliveira, primeira vereadora negra da cidade no ato Mulheres da Rua em 14 de março



Fonte: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B9uo5ppHIcF/>. Acesso em

29 de outubro de 2023.

2021

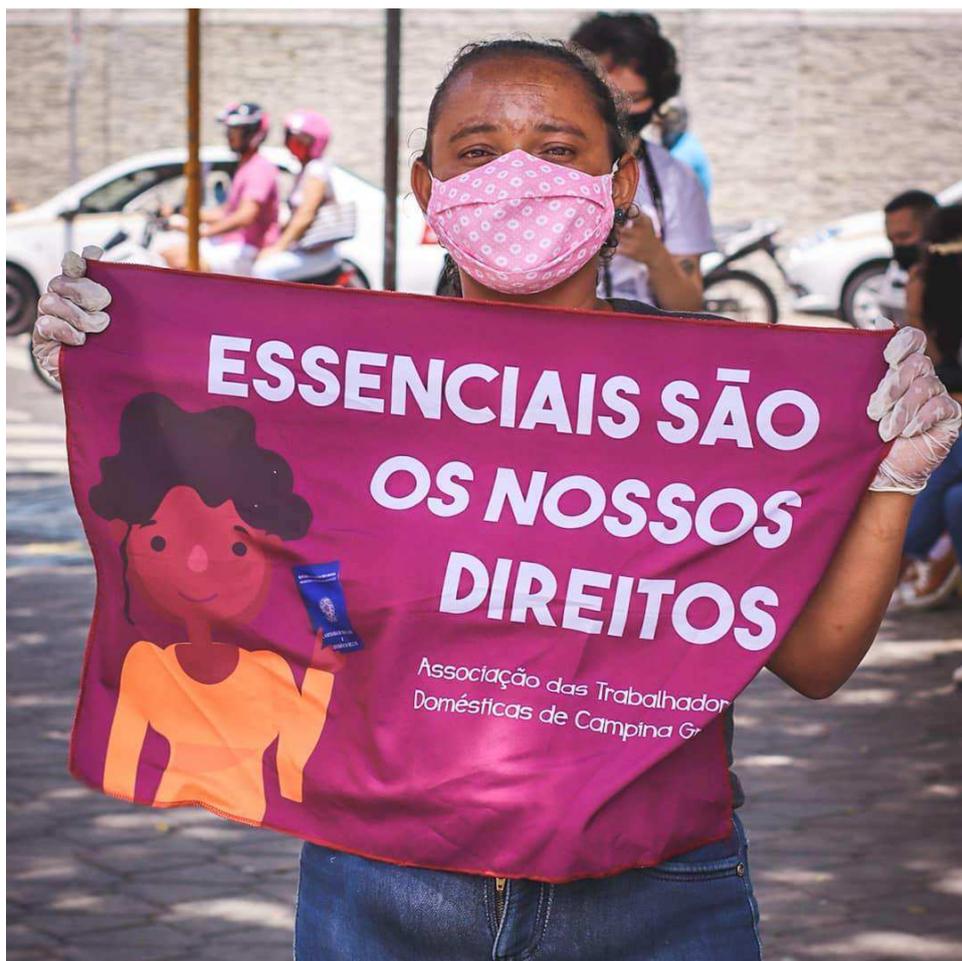
Imagem 18 – Articulação entre movimentos feministas da cidade no 08 de março



Fonte: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CNJamRMBtnq/>.

Acesso em 29 de outubro de 2023.

Imagem 19 – Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande no 08 de março



Fonte: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CNJamRMBtnq/>.

Acesso em 29 de outubro de 2023.

Imagem 20 – Coletivo 1º de Maio no #ForaBolsonaroGenocida em 29 de maio



Fonte: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CPdgecNBO7D/>. Acesso em 29 de outubro de 2023.

Imagem 21 – Ato #ForaBolsonaroGenocida



Fonte: Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CPeJBC_JZwg/. Acesso em 29 de outubro de 2023.

Imagem 22 – Movimento de Mulheres Olga Benário no ato #ForaBolsonaroGenocida em 22 de junho



Fonte: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQb2d8tJqB4/>. Acesso em 29 de outubro de 2023.

Imagem 23 – Ato #MulheresContraBolsonaro em 04 de dezembro



Fonte: Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CXEn_FzJaV2/. Acesso em 29 de outubro de 2023.

2022

Imagem 24 – Articulação entre organizações feministas no 08 de março



Fonte: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ca23MtGlp9E/>. Acesso em 29 de outubro de 2023.

Imagem 25 – Articulação entre organizações feministas no 08 de março



Fonte: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ca23MtGlp9E/>. Acesso em 29 de outubro de 2023.

No processo em que se seguem essas lutas, os setores femininos participaram de maneira ampla nos atos de rua e foram capazes de arrastar para a luta diversos segmentos sociais. Todavia, por não conseguir formar uma frente ampla que definisse uma agenda determinada de luta, a hegemonia da tendência reformista no interior da esquerda brasileira influenciou diretamente no desenrolar desse processo na medida em que, conforme aproximavam-se as eleições de 2022, as manifestações de rua foram perdendo impulso e deixando para trás o caráter reivindicatório em favor da candidatura de Lula, verificando-se a inação das organizações alinhadas à política eleitoreira para arrastar o desgaste do governo Bolsonaro diante da opinião pública, para o que foi necessário o desencorajamento das bases em seguir na luta uma vez que simplesmente não havia mobilização e os boicotes também eram frequentes – em especial entre forças políticas que disputavam um mesmo espaço de luta⁴⁴⁸. A partir de 2023, em que se

⁴⁴⁸ Nesse sentido, quem não se lembra dos embates ocorridos entre a militância da frente de luta Povo na Rua Fora Bolsonaro e do Movimento Fora Bolsonaro?

concretiza a vitória de Lula contra Bolsonaro, verifica-se o refluxo das manifestações de rua: basta uma comparação entre o fluxo de atividades dessa natureza entre os mesmos movimentos, organizações, entidades e coletivos feministas aqui elencados para identificar sua ausência. Nesse sentido, é notável a proliferação de práticas políticas conciliatórias que buscam aliança com o Estado através das famosas reuniões de gabinete, que na maioria das vezes ao invés de amplificar as demandas femininas, acabam cumprindo o papel de amortecer conflitos de caráter inegociável. Após o governo Bolsonaro, a chegada do PT ao poder representou tamanho alívio às forças de esquerda que muitos passaram a agir como se uma simples vitória eleitoral tivesse resolvido nossos problemas⁴⁴⁹.

O fato é que mesmo diante das medidas antipopulares do governo Lula, a esquerda brasileira permanece sob a influência da força gravitacional de conciliação petista. A recente aprovação do arcabouço fiscal⁴⁵⁰ pode ser concebida nesse contexto, pois o PT poderia agir ao menos tentado empurrar para a esquerda a nova medida através da criação de emendas que diminuíssem seu impacto negativo para as camadas mais pobres da sociedade, que sofrerá as consequências do arcabouço através do aumento geral no custo de vida. Nesse sentido, a orientação geral do Partido, que até então é a força política progressista mais forte da Câmara, é de que não sejam apresentadas quaisquer dissidências e/ou emendas ao texto, diferentemente das forças de direita, que buscam incorporar emendas ainda mais restritivas, como a punição em caso de descumprimentos das metas previstas — o que significa um tiro no pé do próprio PT⁴⁵¹. Ao desmobilizar a ação de suas bases, o PT acaba por transformar a vitória eleitoral em derrota política: se nos dois Governos anteriores Lula realizou “um reformismo quase sem reforma”, o que podemos esperar do seu terceiro Governo? O fato é que, após o processo de transformismo que converteu o PT em Partido da ordem, a esquerda radical brasileira não pode se dar ao luxo de ficar a reboque do imobilismo petista. Nesse sentido, onde estão as forças revolucionárias que durante a pandemia estiveram na vanguarda das manifestações de rua contra o Governo Bolsonaro? Por que calar-se, então, diante do “progressismo” do PT? Cumprimos, enfim, nossas tarefas?

⁴⁴⁹ Dessa forma, a própria eleição deveria mostrar que não, pois o acirramento do resultado evidenciou a grande influência que as forças de direita exercem no interior da dinâmica política.

⁴⁵⁰ A nomenclatura “arcabouço fiscal”, aliás, é uma forma mais palatável de (re)atualizar o antigo “teto de gastos” aprovado no Governo Temer, que até a última campanha eleitoral em 2022 foi duramente criticado pelo próprio presidente Lula.

⁴⁵¹ Que parece não ter aprendido com os erros passados e continua a empurrar a correlação de forças à direita do espectro político.

Fica patente a impotência da esquerda, especialmente de orientação marxista, para enfrentar os desafios atuais do cenário político brasileiro: não se vê mobilização das centrais ou movimentos sindicais, partidos ou organizações políticas⁴⁵². Certamente a solução (que não é imediata e nem aparecerá magicamente) não vira pelas instituições, e é um equívoco confiar a resolução dos nossos problemas à legalidade burguesa, especialmente sob o contexto neoliberal. Numa conjuntura em que o parlamentarismo está completamente consolidado e amadurecido como prática política dominante, é inútil travar uma luta engessada exclusivamente na frente parlamentar, especialmente no contexto brasileiro de subserviência político-econômica aos interesses do capital financeiro internacional, em que a autonomia nacional ainda é fortemente orientada pelo imperialismo estadunidense. Apesar da atuação de parlamentares como Erika Hilton e Sâmia Bomfim, a correlação de forças evidencia a dura realidade da dinâmica política brasileira, que é truncada à direita e torna ínfimo o impacto dessas e tantas outras vozes dissonantes na frente parlamentar. Nessa perspectiva, é válido salientar o caráter oportunista de uma esquerda que se abstém de seu papel histórico e se contenta em “lutar” através da política tutelada e do colaboracionismo, ignorando o potencial revolucionário das ruas e as lições históricas que podem se transformar em arma para enterrar de vez a tradição de autocracia burguesa no Brasil. Uma esquerda radical consequente deve estar atenta a tais condições e não ter qualquer ilusão se quiser incidir politicamente sobre elas, principalmente em seu dever de combater a hegemonia do petismo nesse contexto.

Diante do exposto, seria possível elaborar concretamente uma resposta política à pretensão pós-moderna de “fim da história” proclamada pelos intelectuais orgânicos do capital? É nesse sentido que recuperamos as contribuições de Rosa Luxemburgo, das quais podemos extrair lições organizativas a fim de orientar as forças femininas em luta no caminho da emancipação. Um dos debates mais importantes travados por ela em seu contexto de atuação é acerca da relação entre reforma e revolução frente à hegemonia das forças reformistas na dinâmica política, que representa uma concepção que condena as classes trabalhadoras à inação e corresponde a um “modo de pensar historicamente determinado da burguesia em declínio” (LUXEMBURGO, 1900, p. 74), o que implica no acirramento da luta por hegemonia do capital através do fortalecimento de seu aparato institucional de dominação, criando condições para que “a melhoria da situação da classe operária, quer como classe operária, quer na medida em que algumas de suas frações penetram na classe média, [converta-se na] atenuação do

⁴⁵² Que ao que tudo indica estão conformados com as políticas compensatórias promovidas pelo PT. Nesse sentido, será que os R\$ 600 mensais do Bolsa Família, por exemplo, se tornaram suficientes para pavimentar o caminho à emancipação feminina?

antagonismo entre capital e trabalho” (LUXEMBURGO, 1900, p. 12). Nesse sentido, Rosa observa que a luta restrita através da legalidade burguesa não pode resolver o antagonismo entre classes uma vez que as forças do trabalho não são obrigadas “por lei alguma a submeter-se ao jugo do capital, e sim pela miséria, pela falta de meios de produção, porque não foi a lei, e sim o desenvolvimento econômico que lhes arrancou” (LUXEMBURGO, 1900, p. 65), pois as contradições que o modo de produção capitalista impõe não estão inscritas em lei, pelo contrário: são as leis do Estado burguês a própria expressão dos conflitos através de formas jurídico-legais, que por sua vez buscam amortecê-los e/ou conciliá-los na medida em que camuflam a natureza de dominação de classe do capital.

As reformas não podem ser pensadas sem o horizonte da revolução visto que são concebidas como diferentes momentos de um mesmo processo, isto é, a luta pelo socialismo, sem a qual resta apenas “um simples movimento corporativo e reformista, [que se encaminha], naturalmente, em linha reta, para o abandono do ponto de vista de classe” (LUXEMBURGO, 1900, p. 39). Na medida em que não contêm força motriz própria, a luta por reformas conduz inevitavelmente à “adoção de uma ‘política de compensações’, em outras palavras uma ‘política de barganha’, e uma atitude conciliacionista, habilmente diplomática” (LUXEMBURGO, 1900, p. 38) de modo que “a luta cotidiana perde, em última análise, toda relação com o socialismo” (LUXEMBURGO, 1900, p. 38) ao abrir mão de seu caráter pedagógico no que se refere à elevação da consciência das massas, tornando-se incapaz de socializar o processo de politização e organizar enquanto classe as forças do trabalho. O reformismo, assim, cumpre o papel de impedir o desenvolvimento da luta de classes “no sentido da sua finalidade, isto é, a luta pela conquista do poder político (LUXEMBURGO, 1900, p. 7) e trabalha na manutenção da correlação de forças a favor da burguesia, que possui meios infinitamente mais amplos de organização – em especial sob o contexto de imperialismo. Nesse ambiente florescem como nunca as tendências do oportunismo, que em busca de vantagens tão efêmeras como a ordem pós-moderna do capital representam uma dupla derrota: tanto dos princípios básicos como das conquistas práticas, varridas para longe durante tempos de crise – o que implica numa prática política “hesitante, fraca, fundada numa subestimação de forças do proletariado, [que] paralisa e desorienta as massas” (LUXEMBURGO, 1906, p. 157-158).

Segundo Rosa, o desvio oportunista age em favor do capital na medida em que contribui para desarmar as forças trabalho diante de seu poder de dominação, tratando-se “em última análise de uma questão de força, porque uma coronhada, mesmo que pareça amigável, é uma coronhada, e ninguém poderá dizer se ela não será seguida de um murro nos queixos”

(LUXEMBURGO, 1916, p. 72). Deste modo, o despontar das massas na vida política traz implicações importantes a serem consideradas por qualquer esquerda de natureza radical, pois sob tais condições “é ela, a massa, que será o coro atuante e as direções terão somente o papel de porta-voz, de intérpretes da vontade das massas” (LUXEMBURGO, 1906, p. 109) na medida em que busca expressar suas aspirações emancipatórias de maneira dialética, uma lição que parece ter se perdido nas turbulências do século XX e relegada ao esquecimento com a hegemonia do pós-modernismo, que completou o processo de “apagamento” das classes sociais e decretou a falência dos movimentos de massa através de sua pulverização. Nessa perspectiva, a tarefa de direção não se restringe a “dar ordens arbitrariamente, mas sim em adaptar-se à situação o mais habilmente possível, mantendo o mais estreito contato com o moral das massas” (LUXEMBURGO, 1906, p. 62) sem que haja a subestimação do elemento espontâneo das lutas⁴⁵³, que ocorre não “porque o proletariado esteja ‘deseducado’, mas porque as revoluções não se aprendem na escola” (LUXEMBURGO, 1906, p. 63). Rosa compara as forças sociais revolucionárias a uma pedra, que quando posta em movimento não pode parar de rolar por si mesma, embora em certos momentos possa diminuir a velocidade ou topar com obstáculos no meio do caminho. É por isso que um poderoso instrumento de organização de classe se faz necessário para incutir a firmeza ideológica nas massas que seja capaz de transformar a luta “num verdadeiro movimento popular, quer dizer, [que arraste] para a batalha as mais largas camadas do proletariado” (LUXEMBURGO, 1906, p. 77), pois:

é um problema insolúvel quando se quer apreciar a frio, por um cálculo aritmético, em que momento o proletariado estaria “bastante forte” para desencadear a luta qualquer que ela fosse (LUXEMBURGO, 1906, p. 74).

A concepção rígida e mecânica da burocracia só admite a luta como resultado da organização que atinja um certo grau de força. Pelo contrário, a evolução dialética, viva, faz nascer a organização como produto da luta (LUXEMBURGO, 1906, p. 75).

para que a luta seja coroada de êxito, têm de transformar-se o movimento operário nunca deve ser concebido como movimento de uma minoria organizada. Toda a verdadeira e grande luta de classes deve alicerçar-se no apoio e colaboração das mais largas camadas (LUXEMBURGO, 1906, p. 74).

[Isso] quer dizer que o sentimento, o instinto de classe está de tal maneira vivo no proletariado que qualquer assunto parcial, interessando um grupo restrito de operários lhe diz diretamente respeito como se fosse um assunto geral, um assunto de classe, e imediatamente reage na sua totalidade (LUXEMBURGO, 1906, p. 74).

⁴⁵³ O que tem a ver com “a sobrevalorização ou a falsa apreciação do papel organizativo do proletariado na luta de classes, [que] está ligada geralmente a uma subvalorização da massa proletária desorganizada e da sua maturidade política” (LUXEMBURGO, 1906, p. 78).

O que dificulta, no entanto, a ligação de uma esquerda radical com as massas na dinâmica política brasileira é a ausência de um partido à altura da tarefa, que ainda não encontrou condições para surgir e canalizar as aspirações sociais através de um projeto político alternativo à ordem burguesa que supere a conciliação petista. Embora ainda não tenhamos o instrumento que nos utilizaremos para pôr fim ao jugo da autocracia burguesa em aliança com as forças do capital estrangeiro, talvez “olhar para trás” e aprender as lições da história seja um primeiro passo nesse sentido. Não temos uma receita pronta para responder à questão leninista “que fazer?” de acordo com as determinações histórico-concretas específicas da situação brasileira no contexto neoliberal, porém diante da tendência crescente de politização da sociedade brasileira, se podemos afirmar de maneira resoluta uma saída alternativa, mesmo que esta seja tímida, esta seria a urgente necessidade de trazer à centralidade das discussões a questão do “objetivo final”, que parece ter se perdido no mundo de indeterminação pós-moderno no qual não se busca mais transformar, mas subverter, ressignificar, desconstruir, etc., o que tem a ver com o distanciamento cada vez maior do horizonte da luta pelo socialismo. Dessa maneira, Rosa pode nos ajudar a pensar coletivamente em respostas para combater a ideia de “morte da história” na medida em que enfatiza que a superação da opressão feminina, assim como a emancipação de todo gênero humano, só pode ser obtida através da luta pelo socialismo, que sempre teve como questão primária “como colocar sua atividade prática imediata em acordo com seu objetivo final” (LUXEMBURGO, 1898)⁴⁵⁴ na medida em que age sob condições burguesas de atuação e necessita encontrar meios de precaver-se diante da capacidade de dominação do capital.

Acreditamos ser este, precisamente, o problema que desorienta a ação dos setores femininos na luta por emancipação e das forças de esquerda no geral, que se voltam para as lutas por reformas, direitos e reconhecimento como um fim em si mesmas à medida em que perderam o horizonte de transformação social, sob condições que mesmo o ímpeto de buscar alternativas parece ter se esvaído. Apesar de historicamente original, o modelo flexível não difere, no essencial, das formas de acumulação precedentes e parece conservar, ao passo que radicaliza, suas tendências fundamentais – inclusive aquelas de natureza “espiritual”, como o estado de confusão ideológica que trabalha pra manter nas fileiras das forças do trabalho. Em seu contexto de atuação Rosa também faz denúncias nesse sentido, a exemplo do equívoco na “compreensão da relação entre nosso objetivo final e a luta cotidiana demonstra que existe em

⁴⁵⁴ LUXEMBURGO, Rosa. *Oportunismo e a Arte do Possível* (1898). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1898/09/30.htm>.

nosso partido uma certa confusão” (LUXEMBURGO, 1898)⁴⁵⁵, que por sua vez espraia-se entre as massas e os amplos setores sociais organizados e atinge um profundo grau de penetrabilidade diante da capacidade técnica adquirida pelo desenvolvimento do capital. Tal confusão diz respeito à “realização de nossos princípios básicos no processo da vida social e a personificação de nossos princípios gerais na prática, na ação diária” (LUXEMBURGO, 1898)⁴⁵⁶, questão que relaciona com o fenômeno do oportunismo uma vez que busca demarcar limites em relação à hegemonia da política burguesa (luta por direitos, pautas imediatas de luta, reformas sociais, etc.) para romper com a política de compensações, que consiste em “em sempre modificar a situação em nosso favor apenas no papel mas em mudar, na realidade objetiva, em favor dos nossos adversários” (LUXEMBURGO, 1898)⁴⁵⁷ – que dispõem de meios concretos para expandir e aperfeiçoar suas formas de dominação⁴⁵⁸.

Ao partir do pressuposto que, politicamente, “a suposição de que alguém pode alcançar o maior número de sucessos fazendo concessões é um completo erro” (LUXEMBURGO, 1898)⁴⁵⁹, Rosa diferencia qualitativamente o que separa a concepção revolucionária da hegemonia reformista, afirmando que é “em nosso não, em nossa atitude intransigente, [que] encontra-se toda nossa força” (LUXEMBURGO, 1898)⁴⁶⁰, o que nos torna aptos a ganhar o apoio e confiança das massas uma vez que “porque nós não concedemos nem um centímetro de nossa posição, forçamos o governo e os partidos burgueses a nos conceder os poucos sucessos imediatos que podem ser ganhos” (LUXEMBURGO, 1898)⁴⁶¹ em favor das amplas camadas sociais subalternizadas – o que parece ser bastante diferente da prática política hegemônica inclusive entre os partidos comunistas brasileiros, que atuam sob o domínio de

⁴⁵⁵ LUXEMBURGO, Rosa. *Congresso de Stuttgart do Partido Social-Democrata Alemão* (1898). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1898/10/03.htm>.

⁴⁵⁶ LUXEMBURGO, Rosa. *Oportunismo e a Arte do Possível* (1898). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1898/09/30.htm>.

⁴⁵⁷ LUXEMBURGO, Rosa. *Congresso de Stuttgart do Partido Social-Democrata Alemão* (1898). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1898/10/03.htm>.

⁴⁵⁸ No fim das contas, a política de compensações converte-se no enfraquecimento diante do reforço da posição do adversário, pois na medida em que “exigimos a ampliação dos direitos do povo, das liberdades democráticas; o Estado capitalista exige, por sua vez, a ampliação dos seus meios de coerção, o aumento do seu número de canhões (LUXEMBURGO, p. 1898). LUXEMBURGO, Rosa. *Congresso de Stuttgart do Partido Social-Democrata Alemão* (1898). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1898/10/03.htm>.

⁴⁵⁹ LUXEMBURGO, Rosa. *Oportunismo e a Arte do Possível* (1898). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1898/09/30.htm>.

⁴⁶⁰ LUXEMBURGO, Rosa. *Oportunismo e a arte do possível* (1898). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1898/09/30.htm>.

⁴⁶¹ Idem.

uma autocracia burguesa que transforma até mesmo a luta por direitos numa luta incessante pela efetivação desses direitos⁴⁶². Nesse sentido, Rosa é categórica ao apontar que

Talvez se encontre um certo número de camaradas que pensem que uma discussão sobre o objetivo final é apenas uma discussão acadêmica. Eu sustento, ao contrário, que não existe para nós(...) questão mais prática que a questão do objetivo final. Pois, reflitam: em que consiste, de fato, o caráter socialista de nosso movimento? (LUXEMBURGO, 1898)⁴⁶³.

Para nós não há nenhuma dúvida que devemos nos orientar para a tomada do poder político. Um partido socialista deve estar sempre a altura da situação. Ele não deve jamais recuar diante de suas próprias tarefas. É por isso que devemos clarificar completamente nossa concepção do objetivo final. Nós o realizaremos acima e contra tudo (LUXEMBURGO, 1898)⁴⁶⁴.

E isso nos leva, finalmente, às questões finais que gostaríamos de levantar a partir desse debate: frente à pluralidade de setores femininos em busca de emancipação, assim como suas formas e frentes de atuação e agendas de luta, onde queremos chegar? Aliás, desejamos “chegar” em algum lugar, coletivamente falando? Ou melhor: nos frustramos de maneira tão profunda em relação à permanência histórica da luta por emancipação que nos vimos desencorajados de tocá-las para além do melhoramento imediato das condições sobre as quais ela se desenvolve? Nesse sentido, apesar da confusão reinante, compreendemos que tal diversidade faz parte do fermento da luta por emancipação feminina no modelo “flexível” de acumulação do capital, gerando formas pós-modernas de concepção de tal luta que atualizam a centralidade da questão de gênero no direcionamento da ação política e esmaecem acerca do caráter de classe que fundamenta a opressão feminina⁴⁶⁵. Como não podem ser satisfeitas no seio da sociedade burguesa, que busca absorvê-las à sua institucionalidade, as demandas por emancipação feminina são canalizadas pelas “soluções de mercado” do capital através da produção de mercadorias voltadas para as mulheres, autorizando que empresas como a Natura e Avon utilizem-se da estetização política para se autoprojetar como “aliadas” da “causa feminina” e busquem construir consenso entre as mulheres – ambas chegam até mesmo a investir recursos no desenvolvimento de uma representação feminina como forma de humanizar as respectivas marcas e aproximar-se do público, como vimos. É preciso reunir cada vez mais esforços no sentido de retirar o véu que mascara a real face da burguesia “progressista” e trazer

⁴⁶² Pois se no contexto dos países de economia avançada a luta por direitos representa uma conquista parcial, sob condições de atraso econômico elas não garantem absolutamente nada.

⁴⁶³ LUXEMBURGO, Rosa. Congresso de Stuttgart do Partido Social-Democrata Alemão (1898). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1898/10/03.htm>.

⁴⁶⁴ Idem.

⁴⁶⁵ Ou quando muito aparecem outras determinações em que a classe é apenas mais uma forma “não-hierárquica” de dominação.

luz aos processos sociais e relações materiais que sustentam sua aparência de “socialmente comprometida”, que camufla uma essência de exploração.

As novas gerações que estão em contato com o processo de politização da sociedade brasileira, em especial as camadas sociais femininas em luta por emancipação, precisam ter em vista que tal tática de sobrevivência do capital é uma reação à própria potencialidade que a luta feminina adquiriu de acordo com a lógica de seu desenvolvimento histórico, que acompanhou o processo de dinamização do capital no qual as forças do imperialismo acumularam experiência (material e subjetiva) no que se refere à ampliação de seus mecanismos de dominação e buscam desarticular qualquer tipo de impulso social emancipador. A mercantilização da “causa feminina”, nesse sentido, é uma das formas principais que o capital se utiliza para amortecer o impacto das forças femininas em luta e bloquear suas possibilidades de radicalização. Por isso, é uma tarefa urgente romper com as tendências liberais no interior da luta feminina de “empoderamento”, “representatividade”, “sororidade”, “poder feminino” e etc., que em seu conjunto não são capazes de apontar alternativas coletivas de emancipação e apenas reforçam a lógica de individualismo neoliberal – mesmo que o sucesso de alguns, concebido por meio de uma concepção meritocrata, ocorra à custa de uma maioria que fica para trás. É preciso provocar uma movimentação que aja no sentido de constranger as empresas publicamente em relação às suas aparências de “progressismo”, de preferência evidenciando de que maneira elas lucram duplamente com a “causa feminina” uma vez que toda mercantilização implica um processo de exploração.

Em virtude do aprofundamento das contradições sociais e a consequente intensificação das lutas que aceleram o processo de conscientização política das massas, talvez a reeleição de Lula tenha sido uma medida emergencial encontrada pela reação burguesa para bloquear novamente o descontentamento social no sentido de sua radicalização, neutralizando a potencialidade dos movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, associações, entidades e organizações dos mais variados tipos, que encontram-se amplamente a reboque do imobilismo petista. Essas são as tendências dominantes no interior da esquerda brasileira na atualidade. Por outro lado, sua hegemonia não elimina a permanência de formas residuais de atuação política que não cedam à lógica de incorporação do capital, que apesar de não estarem em evidência, espalham-se pelos bairros pobres, favelas, comunidades, no campo e em diversos locais de resistência Brasil à fora nos quais se verifica a solidariedade florescer de maneira orgânica, especialmente entre as camadas femininas mais vulneráveis, que têm verdadeira ânsia em participar da vida pública e organizar-se em torno de seus interesses. Observando de perto tais

impulsos, a autora dessa pesquisa – que participa ativa e intensamente dos processos de luta em andamento através de uma atuação voltada para o público feminino, em especial as mulheres mães – resolveu homenagear algumas das valorosas companheiras que puderam caminhar lado a lado na construção de um árduo trabalho político, sem as quais talvez nem mesmo essa pesquisa poderia se desenvolver ou obter os resultados até então alcançados: assim, atribuí seus nomes às mulheres que forneceram fundamento empírico a este trabalho, substituindo a identidade real das trabalhadoras não por uma fachada ou um pseudônimo qualquer, mas por mulheres reais de luta que eu tenho a honra de somar forças.

Maria José é “dona Preta”, minha avó, que mesmo nos bastidores envolve-se na organização das lutas: seja fazendo o fogo de lenha que cozinha os alimentos, preparando a mistura que resulta no nosso sopão comunitário, varrendo o ambiente de reuniões ou emprestando suas panelas super areadas para cozinarmos. Ana é uma antiga moradora da minha rua que me viu crescer junto com suas próprias filhas e se envolveu na luta após se reaproximar do bairro, companheira disposta à luta que anda quilômetros e mais quilômetros em busca de doações para realizar o sopão comunitário, saindo de casa com suas netas para chegar mais cedo nas reuniões só para poder ajudar na organização do espaço. Mônica é minha mãe, que se envolve de maneira empolgada nas atividades mesmo praticamente passando cerca de 12h do seu tempo trabalhando: busca doações, entrega ofícios, auxilia no cuidado com as crianças, corta as verduras, tempera os ossos para pôr no sopão e chega a tirar do seu próprio bolso para cobrir as necessidades da luta, ela é incansável! Aline é uma companheira nova, que embora seja bastante tímida é uma das mais avançadas e dispostas para organizar a luta, arrastando outras mulheres sob seu ritmo para buscar/receber doações, comunicar informes à comunidade e articular atividades, enfim, é uma verdadeira liderança popular. Por último, mas não menos importante, é uma das minhas melhores amigas e grande companheira de luta Sara, que sempre esteve presente na busca de recursos para tocarmos nossas lutas no bairro mesmo residindo em outra cidade, deslocando-se inúmeras vezes para ministrar reuniões, fazer panfletagens, ir às brigadas de solidariedade em arrecadação de alimentos e somar-se nessa luta que reúne mulheres trabalhadoras em busca de construir um espaço de resistência que potencialize nossas forças.

Talvez um retorno às bases sociais que promova o enraizamento nos setores populares seja o que a esquerda brasileira precisa para escapar ao estrangulamento, fortalecendo-se perante as massas na mesma medida em que as encoraja para a luta e mantém com estas uma

relação de organicidade. Só dessa maneira pode-se criar bases para a ruptura com imobilismo que impede as forças revolucionárias de despontar na cena política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABÍLIO, Ludmilla Costhek. *Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ADRIANZEN, Catalina. *Marxismo, Mariátegui e movimento feminino*. Edições Nova Cultura, 2018.
- ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- ARCARY, Valério. *Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira*. Editora Sundermann: São Paulo, 2014.
- ARRARES, JARID. *Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis*. São Paulo: Pólen, 2017.
- AZAMBUJA, C. S. (2006). *O papel social da mulher brasileira nas décadas de 30 a 60, retratada através das propagandas veiculadas na revista O Cruzeiro*. **Revista Gestão E Desenvolvimento**, 3(1).
- BARJA, Luísa Roxo. *Liberações beats: a política como ética contracultural*. **Revista Verve**, nº 13, p. 218-233, 2008.
- BEAL, Frances M. *Double jeopardy: to be black and female*. (1969). Disponível em: <http://www.hartford-hwp.com/archives/45a/196.html>.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BEBEL, August. *A mulher e o socialismo* (1879). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/bebel/index.htm>.
- BEBEL, August. *Sobre a homossexualidade e o Código Penal* (1898). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/bebel/1898/01/13.htm>.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- BERNARDES, Márcia Nina. *Questões de raça na luta contra a violência de gênero: processos de subalternização em torno da Lei Maria da Penha*. **REVISTA DIREITO GV**. SÃO PAULO, V. 16, N. 3, 2020.

- BIONDI, Pablo. *Sexualidade e disciplina do trabalho na ordem social burguesa*. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, n. 10, p. 131–149, 2018.
- BREEN, Marta. JORDAHL, Jenny. *Mulheres na luta: 150 anos em busca de liberdade, igualdade e sororidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASANOVA, Pablo González. *O imperialismo, hoje*. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, nº 18, p. 65-75, 2005.
- CASTRO, Ana Lúcia. *Corpos reais e corpos desejados: apontamentos para uma reflexão sobre corpo e identidade na contemporaneidade*. **Revista Espaço Plural**. Ano XI. nº 23. 2º Semestre, 2010.
- CRENSHAW, Kimberle. *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*. **Stanford Law Review**, vol. 43, nº 6, 1991, pp. 1241-1299.
- DEBORD, Guy. *Report on the construction of situations and on the International Situationist tendency's conditions of organization and action* (1957). Disponível em: <https://www.cddc.vt.edu/sionline/si/report.html>.
- DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. (org.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- DUNAYEVSKAYA, Raya. *Rosa Luxemburgo: la liberación femenina y la filosofía marxista de la revolución*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2005.
- EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- ELÓI, Maria Amélia. *As mensageiras: primeiras escritoras do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

- FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FLORESTA, Nísia. Direitos das mulheres e injustiças dos homens (1832). in. DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- FRANK, Felipe; OLIVEIRA, Lígia Ziggotti de; CORRÊA, Rafael. *Indústria do dano moral? Considerações a partir de uma análise doutrinária e jurisprudencial*. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, 2013.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.
- GARCIA, Vinicius. *Panorama da inclusão das Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho no Brasil*. **Trab. Educ. Saúde**. Rio de Janeiro, v. 12, nº 1, p. 165-187. jan./abr., 2014.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: história e morfologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOLDMAN, Wendy. *Mulher, estado e revolução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- GOLDMAN, Wendy. *A libertação das mulheres e a Revolução Russa: legado e lições*. **Margem Esquerda**, nº 28. São Paulo: Boitempo, 2017.
- GOMES, Nilma Lino. *Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*.
- GONÇALVES, Suelen Aires. *“Vidas matáveis”: feminicídio de mulheres negras e interseccionalidade de gênero, raça e classe*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2022.
- GOUGES, Olympe. *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã (1791)*. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2008/03/27/a-declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada/>.
- GOWANS, Stephen. *Patriots, traitors and empires: the story of Korea's fight for freedom*. Montréal: Baraka Books, 2018.

- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. vol. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. vol. 3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GUERRA, Fábio Vieira. *Guerra, contestação e quadrinhos: o conflito do Vietnã por meio das War stories*. **REVISTA CANTAREIRA - EDIÇÃO 17 / JUL-DEZ**, 2012.
- HAIDER, Asad. *Armadilha da identidade*. São Paulo: Editora Veneta, 2018.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HARVEY, David. *O direito à cidade*. **Revista New Left Review**, nº 53, 2008.
- HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- HOOKS, Bell. *Alisando o nosso cabelo*. Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artista de Cuba, janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernidade e sociedade de consumo*. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 12, 1985, p. 16-26.
- JAMESON, Fredric. *Postmodernism, or, the cultural logic of late capitalism*. North Caroline: Duke University Press, 1991.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Atica, 2000.
- JAMESON, Fredric. *El giro cultural: escritos seleccionados sobre el posmodernismo (1983-1998)*. 1ª ed. Buenos Aires: Manantial, 2002.
- JAMESON, Fredric. *The end of temporality*. **Critical Inquiry**, nº 29, vol. 4, p. 695-718, 2003.

JAMESON, Fredric. *Estética da singularidade* (2015). Disponível em: <https://choldrabortra.blogspot.com/2015/04/a-estetica-da-singularidade-4.html>.

JOB, Sandra Maria. *Maria Firmina dos Reis e a presença da mulher negra na literatura e no contexto social brasileiro oitocentista*. **Revista Falas Breves**, nº 8, 2020, p. 92-106.

JONES, Claudia. *Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra!* **Estudos Feministas**, vol. 25, nº 3, 2017. Disponível em: <https://abolitionnotes.org/claudia-jones/neglect>.

KARAWEJCZYK, Mônica. *Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura: uma parceria inusitada*. **GÊNERO**, v. 14, n. 2, 2014.

KARAWEJCZYK, Mônica. *O feminismo em boa marcha no Brasil: Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino*. **Revista Estudos Feministas**, vol. 26, nº 2, Florianópolis, 2017, p. 1-17.

KLEIN, Naomi. *Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. 4ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

KOLLONTAI, Alexandra. *Os fundamentos sociais da questão feminina* (1907). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1907/mes/fundamentos.htm>.

KOLLONTAI, Alexandra. *As Relações entre os Sexos e a Luta de Classes* (1911). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1911/mes/luta.htm>.

KOLLONTAI, Alexandra. *Trabalho Feminino no Desenvolvimento da Economia* (1921). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1921/mes/trabalho.htm>.

KRAUSE, Roberta. *'Para acabar com esse negócio de você viver sem mim': o papel didático da propaganda de eletrodomésticos no Brasil durante o período JK*. Anais do Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Divisão Temática de Publicidade e Propaganda, 2009. Acesso em: http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2009/lista_area_DT02.htm.

KUBISSA, Luisa Posada. A rebelión do “producto” (razón patriarcal, sororidade e pactos entre mulleres). in QUEIZÁN, Maria Xosé. *O desafío de Antígona: a razón de fin de século*. **Revista Festa da Palavra Silenciada**, núm. 10, 1994, p. 32-35.

LACERDA, Thays de Campos. *Tereza de Benguela: identidade e representatividade negra*. **Revista de Estudos Acadêmicos de Letras**, vol. 12, nº 2, p. 89–96, 2019.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec Editora, 1988.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: UNICAMP, 2011.

LICCARDI, Norma. WAITMANN, Gabriel. OLIVERIA, Matheus Henrique de. *A discriminação de mulheres e travestis e transexuais no mercado de trabalho*. **Revista Científica Hermes**, núm. 14, julho-dezembro, 2015, pp. 201-218.

LIMA, Michele. TAVARES, Nathália. BRITO, Mozar. CAPELLE, Mônica. *O sentido do trabalho para Pessoas com Deficiência*. **RAM, REV. ADM. MACKENZIE**, vol. 14, nº 2.

LOPES, Ana Cláudia Lourenço Ferreira. *Qual a mulher mais bela? – o ideal de beleza dos anos 1920 pelas páginas do Correio da Manhã*. ANPUH-Brasil - 31º Simpósio Nacional de História, 2021.

LUXEMBURGO, Rosa. *Oportunismo e a Arte do Possível* (1898). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1898/09/30.htm>.

LUXEMBURGO, Rosa. *Congresso de Stuttgart do Partido Social-Democrata Alemão* (1898). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1898/10/03.htm>.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma e revolução* (1900). Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref_rev/index.htm.

LUXEMBURGO, Rosa. *Estagnação e Progresso do Marxismo* (1903). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1903/mes/marxismo.htm>.

LUXEMBURGO, Rosa. *Senhoras e mulheres* (1904). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1904/06/16.htm>.

LUXEMBURGO, Rosa. *A proletária* (1914). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1914/03/05.htm>.

LUXEMBURGO, Rosa. *Greve de massas, partido e sindicatos* (1906). Trad. Rui Santos. COIMBRA: Editora Centelha, 1974.

- LUXEMBURGO, Rosa. A crise da social-democracia (1916) in. LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *Bertha Lutz*. Brasília: Edições Câmara, 2016.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *As Reivindicações Feministas*. (1924). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mariategui/1924/12/19.htm>.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O Capital: o processo de produção do capital*. vol. I. São Paulo: Boitempo: 2013.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *O manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MAUAD, Ana Maria. **Sobre as imagens na História: um balanço de conceitos e perspectivas**. Revista Maracanan, vol. 12, nº 14, p. 33-48 jan./jun. de 2016.
- MAZRUI, Ali A. e WONDLI, Cristophe. *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MONTENEGRO, Rosiran Carvalho de Freitas. *Mulheres e cuidado: responsabilização, sobrecarga e adoecimento*. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018.
- MOURA, Clóvis. *Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo*. **Revista Afro-Ásia** - v. 14, 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>.
- NETTO, David. *Vendendo produtos e veiculando valores: apontamentos sobre a propaganda no Brasil (1950-1980)*. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, vol. 5, nº 9, 2015. p. 22-40.
- NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

- PABLO, de Óscar. *Su hogar es el mundo entero: escritos y discursos de Rosa Luxemburg y Clara Zetkin sobre la lucha feminina y otras cuestiones sociales*. 2019.
- PAVAN, Maya. SANSONI, Nicole. *A mercantilização do feminino: capitalismo e padrão estético*. **Revista Pet Economia Ufes**. Vol. 4. Fevereiro, 2022. p. 27-31.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- PEZZIN, Paola Sarlo. *A representação feminina nas propagandas de cosméticos: culpa, castigo e redenção*. Trabalho apresentado na DT 8- Estudos Interdisciplinares do XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de junho de 2019.
- PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- PONIATOWSKA, Elena. *La noche de Tlatelolco: testimonios de historia oral*. Ciudad de México:Ediciones Era, 1998.
- POCHMANN, Marcio. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- QUIAOMU, Hu. *Trinta anos do Partido Comunista da China*. 2ª ed. São Paulo: Edições NOVA CULTURA, 2018.
- REIS, Maria Firmina. *Úrsula* (1859). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- RIBEIRO, Marco. CARNEIRO, Ricardo. *A inclusão indesejada: as empresas brasileiras face à lei de cotas para Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho*. **o&s** - Salvador, v.16 - n.50, p. 545-564 - Julho/Setembro - 2009.
- RODRIGUES, Bruno. *A luz de Tereza de Benguela não apagará: o dito e o não-dito pelas fontes históricas*. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, vol. 19, nº 1, p. 494-513, 2022.
- ROSCHEL, Paula. *Sororidade: quando a mulher ajuda a mulher*. São Paulo: Editora Europa, 2020.

- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SANTIAGO, Bruna. *Marxismo negro: as mulheres negras na vanguarda da luta revolucionária*. **Revista Mnemosine**, vol. 12, nº 2, JULHO/DEZEMBRO, 2021.
- SANTOS, Chrislene Carvalho dos. *Construção Social do Corpo Feminino em Sobral 1920-1925*. 2000, UFPE.
- SANTOS, Lionês. MEDEROS, Juan. *A mercantilização do corpo: mídia e capitalismo como principais agentes da promoção do consumo e do mercado*. **Revista Espaço Plural**. Ano XII. nº 24. 1º Semestre, 2011. p. 107-112.
- SCHNEIDER, Graziela. *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- SILVA, Rosângela Cavalcanti da. *A consubstancialidade das relações de sexo, raça e classe: o feminicídio como expressão da violência machista*. Universidade federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2021.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOUZA, Babi. *Vamos juntas?: o guia da sororidade para todas*. Rio de Janeiro: Editora Galera, 2016.
- STANTON, Elizabeth Cady. *Declaration of sentiments* (1848). Disponível em: <https://www.nps.gov/wori/learn/historyculture/declaration-of-sentiments.htm>.
- THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TRISTÁN, Flora. *União operária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2015.
- TRUTH, Sojourner. *Eu não sou uma mulher?* (1871). Disponível em: https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/?gclid=CjwKCAjwv-2pBhB-EiwAtsQZFDwukR9dNXITWI8OKi9gy91LAJF9kONgIyu2RaZUiULNxbH5pUebsBoCoioQAvD_BwE.

VEIGA, Alexandre. *Acervos da Justiça do Trabalho como fonte de pesquisa*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, nº 65, p. 193-208, 2013.

VOGEL, Lise. *Beyond Intersectionality*. **SCIENCE & SOCIETY**, vol. 82, issue 2, 2018, p. 275-287.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ZETKIN, Clara. *Apenas junto com as mulheres proletárias o socialismo será vitorioso* (1896). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1896/10/16.htm>.

ZETKIN, Clara. *Organizando Mulheres trabalhadoras* (1922). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1922/11/90.htm>.

ZETKIN, Clara. *Mujeres em Revolución*. ELSUDAMERICANO: Colección Socialismo y Libertad, 2019.